

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
MESTRADO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

**O GENE EDUCADO:
A ANTROPOLOGIA EUGÊNICA DE RENATO KEHL E A
EDUCAÇÃO**



Marcos Alexandre Gomes Nalli

Maringá – PR

Setembro de 2000

MARCOS ALEXANDRE GOMES NALLI

**O GENE EDUCADO:
A ANTROPOLOGIA EUGÊNICA DE RENATO KEHL E A
EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO da Universidade Estadual de Maringá, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a MARIA LÚCIA BOARINI.

Maringá – PR

Setembro de 2000

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Boarini

Prof. Dr. José Flávio Pereira

Prof. Dr. André Luiz Joasilho

Para Sônia, minha esposa amada, e aos meus queridos filhos, Morgana e João Marcos; cada um a seu modo sempre me acompanhou e me apoiou neste trabalho.

NALLI, Marcos A. G. *O Gene Educado: A antropologia eugênica de Renato Kehl e a educação*. (Dissertação de Mestrado). Maringá: FDE/UEM, 2000, 215 p.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a caracterização e análise da concepção de eugenia, formulada pelo médico e eugenista Renato Ferraz Kehl, bem como o papel que ele confere à educação naquela sua concepção. Para tanto, valemo-nos de seu livro *Lições de Eugenia*, cuja primeira edição é de 1929 e que conta com uma segunda edição atualizada em 1935. Como estratégia de análise, procuramos resgatar como Renato Kehl vincula sua concepção de eugenia às teorias científicas de seu tempo, principalmente aquelas que se vinculam diretamente com a Eugenia, configurando-se assim como seus fundamentos epistemológicos. Tais fundamentos se encontram principalmente em três teorias: as teorias da hereditariedade e do hibridismo de Gregor Mendel, a teoria do plasma germinativo de Weismann, e a Biometria de Francis Galton. Da análise dessas teorias, o que se nota é que a Eugenia, tal como concebida por Kehl é marcada por um determinismo biológico radical, de tal modo que o meio-ambiente não tem poder de interferência e de inter-relação. Ressalte-se ainda que se mostrou a partir daí, a formulação de um racismo bastante peculiar, porquanto é caracterizado pela linhagem e pureza das classes mendelianas. É o que denominamos "racismo a-cromático". Em seguida, buscamos caracterizar de que modo Kehl concebeu neste seu livro o homem, a partir dos anseios nacionalistas que assolavam as cabeças da intelectualidade brasileira. O que descobrimos foi a permanência da concepção determinista de homem, sob um outra roupagem racista; esta mais convencional, caracterizada pelas linhagens de cor e pelas características antropométricas. O que se evidencia é a pertinência do indivíduo para um projeto epistemocrático da Eugenia de controle social: controlando o indivíduo, principalmente no que tange à sua saúde (especialmente pelo saneamento) e ao seu sexo (com medidas de controle de natalidade, que reprimam a proliferação disgênica e promovam a proliferação aristogênica). Este projeto epistemocrático é apresentado em suas características basilares, a partir do qual – enquanto contexto – analisamos o que Renato Kehl julga como pertinência da Educação a este projeto: a persuasão pela educação higiênica e pela educação sexual.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que merecem a minha gratidão que não caberiam aqui, ou que eu correria o risco de esquecer de citá-las. Porém, há algumas que merecem uma menção especial, em sinal de minha gratidão. Aos meus amigos do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, onde leciono: principalmente a Rose e a Célia, pelo companheirismo e pelo “apoio logístico”; a Christina e o Elve, pelo apoio constante; o Marcos Rodrigues por suas leituras e contribuições sempre críticas, benevolentes e preciosas; e o Weber que, com seu bom humor (mesmo quando estava mal humorado!) ajudou-me a suportar a dura faina da Pós-Graduação. À Leila, pela correção de “meu português ruim”. Aos Professores do Programa de Mestrado em Fundamentos da Educação: Gasparin, Lízia, César e Silvina, pelos ensinamentos e discussões; e também ao Marcos, Secretário do Programa, por compartilhar comigo bons momentos de “besteirol” e pela disponibilidade ímpar de um profissional que é. Aos Professores Drs. José Flávio Pereira e André Luiz Joaquinho, por suas contribuições na Qualificação. Por fim, há uma pessoa em particular a quem serei sempre grato, a Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Boarini, que fez muito mais que orientar esta dissertação; ela também acreditou em mim e sempre me apoiou, desde meu ingresso no Programa de Mestrado em Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá – e mostrou-me, por fim, que na vida ainda vale a pena apostar; pois a vida ainda é uma grande aposta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO I. ¹ OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EUGENIA	
DE RENATO KEHL	10
1. O conceito de eugenia	13
2. Os fundamentos biológicos da eugenia	19
2.1. Mendel e as questões da hereditariedade e do hibridismo	20
2.2. Weismann e a teoria do plasma germinativo	29
2.3. Galton e a Biometria	37
3. Considerações sobre o estatuto epistemológico da eugenia de Kehl	42
CAPÍTULO II. ² A CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DA EUGENIA	
DE KEHL	45
1. A questão nacional e a sua versão eugênica	46
1.1. Nação e nacionalismo	47
1.2. A questão nacional na Primeira República	52
1.3. Eugenia e nacionalismo	57
2. Raça e tipo antropológico	67
3. A questão da raça na ótica de Kehl	71
3.1. O paradoxo inicial: a inexistência de uma raça normal enquanto tipo ideal	71
3.2. Raça, indivíduo e fatores disgênicos	77
4. Considerações acerca do racismo de Kehl: questão de cor ou de gene?	88
5. Considerações sobre segregação e sociabilidade eugênica em Kehl	92

³ CAPÍTULO III. KEHL E A SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EUGÊNICA	98
1. As medidas eugênicas enquanto medidas de intervenção social	99
1.1. A eugenia negativa	100
1.2. A eugenia preventiva	108
2. A educação como medida eugênica	109
2.1. A eugenia positiva	109
2.2. A pertinência da educação ao projeto eugenista	113
2.3. A educação sexual	121
2.4. Educação e eugenia: educar para que?	126
CONCLUSÃO	131
APÊNDICE: Glossário	141
BIBLIOGRAFIA	149
ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

*O fato de um homem imolar-se por uma idéia não
prova de forma alguma que ela seja verdadeira*
(Oscar Wilde)

→ ROSE

A presente dissertação versa sobre a relação entre educação e Eugenia. Em que sentido e em que contexto? Primeiramente, num contexto histórico bastante específico, que é o das primeiras décadas do século XX, no Brasil. E no sentido em que a questão da educação é sistematizada não no contexto das políticas educacionais que as elites – intelectuais e políticas – tergiversavam e adotavam na Primeira República, ou sequer das teorias pedagógicas que vigoravam e despontaram naqueles anos, mas no contexto de um movimento social muito específico: o eugenismo.

O eugenismo, ou o movimento eugenista, foi um movimento social (embora não fosse um movimento popular), marcado pela égide cientificista, buscando caracterizar as grandes questões e as relações sociais de um modo bastante peculiar, sem ser necessariamente dominante perante os demais movimentos e tampouco uniforme em suas idéias dentro do próprio movimento: a grande questão era a da melhoria e regeneração racial – pela higiene e pelo controle de natalidade (controle sexual por excelência) – da população e, por conseguinte, do

Brasil enquanto Sociedade e Nação. Neste contexto, se evidencia como a educação se torna uma ferramenta importante na construção do indivíduo, na medida em que se determina seu papel no projeto eugenista de melhoria racial, ou como dissera Renato Kehl inúmeras vezes, no projeto de 'regeneração racial' da nação brasileira. ↵

Dada as inúmeras possibilidades de análise que o eugenismo nos concede, optamos nesta ^{REVOGA} dissertação em estabelecer alguns recortes metodológicos * que julgamos fundamentais para tornar factível nossa investigação sobre a relação entre educação e Eugenia. Para tanto, uma primeira limitação consistiu em precisar o protagonista desta dissertação: Renato Ferraz Kehl, médico de formação e eugenista por convicção, é o centro de nossas atenções nesta dissertação, e portanto, nosso protagonista. O motivo desta escolha se deve ao fato de que ele foi um dos maiores propagandistas da Eugenia em solo brasileiro nos anos vinte e trinta e que, portanto, a análise de seus escritos nos permite uma apreensão bastante razoável – ainda que não seja completa – do movimento eugenista, quer em sua totalidade, quer em suas facções.

Uma segunda limitação que julgamos necessária consistiu em efetuar nossas pesquisas sobre o livro de Renato Kehl, intitulado *Lições de Eugenia*. Para este empreendimento trabalhamos com a tradução espanhola (de 1930) da primeira edição, que é de 1929, e com a segunda edição, de 1935. Valemo-nos também, ainda que de uma forma mais secundária, a outros textos do movimento eugenista, como alguns artigos de Kehl no *Boletim de Eugenia*, e pelos textos referentes às conferências e palestras – de Kehl e de outros – constantes do I Congresso Brasileiro de Eugenia (neste caso, utilizamos o primeiro volume).

O motivo desta escolha deve ser exposto aqui: *Lições de Eugenia* é, dentre a produção bibliográfica de Renato Kehl que tivemos acesso, o texto mais

acabado no que diz respeito aos fundamentos epistemológicos da Eugenia, e onde apareciam fartamente elementos que evidenciavam aquilo que denominamos “epistemocracia” da eugenia de Renato Kehl, e neste contexto, qual a pertinência da educação para este projeto epistemocrático. Por epistemocracia entendemos a concepção, defesa e projeto de natureza eminentemente cientificista de que se pode construir, controlar e gerir – em suma, governar – a sociedade em sua totalidade e em suas partes, sua estrutura e dinâmica. No caso da eugenia de Renato Kehl, esta pretensão de constituição e controle social poderia se realizar a partir do controle e constituição biológica do homem, o que denota o alto grau de determinismo da eugenia bem como a natureza reducente de sua concepção antropológica e de sociabilidade. Em suma: o neologismo ‘epistemocracia’ congrega tanto a pretensão cientificista da eugenia de Kehl, bem como sua pretensão de intervenção e controle social; o que faz deste termo um elemento fundamental às análises que efetuaremos aqui.

Deste modo, os capítulos que compõem esta dissertação visam cada qual um aspecto pertinente, interrelacionados entre si, para a devida compreensão da concepção eugênica de Renato Kehl.

*
REVER

No primeiro capítulo, pomonos a discutir sumariamente os fundamentos epistemológicos da Eugenia, segundo a versão defendida por Kehl. O número de teóricos mencionados é vastíssimo. No entanto três nos parecem fundamentais: Gregor Mendel, tido como o pai da Genética, e suas contribuições numa nova concepção do fenômeno da hereditariedade e do hibridismo; diferente das concepções correntes, inclusive das compartilhadas por Lamarck e Darwin (que não foram negligenciados por Kehl, mas colocados em seu devido lugar no seu discurso eugênico). Em seguida, caracterizaremos a leitura de Kehl sobre a teoria do

plasma germinativo de August Weismann, que tem como uma de suas características mais pertinentes a defesa de que o meio-ambiente não interfere de modo algum no processo de hereditariedade. E, por fim, apresentaremos a Biometria de Galton, que tem como escopo o estudo do indivíduo sob três aspectos: o antropológico, o genético e o sociológico. Contudo, procuraremos mostrar que a grande contribuição de Galton à Eugenia se assenta em sua Tabela da Hereditariedade das Qualidades, e das leis que dela decorrem: lei da regressão filial (ou lei de tendência à mediocridade), lei do desvio da média, e lei da herança ancestral; apresentadas e tematizadas por Renato Kehl. O auge desse capítulo reside na constatação de como a concepção antropológica de Kehl, já em seus fundamentos epistemológicos, foi marcada por um traço determinista de tipo bastante específico: o determinismo genético.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a concepção antropológica elaborada por Kehl em suas *Lições de Eugenia*. É esta concepção que permite a ligação entre os fundamentos epistemológicos da Eugenia com suas pretensões epistemocráticas de intervenção social.

Para dar conta desta concepção antropológica, buscaremos resgatar os termos gerais do grande problema ao Brasil nos anos vinte e trinta, segundo as elites intelectuais: a questão nacional. Para uma maior especificação deste problema caracterizaremos a versão eugênica do nacionalismo, confrontando com um movimento que lhe foi bastante próximo: o sanitarismo. Dessa caracterização genérica da verve nacionalista do eugenismo buscamos recuperar os traços nacionalistas de Kehl, a partir de três temas: sua abordagem dos tipos antropológicos enquanto tipos eugênicos; sua franca oposição às políticas de imigração no Brasil; e sua explanação sobre o que denominou 'fatores disgênicos'.

São estes temas que nos permitirão isolar analiticamente a antropologia eugênica de Kehl.

Um dos aspectos centrais desse capítulo – até por contraste com o anterior – é a descoberta da ambivalência do racismo inerente ao discurso eugenista de Kehl: numa acepção, o indivíduo humano é compreendido como portador de fatores genéticos, herdados de seus progenitores, cujo cruzamento deve evitar ao máximo possível o hibridismo, visando a depuração racial – enquanto depuração de classes mendelianas. Em outras circunstâncias, o indivíduo restringe-se a relações hierarquizadas de suas diferenças, expressas superficialmente; isto é, à flor da pele, ou melhor, na cor da pele. Como decorrência dessa naturalização extremada, ainda que ambivalente, Kehl dicotomiza a relação entre indivíduo e sociedade, desestruturando discursivamente a sociabilidade.

Por fim, no terceiro capítulo abordaremos a educação enquanto medida de intervenção eugênica à sociedade. Aí, buscaremos mostrar que a educação só pode ser concebida deste modo na medida em que sua ação incide sobre o indivíduo: foco central das ações intervencionistas da Eugenia, uma vez que para Kehl, marcado por seu determinismo e racismo ambíguo, somente pela ação sobre o indivíduo é que se pode intervir, gerir e administrar; e, por conseguinte, governar a sociedade e o Brasil, que se pretende nação. Novamente se faz pertinente aqui, pelas suas conseqüências, o grau da dissolução da sociabilidade, e da não-percepção da interatividade entre indivíduo e coletividade.

Bem sabemos que a primeira reação que pode advir da leitura desta dissertação é uma certa angústia pela dificuldade de precisar seu estatuto epistemológico, a qual campo de saber ela se situa. Estamos convencidos, porém, que uma discussão sobre a pertinência da educação à Eugenia pode ser

devidamente efetuada se nos arriscamos a uma análise de limiares epistemológicos, donde decorre a profunda necessidade de interrelacionar campos de saberes distintos no intuito de apreendermos com maior exatidão aquela pertinência da educação. Assim, entendemos como fundamental os cruzamentos que aqui efetuamos (que chamamos, hoje, na Filosofia, de Epistemologia Naturalizada¹), ainda que de modo bastante sucinto: História das Ciências e Epistemologia, História e Sociologia do Conhecimento e dos Movimentos Sociais; e, claro, tudo isto para nos permitir um enfoque – como não dizer: eminentemente filosófico – à História e aos Fundamentos da Educação no Brasil dos anos vinte e trinta, na Primeira República.

Desse modo, procuramos mostrar de que modo aqueles aspectos da concepção e do discurso eugênico de Renato Kehl se interrelacionam entre si, permitindo-nos assim compreender e interpretar a pertinência da educação no projeto eugênico de Kehl de melhoria racial, mediante sua pretensão epistemocrática de controle social.

Esperamos, desse modo, conseguir desvencilhar nosso protagonista, que não é nenhum herói, mas sim um anti-herói (o que não faz dele nenhum vilão) – embora fosse um dos mais importantes arautos do movimento eugenista – de vários mitos simplificadores e pejorativos de sua personalidade e de

¹ Na realidade, a discussão sobre a Epistemologia Naturalizada é um debate que ainda não chegou ao seu termo, havendo posturas as mais variadas desde a defesa incontestada de modelos extremamente radicais, até à sua total e completa negação, passando pela defesa de modelos mais modestos. Neste sentido, cf. Fátima R. ÉVORA & Paulo C. ABRANTES (eds.): "Naturalismo Epistemológico". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, série 3, v. 8, n.º 2, p. 1-206, jul.-dez./1998. Nós consideramos aqui como Naturalismo Epistemológico, ou Epistemologia Naturalizada, o fato de que, atualmente, a Filosofia não se mostra como auto-suficiente para dar conta de analisar as ciências. Carece, portanto de outros recursos que não são originalmente filosóficos, como por exemplos os fornecidos pela própria Ciência. Deste modo, atualmente, a Filosofia, ao discorrer analiticamente sobre as ciências, deve assumir modestamente a tarefa de construir teorias que sejam cientificamente bem informadas, em vez de construir modelos meta-científicos – verdadeiras fantasias imaginadas pelos filósofos. O recurso à História e à Sociologia do Conhecimento se mostrou bem mais profícuo que qualquer epistemologia meta-científica. E, é claro, no nosso caso específico, as análises arqueológicas de Michel Foucault acerca da Medicina Clínica, da Biologia e das Ciências da Vida foram fundamentais – ainda que o filósofo francês não fosse epistemólogo (embora sua leitura das ciências seja, de certo modo, naturalizada).

RENATO
→ (ÉVORA & ABRANTES, 1998: 1-206)

seus escritos. Queremos assim evitar o julgamento apressado, denominando-o como ideólogo ou cientista.

Esperamos também conseguir, assim, contribuir para uma melhor compreensão de um aspecto, que só nos últimos anos vem se desvencilhando de uma certa nebulosidade, de nossa História e da História da Educação no Brasil. E que nossa contribuição seja um convite para trilhar inusitadas veredas...

~~CAPÍTULO PRIMEIRO~~ †

1. OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EUGENIA DE RENATO

KEHL

Neste capítulo, o nosso objetivo é descrever os fundamentos epistemológicos da concepção eugênica de Kehl com vistas a apreender parcialmente o modelo de eugenia formulado por ele. Parcialmente porque tal descrição permite a compreensão devida da faceta antropológica deste modelo eugênico, objeto de estudo do próximo capítulo. Acreditamos deste modo poder demarcar o discurso eugênico de Kehl, sem necessariamente ter que defini-lo como ideológico.¹

(CHAUI, 1979: 3)

¹ Tomamos como conceito de "ideologia" a definição apresentada por Marilena CHAUI, em *Cultura e Democracia*, p. 3: "a ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real". Esta definição é formulada a partir do amparo teórico de Karl Marx e Friedrich Engels, em *A Ideologia Alemã*, onde analisam o processo da formação da consciência dominante, reportando-a às suas bases reais. No entanto, tal crítica marxiana não visa uma restrição metodológica de seu objeto de análise; não se trata de se deter apenas na análise dos modos de produção em sua contradição com os modos de relação social e de representação deste modo social de relação. Marx tinha suficiente clareza sobre a relação entre modos de produção e produção de idéias, na medida em que esta é determinada por aquela: "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (*A Ideologia Alemã*, p. 37). Deste modo, facilmente se conclui que qualquer discurso e consciência são manifestações ideológicas e, portanto, inversões da vida real, ainda que emane dela. Ora, tal modalidade de interpretação tende a esvaziar os discursos e representações sociais de qualquer consistência, esvanecendo-a por completo – a "boa" análise, então, é aquela que se detém sobre as bases materiais de existência do homem, isto é seus modos de produção. Mas quem considera os discursos deste modo perde de vista que para

(MARX & ENGELS, 1978: 37)

O que não quer dizer, em absoluto, que o discurso eugênico em geral, e o de Kehl em específico, não se vincule a determinadas concepções ideológicas que proliferaram na Primeira República, principalmente nas décadas de 10 a 30, em especial o nacionalismo e o racismo.² (OLIVEIRA, 1990) (SCHWARCZ, 1993) Nem tampouco se pretende dizer que o discurso eugênico de Kehl não é ele mesmo um discurso ideológico, ou mais precisamente, uma "ideologia científica".³ O nosso objetivo, ao neutralizar a análise da eugenia proposta por Kehl enquanto discurso ideológico, visa simplesmente recuperar que também a ciência e seu discurso veraz servem a projetos políticos e sociais; a verdade e o conhecimento científico também são "assuntos" de política.⁴ (Foucault, 306-315) (Salzano, 170)

Assim, entendemos que a distinção entre ideologia e ciência é pouco relevante à nossa análise, uma vez que não buscamos entender os fatores sociais condicionantes daquele discurso, e sim qual é a sua lógica interna e seus grandes

Marx a relação aí é dialética (e não positivista e mecanicista como supõem vários leitores marxistas). Deste modo, pode-se dizer que, sob certos aspectos, as ideologias (superestruturas) têm papel capital na constituição das infra-estruturas: "as circunstâncias fazem os homens, mas os homens fazem as circunstâncias" (*A Ideologia Alemã*, p. 45). Além disso, vale lembrar que o que caracteriza a ideologia é a pretensão de universalidade das idéias dominantes e a ocultação das contradições e da alteridade. O discurso ideológico é o discurso da identidade e o do mesmo. Mas como caracterizar os discursos que não se encaixam neste modelo? É o caso do discurso eugênico de Kehl, que sempre foi consciente das contradições sociais, embora considerasse a base das mesmas de natureza bem diversa (enquanto as encarava de fundo biológico) daquelas identificadas por Marx. A nossa hipótese é que o eugenista incorre numa naturalização extremada e falaciosa da diferença, destituindo-a de sua historicidade.

² Neste sentido, dois textos são, atualmente, fundamentais: Lúcia Lippi OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*; e SCWARCZ, Lília Moritz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*.

³ A expressão é de Georges CANGUILHEM, "O que é uma ideologia científica?", in: *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*, pp. 31-42. Neste artigo é fundamental a distinção que Canguilhem estabelece entre "ideologia científica" e "ideologia política de classe": a segunda é uma falsa consciência, enquanto a primeira não. Além disso, uma ideologia científica não é uma falsa ciência ou mesmo uma superstição; nela "há uma ambição explícita de ser ciência, à imitação de qualquer modelo de ciência já constituída. (...) A ideologia científica é, evidentemente, o desconhecimento das exigências metodológicas e das possibilidades operatórias da ciência, no sector da experiência que esta procura investir, mas não é de modo algum a ignorância, o menosprezo ou a recusa da função da ciência." (Georges CANGUILHEM, *Op. Cit.*, pp. 36s).

⁴ Neste mesmo sentido conferir dois registros distintos: do filósofo francês Michel FOUCAULT, "Les intellectuels et le pouvoir", pp. 306-315; e do professor de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Francisco M. SALZANO, "Genética e Ambiente", p. 170.

↳ nota consta de bibliografia

ret.

ret.

similit

temas.⁵ Obviamente, os fatores sociais, a inserção histórico-social do movimento eugênico, e de Kehl, não devem ser absolutamente desconsiderados; mas não devem ser tomados como condicionantes, ou como causa determinante, do discurso eugênico; e sim que discurso e fatores sociais se inter-relacionam dialeticamente, implicando, em certo sentido, numa reciprocidade causal. De qualquer modo, questões referentes a esta reciprocidade serão ^{vagal} deixadas de lado neste capítulo – dada sua pretensão reconstrutiva, de natureza mais epistemológica – para serem mais bem discutidas nos capítulos posteriores.

Para atender este intento reconstrutivo do que nós chamamos aqui de fundamentos epistemológicos do discurso eugênico de Renato Kehl, deter-nos-emos quase que exclusivamente em seu livro *Lições de Eugenia*, ^(1929, 1935) publicado em 1929,⁶ e, havendo necessidade, recorreremos a outros textos de Kehl que tivemos acesso, principalmente os que constam no *Boletim de Eugenia* (ainda que tais textos sejam, seguramente, muito mais textos de divulgação do que eminentemente teóricos) e nos Anais do I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929.

→ pensar no sentido de incluir no texto.

⁵ Vale lembrar que nosso objetivo último nesta dissertação é compreender de que modo os fatores bio-antropológicos (principalmente no que diz respeito à genética e as teorias da hereditariedade) e a educação se conciliam (se é que isto ocorre de fato) no discurso eugênico de Kehl. O que era, certamente, um problema bastante delicado dentro do movimento eugenista brasileiro; basta observarmos a colocação de Levi Carneiro, em sua conferência no I Congresso Brasileiro de Eugenia, no dia 6 de julho de 1929, intitulada 'Educação e Eugenia', pp. 107s: 'Poderia alguém estranhar que se houvessem reunido, neste Congresso a Eugenia e a Educação. (...) Tudo ficou sendo a hereditariedade – mas a hereditariedade dos elementos congenitos. (...) Assim se caracterizou uma controvérsia, que parecia atingir ao apogeu nos dias que precederam a grande guerra européa. Entre a hereditariedade e a educação, entre os factores biológicos e os sociais.'

⁶ Sabemos que existem algumas diferenças entre a primeira edição deste livro e a segunda edição publicada em 1935. No entanto, não contamos com o texto da primeira edição, apenas com o da segunda, a qual nos reportaremos como texto-base de nossa exposição. Felizmente, temos acesso a

eliminar

1. O conceito de eugenia

Renato Kehl inicia, já na primeira de suas *Lições de Eugenia*, expondo sua definição, compreendida como ciência e arte:

Texto

1 Eugenia (...) é sinônimo de eugenesia e eugenica.
Tem por fim a melhoria progressiva da espécie, pelo fomento da 'boa geração', pela 'procriação higida' consistindo, em suma, no enobrecimento físico e mental do homem. (...) Como ciência, tem por objeto a investigação da herança biológica; como arte, tem por escopo a boa procriação.¹⁷ (Kehl, 1935: 15)

Kehl demarca esta definição mediante o estratagema de caracterizar o seu objeto de investigação e sua finalidade. O seu objeto de investigação é a herança biológica do homem, e seu objetivo é o enobrecimento físico e mental do homem¹. Isto quer dizer que, de um ponto de vista ^{científico} epistemológico, o objeto de investigação e o objetivo da atuação eugênica não se situam num mesmo plano: o primeiro é estritamente teórico e o segundo é da ordem do prático, porquanto é a aplicação das descobertas acerca da herança biológica humana. A Eugenia, já em sua definição, é caracterizada ^{de forma} cindida: sua atuação ora é teórica, ora é prática. Contudo, tal cisão não implica numa contradição intransponível e que, de partida, emperraria o projeto eugênico de Kehl. Ao contrário, tal cisão apenas revela as duas dimensões que compõem o projeto em sua relação de implicação mútua: a investigação teórica tem seu afã garantido justamente pelo objetivo prático; assim como a ação desencadeada para atingir aquele objetivo carece de toda a

uma tradução espanhola (de 1933) da primeira edição, que nos servirá para cotejar com o texto-base (embora não temos como determinar se a tradução é fidedigna ao texto original).

Renato Ferraz KEHL. *Lições de Eugenia*, 1ª Lição, p. 15. Procuraremos manter a grafia original do português, própria da época de Kehl.

eliminar

investigação teórica sobre a herança biológica como condição necessária à sua pretensa racionalidade científica.⁸ (Kehl, 1935: 80)

Explicitemos mais um pouco este ponto, uma vez que ele é fundamental para a devida compreensão da distinção formulada por Kehl entre Eugenia e eugenismo, bem como do seu próprio estilo de exposição (~~vale lembrar: estamos concentrando nessas análises nas suas Lições de Eugenia~~). O que se evidencia naquela definição é a concatenação das suas dimensões teórica e prática. Esta concatenação vai muito além da simples determinação do que compete à teoria eugênica e do que compete à finalidade prática da Eugenia. Se voltarmos àquela definição, o objetivo da Eugenia que é, em sentido estrito, prático – o enobrecimento físico e mental do homem –, teremos que nos perguntar: ~~De que modo Kehl chegou a tal objetivo?~~ *estas desnecessárias*

Ainda que a resposta pareça simplória, porquanto pareça óbvia e trivial, ela pode ser formulada como segue: no entender de Kehl, uma vez que este objetivo ainda não fora atingido, ele é um problema, e de natureza eminentemente prática. Um problema que exige uma solução. No entanto o racionalismo médico de Kehl exige que este problema prático seja convertido num problema teórico a fim de que possa analisá-lo detidamente e de lhe proporcionar uma solução, racional e científica, válida e adequada.⁹

⁸ Ibidem, 5ª Lição, p. 80: †As questões da hereditariedade têm fundamental importância para a eugenia, como, naturalmente, para todos os problemas biológicos da evolução.†

⁹ Vale reiterar que é desnecessário refletir se o trabalho teórico de Kehl deve ser caracterizado como um trabalho ideológico ou científico, uma vez que tal distinção mais escamoteia do que revela as pretensões científicas e sociais de Kehl. Parece-nos mais conveniente refletir sobre seus textos como discursos que se pretendem científicos e racionais, porquanto se pretendem verdadeiros, ainda que formulem juízos e teorias falsas (isto é: epistemologicamente refutadas), pois como já observou sagazmente o médico e epistemólogo francês Georges CANGUILHEM, em *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*, p. 20: †A veracidade ou o falar verdade da ciência não consiste na reprodução fiel de qualquer verdade inscrita desde sempre nas coisas ou no intelecto. O verdadeiro é a máxima do dizer científico. Como conhecê-lo? Pelo facto de que não foi afirmado aprioristicamente. Uma

*o falar
esta
faise
/o ter*

Basicamente, o problema identificado por Kehl consiste no processo crescente de degradação do povo e da nação brasileira, e dos povos em geral. Esta degradação não é, no entanto de fundo social ou econômico; ela é de fundo biológico, fisiológico e genético (hereditário).¹⁰ ^(Kehl, 1935: 22 e 30) Para ele, urgia cada vez mais ter controle pleno não apenas da saúde do indivíduo mas de toda a espécie humana e de toda a sociedade: só a partir desse controle se poderia garantir o aperfeiçoamento racial:

¶A Eugenia – afirma Kehl – é uma religião do entendimento ou, melhor exprimindo, é a ciencia-religião da perfeição moral, intelectual e física. (...) a Eugenia, intermediária entre a higiene social e a medicina prática, favorecendo os fatores sociais de tendencia seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicar de individuos ‘bem dotados’ ou eugenizados. (...) De acordo com os preceitos humanitarios e sociais contemporaneos, procura robustecer os principios de verdadeira solidariedade individual, imprimindo uma nova orientação medico-social para o aproveitamento maximo dos esforços de cada um em proveito coletivo e, portanto, da especie. **Pretende regenerar os individuos para melhorar a sociedade.**¹¹ ^{(Kehl, 1935: 46) not}

Curiosamente, [¶]aperfeiçoamento[¶] e [¶]regeneração[¶] são termos que, costumeiramente, aparecem nos discursos de Kehl: [¶]A Eugenia é a ciencia-religião do aperfeiçoamento[¶], diz ele em *Lições de Eugenia*;¹² ^(Kehl, 1935: 45) e no mesmo ano, em sua conferência no I Congresso Brasileiro de Eugenia, ele afirma:

¶Numa terra grandiosa, bella e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos optimistas, – optimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, nos congregar sob a bandeira de um ideal commum, para tornal-a cada vez mais prospera e feliz. **O ideal maximo seria o da regeneração eugenica do nosso povo**, – regeneração esta que pressupõe saude, paz,

ciência é um discurso regulado pela sua retificação crítica.[¶] Cf. também Michel FOUCAULT. “La vie: l’expérience et la science”. In: *Dits et Écrits*. Vol. IV. pp. 769-770; e Madel T. LUZ, *Natural, Racional, Social: Razão médica e racionalidade científica moderna*, pp. 1-14. ^{(CANGULHEN, 1980: 20) 1984} → Faltava na bibliog.

^R ¹⁰ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 1ª Lição, p. 22, e 2ª Lição, p. 30.

¹¹ Ibidem, 2ª Lição, p. 46 (grifo nosso); atente-se ao fato de que para Kehl, coletividade, espécie e sociedade se confundem conceitualmente (oportunamente, voltaremos a este aspecto); conferir também nas *Lições*, pp. 23, 25s, 32

^R ¹² Ibidem, 2ª Lição, p. 45.

justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica.¹³ (Kehl, 1929: 58; grifo nosso)

Provavelmente, isto se deve ao fato de que para Kehl, só era possível o desenvolvimento nacional e social se fosse garantida ao povo uma melhoria de sua condição de saúde e de vida. Por isso que, antes mesmo de discorrer sobre os fundamentos da Eugenia nas *Lições de Eugenia*, Kehl escreveu a terceira lição, que é ampliada na edição de 1935, sobre os ¹Fatores Degenerativos da Espécie¹ ~~(discorreremos sobre este assunto no próximo capítulo)~~ ^{sobre o que no próximo capítulo}.

Após esta definição, Kehl distingue Eugenia de eugenismo, na medida em que esta última é, nos próprios termos de Kehl, a ¹aplicação sociológica¹ dos princípios constituídos cientificamente pela Eugenia. Esta diferenciação é fundamental para Kehl, na medida em que por meio dela se ressalta tanto a sua utopia eugênica no aprimoramento do homem enquanto indivíduo e ser social, bem como sua pretensão epistemocrática. Em outras palavras, a vantagem da diferenciação formulada por Kehl se assenta em revelar plenamente sua crença no projeto eugênico enquanto *modus operandi* e *modus essendi* da vida social: é o sonho de que a tessitura social em sua totalidade, sua estrutura e dinâmica, pode ser construída e determinada a partir do controle e, como não dizer, da constituição biológica do homem.

¹O seu programa [da Eugenia] – afirma Kehl – póde resumir-se em favorecer a estabilização de qualidades hereditárias e em impedir a aquisição de caracteres degenerativos e transmissíveis hereditariamente – elucidando e organizando a sociedade humana contra os fatores de degeneração, controlando os casamentos, evitando o matrimônio entre tarados e degenerados, vulgarizando e aplicando os conhecimentos necessários á proteção individual e racial.¹⁴ (Kehl, 1935: 34)

¹³ Idem, "A Eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico)", p. 58 (grifo nosso).

¹⁴ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 1ª Lição, p. 17.

Em suma: para Kehl, o fundamento do indivíduo e da sociedade é biológico. O próprio conceito de 'raça', que não se confunde mas se entrelaça com a concepção de 'sociedade' imaginada¹⁵ por Kehl, tem como seus fundamentos e princípios reguladores os fatores biológicos, e mais especificamente os hereditários. E é mediante o pleno controle dos princípios biológicos que se pode e se deve condicionar tanto o indivíduo quanto a sua raça e, portanto, sua sociedade, como ele mesmo afirma explicitamente nas seguintes passagens das Lições:

... esta doutrina (a Eugenia) deve ser claramente exposta, já que não é tão sómente uma questão de benefício individual a que visa a eugénia, mas sobretudo de benefício humano e de ordem social, nacional e internacional. Como se sabe, 'um povo não se compõe de bens nem de províncias, mas de homens', de cujo valor fisiopsíquico depende a sua grandeza. (...) De acordo com os preceitos humanitários e sociais contemporâneos, procura robustecer os principios de verdadeira solidariedade individual, imprimindo uma nova orientação medico-social para o aproveitamento maximo dos esforços de cada um em proveito coletivo e, portanto da especie. Pretende regenerar os individuos para melhorar a sociedade.¹⁶ (Kehl, 1935:46)

Deste modo, Kehl julgava que visava tanto o benefício da sociedade, assim como solucionava suas discrepâncias e contradições sociais.¹⁷ É nesta vontade selecionadora¹⁸ de que fala Kehl que se indica sua epistemocracia: é

¹⁵ Tomamos a expressão de Cornelius CASTORIADIS, em sua *A Instituição Imaginária da Sociedade*, quando define o conceito de "imaginário" nos seguintes termos: "O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de 'alguma coisa'. Aquilo que denominamos 'realidade' e 'racionalidade' são seus produtos"(CASTORIADIS, *Op. Cit.*, 13). Com isto queremos dizer que a ação médica e social de Kehl (dimensões que, nele, se auto-implicam) foi profundamente determinada pelo modo como ele "criou" sua própria realidade, pelo modo como selecionou e organizou os elementos sociais que julgou pertinente para sua análise eugênica da sociedade, ainda que soubesse que sua abordagem não eliminava outras possibilidades. Conferir, neste sentido, sua abordagem da hierarquia e da aristocracia eugênica em *Lições de Eugenia*, 2ª Lição, pp. 30, e 40-43. (Kehl, 1935: 30, e 40-43).

¹⁶ Ibidem, 1ª Lição, p. 22; e 2ª Lição, p. 46.

¹⁷ Renato Ferraz KEHL, 'A Eugenia no Brasil (Esboço historico e bibliographico)', in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I, p. 48: 'Emquanto o problema da regeneração humana não for encarado sob o ponto de vista biológico, teremos de encontrar sempre os contrastes sociaes e individuaes, as crises e ameaças á paz na família, na sociedade e entre as nações.' (Kehl, 1929:4)

¹⁸ Renato Ferraz KEHL, *Op. Cit.*, 2ª Lição, p. 32.

→ jogar no texto → contextualizar.

mediante o pleno conhecimento do funcionamento da hereditariedade, e pela adoção de medidas de intervenção social, na medida em que afetam tanto o indivíduo e, por conseguinte, o tecido social em sua totalidade, que se pode positivamente garantir a regeneração racial e nacional do país.

Ora, ao proceder desta forma, Kehl nos deixa transparecer sua concepção tanto do indivíduo quanto da sociedade. O indivíduo consiste num complexo orgânico, repositório das unidades elementares da vida, que garantem a perpetuidade da espécie; mas que podem ser manipuladas de modo a conferirem à espécie alguma possibilidade de salto evolutivo. Este é, inclusive, um dos desafios da eugenia: agir de tal modo que a seleção natural, preconizada por Darwin, possa ser direcionada e conduzida em conformidade com a 'vontade selecionadora' do eugenista, ou das políticas eugenistas adotadas numa sociedade. A sociedade, por sua vez, não é marcada pela sociabilidade, isto é pelas múltiplas possibilidades de convívio social, donde o indivíduo se correlaciona com a coletividade de maneira que a constitui e é por ela constituído. Para Kehl, a sociedade que ele imagina não é um todo coletivo, mas uma sociedade de indivíduos, cuja sociabilidade se reduz às possibilidades de cruzamentos eficazes para a permanência da espécie e para o aprimoramento racial da sociedade.

Em suma: Kehl efetua uma naturalização extremada, destituída de sua historicidade,¹⁹ de tal modo que imagina uma sociedade de indivíduos – reduzidos a meros corpos orgânicos que devem ser manipulados e manipuláveis. Daí a importância da intervenção eugênica nos casamentos, propondo a instituição

¹⁹ O que para Marx é um equívoco de proporções teóricas e práticas consideráveis, uma vez que Renato Kehl se atém apenas a uma abstração epistemológica e a toma como parâmetro inquestionável de tal modo que a realidade deve se adequar e subordinar àquela abstração. Para

do exame pré-nupcial, da educação sexual e da esterilização dos 'degenerados' (como veremos no terceiro capítulo) desta dissertação). Estes corpos não se interrelacionam, nem se condicionam; não se constituem portanto como indivíduos, porquanto estão, pelo naturalismo eugênico de Kehl, destituídos de qualquer sociabilidade. Vejamos mais detidamente de que maneira o eugenista concebe o indivíduo a partir dos fundamentos biológicos da Eugenia para, em outro momento, nos próximos capítulos, compreendermos melhor esta relação entre indivíduo e sociedade no discurso eugênico de Kehl.

2. Os fundamentos biológicos da eugenia

Como observa Kehl, o estudo da Eugenia implica um conhecimento de um número considerável de informações provenientes dos mais variados campos de investigação biológica:

*Para estudar a eugenia é imprescindível ter noções de anatomia, histologia, fisiologia e embriologia. Desconhecendo os fenômenos da reprodução, da hereditariedade, bem assim as doutrinas de Darwin, de Weismann, de Mendel, etc., torna-se difícil, senão impossível, acompanhar um curso de eugenia.*²⁰ (Kehl, 1935: 67)

Apesar dessa complexa e variada gama de conhecimentos que exige, é na ciência da hereditariedade que a Eugenia busca fundamentalmente sua legitimidade teórica.²¹ Castañeda observa que,

↳ (CASTAÑEDA, 1998: 27)

tanto, cf. Karl MARX & Friedrich ENGELS, *A Ideologia Alemã*, volume I, p. 31; cf. também Pierre VILAR, "Marx e a história", pp. 102-114.

²⁰ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 4ª Lição, p. 67.

²¹ Luzia Aurélia CASTAÑEDA, "Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia", p. 27. Como poderemos notar, é também nas ciências da hereditariedade que Renato Kehl busca sua legitimidade política – daí identificarmos constantemente em seu discurso eugênico a presença constante de uma epistemocracia, que ora se expressa como discurso utópico, ora se expressa como discurso correlato a ações e medidas sociais bem precisas (e muitas vezes autoritárias).

*Notas do texto?
colocar no texto?*

⁴Dos dozes (sic!) capítulos das *Lições de Eugenia* (1929), sete deles são dedicados à hereditariedade. Na décima, Kehl faz um resumo das diferentes teorias que fundamentariam a eugenia: teoria da evolução, que Kehl associa a Lamarck e ao lamarckismo; teoria da seleção natural, a Darwin e ao darwinismo; doutrina do plasma germinativo de Weismann; hibridismo e a hereditariedade de Mendel; conceito de blastofitória de Forel e a doutrina de Semon.²² (CASTAÑEDA, 1998: 40).

No entanto, quando atentamos mais de perto o todo das *Lições*, o que se constata é que Renato Kehl se amparou principalmente em três fontes teóricas. Deste modo, as demais referências que ele fez nos parecem muito mais como elementos auxiliares e não propriamente fundamentais ao seu projeto eugênico. A nosso ver, as teorias fundamentais são:

- Mendel e as questões da hereditariedade e do hibridismo (parte da 6ª Lição e a maior parte da 10ª Lição);
- Weismann²³ e a teoria do plasma germinativo (principalmente a 5ª Lição, sendo mencionado vez ou outra no decorrer das *Lições*); e
- Galton e a Biometria (principalmente em quase toda a 7ª Lição, sendo mencionado também no início da 11ª Lição).

Consideremos sucintamente tais teorias.

~~2.1.~~ Mendel e as questões da hereditariedade e do hibridismo

Na Sexta das *Lições de Eugenia*, intitulada ⁴Teoria Cromossômica da Hereditariedade^{1,24} Kehl apresenta sucintamente a teoria da hereditariedade

²² Luzia Aurélia CASTAÑEDA, "Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia", p. 40.

²³ Mesmo as considerações de Kehl sobre Lamarck e Darwin não parecem ter papel tão fundamental à sua concepção eugênica; elas parecem funcionar mais como uma estratégia discursiva para se facilitar a devida compreensão das teorias de Weismann, aludindo-o quase que como um representante, ou ao menos como um precursor do Neo-Darwinismo. Assim, se em nossa apresentação sumária das idéias de Weismann se fizerem necessárias, discorreremos sobre Lamarck e Darwin.

elaborada por Gregor Mendel, visando explicitamente abonar aquela teoria da hereditariedade. Assim, Kehl se permitiu desconsiderar as hipóteses [†]sobre a natureza e a séde dos fatores hereditários [‡], ²⁵ (Kehl, 1935:300) atendo-se apenas na apresentação do que julgava essencial.

Para ele o fundamental nesta apresentação é o fato de que a teoria cromossômica da hereditariedade se assenta [†]sobre a constancia dos elementos cromáticos verifica nas células reprodutoras e sobre a individualidade de cada um destes elementos, confirmada no exame dos fenomenos mendelianos [†]. ²⁶ (Kehl, 1935:302) Para tanto Kehl observa que, segundo a *Lei da Disjunção*²⁷ de Mendel, durante a formação dos gametas,²⁸ cada membro de um par de cromossomos (que são a sede, ou o suporte, dos genes) se separa em metade das células sexuais, de modo que metade dos gametas carrega um membro e a outra metade porta o outro membro do par de genes. Kehl acrescenta que tal disjunção ocorre sem que as partes se maculem entre si, de maneira que tais [†]unidades hereditárias[‡] – ou genes – mantêm-se puras uma vez que não ocorre uma mistura entre as características dos genitores, e que são transmitidas independentes umas das outras. [†]Isto explica – conclui Kehl – o princípio indicado da disjunção de Mendel ou da ‘pureza’ das células germinais.²⁹ (Kehl: 1935:1)

²⁴ Há um erro tipográfico na edição de 1935, em que o termo “cromossômica” é substituído por “cósmica”; felizmente pudemos constatar o erro através do cotejamento com a tradução espanhola da primeira edição e com a errata constante na segunda edição.

²⁵ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 6ª Lição, p. 100.

²⁶ Ibidem, p. 102.

²⁷ Atualmente chamada de “Primeira Lei de Mendel”. → colocar no texto.

²⁸ Ou seja: Kehl relata o processo da Meiose (tipo especial de divisão celular que produz gametas – isto é, as células sexuais – para a reprodução sexual).

²⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 6ª Lição, p. 102. (este texto é da 2ª edição) Atente-se para o fato do pouco rigor de Kehl em sua exposição, de modo a misturar conceitos: a expressão “células germinais” não cabe – do ponto de vista da História das Ciências – a Mendel, mas sim, bem posteriormente, a Weismann; assim, Kehl antecipa historicamente em Mendel o que foi descoberto e elaborado quase cinquenta anos depois por Weismann, como se em essência o conceito já estivesse em Mendel – o que faz dele um precursor da Biologia moderna. Por outro lado, ao fazer este hibridismo das palavras e dos conceitos (tomo a liberdade de me apropriar desta idéia de François JACOB, *A Lógica da Vida*, p. 206) Kehl nos mostra sua tentativa de sintetizar os princípios

Assim, Mendel constatou que, havendo um controle preciso da linhagem dos genitores, de tal modo que estes apresentassem a mesma forma de caráter³⁰ – o que atualmente chamamos de fenótipo –, se continuaria a ter uma prole da mesma linhagem, isto é, pura – apresentando exatamente a mesma característica dos pais.

Isto se faz mais evidente a partir da Lei de Híbridação de Mendel, que consiste em afirmar que a prole de genitores puros – que apresentam alguma variação de caráter – se apresentará sob uma forma variante híbrida. Ao se cruzarem entre si os membros desta prole, tem-se como resultado uma segunda geração formada de indivíduos diferentes entre si, quanto aos fenótipos (o conjunto de seus caracteres), numa proporção de 50% (cinquenta por cento) dos indivíduos puros – que se subdividem em dois subgrupos iguais, equivalentes aos genitores primordiais – e 50% (cinquenta por cento) de indivíduos puros. Assim, supondo um cruzamento de espécimes puros que se diferenciam apenas em uma característica (monohibridismo³¹), Mendel obtém híbridos de primeira geração [que] assemelham-se exclusivamente a um dos pais³², e as gerações seguintes, frutos do cruzamentos

(Kehl, 1935:104)

↳ (Jacob, 1985:200)

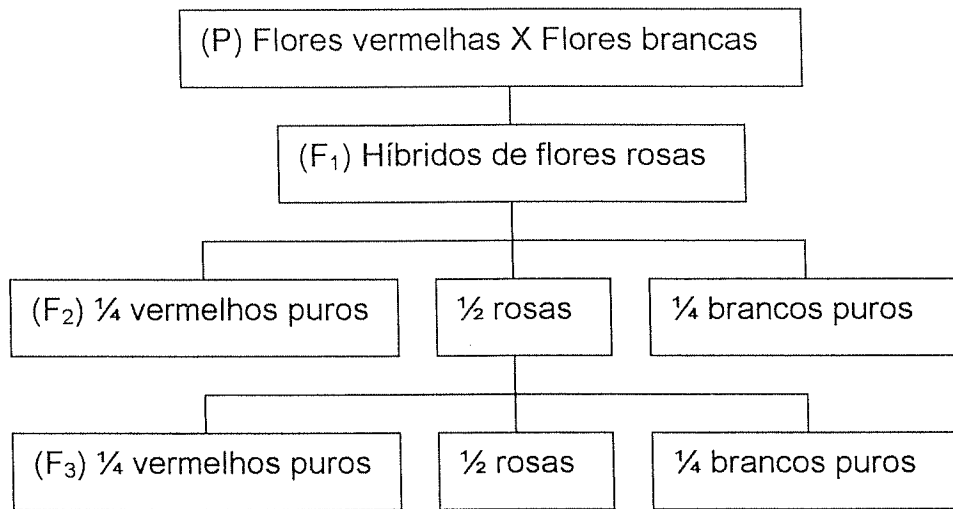
norteadores e os fundamentos da Eugenia (conforme a sua concepção) que, como veremos, sua base epistemológica era completamente atualizada no que diz respeito aos múltiplos desenvolvimentos da Biologia, desde meados do século XIX: sabemos bem da existência de impulsos racistas no discurso de Kehl; no entanto, mesmo seu racismo se encontra confinado aos limites da Biologia moderna; o que quer dizer que antes de se voltar sobre o indivíduo, Kehl se volta aos elementos básicos (isto é: a célula) do organismo humano – que só se individualiza enquanto síntese sistemática de todos estes elementos que têm sua diversidade garantida pela sua diversidade funcional (François JACOB, *A Lógica da Vida*, p. 178). E se Kehl se volta às células – bem sabemos: especificamente as células germinais – é porque entende, em consonância com os desenvolvimentos da Biologia de sua época, que é nelas que se encontra a sede da vida e onde se articulam todas as atividades do organismo; a célula é o próprio “centro da vida”, como dizia Virchow.

³⁰ Em Genética, “caráter” designa uma propriedade específica de um organismo, tendo como sinônimo “característica” ou “traço”. Por exemplo: a cor de uma flor é o seu caráter; e se a cor de uma determinada flor é vermelha *versus* branca é o seu fenótipo, ou sua forma ou variante.

³¹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 6ª Lição, p. 104.

³² François JACOB, *Op. Cit.*, p. 200.

dos espécimes obtidos da primeira geração filial³³ se subdividem numa relação proporcional de 1:2:1; como se pode observar no quadro abaixo, formulado por Kehl a partir do exemplo clássico de Correns³⁴ da polinização de flores vermelhas com flores brancas da espécie *Mirabilis jalapa*:³⁵ (Kehl, 1935: 104 e 179)^{note} (Suzuki, 1992: 86)



Um outro fator importante a ser considerado, uma vez que caracteriza o corte epistemológico³⁶ introduzido por Mendel na Biologia moderna – e

³³ David T. SUZUKI (*et alii*), *Introdução à Genética*, p. 16.

³⁴ Na edição espanhola à primeira edição das *Lições*, atribui-se o exemplo a Morgan, que em sua escola, possibilitou a consolidação da teoria hereditária de Mendel em teoria cromossômica. Cf. Theodosius DOBZHANSKY, *O Homem em Evolução*, p. 39. (1983: 39)

³⁵ Segundo Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 6ª Lição, p. 104; cf. também, p. 179. Observe-se que tal exemplo é apenas uma versão simplificada dos experimentos de Mendel com ervilhas, chegando a considerar até sete diferenças de caráter: sementes maduras ou rugosas; interior amarelo ou verde da semente; pétalas púrpuras ou brancas; vagens infladas ou sulcadas; vagens imaturas verdes ou amarelas; flores axiais ou terminais; e hastes longas ou curtas. Cf. David T. SUZUKI (*et alii*), *Op. Cit.*, p. 15. A letra (P) indica a Geração Parental (isto é, os espécimes de linhagem pura); (F₁) indica a primeira geração filial; (F₂) e (F₃) indicam as gerações subsequentes.

³⁶ Tecnicamente, o que estamos afirmando é que os trabalhos de Mendel, apesar de seu reconhecimento tardio pela comunidade científica, podem ser consideradas como um ponto de demarcação e de diferenciação epistemológica (obviamente não foi o único) entre a Biologia moderna e as Ciências da Vida que ora vigoravam em meados do século XIX. A Biologia moderna, com as descobertas de Mendel sobre a hereditariedade, efetuou uma ruptura tal que a obrigou a buscar novos patamares de sustentação científica (bem como implicava em novos procedimentos e uma nova linguagem, não apenas do ponto de vista semântico – uma vez que criava novos conceitos para se referir a novos eventos e objetos –, mas também sintático, porque as velhas taxinomias já não funcionavam adequadamente e urgia dar conta de novas relações, isto é, urgia encontrar uma nova forma de pensar) porquanto novos objetos se lhe apresentavam. Para tanto, vale a pena conferir

Kehl estava atento a isto na medida que corroborava algumas teses de Weismann – se deve ao modo como concebeu o hibridismo e a teoria da herança.

Na época em que Mendel realizou seus experimentos, ainda vigorava com predominância uma concepção de hereditariedade – a idéia de Herança por Mesclagem – que consistia em afirmar que as células germinais dos genitores (o óvulo e o espermatozóide) [↓] continham uma amostra de essências das várias partes do corpo parental: na hipótese, estas essências de algum modo se mesclavam para formar o padrão do novo indivíduo³⁷, ^(Suzuki, 1992:54) de tal modo que a prole se caracterizava como um indivíduo com características intermediárias às de seus pais. O esquema de Kehl pode – erroneamente – nos fazer crer que ele defendia tal concepção, visto que na primeira geração filial (F₁) tem-se flores híbridas que apresentam fenótipo de cor rosa – intermediária do vermelho e branco, cores predominantes na geração parental.³⁸

No entanto, Kehl continua seguindo os passos de Mendel. Este, em substituição à Teoria da Herança por Mesclagem, propõe a Teoria da Herança Particulada, que já apresentamos no decorrer desta seção. Urge agora precisarmos um elemento fundamental à esta teoria mendeliana, que aparece pouco tematizada nas *Lições*:

"Segundo as verificações clássicas – observa Kehl –, tomando por base a experiência do cruzamento da jalapa,

alguns textos de uma vasta literatura sobre o assunto: François JACOB, *A Lógica da Vida*, pp. 177-236; Michel PÉCHEUX & Michel FICHANT, *Sobre a História das Ciências*, pp. 41-53, e 109-129; Jacques MONOD, *O Acaso e a Necessidade*, pp. 115-133; Jacques RUFFIÉ, *O Sexo e a Morte*, pp. 21-34; Georges CANGUILHEM, *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*, pp. 91-122; Michel FOUCAULT, *As Palavras e as Coisas*, pp. 361-404, e "La vie: l'expérience et la science". In: *Dits et Écrits*. Vol. IV.

37 David T. SUZUKI (*et alli*), *Op. Cit.*, p. 14.

38 Isto ocorre porque no exemplo proposto por ele, diferentemente das experiências realizadas por Mendel com ervilhas, não ocorre o princípio de dominância, que, inclusive, o próprio Kehl faz menção. Neste sentido, cf. Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 10ª Lição, p. 180; e André DREYFUS, "O estado actual do problema de hereditariedade", p. 90.

representaremos o cruzamento dos dois pais, pelas letras: BBxRR e o híbrido obtido pelas letras: BR. Cruzemos dois híbridos, cada um deles dará quatro gametas: BBRR, os quais vão se unir dois a dois para dar 16 combinações: 4 vezes BB, 4 vezes RR e 8 vezes BR, isto é, 4 brancos puros, 4 vermelhos puros e 8 híbridos rosas.”³⁹

Mais explicitamente, o que devemos aqui observar, e que caracteriza – sob o ponto de vista esquemático – a teoria mendeliana de hereditariedade, está na representação dos gametas pelas letras. O que elas significam?

Elas significam que, apesar do cruzamento de dois indivíduos que apresentam genótipos puros, a sua prole apresenta em sua constituição genética as unidades genéticas elementares dos progenitores. Contudo, a representação adotada por Mendel para o fenômeno da hibridação permite-lhe salvaguardar sua teoria da herança particulada, admitindo que a “contribuição” genética de cada um dos membros progenitores mantém-se inalterada, ainda que a prole possa apresentar fenótipos variados, numa proporção de 1:2:1, como já observamos. Portanto, isto significa que, estatisticamente, a geração filial pode ser de cinquenta por cento de indivíduos híbridos e cinquenta por cento de indivíduos puros (que se segregam em dois grupos iguais). O mesmo acontece se forem cruzados indivíduos híbridos da mesma linhagem ou geração filial. Assim, Mendel pôde simbólica e matematicamente, corroborar sua teoria da hibridação, sabendo que, quanto maior fosse o número de caracteres a serem transmitidos, maior seria a possibilidade de combinação destes fatores. Como Mendel mesmo afirma:

“Os descendentes dos híbridos em que se encontram combinados vários caracteres diferenciais exprimem os termos de uma série de combinações onde estão reunidas as séries desenvolvidas de cada par de caracteres diferenciais... Se n representa o número dos caracteres diferenciais nas duas gerações

³⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 6ª Lição, p. 105.

originais, $3n$ dá o número dos termos na série das combinações, $4n$ o número dos indivíduos que pertencem à série e $2n$ o número das uniões que permanecem constantes.”⁴⁰

Acrescente-se a isto que, segundo Kehl, a Lei de Híbridação de Mendel também é fundamental para “justificar a suposição de uma localização dos fatores nas unidades morfológicas ou cromossomos, necessária para a reprodução dos caracteres parentais”,⁴¹ o que necessariamente não quer dizer que haja para cada fator ou caractere um cromossomo específico, mas apenas que a sua sede se encontra nos cromossomos. O mais provável é que um mesmo cromossomo se encarregue de vários fatores (ou vários genes).⁴²

De qualquer modo, o mais importante aqui é que os diferentes caracteres são herdados separadamente, sem se confundirem uns com os outros, conforme a Lei da Disjunção Hereditária⁴³ de Mendel, apresentado por Kehl nos seguintes termos:

“... os caracteres unidades fornecidos por cada um dos pais se separam nas células sexuais do descendente sem que tenha havido qualquer influencia uma sobre a outra e de ordinario sem serem modificados no decorrer da vida do individuo portador.”⁴⁴

Como observa Kehl, o que Mendel descobriu foi que nem sempre a geração filial apresenta indivíduos híbridos; mas sim que também apresenta em proporções estatísticas equivalentes indivíduos puros, mesmo que os genitores apresentem fenótipos diferentes. Além disso, o que Mendel postulou na Lei da Disjunção Hereditária foi uma oposição entre os membros de um par, de tal modo

⁴⁰ Gregor MENDEL, *Classics Papers in Genetics*, pp. 13-14, apud François JACOB, *Op. Cit.*, p. 200.

⁴¹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, p. 104.

⁴² *Ibidem*, p. 106.

⁴³ Hodiernamente, esta Lei é denominada por outras duas: Leis de Segregação Igual e Distribuição Independente, fenômeno que ocorre na *meiose*, isto é, na “divisão nuclear pela qual uma célula reprodutiva com dois conjuntos equivalentes de cromossomos divide-se em quatro produtos meióticos, cada um contendo somente um conjunto de cromossomos” [David T. SUZUKI (*et alii*), *Op. Cit.*, p. 31].

que cada um dos membros se diferencia entre si quanto a um determinado caráter.⁴⁵ Deste modo, Mendel pôde denominar cada um dos fenótipos de um caráter em relação ao seu par/oposto. Desta relação, Mendel concluiu que apenas um dos fenótipos se manifesta na geração filial, ou que ao menos se manifesta estatisticamente mais que o outro. O caráter que prevalece, Mendel denominou de “caráter dominante”, e o caráter que permanece latente nos indivíduos da geração filial, chamou-o de “caráter recessivo”.

“O principio de dominancia, – afirma Kehl – compreendido na lei mendeliana, é de grande importancia pratica. Segundo ele, os caracteres unidades contrastantes, como ficou esclarecido e que se apresentam nos pais, não se misturam, geralmente, nos descendentes; um deles é dominante e se apresenta de modo completo, enquanto que o outro é recessivo e se mantem temporariamente oculto.”⁴⁶

Disto tudo, o que salta aos olhos é que, com Mendel, se inaugurou uma nova época para a Biologia moderna. E Kehl parecia estar ciente disto, dada a sua preocupação em expor, ainda que sinteticamente, as principais idéias de Mendel. Com este, a Biologia em geral e a Genética em particular, enquanto teoria da hereditariedade, ganharam uma nova configuração: passaram a contar com um rigor jamais visto até então, o rigor matemático que em Mendel se faz sentir na sua contumaz utilização do Cálculo das Probabilidades, ainda que de maneira bastante simplificada.

Ao recorrer a tamanho rigor – permitindo à Genética (vale repetir, enquanto teoria da hereditariedade) o acesso ao limiar epistemológico da simbolização matemática – e amparando-se em suas leis, Mendel possibilitou uma

⁴⁴ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, p. 176.

⁴⁵ Mendel reduziu assim as relações de diferença ao princípio lógico de não-contradição, de tal modo que se trata mesmo de uma diferença de natureza e não meramente de gradação. O que confere a

compreensão do “mecanismo” da hereditariedade em termos bastante diversos daqueles formulados pelas teorias da hereditariedade vigentes, como por exemplo, a pangênese, defendida “provisoriamente” por Darwin.⁴⁷ A herança, com Mendel, passa a ser o resultado das múltiplas, para não dizer inúmeras possibilidades de combinação de pequenas parcelas, de pequenos fatores diferenciados de um determinado caráter.

“O que transmite hereditariedade não é, portanto, nem uma representação global do indivíduo nem uma série de emissários vindos de todos os pontos do corpo dos pais para se reajustarem no filho como as pedras de um mosaico. **É uma coleção de unidades discretas que regem, cada uma, um caráter.**”⁴⁸

No entanto, na época de Kehl, a plena aplicação das leis mendelianas ao estudo da hereditariedade no gênero humano era muito difícil, porque não há linhagens puras (entenda-se: raça pura), sua reprodução é lenta e de baixíssimo número de descendentes.⁴⁹ O que, todavia, não invalidava as pesquisas de Mendel. Apenas não facilitava as coisas para um projeto eugênico da envergadura daquele de Kehl; já que, no gênero humano, “os indivíduos são heterozigotos complexos, em virtude dos inúmeros cruzamentos, em todos os

sua Lei um certo estatuto ontológico que não podemos menosprezar, pois não se trata de mera simbologia, mas de uma nova realidade que se mostrava em seus fundamentos ao geneticista.

⁴⁶ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 10ª Lição, p. 180.

⁴⁷ A Teoria da Pangênese consistia em afirmar que as várias regiões do corpo enviariam partículas representativas (gêmulas) para compor as células sexuais (Gametas). Sua função consistia em justificar a Teoria da Herança dos Caracteres Adquiridos, uma vez que, desta forma, com a modificação provocada em alguma daquelas regiões ou partes do organismo, modificar-se-iam conseqüentemente as partículas que as representavam, modificando, assim, o caráter presente na descendência, ou geração filial. Kehl ainda se refere aos fatores mendelianos, ou genes, num sentido próximo à Pangênese, na medida em que se refere aos genes como unidade representativas.

⁴⁸ François JACOB, *Op. Cit.*, p. 202. Grifo nosso.

⁴⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 10ª Lição, p. 182. Vale observar que similar afirmação é feita por André DREYFUS, *Op. Cit.*, p. 95. Observe-se que Dreyfus foi um dos pioneiros na pesquisa e divulgação da genética no Brasil – que teve a oportunidade de trabalhar com um dos mais eminentes geneticistas e neo-darwinistas do século XX, Theodosius Dobzhansky; para tanto conferir Aldo M. de ARAÚJO, “A influência de Theodosius Dobzhansky no desenvolvimento da genética no Brasil”, in: *Episteme*, Porto Alegre, v. 3, n.º 7, p. 43-54, 1998.

sentidos e processados durante séculos.”⁵⁰ De qualquer modo, é àquelas “unidades discretas” de que nos fala Jacob, que o projeto eugênico de Kehl tem que se voltar, ainda que indiretamente, para poder determinar: sua concepção antropológica; os caracteres patológicos que assolam o indivíduo humano e a raça/nação; e sua devida intervenção profilática e social.

2.2. Weismann e a teoria do plasma germinativo

Kehl concentra sua exposição da Teoria do Plasma Germinativo, de August Weismann, na quinta de suas *Lições de Eugenia*, fazendo uma ou outra referência a ela no decorrer do livro.⁵¹ Nesta lição, Kehl vincula diretamente as teorias de Weismann à história das doutrinas evolucionistas, ao que nos fornece rápidas pinceladas sobre as principais idéias de Spencer (a teoria das unidades fisiológicas), Darwin (com a teoria da pangênese), e De Vries (com sua teoria das mutações bruscas). No entanto, sua rápida exposição se pautou num recorte bastante específico: ele se deteve nas considerações que cada um destes pensadores formulou acerca da existência de pequenas unidades hereditárias, com o intuito de explicarem de que maneira os caracteres dos genitores eram transmitidos à geração filial. Com Spencer temos as ditas unidades fisiológicas; com Darwin, as gêmulas; e com De Vries, os pangenos. Em suma: o que interessava a Kehl, nas *Lições*, era apreender de que modo o problema da hereditariedade foi

⁵⁰ Ibidem, p. 180.

⁵¹ Sabemos que o conhecimento de Kehl acerca dos trabalhos de Weismann não é pouco. É bem provável que ele tenha se utilizado dos próprios textos – em alemão – do biólogo e professor de zoologia na Universidade de Freiburg, como supõe Castañeda (*Op. Cit.*, pp. 40s). O que pode ser confirmado, sob certos aspectos, pelo próprio Kehl que preparava um estudo sobre as teorias de Weismann, por volta de 1912, como tese de formatura na Faculdade de Medicina. Sobre isto cf. Renato Ferraz KEHL, “A Eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico)”, p. 53.

tratado no bojo da história do evolucionismo, atentando-se, por fim, nas contribuições de Weismann a este problema.

Na arquitetura expositiva de Kehl, Weismann vem em seguida, e trazendo novidades.⁵² A apresentação de Kehl se concentra em três de suas teorias: a da continuidade do plasma germinativo; a da seleção germinal; e a da anfimixia.

Kehl observa que Weismann concebeu em 1881 a Teoria da Continuidade do Plasma Germinativo, a partir da conclusão de que a morte fisiológica não representa um fenômeno geral, mas uma exceção: “os protozoários só morrem em consequência de acidentes.”⁵³

Weismann chegou a esta teoria a partir da admissão da existência de dois tipos distintos de plasma: o morfoplasma e o idioplasma.⁵⁴ Cada um deles é respectivo a um tipo específico de célula: o morfoplasma, para as células somáticas, e o idioplasma para as células germinativas. Estas modalidades de plasma formam os cromossomos respectivos de cada um dos tipos de células. No entanto, no caso das somáticas, os cromossomos apresentam determinantes específicos e diversos

⁵² Atente-se, no entanto, à “Tabela recapitulativa das doutrinas evolucionistas (Montandon)”, apresentada por Kehl, que é mais detalhada no que diz respeito às personagens desta história do evolucionismo. Cf. Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 5ª Lição, p. 79. De qualquer modo, o mais importante nesta exposição inicial de Kehl, é que ele vincula diretamente os trabalhos de Weismann aos trabalhos de De Vries (que, curiosamente, foi um dos responsáveis, em 1900, pela ampla divulgação das descobertas de Mendel) e de Darwin, a ponto de se referir ao zoólogo de Freiburg como neo-darwinista. O que mostra, a nosso ver, a atenção dedicada por Kehl não apenas à história da Genética e do evolucionismo, mas também ao desenvolvimento das pesquisas genéticas de seu tempo, o que nos leva a crer que sua concepção eugênica – em seus fundamentos epistemológicos – é bastante próxima das teorias neo-darwinistas, ou teorias sintéticas.

⁵³ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 5ª Lição, p. 83.

⁵⁴ Weismann toma tal distinção de Carl Nägeli que, inclusive, foi um dos interlocutores de Mendel. Weismann recorreu ao termo “idioplasma” para designar parte do indivíduo, inerente às suas células germinativas, que tem propriedade genética, ou seja, que passa de uma geração a outra, e por isso era considerada perene; nela se encontram, em potencial, as virtualidades da espécie, da raça, da família ou da linhagem. O mesmo que plasma germinativo ou germinal. Renato Kehl vai observar que “as células reprodutoras contêm um plasma muito especial (idioplasma) com a propriedade de representar a totalidade dos caracteres dos grupos celulares” (*Lições de Eugenia*, p. 83). Por sua vez com a expressão “morfoplasma”, ou plasma somático, Weismann designava o plasma, ou os tecidos do corpo, portador de cromossomos; porém, incapaz de gerar novos indivíduos, isto é, sem propriedades genéticas (hereditárias).

entre si, conforme sua colocação, forma e função no sistema celular ao qual se integram. No caso das células germinativas, o idioplasma constitui cromossomos com determinantes sempre idênticos; e além disto, apresentam uma certa perpetuidade, porquanto sua morte não ocorre por fatores fisiológicos pré-determinados, mas por acidente.

"Esta perenidade – conclui Kehl – Weismann deduziu do fato comprovado entre os seres unicelulares, que se multiplicam por bi-partição, equivalente á verdadeira imortalidade. A diversidade entre o plasma germinativo e o plasma somático está em que este morre com o organismo, enquanto aquele perdura, subsistindo nos descendentes."⁵⁵

Em sentido similar, ainda que de maneira um pouco mais elaborada, Weismann afirma:

"Eu assumo a existência de uma substância nas células germinativas reprodutivas, que eu chamo de plasma germinativo. Este não pode ser formado espontaneamente, mas sempre é passado de uma célula germinativa para as outras células germinativas das gerações seguintes. A diferença entre 'corpo' (soma), e células reprodutivas é que estas últimas somente transmitem a substância reprodutiva, ou plasma germinativo, de forma ininterrupta de uma geração para outra, enquanto o 'soma', que sustenta e nutre as células germinativas, é, num certo sentido, somente um desenvolvimento de uma das células reprodutivas."⁵⁶

Assim, a hereditariedade era para Weismann um fenômeno de **continuidade** da espécie e, por conseguinte, de suas características específicas. Para considerar assim a questão, Weismann teve que adotar a idéia de uma divisão estrutural do organismo e, em nível mais fundamental, das células: as células somáticas e as células germinativas. Ao fazer isto, Weismann restringiu a função da reprodução a estas últimas, reforçando a idéia que já aparece em Mendel de que a geração e a herança de caracteres se dá mediante a combinação de fatores

⁵⁵ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 5ª Lição, p. 83.

específicos aos genitores na medida em que determina a localização daqueles fatores nas células, e em que modalidade de célula. Além de propor uma distinção estrutural e funcional entre as duas modalidades de células, Weismann propõe também uma diferenciação genética: as células somáticas só geram células somáticas, enquanto as células germinativas geram tanto as células germinativas quanto as somáticas. “Em outras palavras, – afirma Kehl – o **corpo** é, de fato, resultante do plasma germinativo e não este daquele.”⁵⁷

Isto ocorre porque, para Weismann, as células germinais se reproduzem por cisão, tal como os protozoários; contendo, portanto sempre a mesma carga hereditária. E os indivíduos são como que excrescências da espécie, perpetuadas na descendência germinal. Por isso, Kehl afirma que “em tais condições, o corpo representa, simplesmente, o **portador** do plasma germinativo, perpetuador de si mesmo, e mantenedor da identidade das espécies.”⁵⁸

Disto resulta basicamente duas conseqüências:

Primeiramente, a geração filial não é, exclusivamente, fruto da germinação paterna, enquanto um processo em que todo o corpo dos pais transmite elementos que formarão as partes componentes da geração futura (tal como a Teoria da Pangênese de Darwin propunha). Dito de outro modo, o que Weismann possibilitou, com sua Teoria da Continuidade do Plasma Germinativo, foi a definitiva e completa derrubada da Teoria da Herança por Mesclagem, já refutada por Mendel.

⁵⁶ August WEISMANN, *The germe-plasma: A Theory of Heredity*. Londres: Water Scott, Ltd, 1893, p. 9, *apud* Luzia Aurélia CASTAÑEDA, *Op. Cit.*, p. 34.

⁵⁷ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 5ª Lição, p. 84.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 84. Atente-se para a consonância desta idéia com a expressa por Weismann, em *Ensaio Sobre a Teoria da Hereditariedade (Vorträge über Descendenztheorie)*: “... para a reprodução dos seres multicelulares o mesmo processo que para a dos animais unicelulares: uma divisão contínua da célula germinal, e a diferença não consiste senão facto de que aqui a célula germinal não forma o indivíduo completo, sendo envolvida... por bilhões de células somáticas cujo conjunto apenas

A herança não é determinada mediante a relação entre indivíduos separados em geração parental e geração filial. A herança é o mecanismo de continuidade da espécie no decorrer das gerações, no decorrer do tempo. Donde Kehl pôde afirmar com bastante segurança que “o plasma germinativo é, em última análise, o ‘**substratum** material da hereditariedade’.”⁵⁹

Em segundo lugar, dado que o indivíduo enquanto soma não interfere na formação e geração das células germinativas (uma vez que estas são geradas tão-somente por elas mesmas), nenhuma alteração do organismo pode interferir nelas. Elas continuam a reproduzir-se geneticamente idênticas a si mesmas. Qualquer característica constante no indivíduo, excetuando-se os acidentes, já está pré-estabelecida na hereditariedade de suas células germinais. Assim, o organismo individual é geneticamente determinado pelos caracteres de sua espécie, e nenhuma característica de ordem accidental (isto é, não prevista geneticamente) pode afetar as descendências futuras e, portanto a espécie. “Todas as transformações devidas a influências exteriores – afirma Weismann – são de natureza passageira e desaparecem com o indivíduo.”⁶⁰ Portanto, todo o mecanismo da hereditariedade é concebido por Weismann como um mecanismo **endo-genético**.⁶¹

forma a unidade superior do indivíduo” (August WEISMANN, *Essais sur l'Hérédité*, p. 125, *apud* François JACOB, *Op. Cit.*, p. 210).

⁵⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 5ª Lição, p. 87. Desse modo, mais do que derrubar outras teorias da hereditariedade, Weismann possibilitou tanto a fundação conceitual da genética mendeliana quanto da própria teoria neo-darwinista da evolução. Neste sentido cf. Jeffrey W. POLLARD, “Is Weismann’s Barrier Absolute?”, p. 292. Provavelmente, esta afirmação de Kehl vem exatamente em consonância à teoria neo-darwinista da evolução.

⁶⁰ August WEISMANN, *Essais sur l'Hérédité*, p. 318, *apud* François JACOB, *Op. Cit.*, p. 211.

⁶¹ Por “endo-gênese” entendemos as concepções de hereditariedade que se caracterizam pela recusa, tácita ou explícita, da existência dos fatores epigenéticos, isto é, dos fatores distintos e exteriores ao mecanismo genético da hereditariedade que o afetariam; desta maneira, trata-se também de uma recusa da Teoria da Herança dos Caracteres Adquiridos, defendida tanto por Lamarck quanto por Darwin.

Deste modo Weismann abalou drasticamente todas as teorias vigentes sobre a transmissibilidade de caracteres adquiridos (poderíamos chamá-las em certo sentido de *exo-gênese*⁶²), desde a concepção proposta por Lamarck,⁶³ quanto ao próprio Darwin,⁶⁴ apesar de todo o esforço de seus seguidores em omitir o veio lamarckista das *Origens das Espécies*.⁶⁵ Kehl menciona tal fato, primeiramente a respeito da teoria de Lamarck, na quinta lição,⁶⁶ retomando-a adiante, na nona e na décima lição de maneira bem mais completa, inserindo aí também Darwin.⁶⁷

A Teoria da Continuidade do Plasma Germinativo foi fundamental para Weismann reconsiderar as teorias evolutivas, possibilitando especialmente uma certa releitura da teoria da seleção natural, de Darwin. Enquanto para este, a seleção natural se dava entre indivíduos; para Weismann, a seleção ocorre num nível estrutural mais básico, que é entre as células germinais. Isto ocorre pois, como já vimos, a partir de Mendel a Biologia entra numa nova fase no que diz respeito à questão da hereditariedade; assim como em toda a Biologia desde meados do

⁶² Por "exo-gênese" compreendemos as concepções de hereditariedade que se caracterizam pela aceitação, tácita ou explícita, da existência dos fatores epigenéticos, isto é, dos fatores distintos e exteriores ao mecanismo genético da hereditariedade que o afetariam; um modelo famoso da Exo-Gênese se encontra na Teoria da Herança dos Caracteres Adquiridos, defendida por Lamarck e Darwin.

⁶³ Como bem se pode notar nesta afirmação de Lamarck: "Tudo aquilo que a natureza fez os indivíduos adquirirem ou perderem pela influência das circunstâncias a que sua raça se encontra exposta há muito tempo, e conseqüentemente pelo emprego predominante de tal órgão ou pela constante falta de uso de tal parte, ela [a raça] o conserva pela geração de novos indivíduos que dela provêm, desde que essas mudanças adquiridas sejam comuns aos dois sexos" (Jean Baptiste LAMARCK, *Philosophie Zoologique*, vol. I, pp. 199-200; *apud* Lilian MARTINS, "Lamarck e as quatro leis da variação das espécies", p.44).

⁶⁴ É o que já se pode notar desde o esboço de 1842 de *A Origem das Espécies*: "... quando mudarem as condições, será preservada uma proporção maior; desta forma, se o principal obstáculo ao crescimento recair sobre as sementes ou os ovos, então ao longo de mil ou dez mil gerações, aquelas sementes (como aquelas plumadas para voar) que voam mais longe e se dispersam, originarão, no fim, a maior parte das plantas e tais pequenas diferenças tenderão a ser hereditárias" (Charles DARWIN, *Op. Cit.*, p. 26). Atente-se que a hipótese dos caracteres adquiridos é mencionada atrelada a uma outra hipótese que é a da pangênese; cf. Charles DARWIN, *Op. Cit.*, p. 31. Kehl estava bastante ciente disso; cf. Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 9ª Lição, p. 169.

⁶⁵ Nélío BIZZO, *O Que é Darwinismo*, p. 19; Newton FREIRE-MAIA, *Teoria da Evolução: de de Darwin à Teoria Sintética*, pp. 61s; e Lilian MARTINS, *Op. Cit.*, p. 43.

⁶⁶ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 5ª Lição, p. 87.

século XIX ocorre uma reorientação quanto ao objeto próprio das investigações nesta área, saindo do nível individual e se voltando até o das estruturas celulares (mais do que propriamente as células).

Uma última consideração sobre o repúdio de Weismann à hipótese dos caracteres adquiridos deve ser feita. Kehl retoma esta discussão na nona lição. Aí, Kehl relata que a Teoria da Continuidade do Plasma Germinativo sofreu alguns reparos em virtude de casos excepcionais e raros, não se configurando portanto em regra. Apenas admitindo alguns limites à teoria. Para tanto, Kehl se vale da Doutrina das Engrafias de Richard Semon e da Teoria da Blastofitória, de August Forel.⁶⁸ Kehl identifica em Weismann e em seus discípulos três modalidades de variação: a variação proveniente da interação das células germinais; a variação provocada pela ação direta do meio-ambiente sobre as células germinais; e a variação provocada pelo meio sobre todas as células somáticas. Esta última variação é estritamente individual e, portanto não se transmite hereditariamente. Apenas as outras duas variações que ocorrem diretamente sobre as células germinais podem se converter

⁶⁷ Ibidem, 9ª Lição, p. 169; e 10ª Lição, p. 172-174.

⁶⁸ Não nos deteremos neste autores, pois entendemos que os mesmos apenas fornecem a Kehl aditivos teóricos às teses de Weismann, enfatizando este ou aquele aspecto que já está de algum modo presente, ainda que implicitamente, nas teorias do zoólogo alemão. Kehl, ao citá-los apenas matiza, conforme seus interesses, algumas das idéias de Weismann, visto que é bastante questionável se os limites impostos por Weismann entre as células somáticas e as células germinais são tão radicais e absolutos. Neste sentido cf. Jeffrey W. POLLARD, "Is Weismann's Barrier Absolute?", pp. 291-314. Neste ponto, concordamos parcialmente com Luzia Aurélio Castañeda, que entende haver em Kehl uma originalidade teórica por unir continuidade do plasma germinativo, blastofitória e engrafias (estas duas consideradas como idéias "lamarckistas") (CASTAÑEDA, *Op. Cit.*, p. 45). Contudo, discordamos dela pelo modo como considera o lamarckismo: Kehl era bastante ciente das diferenças entre Lamarck e Darwin, mas também era bastante ciente dos pontos de contato entre os dois; daí porque não nos parece aceitável considerar Kehl um lamarckista. Além do que, com Weismann, se instaura conceitualmente (ainda que não de maneira completa) o Neo-Darwinismo; portanto não se trata de refutar Darwin, mas de aparar-lhe as arestas e os excessos (certamente, o mesmo foi feito com Weismann), de modo a ressaltar-lhe seu mérito. Mesmo a disposição de Kehl em recorrer a Forel e a Semon, como já observamos, foi um recurso para responder questões e confirmar hipóteses que já constavam em Weismann; o que talvez nos tempos atuais seria perfeitamente dispensável. Talvez fosse muito mais proveitoso para Kehl, do ponto de vista epistemológico, se ele tivesse recorrido e explorado mais a teoria da mutação de De Vries, autor que ele conhecia e cita várias vezes nas *Lições*.

em hereditárias. Quer dizer: a própria escola de Weismann concebeu algumas possibilidades, ainda que raras e excepcionais, de transmissibilidade de caracteres adquiridos.⁶⁹

Disto, Kehl obtém quatro conclusões:⁷⁰

- (a) Tanto as células germinais adultas quanto as somáticas estão sujeitas à modificações, que, entretanto não se convertem em hereditárias;
- (b) Certos fatores, ao atuarem continuamente sobre as células germinais e somáticas provocam modificações que podem ser transmitidas aos filhos, sem no entanto tornarem-se hereditárias (é o caso da "hereditariedade por indução" ou da blastofitória⁷¹);
- (c) Em casos raros, é possível que ocorra casos de modificações hereditárias, se estes fatores externos agirem sobre as células germinais numa fase precoce de seu desenvolvimento (isto é, antes de atingirem sua maturidade celular) – que é o proposto por Semon em sua teoria das engrafias;⁷² e
- (d) As modificações somáticas são estritamente individuais (refutando-se assim tanto Lamarck quanto Darwin) não se tornando, portanto, modificações hereditárias, já que não afetam as células germinais.⁷³

⁶⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 9ª Lição, p.170.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 171.

⁷¹ Kehl define a blastofitória na 5ª Lição, pp. 96s : "Blastofitória ou deterioração das células germinais (ovulo ou espermatozoide), determina o que se poderia denominar de **falsa hereditariedade**, isto é, consequência de toda ação direta patogênica ou perturbadora, em particular de certas intoxicações, sobre referidas células (Forel). (...) Convém deixar bem clara a diferença entre os dois processos: **a**) a hereditariedade verdadeira tem uma ação permanente e persistente através das gerações; **b**) a blastofitória não tem senão um efeito temporário, que desaparece quando cessa de agir a causa determinante." Admitida a blastofitória, Kehl acrescenta-lhe à sua condição temporária a ação "profilática" que é de **eliminar** (ou ao menos atenuar) a causa determinante da modificação. Ou seja: pelo exemplo mesmo da sífilis congênita, dado por Kehl, essa *temporalidade* da alteração na hereditariedade é determinada por fatores externos, assim como a causa da eliminação dessas alterações.

⁷² Convém atentar, no entanto, que na época de Kehl, esta não é uma questão de fácil resolução, porquanto não havia ainda nenhuma comprovação experimental desta hipótese e havia mais motivos racionais para se creditar na veracidade da hipótese da não transmissibilidade de caracteres adquiridos, tal como postulado por Weismann. Neste sentido, cf. André DREYFUS, *Op. Cit.*, p. 96: "Outra crença de varios eugenistas que tem infelizmente que ser abandonada é a de que um meio favorável, boa alimentação, instrução desenvolvida, poderão influir sobre o patrimônio hereditário. Este é um dos aspectos do grande problema da transmissão dos caracteres adquiridos, hypothese de trabalho já apresentada por Lamarck. (...) Infelizmente nada sabemos ainda sobre os methods que nos permitiriam destruir factores nocivos ou crear factores favoraveis; todos os factos conhecidos demonstram a incrível estabilidade dos factores hereditarios e a mesma impotencia em que estamos para crear novos factores beneficos, existe no que respeita a possibilidade da destruição de máos factores."

⁷³ Sobre estas conclusões, cf. Luzia Aurélio CASTAÑEDA, *Op. Cit.*, pp. 44s.

2.3. Galton e a Biometria

A Biometria, ou Biométrica, surgiu a partir dos trabalhos de Francis Galton e de Karl Pearson, que consistiu no amplo emprego do conjunto de processos matemáticos, principalmente a Estatística, na Biologia. Sua abrangência de atuação é vastíssima, como observa Fernando Silveira, em sua conferência no I Congresso Brasileiro de Eugenia:

“... procuram os biometristas não somente as mensurações realizadas nos órgãos, como as relações existentes entre elles; porque investigam as constantes de trabalho de cada qual e os indices avaliadores das capacidades physicas ou psychicas; porque finalmente procuram subordinar a principios mathematicos os factos que se relacionem com os seres vivos.”⁷⁴

O objeto último da Biometria é o estudo do indivíduo, sob três ângulos de investigação: o antropológico; o genético; e o sociológico. Com tal estudo, a Biometria tem como seu escopo a melhoria do indivíduo naquelas três facetas próprias ao seu estudo:

“Melhorar os indivíduos – afirma Silveira –; tornal-os elementos do progresso geral; fazer typos fracos, typos fortes; elevar o nivel das camadas sociaes; eis o verdadeiro fim para que trabalham os pesquisadores nos laboratórios, entregando ao dominio da pratica os dados controlados que procuram diminuir as condições de erro, retirando o maximo que fôr possivel de imperfeições do observador.”⁷⁵

Vê-se que, o objetivo último da Biometria era de ordem social, na medida em que poderia intervir de modo eficaz nas relações sociais⁷⁶ a partir da correção eugênica do homem (enquanto indivíduo). Não foi despropositado o fato de

⁷⁴ Fernando R. da SILVEIRA, “Biometrica”, *Anais do I Congresso Brasileiro de Eugenia*, p. 99. Atente-se que sua exposição se detém na biometria humana.

⁷⁵ Ibidem, p. 102.

⁷⁶ Atente-se como Silveira concebe o nível sociológico do estudo biométrico do indivíduo humano: “[a Biometria] estuda o indivíduo ao lado de outros, numa associação que procura melhorar as condições

que um dos principais mentores da Biometria seja também o mentor e o responsável pela criação do neologismo “eugenia”: Francis Galton. E Kehl estava bastante atento a tudo isto. Tanto é que nas suas *Lições de Eugenia*, suas colocações sobre Galton não escondem seus limites teóricos ainda que lhe tribute o mérito por vários princípios de intervenção eugênica à sociedade. Neste sentido, é bastante provável (embora não tenhamos elementos suficientes para a sua comprovação) que de Galton, Kehl tome muito mais seu élan vital que propriamente elementos que permitam uma fundação devidamente científica da Eugenia. Em outros termos: Kehl dá continuidade aos objetivos eugênicos já propostos por Galton, conferindo-lhe ainda uma dimensão científica, com base no Neo-Darwinismo,⁷⁷ o que Galton não conseguiu fazer.

Alguns dos elementos fundamentais propostos por Galton à Eugenia foram deduzidos de uma tabela que ele publicou em 1909 onde demonstrava estatisticamente a hereditariedade das qualidades em uma população, e segundo ele, confirmado na prática, com base em cuidadosas estatísticas e genealogias familiares. Galton dividiu a população em duas classes, conforme suas qualidades físicas e mentais: ótima e péssima; “deixando de permeio a mediocridade M”, que representa um limiar entre as duas classes e que lhes serve de ponto de partida para alcançar os sucessivos graus – crescentes e decrescentes – das mesmas. Além disto, cada classe foi subdividida em cinco grupos, representados com as

de luta contra o meio externo e estabelecer seguramente os processos de manter a integridade dessas associações” (SILVEIRA, *Op. Cit.*, p. 100).

⁷⁷ Ou Teoria Sintética. Nome do movimento científico, que teve sua emergência histórica a partir dos anos 30 do século XX. Consistia, *grosso modo*, após a redescoberta das Leis de Mendel, em buscar os pontos de contato entre o mendelismo e o darwinismo, de tal modo que se evidencia as bases genéticas da evolução das espécies. Renato Kehl não apenas foi contemporâneo (no sentido de um “acidente” histórico), como também demonstrou alguma familiaridade com o movimento, apresentando algumas afinidades entre a sua concepção eugênica e a Teoria Sintética da Evolução

letras *V*, *U*, *T*, *S*, e *R* (para a classe ótima) e *v*, *u*, *t*, *s*, e *r* (para a classe péssima). Feito isto, Galton chegou à conclusão de que a população poderia ser estatisticamente dividida nos respectivos subgrupos das classes ótima e péssima, como consta abaixo:⁷⁸

Para as classes...	Ótima	Péssima	Índices
Para as classes...	V	v	0,35%
Para as classes...	U	u	1,80%
Para as classes...	T	t	6,71%
Para as classes...	S	s	16,14%
Para as classes...	R	r	25,00%

Desta tabela, Kehl deduz que “a mediocridade é um fenômeno natural”, e de que uma parcela bastante pequena da população atinge os níveis máximos das classes ótima e péssima (0,35% da população).⁷⁹ E mais: que os filhos de pais dos estágios máximos daquelas classes não possuem descendência localizada em estado eugênico (também chamada de “classe”) diferente; mas que pais de outros estágios de uma dada classe eugênica possuem filhos localizados na classe oposta, e que o número de filhos localizado em classe oposta a dos pais cresce proporcionalmente em relação à proximidade do estágio de classe paterna em relação à mediocridade.⁸⁰

(observe-se que nas *Lições* ele se refere a Weismann como neo-darwinista), embora não seja possível estabelecer com precisão qual o alcance e teor desta afinidade.

⁷⁸ A tabela que ora apresentamos é ligeiramente diferente daquela apresentada por Kehl em *Lições de Eugenia*, mas que tem por base as informações cedidas pelo autor mesmo naquele livro.

⁷⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 7ª Lição, p. 110.

⁸⁰ Acrescente-se no entanto, a ressalva introduzida por Kehl referente ao limite metodológico introduzido por Galton em sua tabela: “Devemos notar que na tabela de Galton os casais são homogêneos, isto é, casados dentro da mesma classe, não havendo mistura de pais da classe superior com os da classe inferior, o que impossibilitaria a organização da tabela” (*Lições de Eugenia*, 7ª Lição, p. 111). Deve-se observar também que, em termos estatísticos, a exposição de Kehl é bastante vaga porquanto a mediocridade, na tabela de Galton, equivale ao que nós chamamos hoje de mediana – que é o número que se situa exatamente no centro da distribuição, enquanto no momento em que atribui uma suposta naturalidade à mediocridade, Kehl considera-a no sentido de moda, que em estatística, é o valor numérico que repete mais vezes na distribuição. Ora, acontece

Disto, Kehl menciona três leis decorrentes da análise da Tabela da Hereditariedade das Qualidades de Galton:

- Lei da Regressão Filial (ou Lei de Tendência à mediocridade);
- Lei do Desvio da Média; e
- Lei da Herança Ancestral.

A Lei da Regressão Filial consiste em evidenciar “a faculdade peculiar á hereditariedade de aproximar a descendencia a um meio termo, isto é, para a media geral dos progenitores”.⁸¹ Isto pretendia explicar o porquê de progenitores de estágios mais próximos à mediocridade terem mais comumente filhos de classe eugênica oposta à sua, apresentando qualidades diversas da de seus pais. O que ocorre é que pela lei de tendência à mediocridade (Kehl também a chama de “medianidade”) os caracteres são transmitidos de uma geração para outra de maneira atenuada; tendendo, pois “ao equilíbrio estável, assegurador da espécie”.

A Lei do Desvio da Média foi elaborada por Galton para o trabalho comparativo entre raças diferentes quanto a uma dada qualidade. Kehl utiliza como exemplo a inteligência. Com base nesta lei, Galton pôde não apenas comparar, mas também classificar as diversas raças, “utilizando para todas os mesmos graus na escala das aptidões.” Contudo, Kehl não conseguiu perceber que esta lei era profundamente etnocêntrica e racista, aceitando-a prontamente sem nenhum questionamento; atitude que tivera em outras ocasiões, restritas – porém – às teorias evolucionistas e sobre a hereditariedade. A sua aceitação se deve ao fato de que ele

que, pela tabela de Galton, a mediocridade tem valor 0 (zero), o que nos permite inferir que a maior incidência de indivíduos são daqueles que, ainda que pertencentes às supracitadas classes, mais se aproximam da mediocridade (estes formam aquilo que em estatística chamamos de classe modal). Na verdade, a mediocridade, enquanto valor “zero” representa apenas um divisor, não uma incidência factual, apenas uma tipologia idealizada enquanto ponto referencial e de partida.

⁸¹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 7ª Lição, p. 111.

certamente acreditava nas concepções antropológicas caracteristicamente etnocêntricas – que enxergavam nas diversas etnias não-brancas povos e culturas atrasadas em relação à raça e cultura branca.⁸²

Por fim, a Lei da Herança Ancestral de Galton que, segundo Kehl,

“Esta é uma lei muito interessante, conquanto parta de um princípio que hoje se demonstra achar-se errado, isto é, que os indivíduos herdaram, biologicamente, na mesma proporção, de todos os antepassados. Segundo esta lei a contribuição de cada ancestral seria em média, conforme o grau de parentesco ascendente, cada vez menor, na seguinte ordem: $\frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{8} + \frac{1}{16}$.”⁸³

Esta lei aponta certamente para uma concepção monogenista; o que é, de certo modo, não a comprovação mas a imaginação estatística de Galton diante do evolucionismo proposto por seu primo Charles Darwin, em sua teoria da seleção natural. O erro de que nos fala Kehl certamente não se deve ao evolucionismo, mas ao fato de que ela não se confirma empiricamente, o que a invalida: “Se assim fosse, – diz-nos Kehl – cada indivíduo, segundo a fórmula $(2)^n$, no dia de hoje teria tido, no século do suposto nascimento de Jesus Cristo 2^{57} antepassados ou 120 quatrilhões de avós, número superior à população do globo.”⁸⁴ Além disto, Kehl já aceitara a teoria da continuidade do plasma germinativo e do mendelismo, o que lhe dava instrumental teórico suficientemente rigoroso para não admitir tal lei.⁸⁵

⁸² É desnecessário neste momento precisarmos se o etnocentrismo de Kehl se pautava no evolucionismo darwinista e spenceriano – (o que é bastante provável, visto que cita a ambos), donde se afirma que as etnias não-brancas são estágios inferiores do desenvolvimento da raça humana, que tem seu apogeu na raça branca, isto é que defende o monogenismo –, ou se está mais próximo das antropologias difusionistas, como de Franz Boas, que defendem a evolução poligenista.

⁸³ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 7ª Lição, p. 113.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 114.

⁸⁵ A Lei da Herança Ancestral está vinculada à hipótese da herança latente segundo a qual “um indivíduo deveria ser formado de duas partes: uma que permaneceria latente (elementos latentes) nas células germinais e outra que se expressaria no organismo adulto (elementos patentes). (...) Esses elementos seriam segregados duas vezes: uma primeira, logo após a fecundação, quando os elementos embrionários (latentes e patentes) divergiram e na seqüência do desenvolvimento embrionário; uma segunda vez, quando os elementos latentes seriam divididos em dois, uma parte passaria para a próxima geração e a outra permaneceria com o indivíduo até a morte. (...) Galton

3. Considerações sobre o estatuto epistemológico da eugenia de Kehl

Com a nossa exposição, mostramos que para Kehl era fundamental uma obra que desse conta de abarcar a Eugenia desde os seus fundamentos. E que tais fundamentos devem ser científicos. Daí porque a sua base epistemológica ter que ser inquirida na história das teorias da hereditariedade desde Mendel; tendo neste um de seus principais pilares, porquanto é aquele que concebeu a Genética em seus fundamentos basilares – em sua linguagem, em seu método e em seu objeto. Também Weismann, que possibilitou para Kehl, a corroboração dos pilares mendelianos da Genética, tornando-se assim um de seus pilares teóricos.

Vê-se que não é tanto Darwin ou Lamarck que aparecem como os grandes nomes e heróis que devem ser seguidos pelo eugenista, ao menos na ótica de Kehl. Não que Lamarck e Darwin não tenham algum valor para a eugenia de Kehl. Eles têm. Porém na medida em que algumas de suas teorias foram corrigidas pelos geneticistas e que, ainda assim, ofereciam alguns desafios teóricos àqueles, o que culminou no Neo-Darwinismo – uma modalidade de resposta (mais do que de crítica e repúdio) àqueles desafios. Neste sentido, a concepção de eugenia elaborada por Kehl é profundamente marcada pelo Neo-Darwinismo, que tem nas décadas de vinte e trinta a sua constituição histórica deflagrada. Neste sentido, podemos dizer que a eugenia de Kehl é contemporânea, do ponto de vista histórico e conceitual, das pesquisas genéticas daquela época.

Devemos mencionar, por fim, que salta aos olhos que tanto a reconstrução histórica, quanto os propósitos eugénicos (embora não os tenhamos

queria acreditar que os elementos patentes não poderiam influenciar a linhagem latente.”(Luzia Aurélio CASTAÑEDA, *Op. Cit.*, pp. 32s).

ainda discutido mais detalhadamente) formulados por Kehl são profundamente marcados por um certo determinismo genético.⁸⁶ Kehl parece reduzir toda a diversidade humana aos fatores biológico-evolutivos, principalmente aqueles que se referem diretamente à hereditariedade: isto se faz evidente quando ele defende – e como ele defende – teorias como a de Mendel, de Weismann, e de Galton, que refutam a hipótese da transmissibilidade dos caracteres adquiridos.

A recusa de tal hipótese não é apenas o descrédito público aos “exageros” que tal hipótese proporcionou; é também a afirmação de uma outra hipótese: a de que os caracteres de espécie, ou os caracteres raciais (no sentido mendeliano de linhagens), são todos decorrentes exclusivamente de fatores e elementos endo-genéticos, isto é: do plasma germinativo (Weismann), ou dos cromossomos (Mendel e Morgan); enfim, dos genes (como o próprio Kehl vai mencionar em uma dada ocasião, em sua exposição da teoria mendeliana da hereditariedade).

Pelo menos no que tange aos fundamentos epistemológicos – a saber, especificamente, a Genética e o Neo-Darwinismo – Kehl não parece conceber a possibilidade de alguma interação entre os fatores genéticos e os demais fatores sistêmicos que interferem e condicionam o desenvolvimento do organismo, especificamente o organismo humano como ambiente, condições sociais, econômicas e culturais, etc.(ou seja, os fatores epigenéticos).

Mesmo que se possa atribuir a Kehl alguma interação entre causas genéticas e fatores ambientais, tal interação apenas ameniza a radicalidade de seu determinismo genético; porquanto os fatores ambientais ficam certamente, no

⁸⁶ A expressão é tomada de Charbel Niño EL-HANI, em seu interessante artigo intitulado “Explicações causais do desenvolvimento: são os genes suficientes?”, in: *Cadernos de História e Filosofia da*

máximo, relegados ao plano de fatores acidentais ou condições coadjuvantes no desenvolvimento do indivíduo ou na evolução da espécie. Deste modo, estes fatores – os fatores epigenéticos – são teórica e tecnicamente dispensáveis, já que os fatores genéticos são hipostasiados a ponto de se configurarem como causa suficiente (uma vez que seriam considerados fatores primários e básicos).

Certamente, a defesa deste determinismo genético contra uma concepção sistêmica que contemplasse tanto os fatores genéticos quanto os epigenéticos como fatores distintos mas equivalentes na “ordem das razões” do desenvolvimento do organismo, especialmente do organismo humano, foi de suma importância à concepção de Kehl tanto do homem quanto da maneira dos procedimentos eugênicos (como por exemplo, a educação) que julgou mais eficazes para o engrandecimento da Nação. Mas isto é assunto para os próximos capítulos.

CAPÍTULO SEGUNDO

A CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DA EUGENIA DE KEHL

No presente capítulo, nós discutiremos a concepção eugênica de Kehl acerca do indivíduo. Como veremos é esta concepção antropológica inerente a seu discurso eugênico que funciona de elo entre os fundamentos epistemológicos – que, como já vimos no capítulo anterior, se assentam nas teorias da hereditariedade confrontadas com as teorias evolucionistas (Darwin e a teoria da seleção natural) – com os anseios sociais e, sob certos aspectos, com os intuitos e intervenções políticas projetadas pela Eugenia, o que denominamos de epistemocracia.

Para a devida compreensão da antropologia eugênica de Kehl, precisamos situar histórica e socialmente o movimento eugênico no contexto do Brasil das duas ou três primeiras décadas do século XX, em plena República Velha, considerando principalmente os problemas que assolavam as cabeças das elites políticas, religiosas, intelectuais e culturais; muitas vezes, a despeito dos anseios das classes pobres, e do operariado nascente do país. E a nosso ver, o grande problema que incomodava essas cabeças ilustres era exatamente a necessidade de instaurar no Brasil a condição maior de nação, como veremos a seguir.

1. A questão nacional e a sua versão eugênica

Desde quando o Brasil pode efetivamente se considerar nação? Mais geral: o que é necessário para que se construa uma nação? Parece que tais perguntas atormentaram, e bastante, as elites brasileiras, principalmente as elites políticas e intelectuais, nas primeiras décadas do século XX, isto para não dizer que tal questão já os afligia, provavelmente desde 1870.¹ Na realidade, o problema que está em jogo aqui é o do surgimento de uma consciência nacional e do pensamento nacionalista. Como atesta Hobsbawm, o nacionalismo é um fenômeno histórico que antecede tanto a formação histórica do Estado quanto da Nação.²

Ou seja: no Brasil, quando se discutiu acirradamente a condição nacional do país já desde os últimos anos imediatamente antecedentes à Proclamação da República, em novembro de 1889, até a terceira década do século XX, se afigurava a necessidade de constituir, consolidar e propagar o Brasil como nação, tanto no cenário internacional quanto no cenário brasileiro. Isto porque o Brasil ainda não podia realmente se qualificar – aos olhos das elites intelectuais e políticas – como nação!

Vejamos mais detidamente esta relação entre nacionalismo e nação, para daí averiguarmos como esta questão se coloca, em suas linhas gerais, no Brasil, e em especial de que modo o movimento eugenista buscou contribuir ao debate com sua versão nacionalista.

¹ Lúcia Lippi OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*, p. 79.

² Eric J. HOBBSAWM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 19.

1.1. Nação e nacionalismo

Para contemplarmos, ainda que minimamente, esta relação, tomaremos como apoio a exposição que Eric Hobsbawm formula em seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1780*, principalmente no que diz respeito à sua acepção revolucionária e liberal. Neste livro, Hobsbawm entende que a despeito da existência do termo “nação” ser bastante antiga, sua discussão mais “técnica” e, mais precisamente, em seu sentido moderno e basicamente político, é bastante recente, remontando desde o fim do século XVIII. A despeito de seu sentido original, no qual o termo “nação” estava vinculado às questões étnicas ou de língua, na Modernidade o termo está diretamente vinculado à associação entre povo e Estado, enquanto se trata de fazer prevalecer os interesses coletivos contra os interesses pessoais; o bem comum contra o privilégio. Além disso tal relação implicava também numa estreita vinculação ao território,³ às fronteiras que demarcavam o Estado-Nação, como sítio de ação deste Estado que deveria representar a coletividade e fazer valer para todos os indivíduos e demais nações os interesses dessa coletividade.⁴

³ De modo similar a Hobsbawm, Lúcia Lippi Oliveira define assim a questão da nação: “A idéia de nação faz parte do universo simbólico. Sua valorização visa proporcionar sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território. Trata-se de um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política” (Lúcia Lippi OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 14).

⁴ Marx, muito sagazmente percebeu as contradições inerentes a esta pretensão do Estado nas sociedades capitalistas do século XIX, principalmente se valendo do Bonapartismo, que se instaurou na França e que foi objeto de sua análise em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. O Bonapartismo instaurou um Estado que se dizia representante de todos os cidadãos da nação francesa, mas que no entanto, representava os interesses particulares e os privilégios de alguns grupos, notadamente a pequena burguesia agrícola. Sobre as análises de Marx, cf. Emir SADER, *Estado e Política em Marx*, especialmente pp. 59-61: “O bonapartismo e o bismarquismo possuem em comum a dissociação entre a predominância de uma classe no nível das relações de produção e a apropriação do Estado por outra classe, não-hegemônica naquele nível (...)O bonapartismo seria uma forma de Estado que se sustentaria nos pequenos proprietários rurais, camada social já ultrapassada pelo nível de desenvolvimento das relações de produção francesas da época, onde a burguesia francesa marcava já sua hegemonia. A França tornou-se o objeto político concreto mais explorado por Marx, fazendo com que suas três análises mais importantes, modelos de enfoque dessa ordem, cobrissem os acontecimentos políticos franceses de 1848 à Comuna de Paris.”

Isto se faz sentir bem neste trecho da *Enciclopédia Brasileira Mérito*, citado por Hobsbawm, onde se define “nação” como:

“a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado, excluindo o poder governamental.”⁵

O fundamental é que na retórica predominante do século XIX, em que o conceito de “nação” ganhou feições políticas, ocorreu uma equalização entre povo e Estado; tal como se deu nas Revoluções Francesa e Americana. Com efeito, o que saltava aos olhos como núcleo do conceito de “nação” era o fato de que este termo designava o “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política”.⁶

Assim, o que configurava um povo como nação era seu pleno exercício de cidadania. Ora, o conceito de “cidadania” é um conceito essencialmente jurídico, o que indica portanto que a equalização entre povo (ou o que hoje chamamos de “Sociedade Civil”) e Estado se dá na ordem do jurídico, donde se pode concluir que o Estado-Nação é sustentado por um *corpus juridicum* – um conjunto de leis que promulga e legitima o Estado como instituição unificadora e representante dos interesses da coletividade social. Hobsbawm observa inclusive que, desde a Revolução Francesa, ocorreu uma política da adoção da língua francesa como língua nacional. Não que o francês fosse uma língua já falada por toda a população, mas pelo fato de que adotar o francês era uma maneira, dentre outras, de se adotar a cidadania francesa e, assim, de poder rogar para si os direitos

De modo bastante similar, encontramos em Engels: “A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada” (Friedrich ENGELS, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, p. 199).

de pleno exercício da cidadania; e portanto, da plena soberania do povo junto ao Estado.

Contudo, a grande questão no século XIX era a de determinar dentre tantas nacionalidades existentes na Europa, quais poderiam se tornar Estado, e quais dentre os Estados existentes poderiam ser chamados de nações. Vê-se, pois, que se trata de uma questão política e jurídica, no bojo do Jusnaturalismo⁷ francês e do Liberalismo inglês (e que, no entanto, deveria conformar todos os demais povos europeus). O que consistiu tanto em garantir uma unidade sistemática dos diversos grupos étnicos, culturais, sociais, lingüísticos; quanto expandi-la aos demais grupos. Desse modo, qualquer movimento nacionalista de cunho revolucionário-democrático deveria visar tanto a unificação quanto a expansão da unificação nacional sem, com isso, implicar no desaparecimento das diversidades dos grupos componentes da unidade nacional.

“Tudo isso – afirma Hobsbawm – era evidentemente incompatível com definições de nações baseadas na etnicidade, língua ou história comum; mas como vimos, estes não eram critérios decisivos da formação liberal de nações. Em qualquer caso, ninguém chegou a negar, nunca, a real multinacionalidade ou multilinguagem ou multietnicidade dos mais antigos e inquestionáveis Estados-nações, ou seja, Grã-Bretanha, França ou Espanha.”⁸

Mas além de ser uma questão juspolítica, o estabelecimento dos Estados-nações também era uma questão econômica. Tratava-se de determinar que

⁵ *Enciclopédia Brasileira Mérito*. São Paulo – Rio – Porto Alegre, 1958-1964, vol. 13, p. 581, *apud* Eric J. HOBBSBAWM, *Op. Cit.*, p. 28.

⁶ Eric J. HOBBSBAWM, *Op. Cit.*, p. 31.

⁷ Por “Jusnaturalismo” entendemos a aplicação do Naturalismo Filosófico especificamente na Ética e no Direito, cuja característica fundamental consiste em não reconhecer a existência de nenhuma outra realidade senão a natural, de tal forma que tudo o mais é ou sua forma ou manifestação. O Jusnaturalismo, deste modo, toma a natureza como critério de bem e de justiça, de tal forma que prescreve e regula as condutas morais e legais. Montesquieu, citado no segundo capítulo desta dissertação, faz uma defesa exemplar do Jusnaturalismo, já na primeira afirmação do *Espírito das Leis*, Primeira Parte, I,1: “As leis, em sentido lato, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas.” (Charles-Louis de Secondat MONTESQUIEU. *L'Esprit des Lois. Oeuvres Completes*. Première Partie, I, 1, p. 53)

⁸ *Ibidem*, p. 45.

Estado seria capaz de garantir e promover a produção nacional frente à economia internacional, isto é, ao mercado-livre (ou livre-comércio), de modo que a economia nacional fosse maximizada racionalmente a ponto de se tornar o mais auto-suficiente possível. Tratava também de determinar que Estado seria capaz de, além de promover, expandir sua produção nacional a ponto de ocupar nichos econômicos, e assim regular e determinar sua intervenção na economia internacional.⁹ Vê-se, pois que a questão do nacionalismo, também foi uma questão de determinar qual a força econômica do Estado em instaurar políticas protecionistas para sua produção nacional, e de expandi-la como economia exportadora para outras economias nacionais.¹⁰

Outra questão fundamental ao surgimento dos movimentos nacionalistas e ao surgimento, no século XIX, das nações, era o de saber quais delas teriam um futuro ou não. Assim Hobsbawm identifica nos discursos liberais do século XIX três critérios que são necessários para que uma dada nacionalidade seja de fato considerada e classificada como uma nação:

“O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável. (...) O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. (...) O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo.”¹¹

Portanto, podemos dizer, com Hobsbawm, que a classificação e a concepção modernas de nação e Estado-nação, predominante no século XIX, era

⁹ Cf. Adam SMITH, *A Riqueza das Nações*, vol. I, Livro Quatro, cap. II, pp. 435-452.

¹⁰ Vale observar, com Hobsbawm, que “a ‘questão nacional’, como os velhos marxistas a chamavam, está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social. (...) As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências” (Eric HOBSEAWM, *Op. Cit.*, p.19).

¹¹ Eric HOBSEAWM, *Op. Cit.*, pp. 49s.

parte integrante e fruto da ideologia liberal europeia. Isto em dois sentidos: Primeiramente, porque o desenvolvimento das nações era concebido inquestionavelmente como uma fase do progresso e evolução da humanidade, de tal modo que os povos que não se constituíram como nação, deveriam ser assimiladas pelos Estados-nações; o que não implicava, necessariamente, que aqueles povos minoritários de um ponto de vista político e econômico deveriam abdicar de seus costumes e línguas para se agregarem ao Estado-nação. Em segundo lugar, na medida em que a defesa da nação, pela sua novidade histórica, se opunha frontalmente aos conservadores e tradicionalistas,¹² atraindo todos os seus oponentes, inclusive até gente do porte de Marx e Engels.¹³

Obviamente, nem todas as concepções nacionalistas se definem em suas linhas gerais do mesmo modo que a concepção liberal aqui descrita. De qualquer modo, porém, é esta concepção que se apresentou de modo majoritário no século XIX, de tal forma que as demais não diferem tanto no conteúdo e sim na ênfase de um ou outro aspecto (como, por exemplo, a questão da etnia ou da língua). Vejamos agora como as elites brasileiras se colocaram diante da questão nacional.

¹² *Ibidem*, pp. 50-51: "Essas eram, então, as concepções de nação e Estado-nação dos ideólogos da era do triunfante liberalismo burguês: digamos, de 1830 a 1880. Essas concepções faziam parte da ideologia liberal de dois modos. Primeiro, porque o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro (...) Mas também em outro sentido a nação moderna era parte da ideologia liberal. Estava ligada ao que sobrou dos grandes *slogans* liberais a respeito da associação durável, mais do que a respeito de sua necessidade lógica: assim como a liberdade e a igualdade estão para a fraternidade. Em outras palavras, na medida em que a própria nação era historicamente nova, opunha-se aos conservadores e tradicionalistas e, portanto, atraía seus oponentes."

¹³ Hobsbawm cita uma carta de Engels a Bernstein, de 22/25 de Fevereiro de 1882, sobre os eslavos dos Balcãs, para confirmar sua interpretação da idéia de nação corrente no século XIX. Eric HOBBSAWM, *Op. Cit.*, pp. 60s (nota da pág. 53).

1.2. A questão nacional na Primeira República

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, desde 1870, na literatura, a questão se o Brasil poderia ser uma nação já era assunto de muita discussão e debate. Esta questão já se fez presente, por exemplo em textos como “Instinto de Nacionalidade”, de Machado de Assis, dentre outros; todos motivados por um espírito de modernização e atualização. Tratava-se não de repetir as experiências modernizadoras alheias, mas de se igualar aos grandes países e, portanto aos Estados-nações, considerados mais desenvolvidos.¹⁴ Vê-se, pois, um ímpeto em apreender a situação vigente do país como condição de atraso face aos países como Inglaterra e França: uma espécie de evolucionismo nacional, cujo alguns países se encontravam mais desenvolvidos que outros, tal como etapas, estrutural e “geneticamente” distintas, do processo evolutivo em que, supostamente, se encontrava toda a humanidade. Bem sabemos que esta concepção, ao menos em suas linhas gerais, foi compartilhada por diversas figuras eminentes, independentes de suas convicções ideológicas, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro.¹⁵

Aqui, os problemas brasileiros quanto ao projeto de construção nacional eram equivalentes aos enfrentados pela maioria dos países europeus no século XVIII:

“Enquanto na Europa o liberalismo estava às voltas com a questão da incorporação das massas à vida política,

¹⁴ Lúcia Lippi OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 81.

¹⁵ Mesmo Karl Marx e Engels se viram imbuídos desta concepção. Basta ver de Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol. 1, “Prefácio da Primeira Edição”, p. 5: “nesta obra, o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e circulação. Até agora, a Inglaterra é o campo clássico dessa produção. (...) **O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido**” (grifo nosso). E exatamente dezessete anos depois, em 1884, vemos Engels se esforçando em reunir em um único escrito – o que Marx também se disporia a fazer, se não tivesse morrido – as conclusões de Lewis Morgan, um dos grandes expoentes do evolucionismo na antropologia, em *A Sociedade Antiga* (1877), com as investigações seminais de Marx em *O Capital* (1867), que resultou no seu livro certamente mais famoso, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

enfrentando as propostas socialistas, no Brasil a vertente liberal da ilustração lutava por eliminar ou remodelar o Estado existente. Aqui impunham-se tarefas como a solução do problema das relações entre indivíduo e o Estado, a efetivação dos mais elementares e básicos 'direitos naturais', a abolição da escravatura, a concessão da liberdade de culto e a livre manifestação do pensamento."¹⁶

Urgia, portanto, que o processo de modernização do país fosse acelerado com vistas a se aproximar, senão alcançar, os estágios evolutivos das grandes nações europeias. Daí porque muitos destes intelectuais se mantivessem céticos quanto aos rumos políticos do país – ainda que fossem republicanos – após a Proclamação da República em 1889, uma vez que o Governo Republicano nas suas primeiras décadas era amplamente dominado pelas oligarquias agrícolas (principalmente de São Paulo e Minas Gerais), resquícios ainda das velhas elites agrícolas do tempo da colonização portuguesa.

Com a Proclamação da República, coincide a retração da economia agrícola no Nordeste (com a decadência do algodão, do açúcar e do tabaco) com a ascensão da economia cafeeira nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No entanto, esta ascensão se faz sentir com mais vigor no Estado de São Paulo, face à grande exaustão das terras dos outros dois estados, bem como ao impacto que sofreram com a abolição da escravatura. A abolição pouco afetou a economia cafeeira paulista uma vez que esta já se amparava em mão-de-obra estrangeira e assalariada. E com base em uma série de fatores, o Estado de São Paulo, mediante as oligarquias cafeeiras, ganhou posição de destaque no cenário político republicano, assim como o Brasil garantiu o monopólio do café no mercado internacional; sem contudo, ter o poder de estabelecer o preço do produto.¹⁷

¹⁶ Lúcia Lippi OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 82.

¹⁷ Maiores informações podem ser encontradas em Edgar CARONE, *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*, pp. 27-51.

Provavelmente pelo fato de que o maior importador do Brasil fosse um único país: os Estados Unidos.

Na realidade, desde bem antes do início do período republicano, este país já era o principal parceiro econômico e cliente do Brasil. Após 1870, com a supressão dos impostos de importação sobre o café, os Estados Unidos tinham importado mais da metade da produção brasileira de café destinada à exportação; e “em 1912, os Estados Unidos compravam 36% das exportações do Brasil, ao passo que o segundo mercado mais importante, a Grã-Bretanha, adquiria apenas 15%”.¹⁸ O que atesta significativamente a posição comercial dos Estados Unidos face às exportações brasileiras; podendo intervir na cotação internacional dos produtos nacionais, especialmente o café – principal fonte de renda ao Brasil na Primeira República após 1900.

Além disto, o atrelamento do governo republicano aos interesses das oligarquias e do coronelismo dificultavam a consolidação do Brasil como nação. Pois prevalecia uma estrutura social e política bastante similar ainda aos tempos coloniais, com a instauração das capitânicas hereditárias. Com o coronelismo ocorria um descompasso político entre o centralismo e o federalismo, na medida em que o coronelismo implicava no desenvolvimento e autonomia dos agrupamentos políticos nos estados, como unidades federativas, sem se subordinarem a um poder central localizado no governo republicano e mesmo sequer aos governos estaduais. O Coronel era assim mais forte que o Governador ou mesmo o Presidente. Seu poderio era total, indo desde a vida privada até todas as instâncias da vida pública. Os supostos três poderes concebidos por Montesquieu, em *O Espírito das Leis* (1748-1750) concentravam-se nas mãos dos coronéis (tal como o velho subterfúgio de D. Pedro I ao criar o Poder Moderador). Isto culminou em diversos conflitos entre

o governo federal e os oligarcas, principalmente quando aquele voltou a se encontrar sob o jugo intervencionista dos militares, principalmente do exército.¹⁹

Neste sentido, deve-se observar que o anseio intervencionista dos militares na Primeira República não consistia, necessariamente na tomada do governo do país – ainda que esta possibilidade não estivesse descartada –, mas sim na participação cada vez mais incisiva nos rumos políticos do Brasil, principalmente no sentido de uma maior concentração das forças políticas na máquina estatal do Governo Federal. Ou seja: urgia para eles que o Brasil fosse devidamente governado a partir de um centro irradiador, isto é, o Palácio do Catete – sede da Presidência do país. Para eles, urgia equalizar Estado e Governo Federal, de tal modo que a presidência não representasse os interesses particulares dos setores oligárquicos do país, mas que gerisse competentemente em todas as suas instâncias políticas e sociais. Daí a idéia de que as intervenções nos poderes oligárquicos e mesmo nos Estados, sobretudo do Nordeste (no Governo de Hermes da Fonseca), tivessem como meta a salvação do Estado Nacional e da “pureza das instituições republicanas”, visando alguma espécie de moralização da máquina estatal e de seus aparelhos, ainda que esta não implicasse em modificações significativas das estruturas sociais e políticas. Afinal, os próprios membros do Exército, acabavam por repetir as mesmas práticas das oligarquias locais que eles ajudavam a derrubar.²⁰

Assim, a questão nacional se colocava nas primeiras décadas da Primeira República, em suas linhas gerais, em dois níveis: um nível econômico e um nível político.

¹⁸ E. Bradford BURNS, “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, p. 377.

¹⁹ José Murillo de CARVALHO, “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, pp. 209-226.

²⁰ Boris FAUSTO, “A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930”, p. 406.

No nível econômico, o que se evidencia é que o Brasil se encontrava intrinsecamente atrelado ao mercado internacional, de tal modo que todas as investidas políticas do Governo Federal consistiam ora em contemplar as cobranças dos credores internacionais aumentando a arrecadação tributária, ora em efetuar cada vez mais empréstimos, muitas vezes para pagar parte da dívida externa.²¹ Além disso, quando se observa o impacto da quebra da bolsa de Nova York (1929) sobre a economia nacional, embasada principalmente na produção e exportação cafeeira – que já fora vitimada por diversas crises desde o fim do século XIX –, vê-se a real dimensão da dependência econômica do Brasil à economia internacional.²²

No nível político, o que predominava no cenário nacional não estava no âmbito das relações internacionais (não quer dizer que não houvesse qualquer espécie de interferência, principalmente de cunho imperialista de outros países sobre o Brasil); mas sim nas relações conflituosas entre centralização estatal e governamental, e as forças oligárquicas e federalistas espalhadas em vários estados do país.

Em suma: com nossa síntese histórica, está claro que o nacionalismo no Brasil durante as primeiras décadas republicanas do século XX, a despeito de suas diversas variações, tinha dois grandes problemas a resolver: o de colocar o Brasil enquanto nação e enquanto força econômica no mercado internacional, e o de resolver o embate entre centralização estatal e poderes locais. Como dissemos, certamente há outras facetas a serem consideradas. E a que nos interessa neste ponto é compreender de que modo a intelectualidade brasileira responde à questão nacional. Principalmente a intelectualidade ligada ao eugenismo.

²¹ Edgar CARONE, *Op. Cit.*, pp. 113-127.

1.3. Eugenia e nacionalismo

Antes, porém, de nos determos no movimento eugenista, é necessário considerarmos alguns elementos por assim dizer prévios à devida compreensão do nacionalismo eugenista. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, basicamente, os movimentos nacionalistas foram de duas ordens: uma ordem política e uma ordem cultural (ainda que elas pudessem ter matizes diferenciados). Ambas têm a mesma pretensão de fundo: salvar a nação, “acentuando uma glória passada a ser resgatada, ou futura a ser construída”.²³ Além disso, tais nacionalismos ora se configuravam como otimistas e ufanistas, ora como pessimistas. Nesta última configuração, seu ápice se deu entre a intelectualidade científicista já desde o começo do século XX, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha. Deve-se observar, ainda com Oliveira, que essa intelectualidade – quer ufanista, quer pessimista – independia de sua condição de classe para conformar seus ideais e suas ideologias sobre a nação brasileira e sua salvação.²⁴

Contudo, isto não quer dizer que essa intelectualidade ficasse totalmente alheia aos movimentos sociais, políticos e ideológicos que confluíam e conflitavam no Brasil nos anos de 1900 a 1930. Observemos, por exemplo, o movimento sanitário. Como atesta Luiz A. de Castro Santos, o movimento de saúde pública na Primeira República possuía uma forte conotação política, estando no centro mesmo dos debates políticos da época e, corriqueiramente, era assunto

²² *Ibidem*, pp. 29-51. Sob certos aspectos, conferir também Darcy RIBEIRO, *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*, pp. 111-118.

²³ Lúcia Lippi OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 189.

²⁴ *Ibidem*, p. 187. O mesmo se pode dizer com segurança do movimento eugenista, que contou com adeptos tanto de ideologias de “direita” quanto de “esquerda”. Para tanto cf. Nélio Marco Vicenzo BIZZO, *Meninos do Brasil: Idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*, p. 100. Cf.

nos noticiários políticos (como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas); e no que diz respeito às reformas sanitárias, a opinião pública estava mobilizada e dividida.²⁵

Grosso modo: o que chama a atenção no movimento sanitário brasileiro na Primeira República era sua conotação política, no que tange à relação nem sempre harmoniosa, e sim mais comumente conflituosa entre Estado e Sociedade. Uma relação que oscilava entre a conjunção e o conflito de interesses por dois fatores:

“Primeiramente, – observa Santos – devido à forte intervenção do Estado nas questões de saúde pública durante a Primeira República; em segundo lugar, à presença de interesses oligárquicos regionais *distintos* dos interesses do Estado nacional, desaguando em conflitos de jurisdição sobre as políticas de saúde, mas não afastando, no entanto, a possibilidade de uma conjunção de tais interesses.”²⁶

De qualquer modo, prevalecia a intervenção estatal, ainda que mitigada,²⁷ na área de saúde, tanto no espaço urbano quanto no saneamento dos sertões. A ação da sociedade civil – principalmente das camadas populares – se caracterizava mais como reação ou resistência às intervenções estatais de saneamento.²⁸ Neste quadro de intervenção estatal, o movimento sanitário é um movimento que parte da ideologia à política pública: primeiramente, tem que se reconhecer que, enquanto ideologia, o movimento sanitário se propagou com bastante rapidez,²⁹ e que à primeira vista foi uma ideologia de mobilização política –

também Lilian Denise MAI, *Boletim de Eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil*, p. 57.

²⁵ Luiz A de Castro SANTOS, “Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930)”, pp. 237s.

²⁶ *Ibidem*, p. 238.

²⁷ Santos observa, inclusive, que o esvaziamento do movimento ocorre com o Estado Novo e a criação do Ministério da Saúde e Educação. Cf. Luiz A. de Castro SANTOS, “O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, pp. 206-209.

²⁸ *Ibidem*, p. 201; *Idem*, “Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930)”, p. 244.

²⁹ Atente-se ao que observa José Bento MONTEIRO LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil, e o Problema Vital*, “Início de ação”, p. 298: “Ideias ha que ferem fundo e se propagam com tal rapidez, coligem tal numero de adeptos, empolgam de tal forma o espirito, explicam com tal lucidez tantos fenomenos desnorteadores que, ainda em meios de opinião rarefeita como o nosso, passam rapidamente da fase estatica para a dinamica. Fazem-se força, e levam de roldão todos os obstaculos. A ideia do

ainda que fosse um movimento basicamente elitista e, portanto, com poucos adeptos – que visava a construção da nacionalidade brasileira.³⁰ O que só era possível mediante a extirpação dos males do Brasil, e estes males resumem-se em uma palavra: doença.

Não se quer dizer com isto que o movimento sanitarista era tão somente um movimento ideológico. Era fato irrefutável o estágio de degradação social e de saúde que assolava a imensa maioria da população brasileira, tanto nos meios urbanos quanto rurais. Grande era o número de epidemias e endemias que dizimavam as gentes, isto sem falar em tantas outras doenças e males que não se configuravam propriamente como endêmicas ou epidêmicas, como por exemplo as chamadas “taras”, denominando assim, seus portadores de “tarados”; isto é, de acordo com o relato de Bulhões de Carvalho, em sua “Estatística dos tarados no Brasil”, os “cegos, sudos-mudos, debeis mentaes e atrasados, epilepticos, toxicomanos, alienados, vagabundos”.³¹ Desse modo, as inúmeras ações tomadas ao longo dos anos pelo país foram extremamente relevantes para a melhoria dos índices nacionais de saúde e doença, e muitas práticas adotadas massivamente até hoje (como a vacinação) tiveram no movimento sanitarista sua primeira proposição e aplicação, de tal modo que podemos dizer que foi aí que tais procedimentos nasceram.

Contudo, assim como não podemos ser ingênuos em acreditar que o movimento sanitarista foi um movimento ideológico sem nenhuma base fundante na realidade, o que lhe caracterizaria como um movimento quimérico e fantasioso; também não podemos conjecturar que o elemento motivador foi exclusivamente a

saneamento é uma”. Cf. também Luiz A. de Castro SANTOS, “O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, p. 201.

³⁰ Luiz A. de Castro SANTOS, “O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, p. 200-202.

saúde degradada da população, pois o que motivou as inúmeras ações de combate e erradicação das epidemias e das endemias foi o fato de que os baixíssimos índices de saúde, ou em outros termos, como nos apresenta Kehl, o formidável índice mórbido³² da população brasileira impedia o engrandecimento e a consolidação do Brasil como nação:

"No nosso país, onde campeam, quasi sem peias, doenças endemicas e epidemias, o indice morbido é, infelizmente formidável. Nestas más condições não é de esperar seu progresso de acordo com as possibilidades e riquezas desta formosa e querida terra da Promissão."³³

Assim, o movimento sanitaria não era um movimento simplesmente profilático e filantrópico. Era também um movimento de fortes pretensões políticas; o que certamente se evidencia em discursos como o de Monteiro Lobato, um dos grandes defensores do movimento, bem como de Belisário Pena e Renato Kehl.

Para o desenvolvimento nacionalista pretendido pelo movimento sanitaria, urgia reconhecer o Brasil como um imenso hospital, um depósito de doenças das mais variadas espécies, que careciam de ser completamente eliminadas. E para atingir este objetivo, era necessário adotar medidas eficazes de saneamento, porquanto era na ausência de condições sanitárias e higiênicas adequadas que se encontravam as causas das moléstias. Neste sentido, observa Monteiro Lobato, em "Primeiro passo", um dos artigos que compõem *Problema Vital*:

³¹ Bulhões de CARVALHO, "Estatística dos Tarados no Brazil", pp. 225-263.

³² É importante atentar que o conceito de saúde empregado naqueles anos era bastante amplo, indo para bem além das doenças efetivamente ditas – como sífilis, malária, cólera e Mal de Chagas – de tal modo que comportava também as "taras" de que nos fala Bulhões de Carvalho, isto é, as incidências de indivíduos portadores de características segregadoras porquanto eram seqüelas de cunho somático ou mental, ou ainda geradoras de anti-sociais (como os vagabundos). A incidência de indivíduos portadores de alguma seqüela segregadora, como se pode atesta do relato de Bulhões de Carvalho, era bastante alta, o que só vinha a aumentar significativamente os índices nacionais de saúde e doença. Para tanto, cf. Bulhões de CARVALHO, *Op. Cit.*, pp. 225-263 (em anexo a esta dissertação).

³³ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 1ª Lição, p. 22s.

“O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa ideia o programa de todos os governos, a ideia fixa de todos os particulares.

Tudo mais rola para plano secundário.

Sanear é a grande questão.

Não ha problema nacional que se não entrozesse.

Só a alta crescente do índice da saúde coletiva trará a solução do problema economico, do problema imigratorio, do problema financeiro, do problema militar e do problema politico.”³⁴

E o próprio Renato Kehl observa que:

“Pela palavra e por escrito tem sido largamente proclamado o lamentavel estado de miseria fisica em que se acha grande parte da população nacional. De ha alguns anos a esta parte, a campanha pela salvação sanitária se tornou tão intensa, que conseguiu despertar a atenção dos poderes publicos e das classes letradas do país. Iniciou-se, assim, o saneamento rural e, como consequencia deste, a reorganização dos serviços de higiene federal e de alguns Estados, seguindo-se certo afan patriotico de regeneração. A classe medica, a farmaceutica e o professorado, começaram a se interessar pelos problemas em foco, sendo que muitos de seus membros, abnegadamente, se alistaram entre os cruzados, colaborando, eficientemente, ou auxiliando com o inestimavel concurso da solidariedade. Tais esforços multifarios e perseverantes deram resultados patentes, em poucos anos, como demonstram as estatisticas demografo-sanitarias. A ancilostomose, o impaludismo e a sífilis foram entravadas, energicamente, na sua ação destruidora, bem assim alguns outros males de carater endemo-epidemico.”³⁵

A nacionalidade amparada pelo crescimento do índice da saúde, mediante o saneamento, foi concebida por diversos mecanismos. O saneamento, na realidade, designa um conjunto de procedimentos sociais e políticos desenvolvidos e aplicados no campo e nos meios urbanos. O sanitarismo rural foi marcado por ações como: a missão do Instituto Oswaldo Cruz, coordenada por Artur Neiva e Belisário Pena através de vários estados do Nordeste e Goiás em 1912, e a publicação em 1916 do relatório da missão, denunciando as péssimas condições de vida nos

³⁴ José Bento MONTEIRO LOBATO, “Primeiro passo”, *Mr. Slang e o Brasil, e o Problema Vital*, p. 272.

sertões brasileiros; a criação do Serviço de Profilaxia Rural, em 1918, por Venceslau Brás; a promulgação do código sanitário em 1920, dando maiores poderes ao governo federal; a indicação de Carlos Chagas, então diretor do Manguinhos, para a coordenação do Departamento Nacional de Saúde Pública; a intensificação das campanhas de higiene infantil e antituberculosa, movidas pelo Governo Federal, durante 1923 e 1925; e a criação do Instituto Butantã por Artur Neiva, ao qual Monteiro Lobato fez o seguinte elogio:

“Arthur Neiva completou sua obra dotando São Paulo dum Código Sanitário Rural que é novidade não só para o Brasil como para toda a América do Sul. Visa estender á população do campo, largada até aqui na maior miséria física e moral, os benefícios que a higiene já deu ás cidades, estabelecendo medidas profiláticas contra as endemias, contra a invasão dos indesejáveis e contra a má habitação que as fazendas proporcionam aos trabalhadores.”³⁶

No meio urbano – isto é, nas cidades –, as medidas de saneamento se configuraram pela organização e saneamento dos espaços público e privado. As medidas são variadas: vão desde os primeiros programas de saneamento e de medidas de intervenção na área de saúde pública até programas de reorganização do espaço público (praças, vias públicas, etc.) e do espaço privado, principalmente no que diz respeito aos cortiços e vilas operárias, ambientes insalubres e locais bastante propícios ao surgimento de endemias e epidemias.³⁷ Assim as intervenções sanitárias tinham por escopo uma reorganização do espaço social, em suas facetas pública e privada, de tal modo que se lhe atribuisse ordem, salubridade, disciplina, controle e progresso... principalmente aos olhos dos empresários estrangeiros que,

³⁵ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 13ª Lição, p. 281.

³⁶ Idem, “Arthur Neiva”, *Mr. Slang e o Brasil, e o Problema Vital*, p. 175.

³⁷ Lília M. SCHWARCZ, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, pp. 207 e 227; Margareth RAGO, *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)*, pp.163-203; Rachel SOIHET, *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*, pp. 27-52; e Paulo César Garcez MARINS, “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, pp. 131-214.

porventura, poderiam vir aos centros urbanos brasileiros para instalarem suas fábricas.

Visava-se, pois, uma harmonia e homogeneização asséptica que deveria se fazer evidente, ainda que isto implicasse em medidas de segregação e de contenção da maior parte da população urbana – na sua maioria, constituída de operários e seus familiares – nos bairros de periferia. Afinal, os operários e toda a população pobre eram encarados como figuras imundas e atrasadas em todos os sentidos: higiene, educação, sexualidade... Eram forças brutas e instintivas em seu estado puro, e por isso mesmo, despudorada;³⁸ de quem não se podia exigir uma relação formal e juspolítica, isto é, de cidadania; porquanto os indivíduos das classes pobres não exerciam nem para si mesmos sua soberania individual e cidadã. Neste caso as relações sociais são descompassadas e segregadoras, uma vez que “o verdadeiro contrato social é um contrato de tutela”.³⁹ Portanto, para os reformadores higienistas e sanitaristas (e também para os empresários), a classe laboriosa era uma classe perigosa, muito perigosa!⁴⁰

O movimento eugenista teve uma grande proximidade com o movimento sanitarista, pelo menos no que diz respeito a seus aspectos históricos: a Liga Pró-Saneamento que foi articulada em 1917, logo após a publicação do relatório de Belisário Pena e Artur Neiva⁴¹ sobre as condições sanitárias nos sertões brasileiros, contou com a participação efetiva de figuras, como Renato Kehl, Oscar

³⁸ Margareth RAGO, *Op. Cit.*, p. 175; e Rachel SOIHET, *Op. Cit.*, p. 41.

³⁹ Robert CASTEL, *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário*, p. 308.

⁴⁰ Estas questões implicam num intrincado relacionamento entre exclusão e desafiliação, bem como nos elementos que, congregados, formam por assim dizer os mecanismos sociais de produção tanto da exclusão quanto da desafiliação, como bem nos mostra Castel. Para tanto conferir Robert CASTEL, *Op. Cit.*, pp. 593-611; e também “Les pièges de l'exclusion”, pp. 13-21.

⁴¹ Vera Regina Beltrão MARQUES, em *A Medicalização da Raça: Médicos, educadores e discurso eugênico*, p. 56, atribui equivocadamente o título de um livro de Belisário Pena, *Saneamento do Brasil*, que só foi publicado em 1918, ao Relatório Neiva-Pena, este sim de 1916. Neste sentido, cf. Luiz A. de Castro SANTOS, “O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, p. 199s.

Freire, Franco da Rocha e o próprio Artur Neiva. Estes, inclusive, fundaram em 1918 a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira do gênero na América do Sul, e que chegou a contar com “cerca de 140 associados, entre os quais se encontravam as figuras mais representativas do meio científico paulista”.⁴² Esta associação, que funcionou durante dois anos aproximadamente, publicou os *Annaes de Eugenia*, sob os cuidados de Renato Kehl (na condição de organizador), no qual se apresentavam textos de diversas naturezas – cursos, conferências e trabalhos de divulgação – sobre Eugenia. Em 1923, no Rio de Janeiro, foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), por iniciativa de Gustavo Riedel, que reunia dentre seus associados, educadores, médicos, juristas e a elite da psiquiatria nacional.⁴³ Conste-se a criação em 1931 da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), fruto de toda uma propaganda, veiculada no *Boletim de Eugenia*, desde seu primeiro número, em janeiro de 1929, em prol da fundação do Instituto Brasileiro de Eugenia.

Deve-se lembrar ainda que o primeiro veículo de divulgação social especificamente voltado para as questões de Eugenia, sob a forma de periódico foi o *Boletim de Eugenia*, publicado sob os auspícios de Renato Kehl de 1929 até 1942. O alcance do *Boletim* se faz sentir basicamente por três aspectos: primeiramente por sua tiragem nos três primeiros anos que foi de mil exemplares; em segundo lugar deve-se ressaltar que seis meses após o primeiro número, o *Boletim de Eugenia* passou a ser publicado como separata de um famoso periódico médico brasileiro: *Medicamenta*; e por fim pela grande e generosa acolhida do lançamento do periódico pelos jornais nacionais:

⁴² Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 1ª Lição, p. 27; e “A Eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico)”, pp. 53s. Conferir também, sobre as atividades da Sociedade Eugênica de São Paulo, Vera Regina Beltrão MARQUES, *Op. Cit.*, p. 54.

⁴³ Luzia Aurélio CASTAÑEDA, *Op. Cit.*, p. 36; cf. também o excelente trabalho de José Roberto Franco REIS, *Higiene Mental e Eugenia: O projeto de “regeneração” nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Campinas/SP:UNICAMP, 1994 (dissertação de Mestrado).

“Muitos jornais desta capital e dos Estados tiveram a gentileza de noticiar o aparecimento do primeiro número do Boletim em termos que muito nos lisonjearam: ‘O Correio da Manhã’, ‘Estado de São Paulo’, ‘O Globo’, ‘A Noite’, ‘Brasil Médico’, ‘Diário de Minas’, ‘Minas Gerais’ e ‘Diário Nacional’.”⁴⁴

O alcance e a participação na sociedade brasileira, obviamente, não se faz sentir em toda a sua pujança, apenas na criação dessas instituições e periódicos especializados. A agitação eugenista foi intensa: foram campanhas as mais variadas – de prevenção às endemias e epidemias, até as campanhas de combate ao alcoolismo e aos casamentos consangüíneos, e promoção do exame pré-nupcial (que renderam, inclusive, a proposta de reforma do Art. 183-IV do Código Civil,⁴⁵ por volta de 1919, e a promulgação do Art. 138 b da Constituição de 1934⁴⁶); concursos eugenistas e mesmo o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, que se deu em julho de 1929, na Faculdade de Medicina, na Praia Vermelha (RJ), sob a presidência do Antropólogo Roquette-Pinto, e devidamente assessorado por Renato Kehl.

Também houve uma consonância nos objetivos últimos dos movimentos sanitaria e eugenista: a salvação da nação pela recuperação da saúde degradada. Este escopo, tão debatido pelos intelectuais “tupiniquins” já desde fins do século XIX, principalmente na Faculdade de Medicina da Bahia e na Escola

⁴⁴ Renato Ferraz KEHL, *Boletim de Eugenia*, mar. 1929, p. 3; *apud* Lilian Denise MAI, *Boletim de Eugenia (1929-1931): Um estudo sobre forças educativas no Brasil*, p. 16.

⁴⁵ Que ainda hoje vige. O artigo em questão estipula o seguinte, especialmente nos incisos aqui mencionados, com conseqüências eugênicas: “Art. 183 - Não podem casar (arts. 207 e 209):

I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, natural ou civil;

II - os afins em linha reta, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo; (...)

IV - os irmãos, legítimos ou ilegítimos, germanos ou não, e os colaterais, legítimos ou ilegítimos, até o terceiro grau inclusive; (...)

XII - as mulheres menores de 16 (dezesesseis) anos e os homens menores de 18 (dezoito).”

⁴⁶ Sobre o qual temos um comentário exultante de Kehl, no prefácio à segunda edição das *Lições* (p. 13): “A despeito da vulgaridade do nosso meio e vencendo a indecisão dos ‘que raciocinam com a lógica dos outros’, alguns membros da Assembléia Constituinte, atendendo aos anseios da época, conseguiram incluir na nova Constituição da República alguns dispositivos de alcance galtoniano. A bancada paulista, na qual se destacou o ilustre deputado A. C. Pacheco e Silva, deve-se a inclusão, entre outros, do art. 138 b, que diz: ‘Incumbe á União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas, estimular a educação eugênica.’”

Médica do Rio de Janeiro (e também em algumas faculdades de Direito, espalhadas pelos grandes centros urbanos do Brasil),⁴⁷ se faz sentir, e bem, no livro de Monteiro Lobato – *Problema Vital*, de 1918. Livro este que, aliás, consistiu na reunião de uma série de artigos publicados em *O Estado de São Paulo* naquele mesmo ano, a partir da proposta de Renato Kehl, que prefaciou a primeira edição, dizendo:

“Foi consoante a realidade dos fatos averiguados e o desejo de que seja talhado semelhante estado contristador, tornando-o conhecido, que a Liga Pró Saneamento do Brasil e a Sociedade Eugénica de São Paulo se propuseram mandar reunir em volume os brilhantes artigos do eminente patricio e notavel homem de letras.

Essas associações que visam, uma e outra, combinando seus esforços sinergicamente, propugnar pelo avigoramento da raça e portanto pelo progresso do Brasil, depositam nas mão do leitor a exposição dos nossos achaques, esperando da sua clara compreensão que venha alistar-se mais um soldado nas fileiras da benemerita **cruzada** inaugurada pelos que estão crentes de que...

‘A maior preocupação do momento nacional é o saneamento’.⁴⁸

No entanto, se o escopo social era único, o mesmo não se pode dizer do modo como sanitaristas e eugenistas consideraram as causas da degradação nacional que assolavam o Brasil. Para os sanitaristas, a causa de todos os males residia na falta de saneamento básico; como, aliás, o prefácio de Kehl ao livro de Monteiro Lobato deixa transparecer. Para os eugenistas, a causa é bem mais complexa: na realidade, ela é a conjunção de fatores sanitários e de fatores raciais. Assim, não basta pura e simplesmente sanear para se resolver os males nacionais; é preciso uma intervenção na própria estrutura racial do homem brasileiro. Mas como é o homem brasileiro? Qual o seu tipo antropológico, que merece ser tão

⁴⁷ Neste sentido, vale a pena conferir o capítulo “As Faculdades de Medicina, ou como sanar um país doente”, do livro já mencionado de Lilia Moritz SCHWARCZ, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, pp. 189-238.

⁴⁸ Renato Ferraz KEHL, “Prefácio”, in: José Bento MONTEIRO LOBATO, *Problema Vital*, Primeira edição; apud Nélio Marco Vicenzo BIZZO, *Meninos do Brasil: Idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na Escola*, p. 107 (grifo nosso). Atente-se como Kehl expressa, provavelmente motivado

considerado assim com vistas a se pensar e elaborar estratégias complexas e intrincadas de recuperação nacional? Vejamos a seguir.

2. Raça e tipo antropológico

Desde fins do século XIX se afirma que o povo brasileiro é um povo mestiço.⁴⁹ Uma afirmação desta ordem indica-nos algumas coisas. Primeiramente, trata-se não de mera constatação de um fato; trata-se mais propriamente de uma forma de explicar o atraso nacional e a inviabilidade do Brasil enquanto nação. Ao contrário dos discursos liberais clássicos, que viam em sua população uma força de trabalho e uma força econômica;⁵⁰ se vislumbra aqui, nesse momento, o nascimento de um discurso de cunho racista que buscava justificar na miscigenação racial o estágio de desenvolvimento em que se encontrava o Brasil. Isto não quer dizer, no entanto, que haja uma real contradição entre discurso liberal e discurso racista. Antes, os discursos racistas introduziam um elemento que não poderia ser apresentado pelos discursos liberais: a de que nem todos os cidadãos são iguais; e de que a sociedade estava organizada em conformidade com princípios hierárquicos bastante rígidos, porquanto a cidadania de alguém era concebida como determinada

por sua ideologia salvacionista, o papel e o mérito tanto de Monteiro Lobato quanto do próprio movimento sanitarista e eugenista ao recorrer, em tom auto-referencial, ao termo "cruzada".

⁴⁹ Lilia Moritz SCHWARCZ, *Op. Cit.*, pp. 11-22. Em sentido similar, vale conferir Darcy RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 142s.

⁵⁰ Podemos tomar como exemplo disto o que Adam SMITH afirma logo na Introdução de *A Riqueza das Nações*, p. 59 (ainda que a ênfase recaia na divisão do trabalho): "O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consomem anualmente. (...) Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho." Vale lembrar, com Hobsbawm, que para as concepções liberais, o mais pertinente quanto ao nacionalismo não é inquirir sobre a origem racial das gentes que ocupam o mesmo território, mas sim se todos estão dispostos a se conformarem – apesar das divergências, muitas vezes evidentes – como povo subordinado aos mesmos ditames legais estabelecidos pelo Estado daquele território. Neste sentido, conferir a seção "nação e nacionalismo", neste capítulo.

racialmente, o que não se pode alterar, por mais que se queira; não há vontade individual que possa efetivamente superar o determinismo biológico da raça!

Neste sentido, vamos nos ater agora em compreender melhor como a questão da mestiçagem era encarada enquanto um problema biológico e, por conseguinte, enquanto um problema nacional. Para tanto, valeremo-nos de uma comunicação de Roquette-Pinto – eminente antropólogo e um dos epígonos da antropometria no Brasil – apresentada em 1929, no I Congresso Brasileiro de Eugenia. A sua comunicação tem por título “Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil”.

Roquette-Pinto parte do problema do povoamento do território nacional que, basicamente, se apresenta de duas formas: ora pela alegação da baixa densidade populacional frente à extensão do território brasileiro; ora pela afirmação da necessidade de braços, isto é, de mão-de-obra que dê conta de tirar proveito das riquezas naturais do país. Refutando este problema, ele define como o real problema nacional a falta de organização, sem contudo desconsiderar os malefícios da política de povoamento do Brasil, ao que observa como a sua questão central naquela comunicação:

“Visto que o seu modo de agir, na luta pela conquista da terra, não permite que se considerem os mestiços do Brasil como gente moralmente degenerada, vejamos si as suas características anthropologicas mostram signaes de decadencia anatomica ou physiologica; vejamos si é gente physicamente degenerada.”⁵¹

Dito isto, Roquette-Pinto discorre sobre os critérios metodológicos que adotou e, em seguida, passa a caracterizar os “typos anthropologicos” existentes no Brasil, ao que identifica quatro principais grupos: os “*Leucodermos*” (brancos), os “*Phaiodermos*” (mulatos), os “*Xanthodermos*” (caboclos), e os

⁵¹ E. ROQUETTE-PINTO, “Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil”, pp. 123s.

“*Melanodermos*” (negros). Segundo pesquisas realizadas em 1922, pelo Museu Nacional, a população brasileira era composta da seguinte forma: brancos (51%), mulatos (22%), caboclos (11%), negros (14%), e índios (2%).

Considerando os principais critérios analíticos da Biometria aplicáveis ao homem, donde resulta a Antropometria – isto é, considerando a estatura, o índice cefálico, o índice nasal, a altura da face e o perímetro torácico – Roquette-Pinto discorre sobre as principais características dos tipos antropológicos brasileiros. Após, valendo-se de cálculos estatísticos, em conformidade com o estabelecidos pelos principais teóricos da Biometria (Quêtelet e Galton), e recorrendo a apenas um dos critérios antropométricos – o índice nasal – ele compara o tipo *Leucodermo* (branco) com o tipo *Phaiodermo* (mulato), os dois grupos mais numerosos da população; donde conclui que se tratam, do ponto de vista antropométrico, de grupos bastante variados; sendo que, todavia, algumas distinções se devem a fatores contingenciais e não a fatores inerentes aos tipos analisados. Como, por exemplo, a força muscular que “é, pois menor nos leucodermos. Mas isso deriva de condições profissionais e não tem nenhuma significação anthropologica.”⁵²

Com isto, Roquette-Pinto pôde concluir que não há relação alguma entre miscigenação e degenerescência:

“Do ponto de vista physiologico as pesquisas provaram que os cruzamentos entre branco X negro, e branco X indio dão sempre typos normaes, a menos que os progenitores não sejam portadores de herança morbida.

Em geral, tem-se o habito de considerar degenerados, mestiços que são apenas doentes ou dysgenicos. Não é o cruzamento; é a doença a causa do aspecto débil de muitos delles.”⁵³

⁵² Ibidem, p. 136.

⁵³ Passim. Vale ler também a Conferência de A. Fróes da Fonseca no I Congresso Brasileiro de Eugenia, “Os grandes problemas da Anthropologia”, p. 76: “Que a mestiçagem em si não é causa de degradação prova-o o simples facto, que apontámos, de serem mestiças em vario gráo todas as

E acrescenta mais: "É uma questão bastante difícil, á primeira vista; pois que o resultado dos cruzamentos é condicionado não somente por *factores biologicos* mas também por *factores sociaes*."⁵⁴

O que se evidencia no discurso de Roquette-Pinto é uma defesa ambígua da mestiçagem. Ambígua pelo fato de que ele afirma a não-inferioridade dos mestiços. Mas que, no entanto, não deixa de verificar neles alguma debilidade; ainda que seja fruto de fatores sociais ou culturais, ou mesmo um traço de caráter: "Do ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam uma accentuada fraqueza: a emotividade exagerada, optima condição para o surto dos estados passionaes."⁵⁵

Sabidamente, o discurso de Roquette-Pinto se difere bastante do de Renato Kehl.⁵⁶ Mas a ambigüidade do primeiro é tamanha a ponto de Kehl, na segunda edição de suas *Lições*, tirar proveito daquela última afirmação do antropólogo; de tal modo que pôde afirmar (dentre outras coisas, como veremos): "Os mestiços sofrem de verdadeira discrasia constitucional que reflete sobre o equilibrio psiquico e mental, perturbando-o".⁵⁷ Vejamos agora como a questão das raças e dos tipos antropológicos se coloca para Kehl.

populações actuaes da terra. Prova-o o facto de se terem gerado os grandes impulsos de civilização em populações mestiças, como o eram os gregos do seculo de Pericles. Nas grandes florações culturaes dos povos mestiços do homo nordicus e do homo mediterraneus, variamente condimentados, bem poderão ver os partidários da superioridade de um ou de outro a preponderancia da respectiva raça. Mas como taes raças jamais as tiveram quando em estado de pureza, seria, parece-nos, mais racional o vêr precisamente nos conflictos do cruzamento de patrimônios hereditarios diversos, a causa immediata das grandes eclosões intellectuaes". Parece que, ainda que a contragosto e pesaroso, Kehl fora obrigado a concordar com a condição humana preponderantemente mestiça, uma vez que o homem – segundo Kehl mesmo – é um "heterozigoto complexo" (*Lições de Eugenia*, p. 180), ou dito de outra forma, "entre os homens não há linhagens puras" (Ibidem, p. 182). Conferir também o primeiro capitulo desta dissertação

⁵⁴ E. ROQUETTE-PINTO, *Op. Cit.*, p. 136.

⁵⁵ Ibidem, p. 138.

⁵⁶ Considerando os documentos que tivemos acesso, tudo nos leva a crer que a política de imigração no Brasil, especialmente a dos japoneses, foi motivo de muita polêmica, inclusive dentre os eugenistas e simpatizantes. Conferir Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 12ª Lição, pp. 255-257; e E. ROQUETTE-PINTO, *Op. Cit.*, p. 143.

⁵⁷ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 12ª Lição, p. 250.

3. A questão da raça na ótica de Kehl

Lafont e Kehl
A questão
eram temas
 A questão da raça e dos tipos antropológicos não é em Kehl temas distintos.⁵⁸ Obviamente, em virtude de seus interesses, o conceito de “tipos antropológicos” foi transformado em “tipos eugênicos”. Antes de discutirmos mais pormenorizadamente o racismo de Kehl, vejamos como ele compreende o conceito de “tipo eugênico”, e de que modo esta questão conceitual afeta suas considerações raciais.

3.1. O paradoxo inicial: a inexistência de uma raça normal enquanto tipo ideal

Na décima segunda lição, Kehl nos apresenta o que entende pelo conceito de “tipo eugênico” enquanto tipo ideal. Ele observa que toma, a princípio, Galton como base, especificamente a partir da sua lei da mediocridade, onde “evidenciamos a propensão natural das descendências de se aproximarem do tipo médio de raça”, quer acima, quer abaixo da linha de medianidade.⁵⁹

⁵⁸ Na realidade, também não eram para Roquette-Pinto. Mas a expressão “tipos antropológicos” melhor atendia as necessidades teóricas da antropometria, do que o conceito bastante vago de “raça”.

⁵⁹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 12ª Lição, p. 267. Um outro elemento de distinção entre Kehl e Roquette-Pinto é que o primeiro subordina a questão dos tipos antropológicos a um princípio de idealidade, o que não se tem no antropólogo. O que isto denota? Primeiramente que, ao contrário de Roquette-Pinto que tem uma preocupação predominantemente “etnográfica” em sua exposição antropométrica dos tipos antropológicos brasileiros (porquanto está mais interessado em caracterizá-los um a um, sem decorrer em maiores interpretações), Kehl busca não apenas identificar os tipos, mas principalmente em classificá-los e hierarquizá-los (traço que, ainda que mitigado, também aparece no antropólogo), a partir de um tipo ideal – o qual deve ser encontrado no tipo antropológico, ou raça, superior, isto é a raça branca. O que veremos é que a defesa de Kehl da superioridade racial de um tipo antropológico sobre os demais não se assenta nos estudos sobre hereditariedade (que buscamos apresentar no primeiro capítulo), embora encontre neles elementos suficientes – ainda que questionáveis – para sustentar sua defesa da pureza racial e suas críticas à miscigenação racial (uma vez que, do ponto de vista biológico, as raças são para Kehl classes mendelianas).

Citando Pareto,⁶⁰ o tipo eugênico é a “gente forte e fiera”, e segundo Kehl, este deve apresentar quatro qualidades fundamentais: qualidade psíquica (que tem como seu traço dominante a ambição, assim como Napoleão e Rockefeller), caráter moral, inteligência, e qualidade somática (ou física). Tais qualidades devem ser herdadas de genitores, também eles, de qualidades garantidas e reconhecidas. Isto posto, Kehl define assim o tipo ou o indivíduo eugênico:

“Segundo o **nosso** ponto de vista, o indivíduo eugenico deve representar um tipo **equilibrado superior**, fruto da soma dos caracteres hereditarios otimos, e proveniente de dois ramos ancestrais fisicos e mentalmente normais.”⁶¹

No entanto, Kehl constata que esse tipo eugênico ideal praticamente não existe. O que geralmente se encontra, são indivíduos com uma ou outra qualidade dita excelente. Contudo, a despeito desta constatação, Kehl entende que ela não decorre necessariamente em óbice, mas em um modelo que, se não pode ser alcançado integralmente, pode-se ao menos se aproximar mediante políticas eugênicas. Mas antes vejamos um pouco mais esta questão da inexistência de um tipo ideal.

Considerando sua concepção de tipo eugênico enquanto tipo ideal, o que se faz notar é que a biometria de Galton foi fundamental a esta concepção na medida em que Renato Kehl compreendia o tipo eugênico não como o tipo de maior excelência, mas como o tipo localizado na medianidade. Contudo, apesar das pessoas tenderem ao tipo ideal, enquanto tipo médio, na realidade elas se aproximam da medianidade, para cima ou para baixo da escala galtoniana, mas não se situam **na** medianidade. Afinal, para Galton, a medianidade é apenas uma linha

⁶⁰ Vilfredo Pareto (1848-1923), economista e sociólogo italiano. Sua concepção de sociedade e de estratificação social, grosso modo, não é baseada em classes, mas em mais dotados (classe dominante) e menos dotados (classe dominada), mediante as quais concebe as condições de equilíbrio – dinâmico e estático – da tessitura social.

⁶¹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 12ª Lição, p. 268.

divisória entre as duas grandes classes de indivíduos (ótima e péssima), funcionando, portanto, como um limiar. Kehl, por sua vez, transforma esse traço de limiar num traço de idealidade, enquanto um modelo; e ao fazer isto se vê obrigado a admitir a sua completa inacessibilidade.⁶²

Provavelmente, a postulação de um tipo ideal feita por Kehl pode ser explicada não por sua relação com os trabalhos de Galton, mas por uma tendência bastante comum na comunidade científica, especificamente no seio da Medicina, da Biologia e da Genética nascentes (no sentido de sua organização e reorganização epistemológica durante os séculos XVIII e XIX). Pois nestes campos de conhecimento se estabeleceu, principalmente a partir do século XIX, uma relação de equivalência entre média e norma; e por conseguinte configurou cientificamente, de uma maneira objetiva (ou ao menos pretensamente objetiva), o conceito de “normal”. Claude Bernard – famoso fisiologista daquele século –, por exemplo, compreendia o normal “muito mais como um tipo ideal em condições experimentais determinadas, do que como média aritmética ou frequência estatística”, como nos adverte Canguilhem.⁶³ Em suma: o que se evidencia nas ciências bio-médicas durante os séculos XVIII e XIX é uma busca desenfreada pela quantificação e pela normatização com o objetivo explícito de se auto-afirmarem como ciência, ou ao menos como pretensamente científicos, o que lhes conferiria alguma legitimidade teórico-discursiva e de método. E como se vê, a eugenia tal como postulada por Kehl não passa incólume a esta necessidade de auto-afirmação e legitimação científica.

O próprio Quêtelet, que poderíamos considerar – grosseiramente, é verdade – como o antepassado (no sentido de precursor) da Biometria, considera

⁶² Ibidem, 3ª Lição, p. 48.

⁶³ Georges CANGUILHEM, *O Normal e o Patológico*, p. 119.

relevantemente o tipo médio. Mas não o toma como impossível e inacessível; isto é, ele não é mero fruto das especulações e da imaginação estatística. Ele tem existência, na medida em que postulá-lo é defender a existência de uma regularidade, isto é, de uma ampla freqüência, donde se permite, como conseqüência, inferir sua normalidade:

“A principal idéia, para mim – afirma Quételet –, é fazer prevalecer a verdade e mostrar o quanto o homem, mesmo à sua revelia, está sujeito às leis divinas e com que regularidade ele as cumpre. Aliás, essa regularidade não é peculiar ao homem: é uma das grandes leis da natureza que são pertinentes tanto aos animais quanto às plantas, e talvez seja espantoso que não a tenhamos reconhecido mais cedo.”⁶⁴

Com Renato Kehl, seguindo os “avanços” na Medicina e na Biologia modernas, o que presenciamos é um esvaziamento ontológico do tipo médio e, portanto, do tipo ideal. O tipo ideal não tem mais existência, daí sua inacessibilidade inerente. O que implica numa inversão da teoria do tipo médio de Quételet no que tange à relação entre normalidade e freqüência: se para Quételet, o tipo médio ou aqueles indivíduos que se aproximavam do tipo médio eram considerados normais porquanto eram os mais freqüentes; a partir do século XIX – e Kehl reflete a partir dessa inflexão – ocorre uma prevalência do normal, enquanto normatividade e não enquanto normalidade, de tal modo que “um traço humano não seria normal por ser freqüente; mas seria freqüente por ser normal”.⁶⁵

Portanto, a idealidade de um tipo antropológico, enquanto tipo médio, não se caracteriza para Kehl pela sua freqüência, mas por sua normatividade. Empírica e estatisticamente, os indivíduos se localizam na escala galtoniana (aludida por Kehl) como desvios à norma. O que urge agora considerar é

⁶⁴ A. QUÊTELET, *Anthropométrie ou mesure des différentes facultés de l'homme*, Bruxelas: Muquardt, 1871, p. 21, apud Georges CANGUILHEM, *O Normal e o Patológico*, p. 124.

⁶⁵ Georges CANGUILHEM, *O Normal e o Patológico*, p. 126.

se isto implica em dizer que todo o desvio da medianidade é necessariamente uma anormalidade.⁶⁶

Uma das marcas características dos discursos eugênicos de Kehl é seu pessimismo quanto ao estado do povo brasileiro e, portanto, da nação chamada Brasil. É por isto que, várias vezes e em vários textos seus, vêmo-lo referir-se ao escopo do projeto eugênico como sendo o projeto da regeneração humana; o que significa dizer, ao menos subrepticamente, que o povo brasileiro enquanto espécie humana se encontra num estágio de degradação contínua e agravada. Neste sentido, regenerar para Kehl significa, em primeira instância, aplicar uma série de procedimentos – desde a educação, principalmente a educação higiênica e sexual, até a esterilização dos ditos “degenerados” – que eleve o homem enquanto espécie até o patamar mais próximo da linha de medianidade preconizada por Galton. Kehl organiza aqueles procedimentos em eugenia positiva e eugenia negativa. A eugenia positiva visa a promoção dos fatores hígidos e a eugenia negativa visa conter, reprimir senão eliminar, o que ele denomina “fatores disgênicos”. Sem nos determos por enquanto aos detalhes, o que se pode inferir disto é que, se comparado com a tabela galtoniana, o grande objetivo de Kehl é conter os “fatores disgênicos”, na impossibilidade de eliminá-los, de tal modo que se consiga tanto uma depuração racial – entenda-se branqueamento – pautando-se na teoria mendeliana da hereditariedade, principalmente nas Leis da Disjunção e da Hibridação; bem como se consiga conduzir a prole das famílias biológica e racialmente deficitárias ao

⁶⁶ Neste mesmo sentido do problema de Kehl, A. Mayer, em 1937, vai observar que “o modelo é, na realidade, produto de uma estatística. Geralmente é o resultado de cálculos de médias. Porém, os indivíduos reais que encontramos se afastam mais ou menos desse modelo, e é precisamente nisto que consiste sua individualidade. Seria muito importante saber sobre que pontos os desvios incidem e quais os desvios que são compatíveis com uma sobrevivência prolongada. Seria preciso sabê-lo em relação aos indivíduos de cada espécie. Tal estudo está longe de ser feito” (A. MAYER, “L’organisme normal et la mesure du fonctionnement”, *Encyclopédie Française*, t. IV, Paris, 1937, p. 14; *apud* Georges CANGUILHEM, *O Normal e o Patológico*, pp. 120s). Cf. também Renato Ferraz KEHL,

umbral da medianidade. Assim, os desvios de ordem deficitária à medianidade não podem ser consideradas normais, e sim casos estatisticamente evidentes de disgenia, portanto de anormalidade.

Contudo, o mesmo já não se pode dizer dos desvios estatísticos “para cima”. Ao contrário, eles são até incentivados pela eugenia positiva, de tal modo que, quanto mais distante da linha de medianidade – ou neste caso se deveria usar mais apropriadamente, como também propõe Kehl, da linha da mediocridade? – mais otimizado será o caráter hígido da prole. Neste caso, o desvio da linha da mediocridade não denota estatisticamente alguma anormalidade; mas sim o aprimoramento racial da espécie, do povo, e da nação. Neste sentido, podemos afirmar com alguma segurança que Renato Kehl não aceita integralmente as intuições eugênicas e biométricas de Galton, porquanto aceita com reservas a sua Lei da Tendência à Medianidade.

Em suma: o fim último da Eugenia não é – segundo Kehl – alcançar a idealidade do tipo antropológico, já que ela é inacessível; mas superá-la de tal modo que toda a população nacional, ou ao menos a sua maioria – encarada como espécie racial –, possa se localizar como classe galtoniana ótima. Portanto, o tipo eugênico de Kehl não coincide com o tipo médio preconizado pela escala biométrica de Galton.⁶⁷

“Serei um indivíduo normal?”, *Boletim de Eugenia*, n.º 29, maio/31:1; *apud* Lilian Denise MAI, *Op. Cit.*, p. 46.

⁶⁷ Isto se deve, provavelmente, ao fato de que a eugenia de Kehl se pautou pelo modelo já estabelecido no século XIX, e ao qual Galton também está em débito, de modelo marcado predominantemente pela oposição entre normal e patológico, entre sadio e mórbido. Neste sentido vale citar Michel FOUCAULT, *Nascimento da Clínica*, p. 40: “O prestígio das ciências da vida, no século XIX, o papel do modelo que desempenharam, sobretudo nas ciências do homem, está ligado originariamente, não ao caráter compreensivo e transferível dos conceitos biológicos, mas ao fato de que estes conceitos estavam dispostos em um espaço cuja estrutura profunda respondia à oposição entre o sadio e o mórbido. Quando se falar da vida dos grupos e das sociedades, da vida da raça, ou

3.2. Raça, indivíduo e fatores disgênicos

Como vimos anteriormente, Kehl parte da compreensão da impossibilidade do tipo médio enquanto tipo eugênico ideal; ou como ele mesmo diz, de um “tipo racial genuíno, tipo estadão, para dele derivar o tipo médio”.⁶⁸ No entanto, isto por si só não o impediu de considerar o indivíduo, o povo brasileiro e, por conseguinte a nação, de um ponto de vista racial; especificamente no que diz respeito à miscigenação:

“Há povos que nos convêm e outros que devemos evitar. O nosso representa verdadeira salada de raças incompatíveis. A nacionalidade está em estado de colicas; o metabolismo processa-se irregularmente: os órgãos emunetorios não apresentam capacidade para desassimilação e cada dia são absorvidos novos elementos prejudiciais.”⁶⁹

Obviamente, o que salta aos olhos no texto de Kehl é sua franca oposição ao processo de miscigenação racial do povo brasileiro. Já vimos anteriormente que ele admite a contragosto e com pesar, a impossibilidade de se ter raças puras no Brasil, uma vez que o homem é um “heterozigoto complexo”. Ou seja: que o homem enquanto espécie e enquanto indivíduo é, por excelência, fruto do hibridismo racial e, portanto, mestiço. Além do que, no caso brasileiro, sempre se incentivou a prolífica miscigenação racial de tal modo que seu predomínio é quase absoluto:

“Tão variáveis são as cores da cutis, como os demais caracteres antropomorficos, numa confusa promiscuidade de temperamentos psicicos. Daí a indole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante, os vícios políticos e sociais de nossa gente.”⁷⁰

mesmo da ‘vida psicológica’, não se pensará apenas na estrutura interna do ser organizado, mas na bipolaridade médica do normal e do patológico.”

⁶⁸ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 3ª Lição, p. 48.

⁶⁹ *Ibidem*, 12ª Lição, p. 239s.

⁷⁰ *Ibidem*, 12ª Lição, p. 240.

Como se explica este traço típico da espécie e do indivíduo humano? Parece-nos que a saída de Kehl se pautou em seu recurso às leis mendelianas da hereditariedade. O que se revela de pertinente aí para o tratamento discursivo de Kehl à miscigenação? É que Mendel descobriu, pelas Leis da Disjunção Hereditária e da Hereditariedade por Hibridação, que o indivíduo traz em seus genótipos características – dominantes ou recessivas – provenientes de seus genitores. Este indivíduo é, pois, um indivíduo híbrido. Deste modo, também Mendel introduz uma oposição entre classes puras e classes híbridas: as células reprodutoras ou sexuais sempre são puras, mesmo que os indivíduos não o sejam.

Disto, Kehl se permite uma extrapolação epistemológica (dir-se-ia, talvez, um erro?): Kehl retrabalha a relação entre classes pura e híbrida não no nível das células germinativas, mas dos indivíduos portadores das mesmas; dando, assim, continuidade na radicalidade da extrapolação até às raças. Deste modo, Kehl se permite a admissão de linhagens raciais puras, ainda que isto se sustente apenas no plano discursivo de sua exposição. Ora, um dos graves problemas do povo brasileiro enquanto raça é a sua constituição de “cadinho racial”; o que significa dizer que o povo brasileiro, entenda-se raça brasileira, é na pior das acepções um povo mestiço, enquanto uma raça híbrida.

Um dos objetivos visados pela eugenia de Kehl é o aprimoramento racial, e isto pode-se entender enquanto um processo de purificação racial. O que pode ser alcançado através de medidas, amparadas nas leis mendelianas da hereditariedade, que incentivem a geração de proles cada vez mais puras nos seus genótipos. Neste sentido, as raças são compreendidas por Kehl como classes mendelianas, marcadas pelo seu grau de pureza – ou considerando sua constatação do estado híbrido da população brasileira, marcadas pelo seu grau de impureza. O

cume dessa extrapolação epistemológica é a associação efetuada por Kehl entre as leis mendelianas e o evolucionismo de corte spenceriano, no qual as diversas etnias são qualitativamente relacionadas, de tal modo que se pode considerar a etnia branca como raça superior, como o fez Kehl:

"Se no Brasil, pelo caldeamento de sangues, resultaram os mestiços acima referidos, e se estes, com o continuar do mesmo tendem, progressivamente, a desaparecer, é porque a raça branca sendo superior, prevalece sobre a inferior. (...) Comprovado está que os mestiços são inferiores, representando produtos quasi híbridos, faltando-lhes, apenas, a infecundidade, para receberem essa designação integral. O mestiço representa o produto de fusão de duas energias hereditarias diversas, quasi antagonicas, fusão de cromossomos quasi irreconciliaveis, e que só a benevolência da natureza permitiu se associarem."⁷¹

Deste modo, portanto, pode-se inferir que, para a eugenia de Kehl, há duas modalidades de se considerar o indivíduo e a raça. Por um lado, há as considerações de Kehl sobre uma idealidade que não coincide com o limiar galtoniano da medianidade. Mas é uma idealidade que deve ser buscada enquanto um aprimoramento – que coincide, no discurso de Kehl, com a tese da depuração racial – tanto da raça quanto da individualidade futura, enquanto prole. O que culminaria numa melhoria da sociedade. Ou seja: Kehl sustenta que a base da sociabilidade humana e da manutenção da tessitura social é de ordem biológica, e que pode ser alcançada pela Eugenia.

Esta é, portanto a grande utopia epistemocrática da eugenia de Kehl, uma vez que se pretendia reguladora e controladora do indivíduo, e por sua linhagem, reguladora da sociedade como espaço de relações – sem sombra de dúvida, hierarquizadas – eminentemente raciais:

"De acordo com os preceitos humanitários e sociais contemporâneos, procura robustecer os principios de verdadeira solidariedade individual, imprimindo uma nova orientação medico-social para o aproveitamento maximo dos esforços de cada um em

⁷¹ Ibidem, 12ª Lição, p. 242.

proveito coletivo e, portanto, da espécie. Pretende regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade.”⁷²

Por outro lado, há também no discurso eugênico de Kehl uma série de constatações que corroboram sua tese do processo crescente de degradação humana e racial (no sentido biológico) do homem brasileiro, tese comum aos movimentos sanitaristas e ao higienismo brasileiro. Como observa Vera Marques,

“Nos anos 20, no imaginário dos eugenistas, havia necessidade de construir uma nova representação de homem brasileiro, diferente daquela tão difundida nos manuais de higiene que alardeavam a degradação racial e moral das populações. A esta, os eugenistas contraporiam os ideais do corpo sadio, hígido e embranquecido das classes burguesas higienizadas no transcorrer do século XIX, no país.”⁷³

O que prepondera, no entanto, nas *Lições de Eugenia*, não é uma apresentação tematizada deste tipo ideal; mas a denúncia do estágio de degradação biológico-racial do povo brasileiro, bem como de seus perigos àquela parcela da população que se localiza na “fidalguia eugênica” como nos fala Kehl; e que portanto ameaçam a organização social e nacional do Brasil. A isto, Kehl se deteve bastante, principalmente na terceira lição, quando discorre sobre os “fatores degenerativos da espécie”. Vejamos mais detalhadamente sua exposição.

Por fatores degenerativos, Kehl entende “os agentes de influencia idiocinetica que agem, prejudicialmente, sob o ponto de vista anatomico ou funcional, desviando o homem do tipo medio da raça.”⁷⁴ A degenerescência é, portanto o desvio deficitário do tipo médio e, portanto “das qualidades de origem do individuo, sob a ação de fatores e circunstancias involuntarias, sobretudo de ordem congenita e hereditaria”.⁷⁵

⁷² *Ibidem*, 2ª Lição, p. 46. Sobre isto, vale também conferir Vera Regina Beltrão MARQUES, *Op. Cit.*, p. 64.

⁷³ Vera Regina Beltrão MARQUES, *Op. Cit.*, p. 47.

⁷⁴ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 3ª Lição, p. 48.

⁷⁵ *Ibidem*, 3ª Lição, p. 49.

Os fatores degenerativos são responsáveis por estigmas de toda ordem: físico, moral e intelectual (diríamos hoje “mental”). E os indivíduos estigmatizados dessa forma são geralmente bastante débeis e fracos, a ponto de não terem um grande período de sobrevivência. Fato este interpretado por Kehl como a ação precisa e benevolente da “Mãe Natureza” que, pela seleção natural, elimina os menos aptos. No entanto, o que se constata é que não é pequena a parcela da população que apresenta alguma degeneração. E mais: ela se prolifera, geralmente entre si, de tal modo que toda a sua prole apresenta algum estigma – decorrente de um dos progenitores ou até dos dois – durante gerações, com maior ou menor gravidade.

Neste sentido, considerando o problema de caráter internacional, Kehl cita como exemplo o levantamento para fins de recrutamento militar, efetuado na Inglaterra, às vésperas da Primeira Guerra. Este levantamento permitiu constatar que dos homens recrutados em idade de 18 a 42 anos, apenas 36% se encontravam fisicamente aptos para o serviço militar.⁷⁶ O que significava dizer, portanto, que a situação – mesmo em países considerados mais avançados e evoluídos que o Brasil, como a Inglaterra – também era de estado de calamidade, visto que 64% da população inglesa, por exemplo, apresentava alguma patologia ou anormalidade. No caso do Brasil, a situação era certamente bem pior, visto as condições sanitárias da população urbana e sobretudo rural, como afirma Kehl; certamente amparado nos movimentos sanitaristas nacionais e principalmente no Relatório Neiva-Pena.

Mas quais eram, segundo Kehl, os elementos condicionantes da situação de degradação e degeneração da população brasileira? Kehl identifica

⁷⁶ *Ibidem*, 3ª Lição, p. 50. Atente-se porém que, na tradução espanhola da primeira edição das Lições, Kehl observa que apenas 30% daquela população em idade ao serviço militar encontrava-se em perfeito estado de saúde física; cf. Renato Ferraz KEHL, *Pedagogia Sexual: Lecciones de eugenesia*, p. 65s.

vários: o pauperismo; a filantropia contra-seletiva; a ignorância; o urbanismo; os vícios, especialmente o alcoolismo; as doenças; e a guerra. Vejamos sucintamente cada um destes “fatores degenerativos” (ou disgênicos⁷⁷).

Um dos maiores responsáveis pela degeneração biológico-racial da população brasileira é o pauperismo. Mas não pelo fato de que a situação econômica dificulte a satisfação das necessidades básicas do indivíduo pobre. Kehl, enquanto médico não consegue vislumbrar nenhuma relação mais profunda entre condição sócio-econômica e saúde. Limita-se a constatar estatisticamente uma relação entre pauperismo e mortalidade infantil, bem como entre condição sócio-econômica e fecundidade das famílias, sem se perguntar por suas causas. Na primeira relação Kehl cita um levantamento estatístico feito em 1911, na Inglaterra, considerando o mesmo número de crianças para as classes alta e média, e para as classes pobres. Nesta última, o índice de mortalidade é o dobro da verificada nas classes alta e média. No caso da relação entre condição sócio-econômica e fecundidade das famílias holandesas (esta relação só aparece na segunda edição), Kehl observou que se trata de uma relação proporcionalmente inversa; isto é, quanto mais elevada a posição sócio-econômica da família, menor é a sua fecundidade.⁷⁸

Constatação similar foi feita por Kehl em suas atividades enquanto médico com 500 famílias. Atentando-se à fecundidade, ele observou que dos casais abastados, sua média de filhos é de 3,24 por casal; enquanto os casais ditos pobres tinham em média 3,50 filhos por casal. Um outro dado importante, considerando a mortalidade infantil, é que dos casais investigados, os casais abastados têm 82,35% de seus filhos vivos, apresentando um índice de mortalidade infantil de 7,56%. Os

⁷⁷ A disgenia consiste numa modalidade de Perturbação ou alteração (genética ou epigenética) que consiste no comprometimento de sua estrutura e natureza genética que se faria notar nas gerações seguintes, a curto ou médio prazo, mas com conseqüências nefastas duradouras.

⁷⁸ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 3ª Lição, p. 51.

casais pobres, por sua vez, apresentaram um índice de 64,25% de filhos vivos e um índice de 23,04% de mortalidade infantil. Um outro dado importante é o que o eugenia denominou “taxa de sobrevivência dos filhos em relação ao estado econômico dos casais”: “Os pobres apresentam uma média de 73,60% e os abastados 91,59%.”⁷⁹

Kehl não vai além em sua análise. Ele opta por estabelecer uma relação entre pauperismo e ignorância. Entretanto, ele introduz uma crítica ao que denominou “filantropia contra-seletiva” (esta crítica não consta da primeira edição das *Lições*). A filantropia contra-seletiva consiste numa má orientação das ações filantrópicas da sociedade, que apoia e defende os medíocres, débeis e degenerados, e se descuida do amparo e estímulo dos indivíduos “normais” e “saudáveis”. A defesa liberal dos direitos humanos e da democracia levou as instituições de assistência social a exercerem uma filantropia que contraria a Lei evolucionista (darwiniana) da Seleção Natural. Um dos motivos da degradação social, no entender de Kehl, é que a Sociedade se estrutura e se regula no sentido oposto das bases biológico-raciais, que segundo ele sustentam a tessitura social. É necessário, portanto, que as ações filantrópicas coloquem novamente nos trilhos estabelecidos pela seleção natural o que as organizações sociais, com seu avanço principalmente político, retirou: deve-se aprimorar e ampliar o “núcleo aristogênico”,⁸⁰ ainda que afetado infortunadamente pela pobreza. O pauperismo em si não é um problema social e eugênico, uma vez que muitos pobres pertencem ao “núcleo aristogênico”, ao contrário de muitas famílias abastadas (os nobres, por exemplo), que são cacogênicas.

⁷⁹ *Ibidem*, 12ª Lição, pp. 261-267. Esta pesquisa só aparece na segunda edição das *Lições*.

⁸⁰ *Ibidem*, 3ª Lição, p. 54. Aqui, “núcleo aristogênico” é o mesmo que “classe aristogênica”, ou “aristogenia”. Aristogenia designa, portanto, a qualidade de classe, sociedade ou indivíduo

Aqui, o que escapa a Kehl é o papel social das práticas filantrópicas: elas não passam de paliativos sociais, empregados massivamente como práticas sociais de reintegração, sem dar conta de solucionar o processo de desintegração da sociabilidade, instaurada no capitalismo, culminando em práticas de exclusão.⁸¹ O que é identificado por Kehl, é apenas a situação limite da filantropia, sob a ótica naturalista – isto é, bio-social – que seu discurso eugênico confere à sociedade. Ou seja: tanto a prática filantrópica quanto a crítica à filantropia efetuada por Kehl sofrem do mesmo mal, qual seja: o de não identificar as causas sociais que desencadeiam processos massivos de desintegração do tecido social e, por conseguinte, da exclusão. Kehl ainda chega perto; contudo, por sua concepção naturalista da sociedade e do indivíduo, não consegue enxergar para além de sua miopia médico-eugênica, reduzindo tudo a uma questão de seleção natural.

Um terceiro fator degenerativo é a ignorância, que facilita a proliferação das doenças e, portanto da mortalidade infantil (daí um dos valores da educação para higienistas, “médicos-sociólogos” e eugenistas como Kehl; mas isto veremos no próximo capítulo). Neste sentido Kehl ao efetuar sua própria estatística sobre fecundidade e mortalidade infantil, constatou que:

“Do total de casais que conservaram filhos vivos 35,3% representa a percentagem dos casais que tinham apenas 1 filho; 24,5% 2 filhos e 3% apenas os que conservaram todos os seus 6 filhos. Não fosse a situação de miséria e de falta de educação reinantes na grande massa da população e deveríamos encontrar médias bem superiores.”⁸²

Um outro fator que se agrega aos dois anteriores é o urbanismo, em virtude do crescimento desorganizado das grandes metrópoles:

aristogênicos, isto é, geneticamente superiores. Ela se opõe à cacogenia que é a qualidade de classe, sociedade ou indivíduo aristogênicos, isto é, geneticamente inferiores.

⁸¹ Robert CASTEL, “Les pièges de l'exclusion”, p. 15.

⁸² Ibidem, 12ª Lição, p. 265.

"As metrópoles, com sua tentadora influencia atraem milhões e milhões de indivíduos, que ali se aglomeram, expondo-se á luta intensa de competições, á fome, á miséria, á vida tortuosa e afanosa de dificuldades, á promiscuidade, ás atribulações, á solicitação para os vícios, á vida em casas anti-higienicas, sem conforto, sem ar nem luz."⁸³

Esta observação de Kehl está diretamente relacionada com o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, após a Proclamação da República, coincidindo com outros três fenômenos sociais: o fim da escravidão, o êxodo rural, e a imigração estrangeira. Esses fenômenos culminaram numa grande leva de pessoas a fixarem moradia em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, então capital do país. Esse crescimento desordenado foi encarado como um imenso problema social – do qual a exposição de Kehl é apenas uma versão eugênica –, o que implicou numa série de medidas bastante radicais, porque antipopulares e antidemocráticas, no início do século XX. O exemplo capital disto é a reforma por que passou o Rio de Janeiro que, enquanto capital do país, deveria ser sua vitrine; mas que era, na realidade um antro de doenças, do cais até às casas passando pelas vias públicas onde se apinhavam as gentes de todas as classes, nacionalidades e cor, o que lhe dava o título fúnebre de "túmulo de estrangeiro".⁸⁴

⁸³ Ibidem, 3ª Lição, p. 56.

⁸⁴ Nicolau Sevcenko, observa neste sentido: "As autoridades conceberam um plano em três dimensões para enfrentar todos esses problemas. Executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Um time de técnicos foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves: o engenheiro Lauro Müller para a reforma do porto, o médico sanitário Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o barão de Haussmann, para reurbanização. Aos três foram dados poderes ilimitados para executar suas tarefas, tornando-os imunes a quaisquer ações judiciais, o que criou uma situação de tripla ditadura na cidade do Rio. Como era de se prever, os três se voltaram contra os casarões da área central, que congregavam o grosso da população pobre. Porque eles cerceavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna. Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com grande simpatia de a 'Regeneração'. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do 'bota-abaixo', já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los. Só lhes cabia arrebatar suas famílias, juntar os parcos bens que possuíam e desaparecer de cena. Na inexistência de alternativas, essas multidões juntaram restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade, cobrindo-os com

São os vícios também denominados “fatores degenerativos”, principalmente o alcoolismo, enquanto causador preponderante da criminalidade; que bem se associa a índole “fraca e mestiça” do povo brasileiro. De forma similar, Kehl considera as doenças enquanto causas letais e degeneradoras da espécie humana. Neste caso, ele arrola como exemplo, a sífilis, a tuberculose, a opilação (a ancilostomose), o impaludismo (a malária) e a lepra. Na nona lição, Kehl se detém um pouco mais sobre estes fatores degenerativos. Grosso modo, a sua constatação no que diz respeito ao alcoolismo e à sífilis, e suas conseqüências degenerativas, se resumem e expressam assim: “Alcoolismo nos ascendentes. Taras psíquicas nos descendentes. Sífilis nos ascendentes. Taras físicas nos descendentes.”⁸⁵

É muito comum que alcoolismo e sífilis se encontrem num mesmo indivíduo e, por conseguinte, com conseqüências drásticas à sua prole. No caso exclusivo de degeneração por alcoolismo, predominam – com variações estatísticas se considerado a presença do vício no pai, neste caso mais grave e predominante; na mãe; ou em ambos – casos de esterilidade, de nati-mortalidade, de fracos, de epiléticos, de psicastênicos e de outras ordens de degenerados. No caso da sífilis: a situação mais grave é da sífilis congênita, transmitida da mãe (ainda que contaminada pelo pai) aos filhos por via placentária; onde predominam os casos de nati-mortalidade,⁸⁶ e deformações físicas de diversas ordens; mas que evoluem precocemente (isto é, ainda na vida intra-uterina, ou nas primeiras semanas após o nascimento) ou tardiamente, comum a partir da segunda infância. Isto sem falar em

folhas-de-flandres de latões de querosene desdobrados. Era a disseminação das favelas” (Nicolau SEVCENKO, *Op. Cit.*, p. 22s).

⁸⁵ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 9ª Lição, p. 151.

⁸⁶ Neste caso, os índices são altíssimos, segundo observação de Kehl: “Basta dizer que a proporção de nati-mortos imputada à sífilis é de 10% na clínica (PINARD). Em 100 mulheres sífilíticas gravidas e não tratadas, somente 14 têm crianças normais (ETIENNE); os sífilíticos congênitos morrem na

outras doenças, como a tuberculose; que é definida por Kehl enquanto uma doença selecionadora, isto é, que contribui para o pleno cumprimento da Lei da Seleção

Natural:

“A tuberculose, seja-nos permitido o paradoxo, é uma doença até certo ponto misericordiosa, porque abrevia a vida sofredora de incapazes e defende a espécie da sua influencia debilitadora. Se ela não existisse, estaríamos esmagados por uma colossal massa de monstruosidades e se teria criado uma sub-raça cacoplastica.”⁸⁷

Um último grande fator condicionante de degenerescência é a guerra. Certamente, Kehl a considerou enquanto um fator disgênico, pois as *Lições de Eugenia* tiveram sua primeira e segunda edição em 1929 e 1935, respectivamente; ou seja, após a Primeira Grande Guerra e quase às vésperas da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Prova disto é que consta na nona lição um quadro estatístico relatando o número de homens mobilizados à Primeira Guerra: 70 milhões; dos quais 24 milhões a favor da Alemanha e 46 milhões de soldados aliados. Só a Alemanha perdeu quase dois milhões de homens no *front*, e ao todo quase treze milhões de alemães perderam suas vidas – “individuos brancos, da melhor categoria racial, social, intelectual e economica do mundo!” lamenta Kehl.⁸⁸ E não se trata apenas das baixas de vidas humanas ceifadas pela guerra, ou dos inválidos. Trata-se também que o alcance disgênico da guerra tem outras conseqüências: “como do afastamento do trabalho e do lar, da miséria, da doença, da redução e do retardamento dos casamentos e conseqüentes baixas da natalidade hígida.”⁸⁹ Obviamente, não se deve imaginar um Kehl ingênuo quanto às guerras. Bem sabia ele que elas não eram como que entidades ontológicas auto-

proporção de 72% antes dos 6 meses; 90% dos abortos e mais de 80% dos nati-mortos são imputados á sífilis dos progenitores” (*Lições de Eugenia*, 9ª Lição, p. 155).

⁸⁷ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 9ª Lição, p. 158.

⁸⁸ *Ibidem*, 3ª Lição, p. 64.

⁸⁹ *Passim*.

suficientes e auto-condicionadas. A guerra é sim fruto da irresponsabilidade e ambição política: "A guerra é sempre cruel e não passa, quasi sempre, de recurso deshumano de estadistas ambiciosos."⁹⁰

4. Considerações acerca do racismo de Kehl: questão de cor ou de gene?

O que se pode concluir sumariamente do que foi dito até então? Que o homem, enquanto indivíduo ou espécie (ou ainda, enquanto raça), se configura para Kehl de dois modos: ou ele é hígido e normal; ou ele é disgênico e, portanto, um degenerado. No primeiro modo de configuração, predomina um tipo ideal, mas passível de ser alcançado mediante diversos procedimentos e meios eugênicos que podem ser adotados. Neste sentido, mais do que uma idealidade intangível, o homem hígido é uma utopia. Pois o grande desafio para Kehl é conformar senão a totalidade, pelo menos a maior parte da população e, por conseguinte da sociedade e da nação, pela higidez. O segundo modo de se configurar o homem é mais o resultado de uma constatação de fato, e de interpretação eugênica da sociedade e da nação brasileira; comparada, inclusive, com outras nações. Vamos nos deter um pouco mais nesta interpretação do caráter mórbido e degenerado do homem; principalmente, pelo fato de que esta interpretação condiciona, no plano discursivo, a utopia eugênica (e que também configura as medidas e práticas eugênicas).

Basicamente, quais são os motivos da degeneração humana? A nosso ver, existem duas linhas básicas de argumentação preponderantes, principalmente no que tange à questão da mestiçagem e que afetam discursivamente a concepção racista de Renato Kehl. Com isso, queremos dizer que a questão da mestiçagem foi tratada de duas maneiras, não necessariamente

⁹⁰ Passim.

complementares, e sim justapostas; o que nos permite supor que o racismo de Kehl tem duas facetas. Vejamos mais detidamente o caso.

Se pautarmos-nos apenas e exclusivamente nas teorias da hereditariedade, principalmente de Mendel e Weismann, o que encontraríamos na exposição de Kehl – e de fato encontramos em algumas de suas *Lições*, como já consideramos no capítulo anterior – é uma redução do indivíduo humano a um organismo complexo, organizado e constituído de partes que, por sua vez, são encaradas também como estruturas complexas de tecidos e... de células. Ou seja, o homem é, em Kehl, biologicamente reduzido às suas células, aos seus plasmas e, portanto, a seus genes. Assim, a questão da mestiçagem fica reduzida ao espectro do hibridismo genético. Neste sentido, o racismo de Kehl, em seus fundamentos epistemológicos, reduz-se ao jogo de oposições entre indivíduos puros e híbridos; entre classes mendelianas puras e híbridas. A questão das linhagens de cor são neste ponto irrelevantes; porquanto não é pela cor da pele que o homem, enquanto indivíduo e espécie, é considerado, mas pela sua constituição orgânica e genética.⁹¹ E deste modo, a conclusão a que se deve, inevitavelmente, chegar é que o racismo de Kehl é a-cromático!

No entanto, justaposto a seu racismo a-cromático, encontramos também um racismo, que consiste basicamente em valorizar um tipo antropológico basicamente por sua cor. Neste caso, a linhagem de cor é fundamental para determinar que tipo antropológico ou racial é ou não superior a um outro (esta

⁹¹ Um bom exemplo disto, nós encontramos numa citação de Darwin feita por Kehl, que reflete bem esse procedimento em voga em sua época, pela comunidade científica (e ao certo, inclusive pelo nascente Neo-Darwinismo), de buscar nas células os princípios da seleção natural (como o fez Weismann), e bem mais: também em conformidade com o século XIX, e suas descobertas científicas sobre a célula no que tange à sua estrutura intrincada e seu complexo mecanismo de funcionamento. Cf. Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 4ª Lição, p. 77: "Pode-se dizer da célula o que Darwin dizia do organismo, em geral: 'Cada organismo é um microcosmo, um pequeno universo formado duma multidão de organismos, que se propagam por si mesmo: inconcebivelmente pequenos e tão numerosos como as estrelas do firmamento'."

acepção foi mais considerada neste capítulo). É neste sentido que vemos em várias passagens das *Lições de Eugenia* uma condenação da miscigenação racial, acompanhada quase sempre da valorização positiva da raça branca, principalmente a ariana⁹² (não é à toa que ele lamenta o alto número de mortos alemães na Primeira Guerra); e da valorização negativa tanto do negro quanto do mestiço, principalmente do mulato. Como se a questão da raça pudesse ser alcançada em seu nível mais superficial aos olhos do eugenista; olhos de cientista, mas que se pretende organizador e regulador da ordem social, marcada pela hierarquização absoluta, mediante a cor.

Isto denota uma ambigüidade inerente ao discurso eugênico de Kehl, que não foi devidamente resolvida. Kehl, ou não foi suficientemente crítico em decantar as teorias de modo a evitar justaposições, ou então optou em, promiscuamente, uni-las todas, desde que dessem a ele como eugenista, e ao eugenismo enquanto movimento de intervenção social e nacional que foi, assim como o sanitarismo, um discurso legitimador de sua pretensão epistemocrática de controle social. Um exemplo claro dessa promiscuidade discursiva de Kehl pode ser encontrada em sua discussão da questão da constituição, na nona das *Lições*, onde define o conceito de “constituição” como segue:

“É um estado particular de organização de cada indivíduo, segundo o qual ele se apresenta em condições de maior ou menor resistencia, tanto para viver como para vencer as influencias do meio. Conforme a constituição, boa ou má, assim será a força física, a resistencia ás infecções, ás influencias perturbadoras, como maiores ou menores serão também as suas probabilidades de viver muito ou pouco.”⁹³

⁹² No entanto, não podemos nos furtar a lembrar que, concomitante ao seu elogio aos arianos, como raça pura, ele também fez um notável elogio – racista – ao povo judeu, por sua incrível capacidade de se manter puro, apesar de todos os infortúnios persecutórios de que foi vítima, na história. Este elogio está na primeira edição das *Lições*. Para tanto conferir Renato Ferraz KEHL, *Pedagogía Sexual*, Lección 2ª, pp. 49-53.

⁹³ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 9ª Lição, p. 163.

Ora, o que esta citação denota condiz mais logicamente (não estamos aqui julgando seu grau de verdade) ao racismo a-cromático de Kehl, do que seu racismo cromático, pautado em linhagens de cor. No entanto, logo após, ao admitir a importância clínica e racial da questão da constituição, Kehl se detém em falar das constituições típicas predominantes de alguns países e regiões, sem caracterizá-las; mas quando fala da raça negra e dos mulatos... "A raça negra apresenta uma constituição que a faz fraca, presa para a tuberculose, condição esta ainda mais evidente entre os mulatos, que são muito sensíveis ao bacilo de Koch."⁹⁴

Ao fazer isto, Kehl subverte o conceito de raça enquanto classes mendelianas pela questão da cor, e de sua linhagem. Já que, de um ponto de vista lógico, a admissão da primeira aceção de raça não permite, por si só, a admissão da segunda. Assim, se por um lado a miscigenação é encarada como maléfica porquanto gera indivíduos heterozigotos, isto é, híbridos; num segundo momento ela é mais periclitante ainda à espécie, não porque dá origem a indivíduos híbridos, mas porque gera indivíduos não-brancos, com a constituição preponderantemente negra e, portanto, com seus desvios e debilidades orgânicas, psíquicas, e morais; como julga o médico e o eugenista Kehl. Assim, o temor racista de Kehl aponta não para o embranquecimento da raça, ou melhor, do povo brasileiro, mas na mulatização dos poucos homens brancos que porventura existiam no Brasil. Daí seu pessimismo.

Seu nacionalismo, marcado pelo seu veio intervencionista visa a erradicação da condição mestiça do homem brasileiro como uma das medidas a serem tomadas; já que reside nela a origem de quase todos os males que podem acometer a nação. Os "fatores degenerativos" apenas indicam o grau de degradação da população brasileira nas três primeiras décadas do século XX,

⁹⁴ *Ibidem*, p. 164. Cf. anteriormente, neste capítulo, a consideração de Kehl à tuberculose como uma doença seletiva e... eugênica.

obviamente interpretadas à luz do discurso eugênico de Kehl. Mas o grande problema a ser combatido é o da mestiçagem. Tanto numa acepção quanto na outra do racismo de Kehl, o que lhes há de comum é seu traço determinista da condição biológico-racial do indivíduo e do povo brasileiro; e portanto do Brasil enquanto nação. Toda modalidade de intervenção deve afetar ou a estrutura cromossômica que sustenta a hereditariedade, ou a miscigenação das cores raciais; no intuito de, em primeira instância, propiciar melhores condições de vida – isto é, saudáveis, ainda que não seja para todos –, e deste modo, em segunda instância, garantir a possibilidade da geração de proles cada vez mais puras, mais aperfeiçoadas... Superiores e brancas.

5. Considerações sobre segregação e sociabilidade eugênica em Kehl

Uma última questão que merece algumas considerações de nossa parte diz respeito ao modelo de sociabilidade preconizado pela epistemocracia eugênica de Renato Kehl. Primeiramente, vale reiterar que, considerando o exposto até aqui (já desde o primeiro capítulo desta dissertação), por extrapolação naturalística, o eugenista concebe o homem – quer em seu aspecto genérico, quer enquanto indivíduo – apenas como um organismo vivo, um ser estritamente biológico; regulado de maneira fundamental ou pelos fatores genéticos, ou por sua cor.

Que os indivíduos de uma mesma comunidade, ou de uma mesma sociedade (entendendo por este termo, bastante livremente: cidade, estado e mesmo país/nação) possam, e sejam, diferentes não resta a menor dúvida. No

entanto, as diferenças individuais se restringem a estes aspectos de cunho bio-antropológico?

E mais: considerando que essa extrapolação naturalística se estende também à relação entre indivíduo e sociedade, às multifacetadas relações de sociabilidade, reduzindo-as a relações de fundo biológico e/ou racial; não se pode ver aí um tremendo exagero da parte da epistemocracia eugênica de Kehl? As diferenças individuais permitem, *per si*, o estabelecimento taxinômico e social de hierarquizações? O hibridismo genético e a mestiçagem racial, que colocam a todos nós sob a égide da diferença, permitem a redução da diferença à hierarquia, às relações de superioridade/inferioridade racial, às relações de aristogenia/cacogenia?

São muitas as questões suscitadas pelo exagero epistemocrático de Kehl. Certamente, não podemos considerar todas. Contudo, vejamos se podemos caracterizar – interpretar – de maneira mais satisfatória seu limite. No tocante à sua caracterização bio-antropológica restritiva do ser humano, seja enquanto espécie, seja enquanto indivíduo, já fomos até às minúcias, desde o primeiro capítulo (principalmente na sua última seção). Assim, cabe muito mais neste momento, mostrar o limite teórico do imaginário⁹⁵ eugênico quanto ao processo de sociabilidade.

Um aspecto que nos chama à atenção, é a verve classificatória e hierarquizante de Kehl. De que modo se relaciona – segundo o eugenista – hierarquia e sociabilidade? Prevalece, nas culturas ocidentais modernas, após a Revolução Francesa, a crença jus-política de que todos os homens são iguais; instaurou-se, ao menos no plano legal da organização social, o princípio da isonomia

⁹⁵ Vale reiterar: tomamos de Castoriadis o conceito de “imaginário”. Para tanto, cf. acima, no Capítulo Primeiro, p. 17, nota 15.

civil – princípio este que é, ainda hoje, um dos baluartes do Liberalismo: O princípio da igualdade, conjuntamente com o de liberdade, como bem observa Louis Dumont,

“supõem como princípio único e representação valorizada a idéia do indivíduo humano: a humanidade é constituída de homens, e cada um desses homens é concebido como apresentando, apesar de sua particularidade e fora dela, a essência da humanidade. (...) Esse indivíduo é quase sagrado, absoluto; não possui nada acima de suas exigências legítimas; seus direitos só são limitados pelos direitos idênticos dos outros indivíduos. Uma mônada, em suma, (...) É assim que se concebe a classe social ou isso a que se chama nesse nível de ‘sociedade’, a saber, uma associação, e de certo modo até mesmo uma simples coleção dessas mônadas.”⁹⁶

Ora, a nossa tendência mais imediata – e, por isso mesmo, mais grosseira – é identificar uma oposição entre o Liberalismo e a epistemocracia eugênica de Kehl. Mas será que é assim mesmo? Obviamente, nosso objetivo com esta pergunta não consiste em, também apressadamente, “classificar” Renato Kehl de liberal. No entanto, a tematização liberal do indivíduo como seu princípio fundante é bastante semelhante à tematização eugênica efetuada por Kehl. Também em Kehl, o indivíduo consiste numa espécie de mônada, quase que auto-suficiente e considerado fator determinante – por sua constituição – de sua higidez ou de sua degeneração racial. A sua debilidade mórbida ou social (a vagabundagem enquanto uma modalidade de tara, por exemplo) é decorrente de sua constituição bio-antropológica. E também em Kehl, assim como na visão liberal corrente, a sociedade restringe-se à condição de coleção e somatório de indivíduos. A grande “diferença”, que talvez seja mais revelador – pelo contraste – de nosso “igualitarismo” liberal é que, com Renato Kehl, descobrimos que, sob o *Homo aequalis* está o *Homo hierarchicus*!

É merecedor de nota, porém, o diagnóstico que nosso anti-herói faz da sociedade brasileira (entenda-se nação) de seu tempo: é uma sociedade que vai

mal, muito mal das pernas! O seu nacionalismo pessimista, numa versão eugênica – e por conseguinte, naturalista e, acrescente-se, a-histórica – nos relata uma sociedade fragilizada ao extremo em sua organização e nas relações de sociabilidade entre os indivíduos que a integram e constituem. Quando o eugenista denuncia o estágio de degradação racial do povo e da sociedade brasileira – afetando visceralmente a sua condição de nação –, ele evidencia em seu lamento o processo de desagregação social vigente no país nos anos vinte e trinta da Primeira República.

Entretanto, seu projeto epistemocrático não oferece uma solução a este quadro de desagregação social, que ele interpreta enquanto degeneração bio-antropológica e racial do indivíduo e da sociedade; ainda que ele tenha proposto, no decorrer das *Lições de Eugenia*, uma série de procedimentos e medidas eugênicas de intervenção social com vistas à regeneração racial da nação brasileira, que se fazia urgente (como veremos no próximo capítulo).

Por que ele não consegue oferecer uma solução viável? Muitos são os motivos para que uma proposta não seja eficaz. No caso em análise, o principal motivo reside na leitura equivocada de Kehl acerca da relação entre indivíduo e sociedade; fruto de seu naturalismo exacerbado, cuja marca se faz sentir em sua caracterização do indivíduo. Se o lamento do eugenista pode ser lido como uma constatação, talvez até bastante perspicaz (apesar de sua tendência reduncionista), Kehl é incapaz de apreender as relações sociais de modo a identificar uma correlação mais dinâmica entre indivíduo e sociedade.

Como já observamos, a sociedade para Kehl consiste numa sociedade de indivíduos enquanto somatória, ou coleção, de organismos que, no entanto, não interagem entre si. A sua prevalência discursiva do sujeito diante da

⁹⁶ Louis DUMONT, *Homo Hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*, pp. 52s.

sociedade lhe impede de compreender a sociedade como uma totalidade social, integrada e integrante, de individualidades. A individualidade não pode ter esta pretendida prevalência, porquanto ela não é um dado *a priori* e, por conseguinte, de natureza anti-histórica. Ela é, sim, o resultado de uma construção a partir da multiplicidade dos jogos interativos e dos jogos de força entre os homens que coabitam num mesmo *locus* social. Caso contrário, isolando o homem desse *locus*, no qual e mediante o qual ele se constitui como indivíduo e como humano, ele não supera a sua condição orgânica – o que, portanto, não o coloca em condição de diferenciação em relação a qualquer organismo vivo, inclusive a mais simples ameba. E se evolui (em sentido biológico mesmo), não supera “a condição de um animal humano semi-selvagem”, como observa Norbert Elias.⁹⁷ Pois bem: o homem preconizado discursivamente por Kehl, não supera sua condição orgânica e não se caracteriza como indivíduo, pois está socialmente desagregado por completo.

Se há uma sociedade imaginada por Kehl ela pode plenamente ser denominada uma “sociedade dos indivíduos”. Porém, não no sentido proposto por Elias; e sim, no sentido que Robert Castel nos oferece: A sociedade criticada por Kehl, mas também o seu modelo de sociedade, consistem em sociedades dos indivíduos, enquanto modelos sociais caracterizados por um crescente individualismo. Um individualismo não porque afirme positivamente o indivíduo diante da sociedade, como o Liberalismo tenta pensar, mas pelo fato de que instaura e reforça toda uma dinâmica de segregação social do indivíduo (permitindo, assim, o fenômeno da exclusão social), que o subtrai do todo coletivo, retirando-lhe por completo sua condição social. É o que Robert Castel denominou “individualismo

⁹⁷ Norbert ELIAS, *A Sociedade dos Indivíduos*, p. 27.

negativo”:⁹⁸ um processo de “desindividualização” que elabora um processo de constituição e cultura do indivíduo que,

“Porém, conserva o traço fundamental de ser um individualismo por falta de referências, e não por excesso de investimentos subjetivos. (...) É completamente individualizado e superexposto pela falta de vínculos e de suportes em relação ao trabalho, à transmissão familiar, à possibilidade de construir um futuro... Seu corpo é seu único bem e seu único vínculo, que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto.”⁹⁹

É exatamente uma modalidade de processo de desagregação social, que nosso eugenista instaura discursivamente, donde o indivíduo não é um ser social; apenas um ser orgânico: não é nem indivíduo, nem humano. Seu individualismo bio-antropológico exclui por completo toda e qualquer possibilidade de interação social, e de constituição do indivíduo mediante sua interação – podemos dizer dialética – com a sociedade. É, portanto, um individualismo segregador. Ele se faz sentir muito bem em todo o texto das *Lições de Eugenia*, inclusive na sua proposta de medidas eugênicas que, visando o aprimoramento racial da sociedade (entenda-se indiscriminadamente também nação), mostra toda a sua pujança segregadora.

Vejamos no próximo capítulo como o eugenista concebeu as medidas de intervenção eugênica na organização social e no indivíduo, e qual o papel que cabe à educação neste projeto epistemocrático de intervenção social.

⁹⁸ Robert CASTEL, *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário*, p. 596.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 603.

CAPÍTULO TERCEIRO

KEHL E A SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EUGÊNICA

Considerando o exposto nos capítulos anteriores, sobressalta ao modelo eugênico de Kehl uma conjunção, independente de questionarmos se é legítima ou não (porquanto teríamos que demarcar os seus respectivos critérios de legitimidade), entre ciência e anseios sociais. Uma conjunção, pois é na ciência, especialmente nas teorias da hereditariedade, que Renato Kehl busca fundamentar epistemologicamente sua concepção eugênica, bem como a resposta da Eugenia aos anseios nacionalistas brasileiros, próprios das três primeiras décadas do século XX.

Bem sabemos que esta resposta se caracteriza por uma concepção determinista de homem – quer enquanto indivíduo, quer enquanto espécie – na medida em que o homem ora é concebido como um resultado hereditário das unidades orgânicas paternas, ora é concebido por sua linhagem de cor. O corolário deste determinismo é que a intervenção social e nacional mais eficiente é aquela que insurge sobre o indivíduo. Isto é: controlando genética e racialmente o indivíduo, se controla a sociedade; possibilitando sua devida organização. Daí o traço intervencionista da Eugenia.

No entanto, este traço intervencionista da Eugenia à sociedade e ao indivíduo denota sua tendência segregadora; porquanto hierarquiza os indivíduos e os toma, por redução naturalística, como organismos, e não seres sociais. Resulta disto a condição inerente da epistemocracia eugênica de Kehl: o traço da desestruturação social.

Neste capítulo, procuraremos demarcar este traço intervencionista (e, portanto, epistemocrático), precisando a caracterização do que Renato Kehl, em *Lições de Eugenia*, denominou “medidas eugênicas”. A seguir, buscaremos caracterizar o papel da educação nessas medidas eugênicas, e qual o alcance de sua atuação intervencionista.

1. As medidas eugênicas enquanto medidas de intervenção social

Seguramente, o escopo último da Eugenia – isto é: a regeneração e o aprimoramento racial do homem, quer enquanto indivíduo, quer enquanto espécie – pretende se efetivar em três dimensões distintas mas imbricadas de atuação. São elas: **a)** o estudo das questões da hereditariedade, da evolução, das estatísticas referentes à Eugenia, e do meio ambiente (principalmente no que tange à sua acepção social e familiar); **b)** a aplicação dessas questões ao homem, desde sua dimensão individual, passando pela família e pelo social até chegar a sua dimensão de espécie; e, por fim, **c)** a divulgação pública desses estudos eugênicos com o fito de persuadir e fomentar a mudança comportamental dos indivíduos nos seios familiares e no contexto social, de tal modo que se adotem práticas e comportamentos hígidos, isto é, social e eugenicamente aceitas como “normais” e “saudáveis”.

Desta forma, Kehl pôde condensar os grandes ideais eugênicos, expressos nos seguintes “procedimentos puramente práticos, para a elevação moral e física do homem”:

- “a) favorecer a procriação sã, isto é, fomentar a paternidade digna.
- b) Dificultar ou melhor, evitar por todos os meios possíveis, a procriação dos indivíduos defeituosos.
- c) Premunir a espécie dos males e venenos degenerativos.”¹

Destes objetivos, Kehl propõe que a Eugenia se subdivida em três tipos básicos de procedimentos (ou também chamado por ele de “métodos”): a eugenia positiva; a eugenia negativa; e a eugenia preventiva. Para os fins pretendidos neste capítulo, que é demarcar a concepção de educação eugênica, formulada por Kehl; e considerando a educação compreendida prioritariamente no bojo da eugenia positiva (embora também seja concebida como medida própria à eugenia preventiva), deteremo-nos nesta seção principalmente na exposição dos outros dois procedimentos eugênicos, deixando para a seção seguinte a exposição específica à eugenia positiva e, em seu contexto, à educação.

1.1. A eugenia negativa

O âmbito de atuação da eugenia negativa – assim como de toda a Eugenia – é o indivíduo; visando por meio dele atingir toda a comunidade, senão a espécie. É isto que a diferencia dos procedimentos filantrópicos em geral. Porque estes salvagam o indivíduo, mas esquecem sua inevitável inserção social e racial, de tal modo que podem, inclusive, no entender de Kehl, arriscar o bem comunitário, isto é, o futuro bio-racial da espécie humana. Já vimos, no entanto, os

¹ Renato Ferraz Kehl, *Lições de Eugenia*, Lição 11ª, p. 193.

limites dessa apreensão da sociedade e da sua inter-relação com o indivíduo. De qualquer modo, reside nessa constatação de Kehl o motivo pelo qual tais procedimentos filantrópicos são enquadrados por ele como “contra-seletivos”; isto é: eles permitem, propiciam e incentivam o socorro tutelar aos desvalidos e à grande massa de indivíduos disgênicos, facilitando, inclusive sua proliferação reprodutiva. Kehl diz explicitamente, em outra ocasião, que

“O altruísmo tem muitas vezes vistas curtas; vê o infeliz, não vê os infelizes; alcança o presente, não alcança o futuro; compreende a dor, v. g., que representa o impedimento matrimonial de um casal, não compreende, porém, ou não pretende prevêr as dores de milhares de indivíduos oriundos de tais uniões.”²

A eugenia negativa não nega o socorro às gentes expropriadas e doentes – em uma palavra, cacogênicas –, mas não lhes permite a sua proliferação, ou ao menos visa restringi-la sensivelmente de modo que não comprometa o bem-estar, a higidez da comunidade.

Além disso, um traço distintivo entre a eugenia negativa e a eugenia positiva é que esta última tem como procedimento básico a propaganda eugênica no intuito de educar e persuadir (veremos posteriormente que não são coisas distintas) a população em geral a adotar práticas eugênicas. O procedimento-padrão na eugenia negativa não é a persuasão; mas a adoção de medidas eugênicas que visam, como escopo último, um aumento significativo das classes “aristogênicas”, ou seja, da proliferação nas gerações futuras de indivíduos eugênicos, isto é, “hígidos”.

Para atender tais objetivos, a eugenia negativa recorre a alguns procedimentos. Um primeiro procedimento é o estudo e a aplicação social de procedimentos de regulação – que se pretende científica – da fecundidade da população em geral.³

² Ibidem, 11ª Lição, p. 197.

³ Ibidem, 11ª Lição, p. 198.

Aqui já se percebe um elemento importante: a regulação da fecundidade, ou em sentido mais amplo, as práticas eugênicas não são equivalentes para todos, mas diferenciadas conforme a condição eugênica do indivíduo. Dito de outro modo: Kehl não pretende, com seu discurso eugênico nem dissolver nem escamotear as contradições e as diferenças sociais; como se supõe em geral quando se efetua uma certa análise das ideologias. Ao que nos parece, o que faz é conceber a estratificação social sob um outro ângulo, a saber, enquanto regulado por relações bio-raciais.

Não nos parece correto supor que ele desconhecesse ou negligenciasse o estado de miserabilidade econômica e higiênica de boa parte da população brasileira, rural ou urbana. Kehl tinha pleno conhecimento do Relatório Neiva-Pena. Lera, cita e recomenda o livro de Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*, de 1914, em sua conferência no I Congresso Brasileiro de Eugenia;⁴ livro esse marcado por uma exposição e análise dos fatores sociais e econômicos das condições de miserabilidade da população brasileira. Isto sem falar de suas relações sociais e intelectuais com tantas outras pessoas que defendiam posturas bastante diversas da sua (como Roquette-Pinto, por exemplo).

Não se trata de classificá-lo como um obtuso em questões sociais e econômicas. Trata-se sim de percebê-lo como um representante de uma tendência corrente, não só no Brasil, mas de feições mundiais, em que o médico se percebe como uma figura de relevância social inigualável e inquestionável. Trata-se de

⁴ Idem, "A Eugenia no Brasil (Esboço histórico e bibliográfico)", p. 58. É suficientemente sabido porém que a ótica de leitura de Alberto Torres e de tantos outros se dá no contexto do nacionalismo exacerbado nos fins do século XIX e começo do XX, cuja definição do Brasil como nação era uma questão premente e acalorada, que dividia as gentes letradas em ufanistas e pessimistas acerca da situação brasileira na época e sobre seus rumos futuros. Para tanto, conferir o capítulo anterior desta dissertação.

compreendê-lo como o agente social por excelência⁵ - pois era assim que ele se caracterizava: capaz de autogerenciamento em todos os sentidos; e de regulação e gerenciamento da vida social, quer de sua comunidade, quer de toda a sociedade nacional. Assim, sem necessariamente negar a realidade social e econômica de boa parcela da população brasileira; Kehl – em seu arroubo médico e eugênico – prefere classificar, tal como um taxionomista, os indivíduos e toda a população em tipos aristogênicos, cacogênicos e disgênicos; defendendo assim uma estratificação bio-racial; ou se assim quisermos, porquanto fossem para ele equivalentes, uma estratificação eugênica da sociedade. Os fatores de miserabilidade e as baixas condições sanitárias em que vive a maior parte da população – rural e urbana – não são tomados socialmente; isto é, como efeitos resultantes dos modelos sócio-econômicos vigentes no Brasil, bem como no âmbito das relações internacionais. Aqueles fatores de precariedade econômica e higiênica são caracterizados como condicionantes disgênicos. Portanto, com base nesta estratificação eugênica da sociedade, Kehl não concebe as medidas eugênicas por si mesmas, mas em conformidade com a classe eugênica – ou seja aristogênica ou cacogênica – sobre a qual deve-se aplicar tais medidas.

Conclui-se portanto que, de um ponto de vista eugênico, uma mesma medida pode assumir feições positivas ou negativas, considerando-se a classe de indivíduos em que ela seja aplicada. Observe-se, por exemplo, o que Renato Kehl diz explicitamente, quando discute a eugenia positiva: “É preciso

⁵ Aliás, esta tendência antecede historicamente o próprio Kehl, uma vez que essa pretensão sócio-política da classe médica, enquanto uma força ou um poder regulador da sociedade remonta no Brasil já desde os fins do século XIX. Neste sentido, conferir Lilia Moritz SCHWARCZ. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, p. 202. Vale observar também que tal conduta do “médico político”, ou da medicina como força reguladora da sociedade é contemporânea ao nascimento da medicina social, que tem justamente seu foco de atuação – e por conseguinte de intervenção social – centrado no indivíduo, na medida em que, com o advento do capitalismo, se socializou o corpo enquanto força produtiva e enquanto instância privilegiada de

proclamar, imperturbavelmente, que há circunstâncias, nas quais a propagação da vida humana constitui um crime tão grande como suprimir uma vida que já existe.”⁶ Ou ainda, a título de exemplo, das práticas de regulação da fecundidade: Nas classes aristogênicas, a elevação do índice de fecundidade tem que ser incentivado; enquanto nas classes cacogênicas, a alta fecundidade tem que ser contida e rebaixada a índices cada vez menores, quando não radicalmente suprimida. O objetivo eugênico aqui é o de conseguir “uma fecundidade geométrica dos ‘bem dotados’ em contraposição à fecundidade aritmética dos ‘mal dotados’”.⁷

Tendo como base este escopo da eugenia negativa, outros procedimentos sugeridos por Kehl são a adoção “do exame médico-prenupcial dos nubentes, proibindo o casamento entre os que se revelarem perigosos à descendência”, e a “esterilização dos grandes degenerados e criminosos”.⁸ A primeira medida é de ordem legal – ainda que não o fosse por ocasião da publicação da segunda edição das *Lições de Eugenia* –, enquanto a segunda proposta é de uma ação interventora mais radical, que supera os limites “brandos” da mera interdição legal.

No caso do exame médico pré-nupcial, até 1935 ainda não havia efetivamente nenhuma regulamentação legal que o exigisse obrigatoriamente.⁹ Kehl observa que existia alguma regulamentação legal no Código Civil (Artigo 183) quanto à possibilidade de anulação do casamento, face à ignorância anterior ao

intervenção da medicina enquanto estratégia bio-política. Sobre esta questão, conferir Michel FOUCAULT, “La naissance de médecine sociale”, *Dits et Écrits*, tome III, pp. 209s.

⁶ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, Lição 11ª, p. 197.

⁷ *Ibidem*, p. 198.

⁸ *Ibidem*, p. 199; equivocadamente – talvez por um erro tipográfico – o texto se refere a medida da esterilização como típica à eugenia positiva, o que certamente não é o caso.

⁹ No entanto, já na Carta Magna, promulgada em 16 de julho de 1934, no Título V – capítulo J – art. 145, ocorreram exigências eugênicas de controle do casamento, ainda que com limitações. O texto do artigo supracitado reza que “A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do país” (*apud* Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, Lição 11ª, p.212).

matrimônio de defeitos físicos ou doenças transmissíveis do cônjuge. No entanto, tal regulamentação só se aplica após a consumação matrimonial; sem contar que dava margem a interpretações forenses variadas e pouco precisas, isto é, dava margem a “duvidas e chicanas forenses”, como reclama Kehl.

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PRE-NUPCIAL (*)	
ATESTADO MÉDICO PARA CASAMENTO	
<p>Declaro, pelo presente, que o Sr./Sta. nascido..... no dia de de 19....., em, conforme pudemos verificar, se acha.</p>	
<p>perfeitamente em condições. limitadamente em condições (consanguinidade). presentemente em condições. (riscar as frases dispensáveis)</p>	
<p>Rio de Janeiro, de 19.....</p>	
<p>Assinatura do medico da familia</p>	
<p>O atestado medico pre-nupcial deve ser exigido dos candidatos dos dois sexos para afastar os individuos suspeitos de poder contaminar o outro conjuge e só permitir o casamento aos individuos sãos e aptos para procriação higida.</p>	
<p>Este certificado não exige violação do segredo profissional, porque é fornecido ao proprio candidato.</p>	
<p>O exame, que será praticado pelo medico da familia e não por um medico de livre escolha, atenderá ás seguintes questões:</p>	
<p>a) Ao estado geral: pesquisa de deformidades e de doenças familiares, de alcoolismo, de tuberculose (exame do escarro), de lepra, de cancer, de doenças mentais e nervosas (punção lombar em casos especialissimos.</p>	
<p>b) A pesquisa de doenças venereas: sífilis (estigmas, reações serologicas e, excepcionalmente, punção lombar), blenorragia (cultura do esperma e pesquisa de espermatozoides).</p>	
<p>Estes dados o medico registrará no seu livro de observações clinicas, não podendo, absolutamente, ser usado, nem mesmo para fins legais. O medico fornecerá o atestado segundo os dizeres do modelo acima referido.</p>	
<p>(*) Modelo de atestado pre-nupcial que poderá ser adotado pelas familias cautelosas, enquanto o certificado em questão não se tornar obrigatório por lei e não houver um modelo regulamentar.</p>	

Figura 3. Modelo de atestado médico pré-nupcial, proposto por Renato KEHL, *Lições de Eugenia*, “Anexos”, p. 307 (reprodução do original).

Assim, a vantagem legal, social e efetiva do exame pré-nupcial – segundo o eugenista – se faz evidente, dado seu caráter profilático e preventivo. Daí a urgência em aplicá-lo. Na condição de um de seus grandes defensores, e ciente da sua exigência legal, Kehl chega a propor, como anexo às *Lições de Eugenia*, algumas fichas – dentre elas, a que ele denomina “Modelo de Atestado Medico Pre-Nupcial” (figura 3).

A vantagem do exame médico pré-nupcial, como já dissemos, se deve à sua natureza profilática e preventiva. O mal que ele previne é a da proliferação de indivíduos débeis, disgênicos, face à condição cacogênica – quer mental, quer física – de pelo menos um dos progenitores. Apesar de sua condição preventiva, Kehl compreende tal medida como própria à eugenia negativa; na medida em que pela obrigatoriedade do atestado para contrair núpcias, se pode impedir uniões disgênicas que comprometam a sociedade e a nação nas gerações futuras.

Por outro lado, tal documento permite averiguar as uniões mais favoráveis para o engrandecimento racial da nação e da sociedade brasileira. Em suma: o atestado médico pré-nupcial tem a vantagem de tornar público a outrem, a sua família, comunidade, e a sociedade como um todo, se o indivíduo designado por tal atestado é ou não “viável”; ou seja, se ele é um indivíduo eugênico ou disgênico. Mais do que impedir uniões matrimoniais e, por conseguinte, proles (futuras) indesejáveis, este atestado é um primeiro instrumento – de natureza evidentemente ambígua: um documento médico com força legal – de segregação e de discriminação social enquanto segregação exclusivamente bio-médica. Como se pode notar pelo próprio “formato” e texto do atestado, ele não serve para uma segregação racial por motivos étnicos ou de cor (o que no capítulo anterior,

denominamos “racismo cromático”); porém motivado pelas classificações “mendelianas” da população.

Um outro procedimento muito útil à eugenia negativa é o da esterilização que se aplicaria em casos bem específicos e em situações extremas. Primeiramente, Kehl alude a este procedimento nos casos em que a persuasão pela educação ou pelo esclarecimento, via propaganda, são inócuos; isto é, naqueles casos em que não se pode confiar na consciência, na racionalidade/razoabilidade dos indivíduos, e que a interdição legal é insuficiente e ineficaz. Deste modo, a esterilização se aplica nos casos de “criminosos” e de “grandes degenerados” (as expressões são de Kehl). Ou seja: como nosso autor afirma em seguida, a esterilização deve aplicar-se aos “indivíduos inaptos para as boas procriações, isto é, degenerados somato-psíquicos”;¹⁰ ainda que seu alcance e valor eugênicos sejam limitados, porquanto apenas eliminam – ainda que não imediatamente e nem a curto prazo – os indivíduos indesejáveis de um ponto de vista eugênico à sociedade; consistindo, portanto, em apenas um procedimento auxiliar a um projeto eugênico de constituição e regulação social. Desse modo, Kehl arremata resumidamente:

“... somos de opinião que a esterilização é indicada em casos especiais de doença e miséria; que deve ser aplicada, compulsoriamente, a certos criminosos e em certos casos de degeneração somato-psíquica; que poderia, uma vez largamente aplicada, eliminar caracteres blastofóricos ou, pelo menos, reduzi-los, consideravelmente. A esterilização deve, pois, ser considerada como um inestimável processo eugênicos, não, porém, um recurso capaz de, por si só, resolver o problema da formação da elite eugênica.”¹¹

¹⁰ Ibidem, p. 220.

¹¹ Ibidem, pp. 223s. Renato Kehl apresenta, pelo que pudemos inventariar no texto, três determinações de casos em que a esterilização se faz indicada: a caracterização de Winter, a da Alemanha do III Reich (que é a mais extensa), e a sua própria. Kehl não faz nenhum comentário avaliativo das outras duas caracterizações diante da sua, o que nos dá margem a supor que, na realidade ele as supusesse pelo menos complementares, já que as julgava favoravelmente, como ele mesmo relata (Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, p. 225). No que tange à caracterização alemã, Kehl a descreve como segue: “As implicações para a esterilização cirurgica são as taras hereditarias do alcoolismo, compreendendo tambem: debilidade mental hereditaria, esquizofrenia, psicose maniaco-depressiva, epilepsia hereditaria, coréia de HUNTINGTON, cegueira congenita,

Evidencia-se assim que a ação típica da eugenia negativa se insurge não sobre as consciências dos indivíduos, mas sim de seus corpos. Trata-se de controle de boa parte da população enquanto indesejáveis sociais. Suas doenças e estigmas psíquicos e somáticos não são objetos de tratamento clínico – embora isto não significa que não o sejam em algum momento – mas de sumária contenção de gerações futuras, uma vez que não se pode eliminá-los. De um ponto de vista eugênico, para Kehl, não há o que fazer com estes indesejáveis sociais, a não ser impedi-los de se proliferarem. Daí a necessidade de se adotar impeditivos legais e de procedimentos, amparados legalmente e pelo Estado, para se atingir tais metas de contenção reprodutiva.

1.2. A eugenia preventiva

Renato Kehl define assim a eugenia preventiva: “Eugenía preventiva constitue o que se poderá denominar propriamente a ‘higiene da raça’, pois se preocupa de premuni-la contra as doenças, os males economicos e sociais e contra os venenos degeneradores”.¹² Ela tem como campo de atuação as questões referentes a higiene pré-natal, puericultura, higiene e educação sexual. Na realidade, a diferenciação entre eugenias preventiva e positiva é bastante vaga, porquanto em larga medida se confundem nas mesmas ações e procedimentos. Tanto na eugenia

surdez congenita, e qualquer grave deformidade fisica que, conforme a experiencia medica, seja suscetiveis de engendrar na prole graves defeitos fisicos ou mentais” (Renato Ferraz KEHL, *Op. Cit.*, p. 223). E mais à frente cita as outra duas caracterizações, primeiro a sua e depois a de Winter: “A esterilização deve ser compulsoriamente indicada nos casos de cegueira e sudo-mudez congenita ou hereditaria, na epilepsia, idiotia ou no caso do casal já ter tido mais de um filho com desordem psiquica ou somatica.

WINTER prescreve a esterilização nos seguintes casos:

- a) – Quando se verificou a hereditariedade de defeito ou doença em um filho.
- b) – Quando se comprovou a existencia de defeito hereditario no germe-plasma materno.
- c) – Quando se evidenciou o aparecimento de defeitos hereditarios em toda a geração dos pais ou, pelo menos, na maior parte dos mesmos” (Renato Ferraz KEHL, *Op. Cit.*, pp. 224s).

preventiva quanto na eugenia positiva, o que predomina como caracterização é a busca de procedimentos de conscientização e de persuasão, coletiva e individual, em prol de comportamentos desejáveis; ou seja, de comportamentos eugênicos.

2. A educação como medida eugênica

Antes de adentrarmos propriamente na questão da concepção e do papel da educação à Eugenia, segundo as *Lições de Eugenia*, precisamos caracterizar a eugenia positiva, na qual se situa a educação.

2.1. A eugenia positiva

Na seção em que Renato Kehl discute a eugenia positiva, na décima primeira das *Lições*, ele a inicia atentando para o ato de fé que todo eugenista tem que necessariamente fazer. E este ato de fé é duplo: primeiramente, todo eugenista tem que crer na possibilidade de um “melhoramento progressivo e constante” da espécie humana; e em segundo lugar, ele tem que “admitir a possibilidade efetiva e eficiente da educação e da orientação eugenica no ato mais importante da vida humana – a reprodução.”¹³

Em que consiste esta segunda parte do ato de fé de todo eugenista? Consiste em acreditar na consciência humana. A consciência humana tanto no sentido de aptidão intelectual e mental de compreender o que se ensina e orienta, quanto no sentido do senso moral, capaz de discernir e de ajuizar responsavelmente

¹² Ibidem, p. 201.

¹³ Ibidem, p. 193.

pelo certo ou pelo errado. Trata-se portanto da crença no homem enquanto um ser racional e razoável, capaz de conhecer e de agir. Um sujeito racional e ético.

Deste modo, cabem à eugenia positiva dois procedimentos básicos, que necessariamente não se autonomizam um diante do outro; e sim costumeiramente se complementam: a educação e a propaganda. Pela educação, a eugenia positiva deve conscientizar os indivíduos e os casais eugênicos de seu dever de procriarem e de terem uma prole numerosa. Pela propaganda, a Eugenia deve demonstrar e tornar o mais público possível os perigos e os males que pesam sobre a humanidade, bem como propagar a defesa de medidas eugênicas (como o exame pré-nupcial) que visam reverter e evitar os fatores disgênicos diversos. Neste sentido, Kehl afirma enfaticamente:

“Estamos absolutamente convencidos de que é perfeitamente viável a educação eugênica para a defesa da descendência, como estamos certos, também, de que a propaganda contra os males venereos, contra o alcoolismo, bem assim a propaganda desenvolvida pelos eugenistas em prol do exame pré-nupcial, bastarão para despertar grande número de consciências e para formar numeroso contingente de propagandistas em favor da paternidade digna e contra a paternidade indigna”¹⁴

E logo a seguir ele retoma a defesa da eugenia positiva, mediante a educação e a propaganda de esclarecimentos (e persuasiva), nos seguintes termos:

*“A Eugenia positiva tem como principal objetivo propagar o dever que cabe aos casais eugênicos de procriarem o maior número possível de filhos, a fim de que uma crescente procriação higida consiga equilibrar a formidável procriação de indivíduos inferiorizados. É mister demonstrar e propagar o perigo e as ameaças que pesam sobre a humanidade, devido ao malthusianismo insensato que se alastra de modo assustador entre os elementos das classes favorecidas, em contraste com a procriação desenfreada dos elementos das classes pobres e incultas, no seio das quais se conta o maior contingente de incapazes e de degenerados.”*¹⁵

¹⁴ Ibidem, p. 194.

¹⁵ Ibidem, pp. 194s. Os itálicos são de Kehl.

Com base no exposto acima, vê-se que a eugenia positiva consiste, *grosso modo*, na adoção de uma série de medidas que se aplicam às classes e aos indivíduos aristogênicos (também denominados “eugênicos” ou “normais”), visando o aprimoramento racial de um povo; no caso em questão, o brasileiro. Para tanto, a eugenia positiva tem três objetivos:

- (a) Propagar o otimismo sadio, da melhoria eugênica da nação;
- (b) Refutar o comodismo e o egoísmo vigente das classes eugênicas pela propaganda esclarecedora; e
- (c) Criar meios facilitadores e humanitários – com apoio legal, financeiro e social – que incentivem uma alta fecundidade das famílias aristogênicas.¹⁶

O cumprimento de tais objetivos terá como fruto, segundo Kehl, a incomparável melhora do homem, individual e socialmente. E, por conseguinte, ter-se-á uma melhora significativa da sociedade; uma vez que não se terá mais um dispêndio de energias, e custos financeiros, para a manutenção das classes cacogênicas da população; ou nas palavras de Kehl, a “enorme massa de ‘resíduos da sociedade’”.¹⁷

Obviamente, essa pretendida e controversa melhora, tanto do indivíduo quanto da sociedade, não se dá mediante a adoção de procedimentos francamente genocidas como aqueles adotados pelo Estado do III Reich na Alemanha, às vésperas da Segunda Guerra. Embora, em várias passagens das *Lições*, Kehl demonstre um verdadeiro apreço e admiração pela política eugenista adotada radicalmente na Alemanha do Pré-Guerra (sem desconsiderar ainda as várias citações que faz sobre as práticas eugenistas adotadas nos Estados Unidos, e nos Países Escandinavos).¹⁸ A melhora individual, e por ela a melhora social, se

¹⁶ Ibidem, p. 198.

¹⁷ Ibidem, p. 197.

¹⁸ Algumas passagens de elogio e admiração de Kehl à política eugenista e racista adotada na Alemanha no Pré-Guerra, no governo do III Reich, constantes nas *Lições de Eugenia*, pp.25s, 64, 241, 257-260, 301.

dá mediante diversos procedimentos que vão desde a contenção reprodutiva até à conscientização.

O que se pode inferir disto é que, de um ponto de vista procedimental, as práticas eugênicas negativas, preventivas e positivas não se negam, mas antes se complementam. Além disto, tais práticas – principalmente a negativa e a positiva – só são aplicáveis socialmente porquanto concebem o indivíduo humano de maneira diferenciada.¹⁹ Na eugenia positiva, o indivíduo vale enquanto um ser consciente de seus atos e capaz de conhecer; na eugenia negativa, o indivíduo é um corpo estigmatizado ou uma mente perturbada capaz de se proliferar, e em escala geométrica. Vê-se, portanto, que o ato de fé eugenista não é incondicional e extensivamente aplicável a toda a raça humana e a todos os indivíduos, pois a humanidade não é eugenicamente homogênea: ela é formada de grupos ou de classes que, devido a sua constituição bio-racial; ou se preferirmos uma outra expressão, bio-antropológica, não apenas diferem entre si; como também algumas são mais aprimoradas, puras – e sendo assim, são melhores – que outras. O que implica em dizer que mais do que um taxionomista, o eugenista se comporta como um agente social capaz de hierarquizar as populações... Mais do que uma “simples” (o que não quer dizer inocente e despropositada) classificação, o eugenista efetua uma hierarquização social, marcada pelo traço da segregação.

Contradição? Acreditamos que não, pois antes mesmo de se aplicar qualquer prática ou procedimento eugênico, para Kehl, a segregação social porquanto bio-racial já está feita; o eugenista, em seu arroubo cientificista, toma-a

¹⁹ Neste sentido vale observar uma observação de Kehl sobre o que ele denomina como “as três espécies de gente”: a “humanidade se compõe de tres especies de gente: gente innata e intrinsecamente humana, gente domesticavel e gente doente ou indomavel, esta ultima intangivel a todos os processos e esforços educativos.” (Renato Ferraz KEHL, “Educação e Eugenia”, *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, n.º 9, pp. 1-2, set./1929). Cf. também Vera Regina Beltrão MARQUES, *Op. Cít.*, p. 103, e também Lilian Denise MAI, *Op. Cít.*, p. 102.

como um fato natural. As medidas eugênicas são apenas setores procedimentais que se aplicam de modo específico às classes eugênicas: para as classes cacogênicas, medidas de contenção reprodutiva; para as classes aristogênicas, medidas de esclarecimento e de conscientização para manutenção e proliferação da aristogenia. Em suma: a Eugenia apenas evidencia publicamente a segregação social enquanto segregação bio-racial. Cabe ao médico-eugenista descobrir e tornar público a que classe eugênica cada indivíduo pertence, bem como qual o melhor procedimento eugênico a lhe ser aplicado. Este médico é o médico de família:

"o medico de familia informará sobre a hereditariedade, o temperamento, a constituição, elementos estes cujo valor os antigos acertadamente reconheciam e os medicos competentes, atuais, não só confirmam, como deles se utilizam a todo instante."²⁰

2.2. A pertinência da educação ao projeto eugenista

Que papel cabe à educação neste complexo jogo de classificação e segregação bio-racial da sociedade? Esta é uma questão bem mais complexa do que parece, porquanto a temática da relação entre Eugenia e educação foi uma questão polêmica, impossibilitada de se alcançar algum consenso entre os eugenistas. Para entendermos o papel que cabe à educação na ótica de Kehl, temos que entender, ainda que sumariamente, o teor daquela polêmica.

Basicamente, a polêmica entre os eugenistas quanto à educação consiste em determinar qual o seu alcance na melhoria da espécie humana.²¹ E

²⁰ Ibidem, 12ª Lição, p. 277.

²¹ Embora no parágrafo anterior tenhamos nos referido à educação como um elemento segregador, os discursos eugenistas em uníssono defendiam que a educação tinha uma importância considerável na melhoria da espécie humana, ainda que fossem polifônicos quanto ao alcance de sua contribuição. O que mostraremos a seguir é que, em se tratando da eugenia de Kehl, essa melhoria da espécie se alcançava pela seleção levada a termo, o que se realizava na segregação de classes de indivíduos, tomadas como cacogênicas, e que a educação – enquanto conscientização e também domesticação – aplicava-se apenas às classes aristogênicas, ou quando muito àqueles indivíduos

determinar este alcance dependia de se definir conclusivamente sobre a questão científica da hereditariedade dos caracteres adquiridos, defendida em quase todas as teorias da hereditariedade conhecidas – inclusive por Lamarck e Darwin – e que tem nas teorias de Mendel e Weismann os primeiros elementos que abalaram a tese da herança dos caracteres adquiridos. A título de exemplo basta observarmos as respectivas falas sobre este assunto de André Dreyfus e de Levi Carneiro, ambos presentes no I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. André Dreyfus, defendendo como ilusória a crença nas benesses da educação para a melhoria dos fatores hereditários, alerta que

“Outra crença de varios eugenistas que tem infelizmente que ser abandonada é a de que um meio favoravel, boa alimentação, instrucção desenvolvida, poderão influir sobre o patrimonio hereditario. Este é um dos aspectos do grande problema da transmissão dos caracteres adquiridos, hypothese de trabalho já apresentada por Lamark (sic!). (...) todos os factos conhecidos demonstram a incrível estabilidade dos factores hereditarios e a mesma impotencia em que estamos para crear novos factores beneficos, existe no que respeita a possibilidade da destruição de máos factores. (...) este meio favoravel não cria nem destróe factores hereditarios.”²²

Levi Carneiro, em posição diametralmente oposta àquela de Dreyfus ainda que lhe concedendo parcialmente a vitória, afirma:

“Excluo-se a hereditariedade dos caracteres adquiridos, admitida por Lamarck e Darwin.

Tudo ficou sendo a hereditariedade – mas a hereditariedade dos elementos congenitos. (...)

Essas theorias scientificas soffreram, todavia, a contestação de doutrinas, que os biologistas taxaram de meramente philosophicas. Não será a hereditariedade o factor principal; ella contribuirá apenas com uma potencialidade psychica, a que a educação e o meio dão forma definitiva. Pela educação se transformam promptamente os sentimentos humanos. (...)

Será a Educação o correctivo necessario da hereditariedade em cada individuo, si só a hereditariedade dos elementos constantes se faz sentir originariamente em cada

que poderiam ser domesticados a ponto de ingressarem num estágio de aristogenia. A educação não era, portanto, para todos.

²² André DREYFUS, “O estado atual do problema de hereditariedade”, p. 96.

individuo. Si se admite, ao menos, a transmissibilidade hereditaria de certos caracteres adquiridos, mediante certas condições, conforme Semon e Richet, cresce, ainda, a relevancia social da Educação. Porque, então, precisando a Educação persistir prolongadamente por muitas gerações, nem pode o Estado retardar o cumprimento do dever de organiza-la, eficiente, larga, completa e perfeita, nem pode restringi-la em qualquer tempo, sob pena de comprometter toda a obra realisada anteriormente. É o requisito da *continuidade*. Por outro lado, ha necessidade de orienta-la no sentido do interesse do individuo, conciliando-o porém, com o da sociedade".²³

Renato Kehl não se furta de se posicionar nesta polêmica, da qual Dreyfus e Carneiro são alguns de seus representantes mais eminentes. E, certamente, considerando o já exposto acima, no primeiro capítulo de nossa dissertação, tem que se admitir que o posicionamento de Kehl vai em sentido similar ao defendido por Dreyfus. Ou seja, de que se deve desacreditar na tese da hereditariedade dos caracteres adquiridos; bem como os fatores eugênicos determinantes são provenientes daqueles fatores exclusivamente hereditários, cujo meio-ambiente não pode interferir de modo suficiente a causar uma alteração nas unidades hereditárias – os genes – dos seres humanos. Prova cabal disto é a sua afirmação sobre a importância da educação ao projeto eugenista de melhoria racial, publicada em 1931, no *Boletim de Eugenia*:

"Para melhorar as propriedades genotípicas de uma coletividade só há um caminho: o da seleção matrimonial. Tudo o mais, inclusive a educação, é mais ou menos aleatório. Educando o povo, abre-se, naturalmente, necessária passagem para a seleção matrimonial referida, mas **a educação, tão somente, não basta**. Concorre, mesmo, para que muitos indivíduos alcancem, sem merecer, maiores possibilidades de se reproduzirem. A educação com higiene completam-se no esforço em prol da salvação dos débeis e dos deserdados; justo, pois, que a sociedade admitisse, como natural corretivo, a seleção procriadora, a qual aliada a ambas, consolidaria os esforços melhoristas a bem da humanidade. Enquanto não se estabelecer a proibição matrimonial para os inaptos para a procriação hígida ou a sua esterilização, a educação

²³ Levi CARNEIRO, "Educação e Eugenia", pp. 107 e 110.

e a higiene não conseguirão diminuir as anomalias, os vícios e os crimes, em suma, não levantarão o nível médio da coletividade”.²⁴

Seguramente, tal afirmação de Kehl é sustentada pela tese de que “a hereditariedade constitui, pois, a chave da regeneração humana, segundo os preceitos da eugenia”,²⁵ e de que só há um tipo verdadeiramente genuíno de hereditariedade; que é aquela preconizada e “descoberta” por Weismann, e que qualquer alteração provocada pelo meio ambiente não implica numa transmissão às gerações futuras, mesmo em caso de blastofitória – ou seja de uma falsa hereditariedade. Diz Kehl explicitamente:

“A verdadeira hereditariedade só existe quando ha alteração das celulas germinais (espermatazoide ou ovulo) dos reprodutores. A hereditariedade morbida, no verdadeiro sentido, só tem lugar, portanto, quando se origina no intimo das celulas reprodutoras.

Existe a hereditariedade de terreno, como de constituição, de temperamento, dum estado fisiologico particular qualquer, porém, nunca, hereditariedade tuberculosa, sífilítica ou leprosa.

Os germes da infecção dos pais não atingem os filhos por intermedio das suas celulas reprodutoras, entretanto podem ser estes atingidos por perturbações organicas resultantes da organização ancestral defeituosa, presentes nas referidas celulas, oriundas de individuos doentes de tuberculose, sífilis ou lepra. (...) As manifestações distroficas da descendencia de um tuberculoso, de um sífilítico, são quasi sempre expressão de ‘hereditariedade induzida’ de que nos ocupamos anteriormente e nunca de hereditariedade especifica.”²⁶

Contudo, isto não soluciona a questão da educação para Kehl, pois a sua posição não é totalmente similar a de Dreyfus. Não se pode esquecer que este, inclusive, discursa tal como um geneticista que fora. Por sua vez, Kehl formula suas exposições de um ponto de vista bem diferente: Kehl não era um cientista, sua vida não era restrita ao laboratório; antes ele era médico, e médico de família. Além

²⁴ Renato Ferraz KEHL, “Só há um caminho”, *Boletim de Eugenia*, jul./1931, p. 1; *apud* Lilian Denise MAI. *Op. Cit.*, pp. 97s (grifo nosso)

²⁵ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 7ª Lição, p. 118.

²⁶ *Ibidem*, 8ª Lição, p. 148.

disso, é mais por seu envolvimento com movimentos de forte inserção social como o sanitarismo e higienismo, de tal modo que o eugenismo não está muito distante de tais movimentos sociais, que se pode demarcar sua concepção de educação. Deste modo, apesar de sua defesa de uma concepção determinista de homem, Kehl não podia negligenciar por completo outras influências que não as hereditárias (ao menos no contexto estrito das *Lições de Eugenia*). A questão da pertinência da educação ao projeto eugênico de Kehl de melhoria racial da sociedade e da nação não podia ser simplesmente descartada; mas urgia determinar qual o alcance desta pertinência.

Certamente, Kehl estava suficientemente cômico dos perigos em se adotar posturas drásticas de intervenção social sem apoio popular. Vira tais perigos várias vezes, e é bem provável que o mais emblemático deles tenha sido as diversas manifestações e sublevações populares que aconteceram no Rio de Janeiro, e que ficaram conhecidas como a Revolta da Vacina. Bem sabia o eugenista que aqueles procedimentos eram ineficazes. Ineficazes não no que diz respeito aos procedimentos terapêuticos e profiláticos que foram adotados no intuito de combater e erradicar as mais diversas doenças endêmicas e epidêmicas que assolavam a grande maioria da população brasileira; e que muitos deles são adotados até hoje com inegável sucesso (como as campanhas de vacinação, por exemplo). A ineficácia se deve às maneiras pelas quais se buscavam viabilizar e aplicar tais procedimentos terapêuticos e profiláticos: a revolta não foi contra a vacina, mas contara o autoritarismo e a truculência empregados pelas autoridades nas campanhas de vacinação.

Em suma: a ineficácia não é das medidas a serem tomadas mas da realização efetiva de tais medidas. Kehl parece ter compreendido bem isto; e sabia

que para o bom cumprimento de um programa como o por ele pretendido, urgia recorrer a alguns procedimentos que visassem a conscientização e persuasão das gentes a acatarem como positivos e válidos os procedimentos eugênicos. Daí o papel da educação:

“A vitória da campanha pela saúde não repousa, como se poderá supôr, apenas nas iniciativas governamentais. Torna-se indispensável que ela seja préviamente preparada e reforçada pela colaboração anuente do público, e esta, em grande parte, só é conseguida após inteligente propaganda persuasiva, desenvolvida pela imprensa e pelos conferencistas. **Ao professorado corresponde uma grande parte nos resultados definitivos, já que é ele que imprime, indelevelmente, no espírito atilado e permeável das crianças e dos jovens a ‘consciência sanitária’, formando gerações sucessivas de indivíduos esclarecidos em relação á própria saúde e de sua descendencia.**”²⁷

Não se pode, entretanto, esperar de eugenistas como Renato Kehl uma proposta pedagógica elaborada: um programa teórico elaborado e estruturado de tal modo que contemple o ser humano – seu desenvolvimento psíquico, físico e cognitivo –, determinando um conjunto de procedimentos que visem a educação do homem; dando conta de como, quando e o que ensinar/aprender (isto é, o “conteúdo educativo”: as disciplinas, os temas, etc.). A contribuição eugenista é, sob certos aspectos, mais humilde e despretensiosa; embora sob outros, sua ambição aflora

²⁷ Ibidem, 13ª Lição, p. 282 (grifo nosso). Seguramente, esta postura não era exclusiva a Kehl, mas sim compartilhada por diversas pessoas, engajadas em movimentos como o higienismo ou o eugenismo, ou apenas simpatizantes. Um exemplo disto se faz notar na afirmação de Nicolau Meira de Angelis – da Escola Normal de Ponta Grossa –, em sua tese intitulada “Pela perfeição da raça brasileira”, apresentada na I Conferência Nacional de Educação: “Oswaldo Cruz extinguiu no Rio a febre amarela; os americanos, o impaludismo na região da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. São Paulo, com a obrigatoriedade da vacina, extinguiu a varíola; o Paraná, com o Sanatório da Lapa e o Leprosário São Roque, combaterá a morfêia e a tuberculose. A comissão Rockefeller, combatendo a opilação, restituiu à sociedade inúmeros braços para o trabalho dos campos, um dos fatores do engrandecimento nacional. Mas o saneamento, a profilaxia, a higiene não são elementos suficientes de combate. É preciso a educação, como o maior recurso para os milagres da regeneração física. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, com um dilema de sobrevivência ou iluminação. Deve ser a peleja de hoje, a luta de amanhã, o combate de sempre. E nessa cruzada entrem os professores, os médicos, os jornalistas, os homens de Estado, os dirigentes da Nação, a fim de se conseguir a educação sanitária do caboclo, após a qual hão de desaparecer a imprevidência dos recursos e desprezo da saúde, a

totalmente. O elemento despretensioso da colaboração eugenista à educação se mede justamente pelo fato de que sua proposta é ínfima, diante de todo o fazer pedagógico e educativo; ou seja, sobre o ato de educar e sobre a questão da formação das crianças em sua totalidade que, num futuro próximo seriam eugenicamente co-responsáveis pelo "sucesso" e bom andamento da sociedade. Contudo, ela também evidencia a sua ambição quando visa determinar sobre o ato de educar e o que ensinar, de modo que tenham uma pertinência ponderável ao projeto de melhoria racial da sociedade. É o que se pode notar na defesa da educação higiênica escolar, defendida por Belisario Penna em 1927,²⁸ ou na defesa de Kehl pela educação sexual.²⁹

Belisario Penna, por exemplo, atento àquilo que ele chamou de tríplice finalidade do homem – ou seja: de entreter, defender e melhorar a própria vida, a vida da família e da sociedade, e da espécie – observa assim a pertinência da educação higiênica e eugênica:

"Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um **espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos da higiene e da eugenia**, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie".³⁰

Ao definir assim a primazia da educação higiênica e eugênica, Penna acrescenta como seu traço de modernidade a nova natureza, ou "missão" como ele diz, da educação. O que deve prevalecer à missão da educação é a sua condição "biopsicossocial", mais do que a vertente literária até então predominante.

incapacidade de trabalho, a injustificada miséria do sertanejo entre as galas e as opulências da natureza." (Nicolau Meira DE ANGELIS, *Op. Cit.*, p. 445).

²⁸ Belisario PENNA, "Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar", pp. 29-33.

²⁹ Renato KEHL, "O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada", pp. 433-437. Esta mesma tese, apresentada em 1927, na I Conferência Nacional de Educação, em Curitiba, foi republicada em 1929, nas primeira e segunda edição das *Lições de Eugenia*, 13ª Lição, pp. 286-293.

Em suma: a educação deve ser eminentemente científica, principalmente no que diz respeito “às leis inflexíveis da biologia humana”, com vistas ao engrandecimento – diga-se constituição e consolidação – do Brasil enquanto nação.

“Daí a necessidade dos conhecimentos biológicos do mecanismo humano, do seu funcionamento e resistência, dos meios de conservação, defesa e melhoramento incessante, para obter, sem fadiga, o máximo rendimento útil em trabalho mecânico e em energia psíquica; **do modo de evoluir e reproduzir-se eugenicamente**; do estudo psicológico das aptidões, a fim de orientar cada qual no meio da vida com o qual possa obter o máximo rendimento individual e de benefícios à comunidade; e dos conhecimentos cívico-sociais que a nenhum homem cabe desconhecer, como membro que é da coletividade, para cujo aperfeiçoamento deve contribuir conscientemente.”³¹

Ressalte-se nesta afirmação de Belisario Penna o que é pertinente à educação eugênica: as questões científicas da evolução e reprodução, em geral e humana. É nisto que reside a diferença entre a educação higiênica e a educação eugênica. Contudo, trata-se de uma diferença ínfima, a tal ponto que, na realidade, ambas se complementam; justamente pelo fato de que muitos defensores higienistas fossem também eugenistas, ou se tornaram após, quando este movimento ganhou alguma notoriedade social no país.

Kehl estava suficientemente ciente disso, a ponto de estar em pleno acordo quanto à pertinência social e nacional das vertentes higienista e eugenista da educação. É por isso que ele define os professores como “os grandes *moleiros* da nacionalidade.”³² Mas é Kehl – e não Belisario Penna – quem evidencia o traço complementar da educação eugênica à educação higiênica:

“A educação, tal como é atualmente feita, compreendendo nos seus programas os ensinamentos de ordem física, intelectual e moral, concorre implícita e fortemente em favor da regeneração racial. Não obstante, torna-se mistér ampliá-la em seus propositos melhoristas, orientando os indivíduos não só para o

³⁰ Belisario PENNA, “Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar”, p. 33 (grifo nosso).

³¹ *Ibidem*, pp. 31s (grifo nosso).

³² Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 13ª Lição, p. 283 (grifo do autor).

bem deles mesmos como para a sociedade, acrescentando a educação eugênica, que tende a prepara-los em especial para a descendência, para a espécie.”³³

Ou seja: a grande novidade da educação eugênica, face à educação higiênica, reside no fato de que para além da concordância nos preceitos sanitários e higiênicos fundamentais ao homem – quer enquanto indivíduo, quer enquanto um agente social, em família e mesmo na sociedade –, ela preconiza a responsabilidade para com as gerações futuras, no sentido de garantir proles eugenicamente viáveis, isto é, aristogênicas, enquanto superação do tipo médio da escala galtoniana. Em outro momento das *Lições*, Kehl reforça esta interpretação da viabilidade da educação:

“sendo *verdade incontestável* que a educação do povo é o fundamento de sua disciplina, cumpre aos professores conjugar esforços educativos para estabelecer a ‘*consciência sanitaria*’, bem assim, paralelamente, a ‘*consciência eugenica*’, criando entre os escolares um novo ideal, uma nova mentalidade; a mentalidade dos equilibrados – cujo designio seja a regeneração eugenica para o bem proprio e coletivo, no presente e no futuro.”³⁴

Daí que, embora as questões centrais para a educação eugênica possam ser variadas, elas se resumem na conscientização acerca da sexualidade e do mecanismo da reprodução, bem como do processo evolutivo mesmo. É por isso que Renato Kehl incorpora às suas *Lições de Eugenia* a sua tese sobre a educação sexual.

2.3. A educação sexual

Apesar da indiscutível pertinência higiênica e eugênica da educação sexual, segundo Kehl, ainda havia posturas contrárias ao seu ensino para

³³ Passim.

³⁴ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 13ª Lição, p. 286.

crianças;³⁵ quer por ignorância ou por falta de instrução, ou ainda por posturas hipócritas. Estas posturas contrárias à educação sexual são, basicamente, de duas ordens: ou se sustentam na hipótese de que as crianças não têm instinto sexual, só desabrochando para os assuntos sexuais com a maturidade dos órgãos genitais; ou ainda na alegação da inviabilidade e da extrema dificuldade em tratar de tais assuntos com as crianças, de tal modo que convém deixá-las aprenderem tais assuntos em seu devido tempo, “naturalmente”.

Estas posturas identificadas por Kehl são, portanto, equívocos de duas ordens: ou são equívocos científicos, ou são equívocos sociais. Ou se nega que as crianças também têm sexualidade, ou se lhes delegam o desconhecimento ou o desinteresse pelos assuntos sexuais. Os primeiros se devem à completa ignorância quanto aos mecanismos sexuais pré-púberes, ao que nosso eugenista objeta amparando-se em Freud, provavelmente os *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, de 1905 – especialmente o Segundo Ensaio, intitulado “A Sexualidade Infantil”³⁶ – ao que acrescenta: “O interesse pelo enigma sexual é precocíssimo e as crianças desde muito pequenas são atormentadas pela curiosidade sobre a geração.”³⁷ No caso da segunda postura, os pais, acreditando “que os filhos desconhecem ou se despreocupam, por completo, das questões sexuais”, não atentam para a premente necessidade eugênica de tratar desses assuntos com seus filhos bem como de sua vigilância, principalmente diante de seus companheiros, dos

³⁵ Lembremo-nos: o texto foi apresentado como uma das teses na I Conferência Nacional de Educação, em 1927, e só depois incorporado às *Lições de Eugenia*.

³⁶ Atente-se para a extrema semelhança entre o texto de Kehl e o de Freud quanto ao assunto, cujo supracitado ensaio sobre a sexualidade infantil se inicia assim: “É geralmente admitido que a pulsão sexual faz falta à infância e só se evidencia no período da puberdade” (Sigmund FREUD, *Trois Essais sur la Théorie de la Sexualité*, p. 65). Kehl, por sua vez diz: “na suposição de que o instinto sexual falta às crianças, só se revelando com a maturidade dos órgãos de reprodução” (*Lições de Eugenia*, 13ª Lição, p. 287).

³⁷ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 13ª Lição, p. 287.

quais os perversos e os “confidentes depravados” se encarregam de desvirtuar as crianças dos mistérios da geração e da sexualidade.

Portanto, não é pelo jogo da dissimulação, da fantasia e da negação mentirosa – baseado em falsos pudores e hipocrisias –, mas no discurso franco e suficientemente prolífico, porquanto esclarecedor, associado à plena vigilância, que se educa sexualmente a criança: “Representa, pois, dever imprescindível dos pais a fiscalização atenta dos filhos e a educação persuasiva para que não se deixem arrastar, instigados por máus companheiros, às perigosas perversões sexuais.”³⁸ O que coloca, inevitavelmente, duas questões a serem resolvidas.

Primeiramente, qual a melhor idade para se iniciar a educação sexual é como proceder, considerando-se o fator “idade”. Segundo ele, não há propriamente uma idade específica; mas ela deve se iniciar na primeira oportunidade em que a criança inquirir aos seus pais sobre assunto dessa natureza; ou seja, o momento ideal depende da primeira manifestação da criança, sem ser forçosamente estimulada, mas fruto de uma curiosidade natural. Ao que Renato Kehl acrescenta:

“Entre 5 e 7 anos já são admissíveis os primeiros passos educativos. Convém que as explicações se limitem às perguntas formuladas, não se estendendo a pontos não inquiridos. Há toda conveniência em aproveitar as ocasiões, não convindo, absolutamente, provoca-las, devendo dar as respostas de maneira clara, com seriedade e sem reticências, como se estivesse explicando os fatos mais banais da vida.”³⁹

É que sexualidade não deve gerar motivos para risos; nem constrangidos, nem maliciosos... A sexualidade deve ser despida completamente de qualquer caráter moralista, uma vez que se trata de fato inerente a todo ser vivo. O prazer, o amor, o ciúme, a procriação são temas próprios à sexualidade e devem ser tratados como fatos próprios à natureza humana, da constituição bio-antropológica

³⁸ *Ibidem*, p. 288.

³⁹ *Ibidem*, pp. 289s.

do homem. Qualquer moralismo sexual só incitará mais ainda a criança à práticas ilícitas e imorais (ou seja: às perversões) que acabam por atentar, quando jovem e também quando adulto, à sua vida e de seus familiares; bem como a toda a sociedade e à própria nação. Em consonância com a crítica de Kehl, podemos ler a seguinte observação de Celina Padilha, em sua tese apresentada na já mencionada I Conferência Nacional de Educação:

“O que não sabe ou sabe mal e erradamente é ignorante, mas não é muitas vezes inocente. (...) Inocente é o que se refere aos fatos da reprodução e aos respectivos órgãos com naturalidade e a mesma pureza com que trata de qualquer outra função orgânica; estuda-os para melhor respeitá-los, pois que na natureza nada há de vergonhoso, havendo apenas pessoas imorais. E nós, os adultos, em vez de ajudá-las na sua justa curiosidade, conservando simples suas almas, torcemos seu pendor natural, injetando-lhes na alma a peçonha da malícia, com nossas reticências, nossos silêncios, nossas mentiras.”⁴⁰

Uma outra questão ainda não esclarecida consiste em determinar a quem cabe iniciar a educação sexual da criança. Pelo exposto até aqui, vemos Kehl se referir aos primeiros anos da educação sexual como próprios ao seio familiar. Contudo, a sua questão detalha melhor a educação sexual como prática de intervenção que afeta tanto o meio familiar quanto o primeiro espaço de convívio e interação social da criança para além do ambiente familiar: a escola. O que se atesta na proposta de Kehl é que, ao menos no que diz respeito à educação sexual – considerando, obviamente, as famílias aptas em propiciá-la; isto é, aristogênica, ou pelo menos normais –, família e escola são instâncias sociais e pedagógicas que se complementam, visando o objetivo comum da educação eugênica da criança.

Assim, Kehl imagina esquematicamente a educação sexual em três períodos: um primeiro período em que a criança obtém as primeiras informações sexuais, mediante suas “perguntas curiosas”, com a mãe ou tutora; um segundo

⁴⁰ Celina PADILHA, “Sobre a educação sexual”, p. 430.

momento em que o pai ou o tutor complementa esta primeira fase, alertando e prevenindo as crianças um pouco maiores

“sobre os riscos das más companhias e dos perigos resultantes das perversões sexuais; compete-lhe, também, concitá-los ao respeito próprio e de seus companheiros, atemorizando-os quanto às consequências nocivas das leituras, conversas e práticas obscenas.”⁴¹

E um terceiro momento, que tem que ser centrado na pessoa do médico ou do educador. A eles, cabe ensinar à criança as questões referentes à reprodução; mas também lhes cabe instruir constantemente os adultos, para que estes repassem tais informações da maneira a mais correta possível a seus filhos. Deve-se ensinar a reprodução em sua acepção biológica mais geral, considerando primeiramente o reino vegetal e depois o reino animal; para só a partir daí tratar da reprodução humana, com a mesma naturalidade e desembaraço que deve ser tratada a reprodução vegetal, considerando-a exaustiva e didaticamente no que tange aos seus aspectos fisiológicos, anatômicos (isto é: evidenciando o processo da reprodução, os órgãos genitais, o sistema de fecundação). Cabe ainda ensinar as questões referentes às doenças venéreas; exortar os adolescentes a preservarem a sua sexualidade até o matrimônio e para a garantia de uma boa descendência; bem como os cuidados que se fazem necessários para uma boa higiene sexual. E tudo isto deve ser feito sem a menor discriminação de sexo, ainda que a instrução seja feita necessariamente em separado (Kehl não esclarece os motivos pelos quais se deve efetuar a separação sexual das classes). Dessa forma, pela educação sexual, se prepara o indivíduo para contrair casamentos eugenicamente viáveis para si e sua descendência e, portanto, para a regeneração racial da sociedade e da nação.

Portanto, para Kehl, a educação sexual deve ser realizada já desde a tenra idade; e deve continuar vida afora, passando pela escola e pela

adolescência, indo às vésperas do casamento. E indo adiante, na medida em que o médico – quer seja o médico-inspetor escolar, quer seja o médico da família – deve instruir os pais quanto às suas responsabilidades reprodutoras e higiênicas, bem como para instruírem convenientemente sua prole, isto é, a exercerem sua maternidade e paternidade digna.⁴²

2.4. Educação e Eugenia: educar para que?

De tudo o que foi aqui apresentado, precisamos tecer algumas considerações. Primeiramente: fica patente que, para Kehl, a educação tem uma pertinência menor diante das medidas eugênicas de seleção matrimonial e das práticas de esterilização dos indivíduos cacogênicos; isto é, os degenerados físicos e mentais, e dos criminosos (em termos mais genéricos, dos anti-sociais). Isto pelo fato de que a única intervenção eminentemente eugênica é aquela que afeta de algum modo o plasma germinativo humano, e seus genes. Ora, até a década de trinta, ainda não se sabia como fazê-lo. O DNA (ácido desoxirribonucléico) e o RNA (ácido ribonucléico)⁴³ ainda não foram descobertos enquanto material hereditário da quase totalidade dos organismos, assim como o código genético; e a engenharia genética ainda não tinha nascido. Kehl sabia que ainda não era possível uma intervenção sobre as unidades invariantes do ser humano, isto é, os genes. Contudo acreditava na possibilidade de se adotar meios de controle eugênico que visassem,

⁴¹ Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 13ª Lição, p. 291.

⁴² Lilian Denise MAI, *Op. Cit.*, p. 99.

⁴³ Na realidade, Kehl não dispunha ainda de instrumental – nem tecnológico nem conceitual – para lidar com as questões mesmas suscitadas por seu discurso eugênico. Por exemplo, não havia até os anos trinta do século XX uma tematização do mecanismo da hereditariedade em termos moleculares, o que só foi gestado nos anos cinqüenta com a descoberta da estrutura molecular do DNA, levada a cabo por James Dewey Watson e Francis Harry Crick em 1953. Da mesma forma, Kehl não dispõe em sua época de elementos teóricos suficientes que lhe permitisse uma compreensão da estrutura

por um lado, uma otimização de combinações de fatores aristogênicos; e por outro, a segregação, a contenção até a completa eliminação dos fatores cacogênicos.

No entanto, como mostramos, sua postura não é similar a de geneticistas como Dreyfus, que não viam serventia alguma em procedimentos – como a educação – que se traduziam em modalidades de influência do meio-ambiente aos padrões genéticos do indivíduo e da espécie. Também a postura de Kehl não é similar a de Levi Carneiro que sobrevalorizava a educação. A educação, para Kehl, não tinha um papel fundamental – no sentido de condição suficiente – no processo de melhoria e regeneração racial da sociedade e do Brasil. Todavia, sua função era capital; na medida em que persuadia as pessoas para as vantagens da adoção de práticas higiênicas e eugênicas, bem como para uma conscientização à responsabilidade do indivíduo diante da coletividade, presente e futura. É claro, no entanto, que este indivíduo era geralmente um indivíduo normal ou aristogênico, e não os depravados e pertencentes às classes cacogênicas. Não que indivíduos dessas classes não pudessem ascender bio-antropologicamente... Mas, seguramente, Kehl não os considerava regra; e sim exceção, representando uma população ínfima. O que não valeria o custo de uma filantropia que, aliás, ele julgava contra-seletiva.

Uma outra coisa que se evidencia é o papel interventor da medicina, e sob certos aspectos da ciência em geral, na sociedade moderna – donde o Brasil não se exclui. É o que nós denominamos “epistemocracia”, isto é, a pretensão de controle político (e não apenas de sua forma reduzida, jus-política) da sociedade a partir de centros irradiadores de gestão cientificista. A Eugenia, e Kehl, são bons exemplos disto. Kehl, na condição de médico e de eugenista se crê o mais apto para

genética de base em termos de linguagem, o que só foi possível na década de sessenta, com Jacques Monod, François Jacob, dentre outros.

assumir o posto de agente social; e por isso, de determinar o que é melhor e mais conveniente à sociedade.⁴⁴ No caso do Brasil – dada a sua condição notória de mestiçagem, bem como dos inegáveis e (também eles) notórios baixíssimos índices de saúde registrados tanto no campo quanto nas cidades brasileiras – o melhor a se fazer é regenerar bio-racialmente o homem.

E para isto, muitas medidas são propostas; dentre elas a educação, principalmente a educação higiênica e sexual (educação eugênica por excelência). Elas, enquanto medidas estabelecidas por instâncias médicas e eugênicas, não visam a cura dos males – apesar da necessidade de erradicar as endemias e epidemias. As medidas eugênicas visam a manutenção e otimização da saúde da população pela ampliação daquela parcela da população tomada como saudável. Trata-se, portanto, não de simples profilaxia médica; mas sim de procedimentos político-administrativos que visam afetar a sociedade – e, por conseguinte, todo o país. A educação higiênica e, especialmente, a educação sexual enquanto principal mote da educação eugênica, atendem os princípios inerentes a estes procedimentos político-administrativos adotados pela medicina social, pelo sanitarismo, pelo eugenismo, e por Kehl – eminente representante destes movimentos sociais que, ao visarem a melhoria gradativa da população rural e urbana (objetivando assim a

⁴⁴ Sobre isto vale observar a afirmação de Michel Foucault sobre o higienista, e que vale analiticamente também ao eugenista – como Kehl: “A medicina como técnica geral de saúde, ainda mais do que serviço das doenças e arte das curas, toma lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e nessa maquinaria de poder que não cessa, no curso do século XVIII, de se entender e de se afirmar. O médico toma lugar nas diferentes instâncias de poder. (...) E se constitui igualmente um empreendimento político-médico sobre uma população que se enquadra em todo uma série de prescrições que concernem não somente à doença, mas às formas gerais da existência e do comportamento (a alimentação e a bebida, a sexualidade a fecundidade, a maneira de se vestir, e a disposição típica da moradia). (...) O médico tornou-se o grande conselheiro e o grande *expert*, senão na arte de governar, ao menos naquela de observar, de corrigir, de melhorar o ‘corpo’ social e de mantê-lo em um estado permanente de saúde. E é sua função de higienista, mais que seus prestígios de terapeuta, que lhe assegura esta posição politicamente privilegiada no século XVIII antes de sê-lo econômica e socialmente no século XIX” (Michel FOUCAULT, “La politique de la santé au XVIII^e siècle, *Dits et Écrits*, t. III, p. 23).

consolidação nacional do Brasil), marcavam o tom epistemocrático de suas propostas e ações.

A educação sexual, ainda que ocupe um papel coadjuvante no todo das propostas eugênicas de Kehl, é um exemplo primaz da pretensão epistemocrática do eugenista de intervir socialmente; desde as instâncias mais privadas como a família, até atingir totalmente as instâncias de formação do indivíduo, determinando assim suas condutas e sua própria existência: a escola.

Contudo, estas medidas de intervenção já são, desde sua proposição discursiva, segregacionistas e elementos reforçadores da desestruturação social. Isto se faz patente, quando vemos Kehl estabelecer que as medidas de intervenção social – que ele denomina “medidas eugênicas” – tem sua positividade estabelecida para além das próprias medidas. Ou mais precisamente, no limite do tangenciamento entre estas práticas e o indivíduo que é seu objeto de intervenção. Assim, certas medidas são mais eficazes com uns do que com outros. Isto é, elas se aplicam após a hierarquização bio-antropológica do indivíduo. Portanto, as medidas eugênicas visam como seu objeto de intervenção o indivíduo. Contudo, ao visá-lo, se objetiva atingir a própria organização social, determinando-lhe o que é eugenicamente melhor ou pérfido; o que se pode apenas com a caracterização da sociedade como uma somatória de indivíduos orgânicos; ou seja, enquanto o discurso eugênico de Kehl caracteriza a sociedade e o indivíduo destituídos de sociabilidade.

O resultado disto não é, como esperava Kehl, a melhoria da sociedade no sentido de solução dos problemas sociais prementes. O resultado é um agravamento da desintegração social; ou se preferirmos, a Eugenia é o processo

de desestruturação social (e, por conseguinte, da desestruturação do indivíduo)
levada ao paroxismo.

CONCLUSÃO

*O deusito da terra está na mesma:
parvo como **ab initio**.
(Mefistóteles¹)*

Em nossa dissertação, visamos resgatar uma faceta de nossa história, ainda bastante obscura, centrando nossos esforços em apreender e analisar o que vulgarmente poderíamos chamar de pensamento e concepção do médico e eugenista Renato Kehl. Assim, buscamos evidenciar de que modo ele concebeu o humano e qual o papel que competia à educação para fazer deste um indivíduo eugenizado e, portanto, por meio desta constituição eugênica, cristalizar a sociedade e a nacionalidade brasileira. Deste modo visamos resgatar tanto a especificidade de sua concepção eugênica, expressa em seus escritos e discursos, principalmente nas *Lições de Eugenia*, quanto situá-lo diante do movimento eugenista brasileiro e dos problemas que a intelectualidade brasileira dos anos vinte e trinta julgavam como fulcrais ao Brasil – e tais problemas podem se resumir numa palavra: nação.

Sob este aspecto, o sanitarismo e o eugenismo consistem em movimentos que esquadrihavam outros tantos problemas sociais e lhes buscavam

¹ GOETHE. *Fausto*. Quadro I, Cena Única. (trad. de Antônio Feliciano de Castilho). Rio de Janeiro: W. M. Jackson inc. Editores, 1952.

soluções rápidas e viáveis em prol da nação brasileira; ainda que tais movimentos fossem muito mais atentos aos problemas do saneamento básico e da falta de higiene urbana e rural – porquanto os compreendiam como questões de pertinência. A questão nacional era o mote para movimentos deste porte e natureza.

Renato Kehl não passa alheio à questão nacional. Mas sua peculiaridade está em buscar uma caracterização – científicista e, é verdade, muitas vezes preconceituosa – do indivíduo. Se era necessário consolidar o Brasil enquanto nação, isto só era possível para o higienismo mediante uma assepsia da sociedade em todos os seus níveis: urbano e rural, público e privado.

Ora, uma assepsia da sociedade não poderia se restringir a procedimentos de higienização e vacinação em massa, tão defendidos e propalados pelo sanitarismo. Para Kehl, a assepsia higienista era insuficiente, pois não atingia a própria essência, a própria constituição do indivíduo, que estava presente em todos os níveis sociais. Era necessário uma espécie de assepsia que desse conta de erradicar as características disgênicas e cacogênicas da população. Tais características eram de ordem variada, prevalecendo para Kehl a questão da mestiçagem, embora tenha caracterizado exaustivamente o que denominou de “fatores disgênicos”. A grande dificuldade, ou o grande fator disgênico, que deveria ser eliminada era a mestiçagem: tanto a mestiçagem no sentido das linhagens mendelianas, ou o que a partir de Morgan se chamou de “heterozigoto”; como também a mestiçagem racial, marcada principalmente pela linhagem de cor.

Em função disto, Renato Kehl concebe o homem mediante um amálgama de sustentação questionável de um ponto de vista conceitual: ora o homem se mede por sua linhagem zigótica, ou extrapolando um pouco, por sua linhagem genética; ora o homem se mede pela sua linhagem de cor. O que se

evidencia aí é que Renato Kehl defende duas formas de racismo, pretendendo que elas se coadunem numa só: um racismo que chamamos de “cromático”, que é mais evidente pois se caracteriza pela superficialidade epidérmica quanto à sua pigmentação (e que por isso mesmo, gera equívocos simplificadores); e um racismo que denominamos “a-cromático”, caracterizado pelas linhagens genéticas, onde o que prevalece é a constituição genotípica do humano, e não sua cor e demais características fenotípicas, determinadas pelos genótipos.

Um outro elemento deve ficar suficientemente claro: é o quanto a concepção antropológica da eugenia de Kehl é marcada por uma concepção determinista de homem, ainda que este determinismo assumia feições próprias para cada modalidade racista defendida pelo nosso anti-herói.

No racismo a-cromático, o que se evidencia é que o meio-ambiente não contribui absolutamente em nada na constituição do indivíduo humano, e qualquer alteração provocada por fatores epigenéticos não se configura numa característica que será objeto de herança genética; quando muito, será de herança congênita. Em suma: Kehl não defende a herança de caracteres adquiridos; mas ao negá-la, assume a postura diametralmente oposta; e que, de um ponto de vista epistemológico só marca um problema que ainda permanece atual, que nos pertence: qual o papel que cabe ao meio-ambiente, concorrendo com os determinantes genéticos na formação do indivíduo.

No racismo cromático, o que se nota é que Renato Kehl, valendo-se da classificação taxinômica de Francis Galton em sua Tabela da Herança das Qualidades, a estende aos diversos grupos raciais, hierarquizando assim os tipos antropológicos pela sua cor e características antropométricas peculiares, de tal modo que prevalecem três grandes grupos: os brancos, considerados classe

aristogênica; os negros e os não-brancos, denominados “classes cacogênicas”. E dentre estes, os mestiços, que não apenas se encontram como classes cacogênicas, mas como exemplares degradantes e degradadores da espécie humana, pois reúnem em si tanto as características disgênicas quanto o caráter de impureza, tanto de cor quanto de linhagem mendeliana. Os mestiços são assim, para Kehl, os mais deploráveis dentre todos os integrantes das classes cacogênicas. São mais: são elementos disgênicos à sociedade. Donde decorre a necessidade premente de se evitar tanto a mestiçagem, quanto a imigração de mestiços, assim como urgia controlar de modo contundente a proliferação destas classes. Isto se mostra de modo patente na frontal oposição de Kehl a imigração japonesa, que para ele, era uma “raça” mestiça; e também se faz bastante evidente na sua defesa do exame pré-nupcial.

Amparando-nos nesta caracterização do indivíduo humano, quer pela interface teórica com as diversas teorias da hereditariedade conhecidas, quer pelo desafio que a questão nacional lhe infligia, podemos apreender as duas principais características da antropologia eugênica de Kehl: o racismo e o determinismo biológico.

Tanto o racismo quanto o determinismo biológico inerentes ao discurso eugênico de Kehl se mostram, assim, elementos fundamentais para caracterizar as medidas epistemocráticas de intervenção social que a Eugenia – segundo Kehl – deveria adotar e, dentre elas, a educação. Pois eles permitiam estabelecer qual a melhor medida eugênica a se adotar para cada classe, ou para cada tipo antropológico.

Qual a pertinência da educação no projeto epistemocrático da eugenia de Kehl? E quais as estratégias cabíveis à educação eugênica?

virtude de seu cientificismo marcado pela observância das leis que regulam o processo da hereditariedade – provêm e se processam a partir da conscientização das classes eugênicas acerca da sexualidade e do mecanismo da reprodução, bem como do processo evolutivo.

Portanto, cabe à educação convencer e persuadir as pessoas pertencentes às classes eugênicas. Tal convencimento não é, contudo, fruto de artifícios retóricos e de embuste ideológico. É mais propriamente o convencimento pelo ensino correto, informativo, e despidido de preconceitos morais acerca do mecanismo sexual em geral e principalmente humano, de modo a ensinar noções de anatomia, fisiologia e higiene dos órgãos genitais; bem como noções de controle de natalidade (o que a Eugenia denominava paternidade e maternidade responsáveis) para os dois gêneros sexuais; isto é, para os meninos e as meninas.

Tais procedimentos de conscientização/convencimento eugênicos das crianças se processariam em três estágios: primeiramente, caberia à mãe atender de maneira informativa, e despida de preconceitos, as primeiras curiosidades da criança. Num segundo momento, caberia ao pai orientar os filhos quanto aos riscos e perigos das más companhias e das perversões sexuais (em vez de encaminhar seus pequenos rebentos à iniciação sexual nos prostíbulos). Por fim, caberia ao médico e ao professor o ensino “científico” do mecanismo biológico da reprodução em toda a sua amplitude e detalhes, bem como no que diz respeito à higiene sexual, tanto aos filhos quanto a seus pais – com vistas a prepará-los a exercerem de modo o mais competente e eficiente possível as suas respectivas funções na educação eugênica de sua prole.

Assim, a educação, em conjunto com os demais procedimentos de controle eugênico da população, propiciaria a realização de uma assepsia adequada

da sociedade, bem como contribuiria significativamente na consolidação do Brasil enquanto nação.

Ora, o que se faz evidente nesta modalidade de assepsia concebida por Kehl é que ele não visualiza, de qualquer modo, as causas da degradação humana e, por conseguinte, da sociedade. As causas residem na própria constituição disgênica do indivíduo – herdada de seus progenitores. Mas Kehl é incapaz de refletir com maior acuidade sobre os fatores disgênicos, uma vez que os naturaliza de uma maneira tão radical, que lhes exclui sua natureza sócio-histórica. O que lhe impede de refletir de maneira mais positiva sobre a interação entre o meio-ambiente e o mecanismo da hereditariedade. Este limite, contudo, não é característico de sua idiosincrasia diante de seu tempo e da comunidade científica; antes, é próprio de toda a sua geração. Aliás, essa questão da interação entre fatores genéticos e fatores epigenéticos ainda hoje é uma questão não resolvida...

Um outro limite constante à antropologia eugênica de Kehl, devido a sua exacerbação naturalista, é a desestruturação quase total da sociabilidade. O indivíduo eugênico de Kehl consiste ou em seus genes (seu corpo é assim, apenas a sua excrescência), ou em sua pele. Todos os seus defeitos, vícios, doenças, taras, e estigmas psíquicos e somáticos, decorrem muito mais de sua constituição genética debilitada, uma vez que se trata de um heterozigoto complexo; um mestiço, portanto. Deste modo, as intempéries do meio só lhe afetam uma vez que ele já é um débil racial. O homem adocece por causa de sua debilidade; jamais por fatores epigenéticos. Se a ameaça das doenças é oriunda dos elementos microbianos, a efetividade objetiva das moléstias se realiza pela debilidade – racial e mendeliana – do indivíduo.

Se há alguma possibilidade, nas *Lições de Eugenia*, de interação entre fatores epigenéticos e fatores genéticos, entre meio-ambiente e indivíduo, esta interação só ocupa algum papel pertinente na medida em que ela é proporcionada pela condição cacogênica do indivíduo. Neste sentido, trabalhando com um conceito expandido de “meio-ambiente”, de tal forma que englobe a sociedade, esta não passa de um conglomerado de corpos – enquanto repositórios genéticos ou recheios para a pele – que para além de suas diferenças, são hierarquicamente distintos e relacionados. Esta hierarquia social dos indivíduos é regulada pela seleção natural, preconizada por Darwin, de tal modo que garante a fidalguia eugênica e, portanto pode garantir o sucesso eugênico da sociedade, marcado pela idéia de “nação”. A seleção natural configura, e assim redime, as relações sociais e a interação entre indivíduo e sociedade.

Que o projeto epistemocrático da eugenia de Kehl não se realizou, não nos resta a menor dúvida. No entanto, boa parte de suas intuições ainda vigora. Sob certos aspectos, velhas idéias e velhos ideais renascem das cinzas, tal como Fênix. Certamente, não estamos atualmente dispostos a realizar nenhum programa eugênico de organização social... Idéia que, por si só, já nos melindra, uma vez que, de pronto, já nos lembramos do genocídio não apenas dos Judeus, mas de todos aqueles que não caracterizavam ou que ameaçavam macular a raça ariana, desejada *ad absurdum* pelo III Reich em sua política eugênica, que sob certos aspectos foi tão elogiada por Kehl.²

² Renato Ferraz KEHL, *Lições de Eugenia*, 1ª Lição, pp. 25s; 2ª Lição, p. 32; 11ª Lição, p. 218, 222-224; 12ª Lição, pp. 257-260. Deve-se atentar, contudo, que as afirmações e elogios feitos por Kehl sobre vários procedimentos de cunho eugênico adotados na Alemanha do III Reich não são exclusivos àquele país; muitos outros países são mencionados em outros momentos, ou mesmo conjuntamente, tais como os Estados Unidos, a Rússia Soviética, os países nórdicos (Noruega, Dinamarca, Suécia), França, Itália e Holanda. Os motivos de seu elogio são eminentemente eugênicos e não nazistas, como se pode erroneamente supor.

Todavia, contamos com os atuais avanços da Genética Molecular; com o tão propalado mapeamento genético – o Projeto Genoma – e algumas de suas conseqüências diretas ou indiretas, tais como o *screening* genético – isto é, uma bateria de testes que permite mapear a carga genética identificando suas propensões a anomalias degenerativas e a doenças, e que podem ser hereditariamente transmitidas à sua descendência (o exemplo mais famoso é o “teste do pezinho” realizado no terceiro dia de vida do neonato) –, culminando no aconselhamento genético de casais; ou mesmo a possibilidade de manipulação genética de modo que se pode, preventivamente, eliminar a possibilidade de doenças ou anomalia, bem permitir a escolha das características fenotípicas julgadas mais interessantes.

Tais avanços, e a sua plêiade de possibilidades aplicativas, evidenciam tanto a nossa vontade de saber, quanto de controlar nossos destinos e de nossa descendência. O que têm implicações éticas de enorme importância. Essa nossa vontade de saber mais sobre nós mesmos, sobre nosso “íntimo genético”, e essa nossa vontade de sermos capazes de nos autoconstituir e autogovernar³ e de bem gerir a vida dos outros (nosso filhos), por sua vez, é a realização fática e histórica de nossa vontade de perfeição. Mas, no final das contas, não era a perfeição do indivíduo humano visada por Kehl em sua epistemocracia eugênica? Não instauramos nenhuma forma radical de governo e organização eugênica da sociedade; mas seguramente todos nós somos amplos defensores do autogoverno de nós mesmos (o pleonasma é aqui proposital). Os avanços da Genética Molecular

³ Tomamos de Michel Foucault os neologismos “autoconstituição” e “autogoverno”. Para tanto, conferir Michel FOUCAULT, *Histoire de la Sexualité*, tome I; *La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard, 1976; “Vérité, pouvoir et soi”, “Les techniques de soi”, e “La technologie politique des individus”, in: *Dits et Écrits*, tome IV. Paris: Gallimard, 1994. Conferir também Hubert DREYFUS & Paul RABINOW, *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

e suas aplicações eugênicas moderadas são apenas algumas possibilidades, viáveis e desejadas.

No entanto, a permanência destes “velhos ideais em novos odres”, seja na Genética, na Medicina, na Bio-Medicina, e principalmente na Cultura e na Sociedade não foram objetos de nossa investigação. Contudo, registre-se a proposta. Afinal, o nosso anti-herói, Renato Ferraz Kehl, médico e um dos grandes propagandistas do movimento eugenista no Brasil, mediante suas idéias, ainda continua vivo – e mais vivo do que nunca – entre nós.

GLOSSÁRIO

Dada a natureza desta dissertação, pela presença de uma série de termos pouco comuns à área das Ciências Humanas em geral, optamos em introduzir um vocabulário mínimo de tal maneira que facilitasse a sua leitura. Procuramos manter a significação original dos termos tal como empregados por Kehl nas *Lições de Eugenia*; para tanto, valemo-nos de alguns textos que se mostraram fundamentais para a elaboração deste Glossário. São eles: *Lições de Eugenia* (1929,1935) de Renato Kehl; *A Hereditariedade em face da Educação* (1935) e *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* (1942), de Octavio Domingues; *Teoria da Evolução: de Darwin à Teoria Sintética* (1988), de Newton Freire-Maia; e *Enciclopédia Garzanti di Filosofia*. Rome: Garzanti Editore, 1981 (os demais textos aqui citados têm sua referência completa na Bibliografia).

*

Aristogenia: Qualidade de classe, sociedade ou indivíduo aristogênicos, isto é, geneticamente superiores.

Cacogenia: Qualidade de classe, sociedade ou indivíduo aristogênicos, isto é, geneticamente inferiores.

Caráter Adquirido: Qualquer variação da estrutura ou funcionamento de órgãos, produzida no indivíduo por efeito de uma causa exterior, e que se perpetua nas gerações futuras. A defesa da herança do caráter adquirido era bastante comum – e por gente do porte de Lamarck e Darwin – ainda na época de Mendel quando este descobre o mecanismo da hereditariedade.

Caráter: Um dos inúmeros modos de estrutura, de forma, de função, de cor, de qualidade, etc. com que se apresentam as diversas regiões ou órgãos dos indivíduos; dito de outro modo, é uma propriedade específica de um organismo. O mesmo que atributo, característica ou traço.

Célula Germinativa ou Célula Germinal: Nome dado às células responsáveis pela reprodução – óvulo e espermatozóide; também chamada de Gameta.

Célula Somática: Expressão que designa as células do corpo que, diferentemente das células germinativas, são incapazes de reproduzir o indivíduo.

Cromossomo: Elemento do núcleo celular, tipicamente constante, na forma e em seu número, em cada espécie, e que se mostra visível e ativo na divisão celular; e no qual se supunha – na época de Kehl – estarem localizados os genes ou fatores genéticos (mendelianos); o ser humano tem 48 cromossomos, número diplóide.

Disgenia: Perturbação ou alteração (genética ou epigenética) que consiste no comprometimento de sua estrutura e natureza genética que se faria notar nas gerações seguintes, a curto ou médio prazo, mas com conseqüências nefastas duradouras.

Endo-Gênese: Termo que designa as concepções de hereditariedade que se caracterizam pela recusa, tácita ou explícita, da existência dos fatores epigenéticos, isto é, dos fatores distintos e exteriores ao mecanismo genético

da hereditariedade que o afetariam; desta maneira, trata-se também de uma recusa da Teoria da Herança dos Caracteres Adquiridos, defendida tanto por Lamarck quanto por Darwin.

Epistemocracia: Consiste na concepção, defesa e projeto de natureza eminentemente cientificista de que se pode construir, controlar e gerir – em suma, governar – a sociedade em sua totalidade e em suas partes, sua estrutura e dinâmica. No caso da eugenia de Renato Kehl, esta pretensão de constituição e controle social poderia se realizar a partir do controle e constituição biológica do homem, o que denota o alto grau de determinismo da eugenia bem como a natureza reducente de sua concepção antropológica e de sociabilidade.

Exo-Gênese: Termo que designa as concepções de hereditariedade que se caracterizam pela aceitação, tácita ou explícita, da existência dos fatores epigenéticos, isto é, dos fatores distintos e exteriores ao mecanismo genético da hereditariedade que o afetariam; um modelo famoso da Exo-Gênese se encontra na Teoria da Herança dos Caracteres Adquiridos, defendida por Lamarck e Darwin.

Fatores Epigenéticos: Diz-se dos fatores diversos dos fatores genéticos, com os quais interagem e que, sistematicamente, interferem e condicionam o desenvolvimento do organismo, especificamente o organismo humano, como por exemplo meio-ambiente, condições sociais, econômicas, culturais, etc. Octavio Domingues utilizava a expressão “Nurture”, para diferenciar de “Nature”, que designava os fatores raciais ou genéticos do indivíduo.¹

Fenótipo: Expressão “exterior” do genótipo; conjunto dos caracteres do indivíduo.

Gameta: Nome dado às células sexuais, ou germinais.

Gene: Consiste num segmento da enorme molécula de DNA (ácido desoxirribonucléico), composto de uma série de trípletos ou trincas. Mas esta sua natureza material só foi descoberta em 1944 e sua descrição molecular só foi possível em 1953 com a descoberta da dupla hélice do DNA. Na época de Kehl, quando publica as *Lições de Eugenia* (1929,1935), o gene era apenas uma unidade hipotética que se presumia existir nos cromossomos dos gametas, e da qual dependia a determinação de algum caráter ao indivíduo, herdado de sua geração parental. Estas unidades hereditárias são denominadas por Kehl "fatores" ou "genos", certamente influenciado por Mendel e Weismann. Segundo Kehl, os genes "são as unidades que se julga existir nas células germinais com a particularidade de representar os caracteres individuais. Conquanto invisíveis, são admitidos, hipoteticamente, como elementos constituidores dos cromossomos, estes visíveis ao microscópio. Em outros termos, os fatores ou genos representam novas designações das partículas materiais representativas dos caracteres. (...) Para melhor compreender o seu papel, na explicação dos fenômenos genéticos, devemos considerá-los como 'unidades' existentes no patrimônio hereditário, em número de algumas centenas ou milhares e correspondendo a todas as partes do organismo, esqueleto, músculos, dentes, vísceras."²

Genótipo: Conjunto de todos os fatores genéticos do indivíduo, onde reside sua herança biológica.

Heterozigoto: O mesmo que híbrido. É o indivíduo ou zigoto impuro, portador de genes heterogêneos, resultante da união de gametas – e, portanto, de indivíduos – geneticamente diferentes. Renato Kehl afirma que "os híbridos,

¹ Octavio DOMINGUES. *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios*. p. 301.

² Renato Ferraz KEHL. *Lições de Eugenia*, 5.^a Lição, p. 93.

dada a incompatibilidade dos genos ou fatores, são instáveis. Seus fatores se disjuntam ou se separam”.³

Homozigoto: É o indivíduo ou zigoto puro, portador de genes homogêneos, resultante da união de gametas – e, portanto, de indivíduos – geneticamente idênticos.

Idioplasma: Expressão empregada por Weismann (formulada por Nägeli) para designar parte do indivíduo, inerente às suas células germinativas, que tem propriedade genética, ou seja, que passa de uma geração a outra, e por isso era considerada perene; nela se encontram, em potencial, as virtualidades da espécie, da raça, da família ou da linhagem. O mesmo que plasma germinativo ou germinal. Renato Kehl vai observar que “as células reprodutoras contêm um plasma muito especial (idioplasma) com a propriedade de representar a totalidade dos caracteres dos grupos celulares.”⁴

Jusnaturalismo: Versão do Naturalismo Filosófico aplicada especificamente na Ética e no Direito, cuja característica fundamental consiste em não reconhecer a existência de nenhuma outra realidade senão a natural, de tal forma que tudo o mais é ou sua forma ou manifestação. O Jusnaturalismo, deste modo, toma a natureza como critério de bem e de justiça, de tal forma que prescreve e regula as condutas morais e legais. Montesquieu, citado no segundo capítulo desta dissertação, faz uma defesa exemplar do Jusnaturalismo, já na primeira afirmação do *Espírito das Leis*, Primeira Parte, I,1: “As leis, em sentido lato, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas.”⁵

³ *Ibidem*, p. 94.

⁴ *Ibidem*, p. 83

⁵ Charles-Louis de Secondat MONTESQUIEU. *L'Esprit des Lois. Oeuvres Complètes. Première Partie, I, 1, p. 53*

Meiose: Tipo especial de divisão celular que produz gametas para a reprodução sexual. Uma célula normalmente contém duas cópias de cada cromossomo, mas um gameta contém apenas um exemplar de cada cromossomo diferente; a meiose envolve a divisão do número de cromossomos. O processo de formação de gametas se dá através de dois estágios de divisão. No primeiro, chamado de recombinação ou cruzamento, os cromossomos se juntam em pares e trocam material genético, cada cromossomo de um par (que agora consiste de dois cromátidos) migra para extremos opostos da célula. No segundo estágio, os cromossomos passam por uma divisão do tipo mitótico (cf. mitose) para produzir quatro células gametas, cada uma com apenas uma cópia de cada cromossomo da célula-mãe.

Mitose: Processo através do qual uma célula se divide para produzir duas células geneticamente idênticas. Nas plantas e nos animais, todo o crescimento ocorre por divisões mitóticas. A mitose envolve, primeiro, a divisão de núcleo e cromossomos e, depois, a divisão do citoplasma. A mitose se processa em quatro fases, após um aumento das células e evidenciação dos cromossomos no núcleo. Os cromossomos diminuem e se tornam mais proeminentes durante a prófase. Normalmente, há duas cópias de cromossomos em cada célula e, durante a prófase, cada cromossomo se reproduz. O processo dá a cada cromossomo uma aparência dupla, uma vez que agora cada um consiste em duas metades ou cromátides. Durante a metáfase e anáfase, esses cromossomos “duplos” são separados e cada cromátide (nesta fase tem-se o cromossomo “verdadeiro”) se desloca para pontos opostos da célula, onde é cercada por uma nova membrana celular; culminando na completa separação da célula, formando duas novas células.

Monohibridismo: Expressão utilizada para designar o processo de Híbridação cuja geração parental (P) se difere em apenas um caráter.

Morfoplasma: Ou plasma somático, termo utilizado por Weismann (formulado por Nägeli) para designar o plasma, ou os tecidos do corpo, portador de cromossomos; porém, incapaz de gerar novos indivíduos, isto é, sem propriedades genéticas (hereditárias).

Neo-Darwinismo: Ou Teoria Sintética. Nome do movimento científico, que teve sua emergência histórica a partir dos anos 30 do século XX. Consistia, *grosso modo*, após a redescoberta das Leis de Mendel, em buscar os pontos de contato entre o mendelismo e o darwinismo, de tal modo que se evidenciassem as bases genéticas da evolução das espécies. Renato Kehl não apenas foi contemporâneo (no sentido de um “acidente” histórico), como também demonstrou alguma familiaridade com o movimento, apresentando algumas afinidades entre a sua concepção eugênica e a Teoria Sintética da Evolução (observe-se que nas *Lições* ele se refere a Weismann como neo-darwinista), embora não seja possível estabelecer com precisão qual o alcance e teor desta afinidade.

Pangênese: Teoria ou hipótese “provisória” de Darwin, que consistia em afirmar que as várias regiões do corpo enviariam partículas representativas (gêmulas) para compor as células sexuais (Gametas). Sua função consistia em justificar a Teoria da Herança dos Caracteres Adquiridos, uma vez que, desta forma, com a modificação provocada em alguma daquelas regiões ou partes do organismo, modificar-se-iam conseqüentemente as partículas que as representavam, modificando, assim, o caráter presente na descendência, ou geração filial. Kehl ainda se refere aos fatores mendelianos, ou genes, num sentido próximo à

Pangênese, na medida em que se refere aos genes como unidade representativas.

Plasma: substância constituinte das estruturas e dos tecidos celulares.

Polihbridismo: Expressão utilizada para designar o processo de Hibridação cuja geração parental (P) se difere em mais de um caráter.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Principal

1.1. Fonte Primária

KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

KEHL, Renato. *Pedagogia Sexual: Lecciones de eugenesia* (trad. da 1ª edição de *Lições de Eugenia*). Madrid: Javier Morata, 1930.

1.2. Fonte Secundária

BELLEZA, Newton. "Consangüinidade" (trabalho apresentado), *in*: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 293-297.

BOLETIM DE EUGENIA. Suplemento da "medicamenta". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, 1929, 1930, 1931.

- CARNEIRO, Levi. "Educação e eugenia" (conferência), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 107-116.
- CARVALHO, Bulhões. "Estatística dos tarados" (trabalho apresentado), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 225-264.
- DE ANGELIS, Nicolau Meira. "Pela perfeição da raça brasileira", In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927*. Org. de Maria J. F. F. da Costa, Denilson R. Shena, e Maria A. Schimidt. Brasília: INEP, 1997. pp. 438-445.
- DOMINGUES, Octavio. *A Hereditariedade em face da Educação*. Rui de Janeiro: Melhoramentos, 1935.
- DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: Seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- DREYFUS, André. "O estado actual do problema de hereditariedade" (conferência), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 87-97
- FONSECA, Joaquim Moreira. "Casamento e eugenia" (trabalho apresentado), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 299-304.
- I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927*. Org. de Maria J. F. F. da Costa, Denilson R. Shena, e Maria A. Schimidt. Brasília: INEP, 1997.
- I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro, 1929.

- KHEL, Renato. "A eugenia no Brasil" (conferência), In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 45-61.
- KHEL, Renato. "O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada", In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927*. Org. de Maria J. F. F. da Costa, Denilson R. Shena, e Maria A. Schimidt. Brasília: INEP, 1997. pp. 433-438.
- PENNA, Belisario. "Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar", In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927*. Org. de Maria J. F. F. da Costa, Denilson R. Shena, e Maria A. Schimidt. Brasília: INEP, 1997. pp. 29-33.
- RIEDEL, Gustavo. "O dispensário pschyatrico como elemento de educação eugênica" (trabalho apresentado), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 305-307.
- ROQUETE-PINTO, E. "Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil" (trabalho apresentado), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 119-148.
- SILVA, A. C. Pacheco. "Quadros demonstrativos das moléstias mentaes observadas no Hospital de Juquery, de 1925-1928" (trabalho apresentado), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 265-270.
- SILVEIRA, Fernando R. da. "Biometrica" (conferência), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 99- 106.

2. Bibliografia de Apoio

2.1. Livros

BIZZO, Nélio Marco Vicenzo. *O Que é Darwinismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. (trad. de Álvaro Lorencini). São Paulo: EdUNESP, 1999.

CANGUILHEM, Georges. *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1979.

CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*. (trad. de Emília Piedade). Lisboa: Edições 70, 1980.

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. (trad. de Maria Th. R. de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio F. B. Leite). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. (trad. de Iraci D. Poleti). Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. (trad. de Guy Reynaud). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

153
CITAVI, Marilena. *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. SP: Cortez, 1999.

CLAVREUL, Jean. *A Ordem Médica: poder e impotência do discurso médico*. (trad. de J. G. Noujaim, M. A. C. Jorge e P. Mendes da Silveira Jr.). São Paulo: Brasiliense, 1983.

DOBZHANSKY, Theodosius Grigorievich. *O Homem em Evolução*. (trad. de Josef Manasterski). São Paulo: Polígono e EdUSP, 1968.

DODSON, Edward O. *Evolución: proceso y resultado*. (trad. de Antonio Prevosti). Barcelona: Ediciones Omega, 1963.

DOMINGUES, Octavio. *Hereditariedade e Eugenia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. (trad. de M. T. da Costa Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: O sistema das castas e suas implicações*. (trad. de Carlos Alberto da Fonseca). São Paulo: EdUSP, 1997.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. (trad. de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. (trad. de Leandro Konder). 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. (trad. de Joaquim José Moura Ramos e Eduardo Lúcio Nogueira) Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III – *O Brasil Republicano*, Vol. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1994.

FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica & Política*. Tomos I e II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vols. I e II. São Paulo: Ática, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. (trad. de Salma Tannus Muchail). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris: Gallimard, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. (trad. de Roberto Machado), 7ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Clínica*. (trad. de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- FREIRE-MAIA, Newton. *Teoria da Evolução: de Darwin à teoria sintética*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Tomos I e II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- HABERMAS, Jürgen. *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. (trad. de Vamireh Chacon). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. (trad. de Carlos Nelson Coutinho). 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. (trad. de Patrick Burglin). Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. (trad. de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- JACOB, François. *A Lógica da Vida*. (trad. de J. J. Serrano e M. J. Palmeirim). Lisboa: Dom Quixote, 1985.
- JOANILHO, André Luiz. *O Corpo de quem Trabalha: estratégias para a construção do trabalhador*. Londrina: EdUEL, 1996.
- JONES, James M. *Racismo e Preconceito*. (trad. de Dante Moreira Leite). São Paulo: Ed. Edgard Blücher, EdUSP, 1973.
- LAPLANTINE, François. *Antropologia da Doença*. (trad. de Walter L. Siqueira). São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. (trad. de J. Guimarães e S. F. Léwy). 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1994.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Vols. I e II. (trad. de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira). Lisboa: Editorial Presença, ~~1974~~ 1978.
- MARX, Karl. *O Capital*. (trad. de Reginaldo Sant'anna). Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Contos (extraídos de Urupês)*. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Mr. Slang e o Brasil, e o Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- RUFFIÉ, Jacques. *O Sexo e a Morte*. (trad. de José Marcos V. de Lima). Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- SADER, Emir. *Estado e Política em Marx: para uma crítica da filosofia política*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-Retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. UNB, 1983.
- SCWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. (trad. de Luiz João Baraúna). Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universtária, 1989.
- SUZUKI, David T. (et alli). *Introdução à Genética*. (trad. de João Paulo de Campos e Paulo Armando Motta). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.
- THOMPSON, Margaret W. (et alli). *Genética Médica*. (trad. de Marcio Moacyr de Vasconcelos). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

2.2. Artigos, Teses e Revistas Temáticas

ABRANTES, Paulo. "Naturalismo epistemológico: apresentação". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, Série 3, v. 8, n.º 2, jul-dez/1998: 7-26.

ARAÚJO, Aldo M. de. "a influência de Theodosius Dobzhanski no desenvolvimento da genética no Brasil". *Episteme*, Porto Alegre, v. 3, n.º 7, 1998:43-54.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. "Charles Darwin e o mundo acadêmico - I: aproximações baconianas, ontem e hoje". *Episteme*, porto Alegre, v. 2, n.º 3, 1997: 73-104.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. "O paradoxo social-eugênico, genes e ética". *Revista USP*, São Paulo (24): 28-37, dezembro-fevereiro/1994/95.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. *Os Meninos do Brasil: Idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1994.

BURNS, E. Bradford. "As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República", in: FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – *O Brasil Republicano*, vol. 2: *Sociedades e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. pp. 375-400.

CARVALHO, José Murilo. "República e cidadanias". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, n.º 2, 1985: 143-161.

- CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. "Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia". *Episteme*, Porto Alegre, v. 3, n.º 5, 1998: 23-48.
- CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. "As idéias de herança de Darwin: suas explicações e sua importância". *Revista da SBHC*, n.º 11, 1994: 67-73.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Bioética*. "Simpósio: Ética e Genética", Brasília, Vol. 5, n.º 2 (1997)
- CURY, Carlos Roberto Jamil. "Estado e educação na Revisão Constitucional de 1926" *Educação & Sociedade*. ano XVII, n.º 55, agosto/1996: 238-262.
- DODIER, Nicolas & CAMUS, Agnès. "L'admission des malades: histoire et pragmatique de l'accueil à l'hôpital". *Annales HSS*, Paris, juillet-août/ 1997, n.º 4: 733-763.
- EL-HANI, Charbel Niño. "Explicações causais do desenvolvimento: são os genes suficientes?" *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, série 3, v. 7, n.º 1, jan.-jun./1997: 123-168.
- ENGELS, Friedrich. "Biologia", in *Dialética da Natureza*. (trad. de Joaquim José Moura Ramos e Eduardo Lúcio Nogueira) Lisboa: Editorial Presença, 1978. pp. 321-340.
- ENGELS, Friedrich. "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem", in *Dialética da Natureza*. (trad. de Joaquim José Moura Ramos e Eduardo Lúcio Nogueira) Lisboa: Editorial Presença, 1978. pp. 171-186.
- FAUSTO, Boris. "A crise dos anos vinte e a revolução de 1930", in: FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – *O Brasil Republicano*, vol. 2. *Sociedades e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. pp. 401-426.

- FROTA-PESSOA, Oswaldo. "Quem tem medo da eugenia?". *Revista USP*, São Paulo (24): 38-45, dezembro-fevereiro/1994/95.
- GIBLIN, Béatrice. "Pourquoi la santé publique est devenue une question géopolitique?". *Hérodote*, Paris: La Découverte, n.º 92, première trimestre/1999: 3-18.
- GOMES, A. M. de C. (Coord.). "Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)". In: FAUSTO, Boris (org.). *Brasil Republicano III*. São Paulo: Difel, 1978. (História da Civilização Brasileira, vol. 10).
- KITCHER, Philip. "O Retorno dos Naturalistas". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, Série 3, v. 8, n.º 2, jul-dez/1998: 27-108.
- LAMOUNIER, Bolivar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", in: FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – *O Brasil republicano*, vol. 2: *Sociedades e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. pp. 343-374.
- MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras", in: NOVAIS, Fernando A. (coord.-geral). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3: *República: da Belle Époque à Era do Rádio* (organização de Nicolau Sevcenko). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 131-214.
- MARTINS, Lilian A. C. P. "Lamarck e as quatro leis da variação das espécies". *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n.º 3, 1997: 33k-54.

- NAGLE, Jorge. "A educação na Primeira República", in: FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – *O Brasil Republicano*, vol. 2: *Sociedades e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. pp. 259-291.
- OUDSHOORN, Nelly. "hormones, technique et corps: l'archéologie des hormones sexuelles (1923-1940)". *Annales HSS*, Paris, juillet-octobre/ 1998, n.^{os} 4-5: 775-793.
- POLLARD, Jeffrey W. "Is Weismann's barrier absolute?", In: HO, Mae-Wan & SAUNDERS, Peter T. *Beyond Neo-Darwinism: An introduction to the new evolutionary paradigm*. Londres: Academic Press Inc, 1984.
- REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e Eugenia: O projeto de "regeneração" nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Campinas/SP: UNICAMP. 1994.
- Revista USP*/ Coordenadoria de Comunicação Social. "Dossiê: Genética e Ética". São Paulo: USP. N.º 1, mar.-mai./1989.
- SALOMEZ, Jean-Louis & LACOSTE, Olivier. "Du besoin de santé au besoin de soins: la prise en compte des besoins en planification sanitaire". *Hérodote*, Paris: La Découverte, n.º 92, première trimestre/1999: 101-120.
- SANTOS, Luiz A. de Castro. "Estado e saúde pública no Brasil, 1889-1930". *Dados – Revista de Ciência Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, n.º 2, 1980: 237-250.
- SANTOS, Luiz A. de Castro. "O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade". *Dados – Revista de Ciência Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, n.º 2, 1985: 193-210.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade", in: NOVAIS, Fernando A. (coord.-geral). *História da Vida Privada no Brasil: volume 4: Contrastes da intimidade contemporânea* (organização de Lilia M. Schwrcz). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 173-244.
- SEVCENKO, Nicolau. "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso", in: NOVAIS, Fernando A. (coord.-geral). *História da Vida Privada no Brasil. Volume 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio* (organização de Nicolau Sevcenko). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 7-48.
- SOCIEDADE BRASILEIR PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Ciência e Cultura*, "Simpósio em homenagem a Mendel". São Paulo, julho/1986, vol. 38, n.º 7.
- VELHO, Gilberto. "O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social". In: VELHO, Gilberto (org.). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981: 11-28.
- VILAR, Pierre. "Marx e a História", in: HOBBSAWM, Eric (et alli). *História do Marxismo: O Marxismo no Tempo de Marx*. (trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983: 91-126.
- VILHENA, Cyntia P. de Sousa. "Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano". *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v. 19, n.º 1, jan.-jun./1993: 79-96.

ANEXOS

EDUCAÇÃO EUGENICA

O homem não pode se tornar homem
sem a educação.

KANT.

Pela palavra e por escrito tem sido largamente proclamado o lamentável estado de miséria física em que se acha grande parte da população nacional. De ha alguns anos a esta parte, a campanha pela salvação sanitária se tornou tão intensa, que conseguiu despertar a atenção dos poderes publicos e das classes letradas do país. Iniciou-se, assim, o saneamento rural e, como consequencia deste, a reorganização dos serviços de hygiene federal e de alguns Estados, seguindo-se certo afan patriótico de regeneração. A classe medica, a farmaceutica e o professorado, começaram a se interessar pelos problemas em foco, sendo que muitos de seus membros abnegadamente, se alistaram entre os *cruzados*, colaborando eficientemente, ou auxiliando com o incestimavel concurso da solidariedade. Tais esforços multifários e perseverantes deram resultados patentes, em poucos anos, como demonstram as estatísticas demographo-sanitarias. A ancilostomose, o impaldismo e a sífilis foram entravadas, energeticamente, na sua ação destruidora, bem assim alguns outros males de caracter endemo-epidêmico.

A situação sanitária no Brasil tornou-se, pois, melhor, embora deva muito ainda melhorar, se a propagação, os trabalhos e o entusiasmo não arrefecerem.

A vitória da campanha pela saúde não repousa, como se poderá supor, apenas nas iniciativas governamentais. Torna-se indispensável que ela seja previamente preparada e reforçada pela colaboração anuente do publico, e esta, em grande parte, só é conseguida após inteligente propaganda persuasiva, desenvolvida pela imprensa e pelos conferencistas. Ao professorado corresponde uma grande parte nos resultados definitivos, já que é ele que imprime, indelevelmente, no espirito atilado e permeavel das crianças e dos jovens a "consciencia sanitaria". formando gerações sucessivas de individuos esclarecidos em relação á propria saúde e de sua descendencia.

Não podemos deixar de repetir a conhecida frase de COURMONT, que tem servido de lema para o meu estandarte de propagandista pertinaz: « A propagação da hygiene é uma necessidade social; não se obedecem ordens das quais não se comprehende a razão de ser. A educação do povo é o fundamento de sua obediencia ». Não deixamos, tambem, de repetir, que « só seremos fortes contra o perigo comum, no dia em que, pela educação higienica recebida, pelos costumes tornados sanitarios, pelos principios de solidariedade comprehendidos, tivermos, com o instinto do mal a evitar, a consciencia dos deveres a praticar » (LANDOUZY).

Não nos cansamos tambem de repetir as frases: « O Brasil será o Brasil de nossa aspiração, será o grande Brasil de amanhã, quando nele se implantar a consciencia sanitaria e civica, quando todos os brasileiros souberem zelar a saúde fisica e psiquica, quando todos os brasileiros, enfim, se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania ».

És a razão de ser o papel do mestre de importância superior á que geralmente se supõe. Como órgão de edu-

cação, que no dizer de JAMES MILL, « tem por fim fazer do individuo um instrumento de felicidade, tanto para ele proprio como para os outros », constitue o professor, em todos os sentidos, a alavanca magica do progresso e da felicidade de um povo.

Na modesta e nobilissima tarefa de ensinar, de educar, torna-se o compaheiro assiduo dos discipulos, incutindo-lhes, a cada instante, as regras de bem viver, com saude e alegria. Esta benefica influencia amplia-se, atingindo, por intermedio deles, as suas respectivas familias, cuja vida o professor, muitas vezes, conhece, não sendo raro partilhar dos seus sofrimentos e por elas se interessar, por simples e natural impulso de coração.

Os professores publicos e particulares, em contacto diario e prolongado com individuos de varias idades, classes sociais e nacionalidades, constituem, em ultima analyse, os grandes *moleiros* da nacionalidade. Devem, pois, na santa missão educadora, ter sempre em mente que, « desconhecer a ciencia da conservação da vida, da conservação e melhoria da saúde; desconhecer a ciencia da defesa propria, da proteção da prole; desconhecer, em suma, noções de hygiene: é inconcebivel, é um absurdo, é um crime ».

A educação, tal como é atualmente feita, comprehendendo nos seus programas os ensinamentos de ordem fisica, intellectual e moral, concorre implicita e fortemente em favor da regeneração racial. Não obstante, torna-se inútil ampliá-la em seus propositos melhoristas, orientando os individuos não só para o bem deles mesmos como para a sociedade, acrescentando a educação eugenica, que tende a prepara-los em especial para a descendencia, para a especie.

A este proposito têm cabimento as seguintes considerações de LUCIEN MARCH, um dos expoentes da eugenia francesa: « Segundo a definição dada por GALTON á eugenia, introduzir a educação eugenica na educação geral,

equivale a orientar esta para a compreensão mais precisa dos deveres individuais, em relação á descendencia. Corresponde, pois, a ampliar em determinado sentido a formula platoniana que atribue á educação o papel para-a-perfeição pessoal de « dar ao corpo e á alma a beleza e alargar tal formula que, segundo NECKER DE SAUSSURE, pretende que a educação coloque o individuo « em estado de cumprir do melhor modo possível, o destino de sua existencia ». Segundo a eugenia, o traço mais elevado deste destino é a criação e o melhoramento da descendencia, em suma, a transmissão do facto da vida.

Na educação actual olvida-se de modo lamentavel e quasi por completo o « crescer e multiplicar-vos », destino natural que, ao invés de se processar à *vol d'oiseau*, como até aqui, deveria ser exercido conciente e intelligentemente.

Ainda não se iniciou entre nós a educação dos individuos no tocante á responsabilidade que se impõe a todos em relação á especie. Embora não se admita, tanto em conciencia como juridicamente, que um individuo atente contra a vida dos semelhantes, permite-se, entre-tanto, *ad libitum*, que os inconcipientes e máis infectem os semelhantes ou concorram para a geração de entes degenerados e infelizes.

Com intuito de premmuir as gerações contra a degeneração oriunda de males e vícios de influencia hereditaria ou congenita e, ao mesmo tempo, de melhorá-las, progressivamente, estabelece a eugenia vasto plano educativo que comprehende varias questões além da educação sexual e do exame pré-nupcial.

Não é nosso intento, porém, explicar na presente lição o modo de levar a effeito a educação eugénica, nem estabelecer o programa que envolve questões de hereditariiedade, descendencia, evolução, influencia do meio, do estado economico, da legislação, dos costumes, das apli-

ções fisicas, intellectuais e morais, em suma, questões ligadas directa ou indirectamente á profliferação.

Desejamos, apenas, evidenciar a importancia deata educação e, ao mesmo tempo, apelar para que a classe professoral se interesse pelo estudo da eugenia, preocupando-se com os seus elevados designios, procurando propagar os ensinamentos relativos á conservação e aperfeiçoamento da especie entre os discipulos das classes adiantadas das escolas primarias, das classes secundarias e das dos cursos normais e superiores.

GALTON disse que a eugenia nacional comprehende o estudo dos meios collocados sob *controlle social*, que podem melhorar ou prejudicar fisica ou intellectualmente, as condições da raça nas gerações futuras.

Admite dois metodos distintos para aproveitar as influencias que tendem para o melhoramento das proles: 1) metodo moral, que consiste em fazer com que o homem se preocupe com a posterioridade e reconheça a sua responsabilidade; 2) metodo legislativo e economico, que se baseia no estabelecimento de leis e medidas capazes de concorrer para a multiplicação menos rapida das proles inferiores, afim de que as das linhagens superiores as sobrepujem.

Pelos estudos ultimamente levados a effeito evidenciou-se que nas classes superiores da sociedade, no seio das quais se encontra maior numero de individuos melhor preparados fisica, intellectual e moralmente, a percentagem de filhos é de 1 para 9 das classes inferiores, sendo para receber que, dentro de alguns decenios, se não forem tomadas providencias salvadoras, — a terra povoar-se-á de um agrupamento amorfo, cada vez mais numeroso de mediocridades somato-psíquicas.

Este vaticinio, — que não se realizará, felizmente, pois os esforços eugénicos se generalizam e se multiplicam, a bem da procriação hígida, — tem sido repetido por muitos cientistas de renome mundial, que procuram demonstrar

o perigo ameaçador, buscados em dados e cálculos até certo ponto admissíveis.

O primeiro método, acima referido, da reforma proposta por GALTON é o mais importante: é o método da educação eugénica. «do apelo á intelligencia do homem, o qual, pela sua natureza, compete ao mestre executar.

CONCLUSÕES:

a) Sendo *verdade indiscutível* que o nosso povo, em grande parte, se acha em progressivo estado de inferioridade somato-psíquica, devido a fatores moribundos, hereditarios e conceptionais;

b) sendo *verdade incontroversa* que o mais importante recurso para melhorar as suas condições é educá-lo. « porque não se obedecem ordens das quais não se comprehende a razão de ser »;

c) sendo *verdade incontestavel* que a educação do povo é o fundamento de sua disciplina, cumpre aos professores conjugar esforços educativos para estabelecer a « *conciencia sanitaria*, bem assim, paralelamente, a « *conciencia eugénica* », criando entre os escolares um novo ideal, uma nova mentalidade a mentalidade dos equilibrados cujo designio seja a regeneração eugénica para o bem proprio e coletivo, no presente e no futuro.

O PROBLEMA DA EDUCACAO SEXUAL.

Tem sido muito debatida a questão se se deve ou não revelar ás crianças noções da vida sexual. A maioria dos educadores, psicólogos e médicos está de acôrdo sobre a utilidade deste ensino. As exceções contam-se, apenas, entre as pessoas que não estudaram ou não comprehendem, sufficientemente, a sua alta finalidade, bem assim entre as que supõem que esta instrução deve abran-

ger conselhos sobre doenças venereas, o que representa um contrasenso em relação ás crianças.

Não mais se discutem as vantagens higienicas e eugénicas da educação sexual que são ultra-evidentes. Para avaliar o seu effeito profilattico é necessario examinar a questão sem preconceitos. «fazendo taboa rasa de toda concepção hipocrita» e mantendo o espirito preparado para um julgamento imparcial e sensato.

Opõem-se a esta indispensavel educação os que se firmam num dos seguintes pontos de vista erroneos e arcaicos:

1) Na suposição de que o instinto sexual falta ás crianças, só se revelando com a maturidade dos órgãos de reprodução. Entretanto está hoje claramente demonstrado que muito antes da puberdade já as crianças são tocadas por evidentes manifestações mentais de amor, de ciúme e de ternura, revelando, segundo FURET, desde tenra idade, o instinto procriador. O interesse pelo enigma sexual é precocissimo e as crianças desde muito pequenas são atormentadas pela curiosidade sobre a geração. Observam os animais, sendo inutil e mesmo pernicioso, pretender desviar-lhe a atenção dos fatos que apresentam, bem como enganá-las ou deixá-las sem orientação, quando insistem em satisfazer esta curiosidade. É falso o criterio de que o enigma deve ser esclarecido com o correr do tempo, por acaso ou revelado clandestinamente por qualquer individuo que, deformando a verdade, cria na imaginação infantil idéias falsas, de effeitos desastrosos e muitas vezes indelevelis.

O desejo de averiguar a proveniencia de um irmão-zinho recém-nascido é muitas vezes embaraçador para os pais que procuram explica-lo por meio de evasivas ou fantasias, que frequentemente as crianças repelem com sinais de incredulidade; procuram, então, informar-se com crianças maiores, as quais dão informações quasi sempre

recheadas de malícia, dando incentivo a mexericos e, mesmo, a intuítos de má consequência futura.

2) Outros se declaram contrários á educação sexual, alegando dificuldades que elles acreditam insuperáveis, de descurpar esta missão junto aos filhos, por pudor, por ignorancia ou falso escrupulo, ou pelo preconceito tradicional e erroneo, de que se deve deixar as crianças aprenderem os assuntos relativos aos sexos « a seu tempo », do mesmo modo por que elles aprenderam com o vulgo ignorante e ás vezes perverso.

Julgam os pais, geralmente, que os filhos desconhecem ou se despreocupam, por completo, das questões sexuais, esquecidos dos fatos passados na sua infancia. LUNDSEY, a proposito da precocidade sexual, refere que as perversões, em 90 % dos casos, dão-se em consequencia dos descuidos paternos, das más companhias, tendo verificado, após metucioso estudo procedido entre prostitutas, que o desvio e a queda fatal tiveram lugar, quasi sempre, aos 12 anos de idade e, mesmo, antes. Na sua opinião, nove decimos dos meninos e das meninas apresentam na idade escolar aguçada curiosidade pelas coisas sexuais, sendo tão intensa entre os meninos como entre as meninas, entre as crianças das cidades, como entre as dos campos.

Representa, pois, dever imprescindivel dos pais a fiscalização atenta dos filhos e a educação persuasiva para que não se deixem arrastar, instigados por máis companheiros, ás perigosas perversões sexuais.

Poderá a mãe criar uma filha na mais completa innocencia até 15 ou 17 anos. Bastará, porém, uma criada ou uma amiguinha perversa para desfazer toda a obra, que foi erroneamente edificada, de modo lamentavel, quando não irreparavel. A aprendizagem clandestina, a companhia do confidentes depravados desfazem o misterio da geração de modo vicioso, dando margem ás inicia-

ções inmorais. São os amiguinhos e as amiguinhas os principais mestres da dissimulação, da mentira, e de vícios que se instalam, ás vezes, definitivamente, sobretudo em crianças com taras psicopaticas e que não foram sufficientemente vigiadas pelos pais.

Os pedagogos modernos são favoraveis á educação sexual, bem assim as maiores autoridades medicas que se dedicam aos estudos medico-sociais. Na reunião annual da American Medical Association havida em 1903, preponderou este criterio. No Congresso realizado em Berlim em 1905, do Bund fuer Mutterschutz, foi aprovada, por unanimidade, uma resolução declarando que é absolutamente necessaria a explicação dos fatos da vida sexual ás crianças. No Congresso Internacional de Higiene, havido em Maio de 1923, em Paris, bem como em muitos outros certamens, não só de medicos, higienistas, como de pedagogos e eugenistas, o ensino sexual foi sempre muito debatido, vencendo a corrente que entende ser imprescindivel para a defesa do individuo, da sociedade e para o progresso biologico da especie.

**

Não existe unanimidade de criterio quanto á melhor idade para ser iniciada a educação sexual. Sou de opinião que não se poderá tomar por base a idade, o sexo, a condição social, o temperamento, nem o desenvolvimento. Entendo que em primeiro plano deve ser tida a sagacidade e que os primeiros conselhos sejam dados ás crianças que, pela sua intelligencia e curiosidade, provoquem a oportunidade para tal.

Entre 5 e 7 anos já são admissiveis os primeiros passos educativos. Convém que as explicações se limitem ás perguntas formuladas, não se estendendo a pontos não inquiridos. Ha toda conveniencia em aproveitar as occasiões, não convindo, absolutamente, provoca-las, devendo

dar as respostas de maneira clara, com seriedade e sem reticências, como se estivesse explicando os fatos mais banais da vida.

Bastante elucidativa é a primeira explicação, deste genero, dada por Mme. Schmidt Jaeger a seus filhinhos: «Meu filho de oito anos e suas irmãs mais velhas discutiam, vivamente, a proposito da criação de galinhas. As duas meninas achavam o galo muito mau e perfeitamente inutil, pois que ele não punha ovos, enquanto que o irmão, evidentemente ferido no seu orgulho masculino, tomava a defesa do galo, sustentando que ele era util para alguma coisa, embora não soubesse bem para que. A questão foi posta diante do meu tribunal e meu filho triumphou, visivelmente, quando eu lhes expliquei que sem o galo, que dá a semente ás galinhas, estas continuam a pôr os ovos, os quais, porém, não podem se desenvolver, e que, sem um papai galo não haveria nunca filhinhos pintinhos. Imediatamente, com sua simplicidade, minhae, que entre nós não pode haver crianças sem papai?» Eu confirmei, naturalmente e as crianças reinetaram, satisfeitos, os seus folguedos».

**

Outro ponto ainda não resolvido por completo é o de saber-se a quem compete ministrar os primeiros ensinamentos. Pelo exemplo de Mme. Schmidt e pelas observações da vida domestica, somos de opinião que tal missão deve caber, indiscutivelmente, á mãe a qual pertence, de direito, este sagrado privilegio. Na reunião ha-vida em Mannheim, da Sociedade Alemã para a luta contra as doenças venericas, ficou estabelecido que «á mãe compete, em primeiro lugar, iniciar as crianças nos fatos da vida sexual». Do mesmo parecer é HAVELLOCK ELIAS, uma das mais reputadas autoridades na materia.

De modo esquematico poder-se-ia, talvez, admitir a educação sexual pedagogicamente procedida em tres períodos:

- 1.º período: A cargo da mãe ou da tutora.
- 2.º período: A cargo do pai ou do tutor.
- 3.º período: A cargo do educador e do medico.

Como dissemos, á mãe cabe, naturalmente, responder ás primeiras perguntas curiosas dos filhos e, por isso, compete-lhe dar as primeiras instruções. Ao pai incumbe, complementariamente, prevenir os filhos mais crescidos sobre os riscos das más companhias e dos perigos resultantes das perversões sexuais; compete-lhe, tambem, cita-los ao respeito proprio e de seus companheiros, atemorizando-os quanto ás consequências nocivas das leituras, conversas e praticas obscenas.

Torna-se indispensavel pois, para boa e segura actualiação dos pais, que eles estudem estes assuntos. Como poderão tratar da reprodução dos vegetais e animais, como estabelecer exemplos elucidativos e convincentes sem conhecer a questão? É de grande importancia applicar ás crianças o modo pelo qual se processa a reprodução dos vegetais. O polen e o pistilo servirão de base e de pretexto para orienta-las quanto ás diferenças sexuais nas plantas. Deste modo, a pouco e pouco, seguir-se-á, sem despertar idéias maliciosas, fazer compreender as noções elementares da fecundação. Mais tarde explicar-se-ão as diferenças anatomicas dos órgãos genitais dos animais e, finalmente, do homem e da mulher.

Convenm que estes ensinamentos sejam ministrados isolada e não conjuntamente, a não ser em casos especiais, como no de Mme. Schmidt, não empregando nunca, como disse anteriormente, reticências nem explicar como se estivesse revelando fato misterioso. Falar com naturalidade, como se fóra o caso do fenomeno da visão ou da audição.

Aos educadores cabe a importante missão de esclarecer, de modo didático, e com certos detalhes, o importante problema da reprodução. É conveniente, desde logo, assinalar o velho e condenável hábito de subtrair do programa das classes mais adiantadas dos cursos pre-liminares esta parte da fisiologia por falso e injustificável zelo ou pudícia, como se constituísse coisa imoral e indigna de ser estudada. O ensino tem sido, por isto, hipocritamente truncado, não constando dos programas escolares o mecanismo da reprodução animal, enquanto consta o dos vegetais, como se o primeiro fosse obsceno e o segundo não.

Estas questões poderão ser lecionadas pelo professor de historia natural, desde que se sinta com força para manter o respeito do auditorio. Convém dar as lições separadamente para os meninos e para as meninas, adaptando-as aos interesses dos respectivos sexos. O êxito do ensino depende sempre do tato e da habilidade do mestre.

Bis aú, em rápido esboço, o método que julgamos viável para a educação sexual a ser executada, respectivamente pela mãe, pelo pai e pelo educador ás crianças até 10 e 12 anos. Ao entrar na puberdade, ha toda conveniência de os pais informarem os filhos sobre o perigo dos males venereos.

Ao medico inspetor escolar ou ao medico da familia compete renovar estes conselhos e chamar a atenção dos adolescentes para os deveres dos individuos em relação á vida matrimonial e á descendencia. Convence-los de que cada individuo é o « depositario efêmero de um legado eterno », impondo-se a cada um defender, com o maior carinho, tal legado, que representa a felicidade dos descendentes, evitando, a todo transe, expo-la aos riscos de estronices e dissipações. Devem, pois, todos resguardar-se para o matrimonio, do mesmo modo que é exigido da mulher.

Em relação ao casamento, convém aos individuos de ambos os sexos informar-se sobre os cuidados higienicos a praticar. A educação sexual é importantissima para evitar as consequencias lamentaveis que se registram a miúdo, devidas á ignorancia completa dos nubentes, mesmo entre os que se julgam instruidos neste particular. Não é raro casarem-se jovens ignorando que a mulher apresenta uma fase menstrual, como não é raro moças entrarem para o matrimonio ignorando as mais comensinbas medidas de hygiene a serem observadas, principalmente durante a gravidez. Impõe-se, pois, como medida de preservação individual e coletiva, basando no mais alto interesse da especie, que se proceda á educação sexual gradual e paulatina das crianças, dos jovens e, mesmo, dos adultos, afim de que o mais nobre ato, que é o da geração, não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensivel e admissivel entre os animais irracionais.

A CIVILIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO METAFÍSICA DAS RAÇAS;

É obvio afirmar que a civilização trouxe e accumulou grandes beneficios em proveito da humanidade, bastando para corroborar essa asserção lembrar os frutos opimos advindos da moral vigente, o ansio crescente para as conquistas liberaes, o desenvolvimento progressivo dos principios de solidariedade, de justiça, de cultura, e a pratica higienica a bem da saude individual e coletiva. Além do mais, balaceando as realizações materiais do presente com as do passado, examinando e comparando as condições do meio de outrora e de hoje, resalta, claramente, o prodigioso surto progressista da civilização. A par dessas conquistas, porém, e como contraste, trouxemos a hipertrofia do egoismo, o luxo, a sobreabundância dos prazeres, a luxuria e a obsessão da riqueza

As raças humanas, tendo em conta as capacidades hereditarias dos elementos que as compõem, não melhoraram, entretanto, como era de esperar, antes pelo contrario, retrogradaram e em gráu bastante accentuado. Se confrontarmos as particularidades hereditarias de um dos povos actuais, que nos parece ser o mais prendado, — o succo, — com o helenico, veremos a enorme differença entre ambos. A Succia com 6.000.000 de habitantes, com os recursos modernos da ciencia, com os processos educativos e regeneradores da pedagogia, puericultura e outros, não pôde comparar-se, nem pelo numero e nem pela especie de seus tipos excepcionais, com a Grecia antiga. Os elementos admiraveis surgidos nesse país durante 100 anos, demonstram sua capacidade racial que, entretanto, é incomparavelmente inferior a da patria de Homero, se se tiver em conta os genios que esta forneceu ao mundo em igual periodo de tempo. GALTON demonstrou que na pequena região formada pela Atica existiram, entre 530 e 430 anos antes de Jesus Cristo, quatorze homens illustres, ou seja um para 4.300 nativos da população masculina livre. Em dois seculos, de 500 a 800 anos antes de J. C., esta região pequena e arida produziu, pelo menos, vinte e cinco homens notaveis:

- a) homens de Estado: Milciades, Temistocles, Aristides, Cimón, Pericles, Focion;
- b) poetas: Esquilo, Euripedes, Sofocles, Aristofanes;
- c) filosofos: Socrates, Platão, Aristoteles, Demetrio, Teosofrasto;
- d) architectos e artistas: Ictino, Fidias, Praxiteles, Polignotos;
- e) historiadores: Tucidades, Xenofonte;
- f) oradores: Esquino, Demostenes, Isocrates, Lisias.

Nenhum povo dos tempos modernos pôde igualar-se a certos povos antigos. A Grecia, neste particular, viu

nascer, no espaço de dois seculos, uma constelação de homens illustres como nunca mais se verificou em qualquer país, no mesmo espaço de tempo. Berço de uma pleiade privilegiada, constituiu o centro da mais alta intellectualidade e cultura do planeta, enquanto pôde assegurar a pureza da raça, manter o criterio selectivo de classe, impôr os casamentos entre os melhores elementos, entre os tipos superiores pela beleza integral, enquanto conseguiu evitar a mistura com as populações inferiores, graças ao espirito de xenofobia, contrario á mistura chitra de sangue estranho. Durante esse periodo aureo dos tempos heroicos, a moral social grega era um fato, a moral familiar um culto, o ideal de aperfeiçoamento, segundo os ditames de LACTANCIO, uma realidade pratica. Desde a fatidica reforma de Clistenes (70 anos antes de Cristo), pela qual se anularam as regras que estatuiam os casamentos homogeneos entre tribus e familias superiores, admitindo as uniões extranhas, além de conceder o direito de cidadãos a estrangeiros e a libertos, que o povo grego começou gradualmente a abastardar-se, declinando a sua superioridade intellectual (BATESON).

As raças humanas não melhoraram, pois, no tocante ás suas qualidades e caracteres ótimos hereditarios. O liberalismo das leis actuais, o fanatismo incompreensivel pela pretensa liberdade individual, mesmo quando esta vai de encontro aos interesses coletivos, concedendo autorização para os matrimonios entre raças e classes disparas, entre sãos e doentes, entre tarados e degenerados, resultou isso que se vê pelo mundo — um conglomerado de destróços sifilizados e de cacogenizados que pesam sobre uma diquinuta pleiade de salvos desta hecatombe e que se esforça e luta para se libertar de sua opressão.

A civilização proporcionou ao homem muitos bens, mas não acrescentou ao seu caudal de caracteres hereditarios, — hereditarios, note-se, — um unico que se lhe possa agradecer.

EM FACE DA CONSERVAÇÃO E MELHORIA DA ESPECIE:
A FUNÇÃO BIOLOGICA DA MULHER

A influencia da mulher é incisiva no tocante ao futuro da especie. Da robustez e beleza feminina depende a sua melhoria progressiva. A mulher, em face da biologia humana, representa o elemento de garantia conservadora por excelencia, enquanto o homem representa o fator ativo da evolução. São forças cruzadas para o indispensavel equilibrio do todo. A mulher constitue, em outros termos, o reservatorio das energias potenciais da especie, ao passo que o homem é a energia ativa, em permanente estado de impulso. Desde Adão e Eva (a acreditar-se na origem divina da humanidade!) a influencia feminina sobre a prole é, digamos, de 70 % em relação a 25 % da influencia masculina. Já na fase celular até o periodo da fecundação, a influencia feminina começa a destacar-se da masculina. A ontogenese inicia-se na célula germinal feminina, antes mesmo da fecundação, e o espermatozoide só pode exercer a sua influencia mais tarde, muito depois de sua penetração no ovo. No momento da fecundação, diz CONCKLIN, « os potenciais hereditarios das duas células sexuais não são iguais: a polaridade, a simetria, o tipo de segmentação e o plano ou a posição e a proporção relativa dos orgãos futuros, são esboçados no citoplasma do ovo; as diferenciações das fases ultteriores do desenvolvimento serão apenas influenciadas pelo espermatozoide. Em outros termos, é o citoplasma do ovulo que determina as primeiras fases do desenvolvimento; os nucleos do ovulo e do espermatozoide não dirigem senão as diferenciações ultteriores ». A partir do momento da fusão das células germinais, isto é, da fecundação, o novo ser por elas constituído, com caracter particular e já individualizado, precisa alimentar-se, apropriando-se da substancia vitelina contida na célula feminina. A pouco e pouco vai estreitando as suas relações

com o meio materno, dele retirando os elementos indispensaveis ao seu desenvolvimento, — agua, oxigenio, sais e outros materiais imprescindiveis, — ao mesmo tempo que nele se subtrai das influencias externas, protegido pela temperatura estavel do corpo que o hospeda durante nove meses. Ali permanece por esse espaço de tempo, desenvolvendo-se, passando da fase ovular á fetal, sempre na sua dependencia intima quanto á alimentação e proteção.

No decurso da gestação a influencia materna sobre o feto é de grande importancia. A nutrição, a respiração, a circulação e as secreções fazem-se através do utero, no qual a placenta, como uma arvore cheia de raizes, serve de intermediario entre a mãe e o feto por um encadeamento de vasos vindos da mucosa maternal pela caduca e pelas vilosidades corio-alantodianas fetais. Vem depois ao mundo exterior, passando a receber da mãe o leite, os cuidados e carinhos, os ensinamentos quanto ás primeiras palavras, aos primeiros passos, aos primeiros pensamentos.

O espermatozoide mede, ao entrar no utero, 50 milsimos de milimetros ou sejam 50 micra sendo que 5 micra para a parte prociadora e os 45 micra restantes pertencentes á cauda vectora. O ovulo mede cerca de 20 micra. Após os nove meses de gestação, estes microscopicos elementos, ao sairem do utero, apresentam-se transformados na criança, medindo 50 centimetros de comprimento, em média. Como faz observar FISSE, para demonstrar o trabalho gigantesco produzido pelo organismo materno é fetal durante os nove meses de gestação, se se comparar por metros as proporções entre o micron e o milimetro, o milimetro sendo em relação ao metro o que o micron é ao milimetro, obtém-se para o comprimento de 50 milimetros um desenvolvimento de 500 metros! E esse colossal desenvolvimento fetal, referido, é feito á custa da mulher, como á sua custa

R e c e n s a t o K e l i ç o e d e E u g e n i a

se desenvolve até seis meses ou mesmo mais, graças ao leite que dela recebe.

Todas essas influencias femininas em relação á prole e á especie são bastante conhecidas; ha, entretanto, outras que passam despercebidas ao espirito dos estudiosos e observadores, em geral, como as que vamos expôr.

Considerando a idade média dos conjuges, verifica-se que os homens casam-se, via de regra, muito mais tarde que as mulheres, em média aos 26 anos e as mulheres aos 18. Assim sendo, resulta que em um seculo, mais ou menos, computam-se quatro gerações de homens que se uniram pelos laços do matrimonio, para 6 gerações de mulheres. Dá-se, pois, verdadeira « corrida de sexos », em que as mulheres, por se casarem mais cedo, ganhain sempre. Calcula-se que em 3.000 anos têm lugar 108 gerações (FOREL) e tendo em vista que as mulheres se casam em média aos 18 anos e os homens aos 26, casaram-se nesse espaço de tempo, 166 gerações de mulheres para 116 gerações de homens. Estes numeros evidenciam, claramente, a influencia da mulher em relação á especie humana.

A influencia da mulher, quer sob o ponto de vista ontogenetico, como filogenetico é, pois, superior á do homem, representando, perfeitamente, a garantia da especie contra a degeneração, como reservatorio conservador que é, enquanto o homem representa a centelha, o elemento evolucionista, por excellencia. *A hereditariedade, na minha opinião, firma-se mais no elemento feminino, ao passo que a força evolutiva, no elemento masculino.*

Pelo exposto fica evidenciada a importancia da mulher no tocante á conservação e melhoria da especie, e o quanto devemos esperar dela com relação aos ideais de GALTON, isto é, para o progresso somato-psiquico da humanidade.

SUPosição EUGENEA:

Ha erro, aliás, muito generalizado, de que se pretende pela Eugenia o absurdo de criar um escól de super-homens. A ciencia de GALTON não tem nem poderia ter esse quimérico escopo. O estado actual da ciencia não permite, nem de longe, alcançar ou mesmo pressupor semelhante finalidade especulativa. Estando fóra dos propósitos eugénicos a criação de super-homens, do mesmo modo está a idéia de desenvolver, além dos limites conhecidos, qualquer dos predicados ótimos encontrados em homens de destaque, sejam físicos ou intellectuais. A Eugenia definida por GALTON « a ciencia do aperfeiçoamento da raça, que se não limita apenas ás questões das uniões judiciosas mas que, particularmente no caso do homem, se occupa de todas as influencias suscetíveis de dar ás raças, melhor dotadas, maior numero de probabilidades para prevalecer sobre as raças menos boas » e cujos propósitos nada tem de teorico, não pretende transformar o matrimonio em um recurso zootecnico de apuramento racial nem subverter quaisquer dos atuais princípios sociais.

CONCLUSÕES:

De um modo geral poder-se-ia estabelecer como *deíderatum* da ciencia de GALTON constituir um maior numero possível de individuos equilibrados, de tipos normais (que se poderiam denominar « bem dotados »), realizando os seguintes itens:

1) Reduzir até eliminar, paulatinamente, por processos biológicos, os sub-normais e anormais, impedindo a reprodução de individuos que apresentam taras nervosas e anomalias físicas hereditarias.

2) Incentivar o orgulho pela verdadeira nobreza de estirpe, consubstanciada na beleza somatica e psiquica da familia, organizando arvores genealogicas ou *pedigree*.

- 3) Promover a união conjugal de « eugenizados » para fomentar a formação progressiva dos « bem dotados ».
- 4) Conservar, cuidadosamente fiscalizadas, as melhores mutações ou variações hereditárias.
- 5) Melhorar, progressivamente, as condições de meio e de educação.

Tais medidas, postas em pratica, de modo incessante e progressivo, darão, certamente, num futuro não muito remoto, evidentes resultados melhoristas; multiplicar-se-á em escala crescente o numero de tipos de mentalidade e de plasticidade superiores aos que atualmente são por exceção apregoados como os melhores, mesmo nos meios mais cultos.

O progresso racial, porém, terá limite, não podendo os caracteres selecionados ultrapassar certo nível. O mesmo se observa na seleção artificial de plantas e animais. Um criador logrará alcançar um tipo de carneiro de lã alvíssima e o mais que poderá e deverá ambitionar, uma vez atingido este aperfeiçoamento, será mantê-lo mediante os processos seletivos.

O mesmo que se observa com os caracteres superiores isolados, verifica-se em relação a um conjunto de caracteres superiores num mesmo individuo. Seria, talvez, possível, por processos artificiais de cruzamento, reunir em um individuo, após uma longa série de cruzamentos e no transcurso de seculos, caracteres otimos tais, que permitiria considerar esse individuo um tipo superior, integralmente perfeito. Assim como não é possível « construir » um *carater unidade novo*, superior aos melhores até hoje existentes, muito menos possível, está implicito, será reunir muitos desses caracteres em um mesmo individuo. Para concluir estas considerações transcrevo o que a respeito diz CONKLIN: « Feliz ou infelizmente, os metodos empregados pelos criadores não podem ser applicados do mesmo modo ao homem. Aos criadores é pos-

sível conservar, para a reprodução, apenas os melhores tipos, o que, certamente, é indispensavel para orientar a evolução num sentido definido. Se não se eliminam em cada geração senão os tipos realmente pessimos, mantem-se, simplesmente, a raça em seu nível médio; quanto mais severa fôr a eliminação, mais se converterá em um fator orientador da evolução. No caso do homem, entretanto, o eugenista, mesmo o mais entusiasta, nunca poderá impedir a reprodução de todos os tipos humanos, deixando que só se reproduzam os melhores. Limitando-se a eliminar os tipos máus, conclue-se que tudo o que poderá realizar, praticamente, será manter a raça no seu tipo medio atual. Não se pode esperar que a sociedade só se conserve para a reprodução das melhores linhagens, e o mais que se poderá almejar, neste sentido, é que a grande maioria mediocre venha a impedir a reprodução da pequena minoria de individuos pessimos. O espirito dominante opõe, presentemente, aos propositos dos eugenistas radicais outras objeções, talvez, ainda mais sérias. Ainda mesmo no sentido louvavel de produzir uma raça de super-homens, a humanidade nunca consentirá, provavelmente, que fique reduzida á mortalidade dum campo de criação, com desprezo completo do casamento e da monogamia. O selecionador de galinhas, de coelhos e de outros animais sabe bem a diferença da reprodução *controlada* entre os animais; entre os homens fica-se na dependencia da vontade deles » (*).

As dificuldades para realizar a seleção humana, segundo os processos zootecnicos, são, pois, evidentes. Mas quem poderá afirmar que o sejam futuramente? Entre as dificuldades assinaladas para a realização do ideal eugenico *integral*, figuram, além das citadas, as seguintes:

(*) Estas linhas foram escritas ha pouco mais de dez anos e com o advento da politica racista de Hitler fica-se propenso a admitir que a ideologia eugenica tendo dado um grande passo á frente abriu novas possibilidades á hominicultura.

a) o conceito actual da moralidade; b) a ausencia do ideal uniforme; c) a descontinuidade nos propositos selectivos; d) a difficuldade de obter tipos puros ou homozigotos.

Convenm esclarecer que são estes os empecilhos que se antepõem á realização do *grande ideal galtoniano* de criar o escol de homens num lapso de tempo relativamente curto. Deve-se salientar que o tempo, em relação á especie, precisa ser medido por unidade de seculos e não de anos, para chegar ao aperfeiçoamento, mesmo relativo, dos caracteres somato-psíquicos. A possibilidade de melhorar, paulatinamente, as raças é absolutamente real e atingivel pela profilaxia das doenças, pelo combate ás intoxicações euforísticas, pelos cuidados puericolas, pelo exame pre-nupcial e por outras medidas que concorrem para evitar a proliferação de degenerados e de tarados. No correr dos tempos, elevar-se-á, de modo notavel, o nivel médio global do estado físico e mental da especie, afirmação que ninguém poderá pôr em duvida. O proprio autor do trecho anteriormente citado é deste parecer, porque apesar de todas as difficuldades que se oferecem ao eugenista, não duvida que poderá alcançar resultados satisfatorios, embora se limitando apenas a impedir a reprodução dos tipos de homens inferiores.

Como remate, e para deixar claro o nosso pensamento, diremos:

a) a eugenia considera de muito mais valor as influencias hereditarias do que as do meio;

b) é possível melhorar, sensivelmente, o estado físico e mental dos homens, pela pratica dos meios propostos pela eugenia positiva, preventiva e negativa;

c) mesmo com os recursos eugenicos actuais de defesa racial, conseguir-se-á elevar o gráu da mentalidade humana, dentro de certo tempo, pelo menos nos países civilizados, nos quais esta mentalidade, considerada em re-

lação a milhões de individuos, é comparavel á dos barbaros ou dos selvagens;

d) é lenta a evolução natural da especie para o progresso, bem como a propria seleção pelos recursos eugenicos da ciencia, até atingir um estado homogenico, superior ao estado da grande massa humana presente;

e) no estado actual da ciencia, não é possível melhorar os « caracteres-unidades » superiores existentes isoladamente, muito menos criar tipos humanos superiores-normais, com esses caracteres em conjunto.

Anexo II

CARVALHO, Bulhões de. "Estatística dos tarados" (trabalho apresentado), in: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1929. pp. 225-264.

BULHÕES DE CARVALHO

Estadística dos Tarados no Brazil

(Cegos, surdos-mudos, debeis mentaes e atrazados,
epilepticos, toxicomanos, alienados, vagabundos)

Contribuição da Directoria Geral de Estatística para
o estudo da these 38, formulada no programma do Primeiro
Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no Rio de Ja-
neiro, de 30 de Junho a 7 de Julho de 1929 — Centenario
da Academia Nacional de Medicina

Sem a auctoridade de especialista, unicamente para attender ao honroso convite do eminente Mestre, Professor Miguel Couto, accitei o encargo de relatar, ou, antes, summariar os itens da these referente á *Estatística dos tarados no Brazil*, apreciando ou analysando apenas os elementos numericos que possam de alguma sorte esclarecer o problema eugenico no territorio brasileiro.

Para methodizar a exposição do assumpto, tratarei da materia no triplice ponto de vista historico, estatistico e, finalmente, descriptivo, quanto aos resultados colligidos nos inqueritos censitarios.

RESUMO HISTORICO

Foi no primeiro Congresso Internacional de Estatística, reunido em Bruxellas em 1853, que surgiu a idéa de incluir entre os quesitos do censo da população as indagações concernentes ás doenças e enfermidades apparentes, isto é, a estatística dos cegos, dos surdos-mudos, dos alienados (em domicilio e em estabelecimentos publicos ou particulares) e dos cretinos. Sete annos depois, o quarto congresso, realizado em Londres em 1860, restringiu á cegueira e á surdo-mudez as informações censitarias relativas aos defeitos phisicos.

Os congressos de estatística reunidos em Paris (1855), Vienna (1857), Berlim (1860), Florença (1867), Haya (1869), não modificaram as resoluções approvadas nas assembléas de Bruxellas e de Londres. Em 1872, a reunião effectuada em S. Petersburgo incluiu, entre as in-

formações consideradas necessárias ao censo da população, a cegueira, a surdo-mudez, o idiotismo, o cretinismo e a alienação mental, contrariamente ao parecer de Semenow e Maksheew, que opinaram que só deviam ser objecto de indagação censitaria as duas primeiras enfermidades, conforme recommendára a assembléa internacional de 1860.

Em 1897, na sua sessão realizada na antiga capital da Russia o Instituto Internacional de Estatistica confirmou o voto approved pelo Congresso reunido 25 annos antes, na mesma cidade, considerando necessarias, além das respostas aos dous quesitos referentes á cegueira e á surdo-mudez, outras pesquisas sobre varias especies de imperfeição organica — idiotismo, cretinismo e alienação mental — tendo já, anteriormente, na primeira sessão (1887), prescripto alguns detalhes considerados indispensaveis para que a estatistica dos deficientes fosse bastante elucidativa. Na sessão effectuada em Paris em 1909, lembrou o Instituto a conveniencia de, nos recenseamentos demographicos, serem feitas indagações supplementares quanto aos cegos, mediante um questionario especial, preenchido por um médico, sempre que fosse possível.

Não obstante a auctoridade dessa resolução, até agora em vigor, não tem sido, na pratica, uniforme e regularmente adoptada na maior parte dos paizes, procedendo da mesma fórma o Brazil em 1920, contrariamente ao que havia feito em 1872, 1890 e 1900.

Poucos paizes, dentre os quaes a Dinamarca (1921), a Noruega, Portugal e a Hungria (1920), incluíram nas indagações referentes aos defeitos phisicos as tres alludidas especies de demencia (idiotismo, cretinismo e alienação mental). Assim procedeu tambem a Inglaterra em 1911, mas não adoptou analoga pratica em 1920, restringindo o inquerito sobre os defeitos phisicos aos cegos e surdos-mudos. Os Estados Unidos fizeram, em 1910, apenas o arrolamento dos cegos, excluindo no recenseamento de 1920 a pesquisa relativa á cegueira e á surdo-mudez.

O recenseamento levado a effeito no Brazil em 1872 formulou um quesito sobre as enfermidades apparentes, comprehendendo nessa indagação não só os cegos, surdos-mudos, alienados e dementes, como tambem os aleijados. O inquerito realizado 18 annos depois, em 1890, incluiu no seu questionario uma informação semelhante quanto aos defeitos phisicos apparentes (cégos, surdos-mudos, surdos, idiotas e aleijados), prescrevendo as instrucções do censo fossem arrolados separadamente os surdos e os surdos-mudos. O termo «demente» foi substituido pela palavra idiota, supprimindo-se a pergunta referente aos alienados, por se considerar curavel este estado morbido, — alterações inteiramente dispensaveis e prejudiciaes no ponto de vista censitario. O recenseamento de 1900 colheu tambem informações sobre os cegos, surdos-mudos e idiotas. Finalmente, o recenseamento de 1920 apurou tão sómente informações concernentes aos cegos e surdos-mudos.

Deste historico, facil é deduzir, quanto ao Brazil, que não houve a necessaria systematisação ou harmonia nos alludidos inqueritos, o que forçosamente prejudicará ou impossibilitará a vantajosa comparação dos resultados apurados nas quatro differentes épocas.

Elementos estatísticos

No que diz respeito aos cegos e surdos-mudos, conquanto não seja perfeitamente uniforme a collecta dos algarismos censitarios, apurados nos varios Estados do Brazil, pôde-se pelos elementos constantes das estatísticas ter uma idéa approximada da distribuição numerica da cegueira e surdo-mudez em todo territorio nacional.

Quanto aos demais tarados ou anormaes, incluídos no texto da these (debeis mentaes, epilepticos, toxicomanos, alienados e vagabundos), sómente as estatísticas de assistencia, repressão e previdencia poderão fornecer os dados necessarios para avaliar, approximadamente, o numero de taes individuos regionalmente domiciliados no Brazil.

Em relação aos primeiros (debeis mentaes, epilepticos, toxicomanos e alienados), as estatísticas de assistencia referentes aos hospícios, manicômios e casas de saude de molestias nervosas poderão de algum modo esclarecer o assumpto, pelo registro relativo ao movimento dos doentes, segundo as especies morbidas e os característicos individuaes. Em relação aos ultimos (vagabundos), sómente as estatísticas da policia ou segurança pública poderiam fornecer indicações mais ou menos aproveitaveis sob o ponto de vista que se procura elucidar com o auxilio de numeros indices ou representativos, na falta de elementos censitarios, mais verdadeiros ou exactos. Infelizmente, por inexistencia e sobretudo por falta de uniformidade na organização das estatísticas policiaes, é muito difficil, senão impossivel, estimar, por um calculo approximado, o numero de individuos reconhecidamente vagabundos ou desoccupados, o que só algarismos perfeitamente definidos poderiam determinar com alguma precisão. O ultimo recenseamento, realizado no Brazil em Setembro de 1920, registrou, excluídos os menores de 0 a 14 annos, o total de 8.396.418 habitantes de 15 e mais annos, cuja profissão era ignorada ou não tinham profissão, mas certamente a grande maioria desses individuos não era constituida por desoccupados habituaes ou vagabundos no sentido pejorativo da palavra.

Procurando, portanto, estudar os resultados apurados pelas estatísticas de accôrdo com o criterio ora estabelecido, começarei a analyse dos algarismos, apreciando os dados numericos que mais se approximam da verdade e do melhor modo a evidenciam.

Cegos e surdos-mudos

Relativamente á cegueira e á surdo-mudez, os elementos censitarios colligidos em 1920 esclarecem bastante a composição eugénica da população do Brazil quanto ao numero e característicos dos habitantes anormaes, invalidados ou infelicitados por aquelles dous defeitos phisicos. Sendo de data recente a analyse dos numeros da alludida estatística, torna-se desnecessario um novo estudo dos resultados verificados no censo de 1920, limitando-me, por isso, a reproduzir o que já foi publicado oficialmente pela Directoria Geral de Estatística.

POPULAÇÃO SEGUNDO OS DEFEITOS PHYSICOS

Cegueira e surdo-mudez

Ao commentar os algarismos do recenseamento do Districto Federal, (1), já teve ensejo a Directoria Geral de Estatistica de mencionar o que haviam decidido os Congressos de Estatistica em relação ao censo dos defeitos physicos, o que torna desnecessario reproduzir agora o historico das decisões tomadas por aquellas assembléas internacionaes. Convem assignalar, entretanto, que o Congresso de São Petersburgo, realizado em 1872, ao contrario do que havia resolvido o Congresso de Londres em 1860, — restringindo á cegueira e á surdo-mudez o questionario referente aos defeitos physicos, — ampliou a orbita das indagações, considerando necessarias, além das respostas áquelles dous quesitos, outras pesquisas sobre varias especies de imperfeição organica — idiotismo, cretinismo e alienação mental, — o que foi posteriormente confirmado pelo *Instituto Internacional de Estatistica*, na sua sessão effectuada, 25 annos depois, na antiga capital da Russia.

Não obstante a auctoridade dessa resolução, até agora em vigor, não tem sido, na pratica, uniforme e regularmente adoptada na maior parte dos paizes, procedendo da mesma fórma o Brazil em 1920, contrariamente ao que havia feito em 1872, 1890 e 1900.

Poucos paizes, dentre os quaes a Dinamarca (1921), a Noruega, Portugal e a Hungria (1920), incluíram nas indagações referentes aos defeitos physicos as três alludidas especies de demencia (idiotismo, cretinismo e alienação mental). Assim procedeu tambem a Inglaterra em 1911, mas não adoptou analoga pratica em 1920, restringindo o inquerito sobre os defeitos physicos aos cegos e surdos-mudos. Os Estados Unidos fizeram, em 1910, apenas o arrolamento dos cegos, excluindo no recenseamento de 1920 a pesquisa relativa á cegueira e á surdo-mudez.

De accordo com a opinião de Block, que considera a cegueira e a surdo-mudez as mais importantes enfermidades apparentes, e tambem de conformidade com o parecer de Semenow e Makshéew, que opinaram, em 1872, só deviam ser objecto de indagação obrigatoria os dous alludidos defeitos physicos, — conforme fôra recommendado em 1860, seguiu a Directoria Geral de Estatistica a pratica mais corrente n'outros paizes (Inglaterra, França, Allemanha, Austria, Italia, Belgica, Hollanda, Suecia, Estados Unidos e Argentina); entendendo, como Levasseur, que aos asylos de alienados compete o inquerito sobre as varias especies de demencia, por serem muito mais precisas as informações desses estabelecimentos de assistencia no que diz respeito aos individuos anormaes e imperfeitos, embora nem sempre os resultados obtidos representem a verdadeira medida da alienação mental.

(1) Recenseamento realizado em 1 de Setembro de 1920. — População do Rio de Janeiro — (Districto Federal) — Volume II (1ª parte), pags. CXIII e CXIV, 1923.

Numero de cegos e surdos-mudos no Brazil

Não tendo sido publicadas as informações sobre os cegos e surdos-mudos, recenseados nos Estados em 1890, limitar-se-á o confronto dos algarismos censitários sómente aos resultados colligidos em 1872, 1900 e 1920.

Segundo os elementos apurados nesses inqueritos, são estes os numeros absolutos e relativos, verificados nas duas especies de defeitos physicos:

ANNOS	NUMEROS ABSOLUTOS						NUMEROS RELATIVOS EM 10.000 HOMENS, EM 10.000 MULHERES E EM 10.000 HABITANTES, QUANTOS					
	Cegos			Surdos-Mudos			Cegos			Surdos-Mudos		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
1872.....	9.469	6.379	15.848	7.157	4.423	11.595	18,12	13,05	15,67	13,70	9,08	11,47
1900.....	10.250	8.563	18.813	4.224	3.137	7.361	11,51	10,09	10,86	4,78	3,70	4,25
1920.....	16.113	13.761	29.871	14.525	11.629	26.214	10,43	9,06	9,75	9,41	7,69	8,56

Resalta do confronto ora feito a diminuição progressiva do numero de cegos, tanto no sexo masculino como no sexo feminino, nas tres épocas comparadas, o que não se verifica, entretanto, em relação aos surdos-mudos, mais numerosos em 1920 do que em 1900. Esta divergencia nos resultados dos dous ultimos censos não encontra razoavel explicação senão na deficiencia já demonstrada dos algarismos referentes ao inquerito de 1900. Além disso, a falta de uniformidade no registro dos surdos-mudos acarreta não raramente o exaggero do numero delles, pela indevida inclusão entre esses individuos, congenitamente imperfeitos, dos que pela idade, doença, ou circumstancia diversas, tornaram-se surdos ou perderam o uso da palavra. Vem a proposito repetir aqui a observação já feita ao analysar os resultados do recenseamento do Districto Federal no tocante á cegueira e á surdo-mudez. «Não levando em conta o abuso das aspas para supprir as declarações por extenso (*sim* ou *não*), conforme exige o questionario da lista de familia, a falta de uniforme e exacta interpretação nas respostas dadas aos quesitos sobre os defeitos physicos, sobretudo em relação á surdo-mudez, torna os algarismos algum tanto suspeitos de exaggero no recenseamento de 1920.

Para corrigir semelhante pratica na collecta dos elementos censitários, em futuros recenseamentos, convem estabelecer categoricamente, nas instrucções do censo, a obrigação dos recenseadores verificarem a regularidade no preenchimento dos quesitos é, tanto quanto possível, a veracidade das respostas dadas em cada lista de familia, antes de recolherem estes boletins e tomarem os seus apontamentos nas respectivas cadernetas. Assim, ao lado de maior perfeição no inquerito, se evi-

tará também o emprego improprio de aspas, confundindo na mesma especie um simples surdo com um individuo congenitamente surdo-mudo, ou illetrado com pessoas de mais elevado gráo de instrucção e até mesmo graduadas em varias profissões, além de muitas outras irregularidades ou erros de registro.

• Distribuição regional da cegueira no Brazil

A distribuição proporcional dos cegos nos varios Estados do Brazil demonstra que a cegueira é mais notavel no norte que no sul do paiz, — o que revelam claramente os dados censitarios de 1872 e 1920, não merecendo igual confiança, pela deficiencia do censo, os numeros relativos de 1900. Em 10.000 habitantes, as mais elevadas taxas proporcioneas se verificam, geralmente, em 1920, na zona septentrional, conforme indica a comparação dos coefficients na ordem decrescente: Maranhão (16,72) Ceará (15,16); Piauhy (15,04); Parahyba do Norte (15,01); Rio Grande do Norte (14,11); Sergipe (13,18); Goyaz (13,09); Bahia (12,94); Alagôas (12,67); Districto Federal (10,74); Matto Grosso (10,38); Pernambuco (9,85); Pará (9,84); Minas Geraes (8,70); Santa Catharina (8,57); Amazonas (8,37); Paraná (7,34); Rio de Janeiro (6,99); São Paulo (6,11); Espirito Santo (5,69) e Rio Grande do Sul (5,34).

No recenseamento realizado em 1872, exceptuados os Estados centraes de Matto Grosso e Goyaz e os Estados sulinos de São Paulo, Santa Catharina e Espirito Santo, onde foram assás notaveis os coefficients da cegueira, por circumstancias provavelmente conhecidas (28,47; 25,81; 22,65; 22,34 e 17,78 — respectivamente) (2), nos demais Estados não varia muito a escala decrescente dos indices da cegueira, ao norte e ao sul, comparativamente com o que foi apurado em 1920, como é facil verificar pela ordem seguinte da classificação dos Estados: Maranhão (22,38); Ceará (18,72); Parahyba do Norte (18,15); Pará (17,55); Bahia (16,11); Pernambuco (14,49); Alagôas (13,74); Piauhy (13,69); Minas (13,42); Districto Federal (13,38); Rio Grande do Sul (12,82); Sergipe (12,70); Rio Grande do Norte (11,71); Rio de Janeiro (10,19); Paraná (9,15) e Amazonas (7,46).

A notavel quantidade relativa de cegos no Districto Federal, em 1872, 1890 e 1920 (13,38; 14,87 e 10,74, respectivamente), explica-se, talvez, por ser a cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica, a mais procurada no Brazil pelos que soffrem da vista, quer com o intuito de melhora-la, quer para o internamento em asylos apropriados.

Revelam, finalmente, as taxas proporcioneas dos censos de 1872 e 1920 a relativa raridade dos cegos no Estado do Amazonas (7,46, por 10.000 habitantes, em 1872, e 8,37, por 10.000 hab., em 1920), o que parece indicar, além do autochthonismo da população, serem a syphilis e outras causas da cegueira mais raras naquelle Estado do que nas outras zonas septentrioneas.

(2) Em 1900, os coefficients dos mesmos Estados baixaram a 15,08; 9,32; 6,14; 11,52 e 11,14 respectivamente, em Matto-Grosso, Goyaz, Santa Catharina, Espirito Santo e S. Paulo.

As relações quantitativas revelam ainda que os cegos são no Brazil, mais numerosos na população masculina do que na feminina, attingindo, em 1920, a 10,43 em 10.000 homens e a 9,06 em 10.000 mulheres, coefficients mais baixos que os verificados em 1872 (18,12 cegos e 13,05 cegas, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres. O mesmo ocorre em relação a cada um dos Estados, excluido o do Espirito Santo, variando os numeros relativos, em 1920, entre o maximo de 18,01 cegos para 15,49 cegas, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, no Maranhão, e o minimo de 5,58 cegos para 5,80 cegas, por 10.000 homens e 10.000 mulheres, no Espirito Santo, onde são quasi equivalentes as relações da cegueira entre os dous sexos.

Coefficientes dos cegos e surdos-mudos nos Estados do Brazil, em 1872, 1900 e 1920, segundo o sexo

ESTADOS	EM 10.000 HOMENS, EM 10.000 MULHERES E EM 10.000 HABITANTES																	
	1872						1900 (1)						1920					
	Cegos			Surdos-Mudos			Cegos			Surdos-Mudos			Cegos			Surdos-Mudos		
	II	M	T	II	M	T	II	M	T	II	M	T	II	M	T	II	M	T
Alagoas.....	16,02	11,46	13,74	3,80	2,06	2,92	16,57	14,20	15,42	2,91	2,31	2,62	13,92	11,47	12,67	4,28	3,14	3,70
Amazonas.....	7,63	7,27	7,46	5,68	2,68	3,99	19,03	15,12	17,26	4,98	3,89	4,48	8,77	7,91	8,37	4,28	2,87	3,63
Bahia.....	16,64	15,54	16,11	9,73	8,68	9,23	13,13	12,96	13,05	2,18	1,63	1,90	13,77	12,14	12,94	5,38	3,53	4,44
Ceará.....	23,12	14,19	18,72	10,50	7,08	8,81	18,10	18,08	18,09	4,70	1,84	3,25	15,78	14,58	15,16	4,71	3,48	4,07
Distrito Federal.....	13,60	13,06	13,36	8,25	6,71	7,60	17,47	11,53	14,87	3,41	2,10	2,83	11,16	10,29	10,74	11,63	9,72	10,71
Espirito Santo.....	24,12	11,31	17,78	6,51	2,46	4,50	11,90	10,94	11,44	6,41	4,87	5,67	5,58	5,80	5,69	4,26	3,60	3,94
Goyaz.....	34,35	17,24	25,81	56,25	33,98	45,14	9,47	9,18	9,32	11,19	12,71	11,95	14,22	11,93	13,09	56,99	51,03	54,05
Maranhão.....	23,05	21,71	22,38	11,91	5,19	8,54	14,59	12,55	13,56	1,38	1,39	1,38	18,01	15,49	16,72	6,76	4,76	5,74
Matto Grosso.....	15,73	20,49	28,47	30,67	22,23	26,65	14,38	15,69	15,06	18,40	18,89	18,64	11,72	8,81	10,38	23,06	21,94	22,55
Minas Geraes.....	15,81	10,89	13,42	24,32	17,69	21,09	10,64	9,22	9,95	9,51	7,38	8,47	9,50	7,87	8,70	17,52	15,02	16,29
Pará.....	21,19	13,64	17,55	11,23	5,73	8,57	19,56	16,88	18,26	6,30	3,72	6,02	10,07	9,61	9,84	3,78	3,04	3,42
Parabyba do Norte.....	20,15	16,12	18,15	9,31	5,37	7,36	4,22	3,57	3,89	0,41	0,20	0,31	15,64	14,42	15,01	5,68	4,67	5,16
Pernambuco.....	11,88	6,30	9,15	18,67	9,69	14,28	13,73	8,98	11,43	12,96	9,29	11,19	8,55	6,04	7,34	18,81	15,13	17,03
Pernambuco.....	16,26	12,64	14,49	5,88	4,09	5,00	14,66	13,02	13,94	2,03	1,59	1,81	10,41	9,30	9,85	2,68	2,40	2,54
Piauhy.....	16,90	10,41	13,69	5,32	3,72	4,53	4,02	1,57	2,81	0,83	0,30	0,57	16,43	13,67	15,04	6,93	4,58	5,75
Rio de Janeiro.....	11,31	8,85	10,19	4,93	3,67	4,36	11,68	9,55	10,64	3,62	2,34	2,99	7,62	6,34	6,99	3,83	2,81	3,34
Rio Grande do Norte.....	13,16	10,20	11,71	6,37	4,19	5,30	6,35	5,63	5,98	1,27	1,21	1,24	14,73	13,53	14,11	5,41	5,32	5,36
Rio Grande do Sul.....	15,07	10,37	12,82	12,88	6,50	9,82	8,61	7,21	7,92	4,47	4,07	4,27	6,00	4,67	5,34	8,81	6,80	7,82
Santa Catharina.....	26,12	18,44	22,34	41,89	10,55	26,47	12,32	10,71	11,52	5,01	3,72	4,37	10,21	6,87	8,57	8,33	7,75	8,04
São Paulo.....	28,69	16,08	22,65	16,18	9,45	12,96	7,25	4,94	6,14	3,13	2,34	2,75	6,70	5,48	6,11	6,33	5,35	9,86
Sergipe.....	15,97	9,61	12,70	3,25	0,91	2,05	12,56	13,64	13,66	1,11	1,35	1,24	14,56	11,93	13,16	5,26	3,57	4,38
Territorio do Acre.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,54	5,29	2,92	1,71	2,06	1,84
BRAZIL.....	18,12	13,05	15,67	13,70	9,93	11,47	11,61	10,09	10,86	4,76	3,74	4,25	10,43	9,66	9,75	9,11	7,69	8,56

(1) Não apparecem no confronto os algarismos do recenseamento de 1900, por não terem sido publicadas essas informações na parte concernente aos Estados. (2) Resultados do recenseamento de 1890, por ter o Governo ordenado o cancelamento do inquerito de 1900, na parte referente ao Distrito Federal; não tendo o recenseamento municipal de 1900 incluído no seu questionario nenhum quesito sobre os defeitos phisicos.

O territorio do Acre constitue, porém, uma excepção á regra geral, sendo nelle mais numerosos as cegas do que os cegos (1,54 do sexo masculino contra 5,29 do sexo feminino, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres).

Os algarismos censitarios de 1872 e 1900 confirmam o facto verificado em 1920, sendo em geral mais elevados os numeros proporcionaes.

Em 1872, sómente o Estado do Amazonas apresenta menores taxas comparativamente com as de 1920 (7,63 cegos e 7,27 cegas, contra 8,77 cegos e 7,91 cegas, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres); oscillando os coefficients maximos e minimos entre os extremos de 35,73 e 7,63 cegos por 10.000 homens, nos Estados de Matto Grosso e Amazonas, e de 21,71 e 6,30 cegas, por 10.000 mulheres, nos Estados do Maranhão e Paraná.

Em 1900, devido a notaveis deficiencias do censo, são mais accentuadas as divergencias dos algarismos desse inquerito com os colligidos em 1920, figurando os Estados de Goyaz, Maranhão, Matto Grosso, Parahyba do Norte, Piauhy, Rio Grande do Norte e Sergipe com numeros relativos inferiores aos apurados na ultima operação censitaria. Exceptuado, porém, o Estado de Matto Grosso, onde revelam os indices quantitativos maior numero de cegas do que de cegos (15,80 contra 14,38, em 10.000 mulheres e em 10.000 homens), nos demais Estados é uniforme a predominancia da cegueira no sexo masculino, variando os coefficients maximos e minimos entre os extremos de 19,56 e 4,02 cegos, em 10.000 homens, nos Estados do Pará e Piauhy, e 18,08 e 1,57 cegas, em 10.000 mulheres nos Estados do Ceará e Piauhy.

Distribuição regional da surdo-mudez no Brazil

No que diz respeito á surdo-mudez, revelam todos os inqueritos censitarios realizados no Brazil maior numero de surdos-mudos no sexo masculino, indicando os numeros relativos, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, os seguintes algarismos: 13,70 surdos-mudos e 9,08 surdas-mudas, em 1872; 4,78 surdos-mudos e 3,70 surdas-mudas, em 1900; 9,41 surdos-mudos e 7,69 surdas-mudas, em 1920.

Em todos os Estados, inclusive o Districto Federal e excluido apenas o Territorio do Acre, são os surdos-mudos, em 1920, mais numerosos no sexo masculino do que no sexo feminino, encontrando-se, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, as maiores e as menores proporções nos Estados de Goyaz e Pernambuco (56,99 surdos-mudos e 51,03 surdas-mudas, no primeiro, e 2,68 surdos-mudos e 2,40 surdas-mudas, no segundo).

Analogia relação se verifica tambem no recenseamento de 1872, variando os coefficients entre o maximo de 56,26 homens surdos-mudos para 39,98 mulheres surdas-mudas, por 10.000 habitantes, em Goyaz, e o minimo de 3,25 homens surdos-mudos e 0,91 mulheres surdas-mudas, por 10.000 habitantes, em Sergipe.

Em 1900, embora menos concordantes os numeros relativos com os apurados em 1872 e 1920, indicam, entretanto, identica predominancia dos surdos-mudos no sexo masculino, fazendo apenas excepção á regra geral os Estados de Goyaz, Maranhão, Matto Grosso e Sergipe, o que se deve attribuir á já alludida imperfeição desse inquerito.

Excluido o Territorio do Acre, onde é exigua a quantidade proporcional dos surdos-mudos (1,84 em 10.000 hab.), e os Estados centraes de Goyaz e Matto Grosso, onde assignalam os numeros relativos notavel proporção desses individuos anormaes (54,05 e 22,55, respectivamente, por 10.000 habitantes), não se observa nos outros Estados, em 1920, accentuada preferencia na distribuição regional da surdo-mudez, oscillando os coefficients por 10.000 habitantes entre o maximo de 17,03, surdos-mudos, no Paraná, e o minimo de 2,54 surdos-mudos, em Pernambuco. Nos Estados do Norte, encontram-se as mais elevadas taxas no Piauhy (5,75 surdos-mudos), no Maranhão (5,74), no Rio Grande do Norte (5,36) e na Parahyba do Norte (5,16). Nos Estados do Sul, avultam os coefficients no Paraná (17,03), em Santa Catharina (8,04), no Rio Grande do Sul (7,82) e em São Paulo (5,86). Em 1872, os indices numericos mantêm, mais ou menos, a mesma relação em confronto com os apurados em 1920, observando-se o augmento dos Algarismos proporcioneaes tanto nos Estados do Norte como nos do Sul, e mantendo-se, igualmente, o exaggero dos coefficients dos surdos-mudos nos Estados centraes, sobretudo em Goyaz e Matto Grosso, o que tambem ocorreu no ultimo censo realizado no Brazil.

Os coefficients dos surdos-mudos, por 10.000 habitantes, no Districto Federal (10,71, em 1920, e 7,60, em 1872) e no Estado do Paraná (17,03, em 1920, e 14,28, em 1872) não encontram explicação satisfactoria, mesmo levando em conta, em relação ao primeiro, o facto de existir nesta capital um estabelecimento apropriado á educação e recolhimento dos individuos affectados de surdo-mudez; parecendo mais razoavel attribuir o exaggero dos numeros relativos á imperfeição dos dados censitarios pelos motivos já anteriormente expostos.

A cegueira nas capitaes dos Estados

— Os indices numericos da cegueira, em 1920, são nas capitaes do Brazil mais ou menos approximados e geralmente inferiores aos verificados nos respectivos territorios estaduaes, observando-se o contrario apenas nas cidades de Manáos, Cuyabá, Victoria, Curityba, Natal, Florianopolis e Aracajú, nas quaes os numeros relativos são comparativamente maiores do que os verificados em todo o Estado, sobretudo na segunda cidade (24,35 cegos por 10.000 habitantes, na capital, contra 10,38 cegos por 10.000 habitantes, no Estado de Matto Grosso), e em São Luiz, onde, ao inverso, são muitissimo menores as quantidades relativas, cerca de metade do coefficiente apurado em todo o Estado do Maranhão (8,50 cegos por 10.000 habitantes, na capital, contra 16,72 cegos por 10.000 habitantes, no Estado).

Ao contrario do que se observa em 1920, são geralmente, em 1872, mais elevados nas capitães do Brazil os coefficients da cegueira, figurando com taxas inferiores ás encontradas nos respectivos Estados apenas as cidades de Goyaz, Cuyabá, Natal, Therezina, Florianopolis e Aracajú, das quaes, entretanto, sómente duas (Goyaz e Cuyabá) apresentam vantajosa differença nos numeros relativos (17,22 cegos, por 10.000 habitantes, na primeira capital, contra 25,81, no respectivo Estado; 20,84 cegos, por 10.000 habitantes, na segunda capital, contra 28,47 cegos, por 10.000 hab., em todo o Estado de Matto Grosso).

A analyse dos algarismos censitários de 1920 revela ainda que os numeros relativos da cegueira feminina nas capitães do Brazil, contrariamente aos coefficients verificados nos varios Estados, são mais elevados, em cerca da metade daquellas cidades, do que as relações correspondentes ao sexo masculino, o que se observa menos accentuadamente, em 1872, nas cidades de Fortaleza, Victoria, Recife e Niteroy.

A surdo-mudez nas capitães dos Estados

— No que concerne aos surdos-mudos, sómente seis capitães (Fortaleza, Victoria, Bello Horizonte, Belém, Recife e Florianopolis), assignalam, em 1920, maior numero relativo desses individuos no sexo feminino, não apresentando, entretanto, grande differença os coefficients apurados para os dous sexos. Apenas em quatro capitães (Manãos, Victoria, Goyaz e Cuyabá), são as taxas proporçionaes superiores ás encontradas nos respectivos Estados, evidenciando-se mais notavelmente os indices numericos das duas ultimas (57,79 surdos-mudos do sexo feminino e 72,42 surdos-mudos do sexo masculino, por 10.000 mulheres e 10.000 homens, na capital de Goyaz, contra 56,99 do sexo masculino e 51,03 do sexo feminino, por 10.000 homens e 10.000 mulheres, na totalidade do mesmo Estado; 41,19 surdos-mudos do sexo feminino e 66,30 surdos-mudos do sexo masculino, por 10.000 mulheres e 10.000 homens, na capital de Matto Grosso, contra 23,06 do sexo masculino e 21,94 do sexo feminino, por 10.000 homens e 10.000 mulheres, na totalidade do mesmo Estado).

Em 1872, tão sómente em duas capitães (Fortaleza e Parahyba) se verifica, proporçionalmente, maior coefficiente de surdos-mudos no sexo feminino, taxa, aliás apreciavel apenas na primeira cidade (4,18 surdos-mudos contra 13,86 surdas-mudas, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres), e quasi identica á do sexo masculino na segunda (5,87 surdos-mudos contra 6,26 surdas-mudas, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres). São, entretanto, mais numerosas em 1872 do que em 1920 as capitães que apresentam maiores coefficients de surdo-mudez do que os encontrádos nos respectivos Estados (Macció, São Salvador, Fortaleza, Goyaz, São Luiz, Curityba, Recife, Therezina e Aracajú), destacando-se no confronto apenas o coefficiente da cidade de Goyaz (53,76 surdos-mudos, por 10.000 habitantes, na capital, contra 45,14 surdos-mudos em 10.000 habitantes, no Estado).

Coefficientes dos cegos e surdos-mudos nas Capitães dos Estados do Brazil, em 1872 e 1920, segundo o sexo

ESTADOS	CAPITAES	EM 10.000 HOMENS, EM 10.000 MULHERES E EM 10.000 HABITANTES											
		1872 (1)						1920					
		Cegos			Surdos-Mudos			Cegos			Surdos-Mudos		
		H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Alagoas.....	Maceió.....	22,58	19,32	20,94	5,10	2,15	3,61	15,49	8,87	11,87	2,98	2,96	2,97
Amazonas.....	Mauós.....	11,28	9,61	10,57	4,16	3,20	3,75	9,16	9,61	9,38	4,07	3,84	3,96
Bahia.....	São Salvador.....	20,14	18,82	19,52	13,23	12,93	13,09	8,40	10,97	9,77	2,88	2,78	2,82
Ceará.....	Fortaleza.....	25,00	27,73	26,85	4,18	13,86	8,95	13,36	16,10	14,90	1,16	1,36	1,27
Espirito Santo.....	Victoria.....	19,24	20,33	19,81	6,41	1,20	3,71	4,66	13,47	9,15	6,52	7,19	6,86
Goyaz.....	Goyaz.....	21,30	12,90	17,22	58,83	48,39	53,76	12,39	9,32	10,84	72,42	57,79	65,02
Maranhão.....	São Luiz.....	28,57	27,19	27,84	12,62	6,04	9,18	9,43	7,71	8,50	2,87	2,10	2,46
Matto Grosso.....	Cuyabá.....	25,39	15,81	20,84	29,08	16,98	23,34	28,59	20,30	24,35	66,30	41,19	53,45
Minas Geraes.....	Bello Horizonte.....	—	—	—	—	—	—	6,65	7,02	6,84	5,17	7,37	6,30
Pará.....	Belém.....	22,32	22,18	22,26	6,96	5,82	6,45	6,32	6,29	6,30	1,68	1,70	1,69
Parahyba do Norte.....	Parahyba.....	15,09	11,73	13,35	5,87	6,26	6,07	12,85	16,38	14,72	2,41	1,78	2,08
Paraná.....	Curitiba.....	18,52	—	9,49	20,06	16,21	18,18	11,03	9,42	10,25	7,11	4,45	5,82
Pernambuco.....	Recife.....	14,32	15,22	14,74	7,73	7,32	7,54	9,06	6,97	7,96	0,98	1,58	1,30
Piauí.....	Therézina.....	12,77	12,12	12,45	10,94	3,73	7,33	18,15	13,02	15,48	3,26	1,67	2,43
Rio de Janeiro.....	Nietheroy.....	11,06	13,05	11,99	4,74	3,15	4,00	6,18	7,33	6,73	2,87	2,20	2,55
Rio Grande do Norte.....	Natal.....	12,45	11,06	11,77	5,75	4,02	4,90	15,27	18,89	17,27	2,18	—	0,98
Rio Grande do Sul.....	Porto Alegre.....	18,67	13,96	16,36	12,00	6,51	9,32	4,20	4,06	4,13	3,29	2,85	3,07
Santa Catharina.....	Florianopolis.....	18,10	13,84	15,95	12,59	10,77	11,67	10,27	7,32	8,71	3,08	4,11	3,63
São Paulo.....	São Paulo.....	42,60	17,24	29,95	13,99	7,03	10,51	5,44	4,67	5,96	4,44	3,50	3,89
Sergipe.....	Aracajú.....	14,33	6,42	10,46	4,09	—	2,09	15,23	14,75	14,63	2,43	1,50	2,14

(1) Não apparecem no confronto os algarismos dos recenseamentos de 1890 e 1900, por não terem sido publicadas essas informações na parte referente aos municípios.

— Feita a analyse do recenseamento dos cegos e surdos-mudos sob o ponto de vista propriamente populacionista, resta ainda apreciar os elementos censitarios sob outros aspectos demographicos, no que diz respeito á sexualidade, á nacionalidade e á idade dos individuos arrolados nas duas especies de defeitos phisicos.

Sexualidade dos cegos e surdos-mudos

Pelos dados apurados em 1920, em 100 cegos, existentes no Brazil, 51 são do sexo masculino e 46 do sexo feminino, proporção mais ou menos confirmada em todos os Estados, com a unica excepção do Territorio do Acre, onde a porcentagem das mulheres excede á dos homens (33 H e 67 M, em 100 cegos). Matto Grosso e Santa Catharina são os Estados que apresentam maior numero relativo de homens cegos (61 %), figurando com identicas porcentagens os Estados do Ceará e Espirito Santo (50 H e 50 M, em 100 cegos).

Coeficientes sexuaes dos cegos e surdos-mudos nos Estados, em 1920.

ESTADOS E DISTRICTO FEDERAL	EM 100				ESTADOS E TERRITORIO DO ACRE	EM 100			
	Cegos		Surdos-mudos			Cegos		Surdos-mudos	
	Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres		Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres
Alagoas.....	54	46	57	43	Parahyba do Norte.....	51	49	54	46
Amazonas.....	57	43	64	36	Paraná.....	60	40	57	43
Bahia.....	53	47	60	40	Pernambuco.....	52	48	52	48
Ceará.....	50	50	56	44	Piahy.....	54	46	60	40
Districto Federal.....	54	46	56	44	Rio de Janeiro.....	55	45	58	42
Espirito Santo.....	50	50	56	44	Rio Grande do Norte.....	51	49	49	51
Goyaz.....	55	45	53	47	Rio Grande do Sul.....	57	43	57	43
Matanhão.....	53	47	58	42	Santa Catharina.....	61	39	53	47
Matto Grosso.....	61	39	55	45	São Paulo.....	57	43	56	44
Minas Geraes.....	55	45	54	46	Sergipe.....	53	47	57	43
Pará.....	52	48	57	43	Territorio do Acre.....	33	67	59	41
BRAZIL.....						54	46	55	45

Coeficientes sexuaes dos cegos e surdos-mudos nas Capitães dos Estados, em 1920.

CAPITAES	EM 100				CAPITAES	EM 100			
	Cegos		Surdos-mudos			Cegos		Surdos-mudos	
	Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres		Ho- mens	Mu- lheres	Ho- mens	Mu- lheres
Macció.....	49	51	45	55	Parahyba.....	41	59	55	45
Manãos.....	51	49	53	47	Curityba.....	56	44	63	37
São Salvador.....	40	60	48	52	Recife.....	54	46	35	65
Fortaleza.....	39	61	40	60	Therezina.....	56	44	64	36
Victoria.....	25	75	47	53	Nictheroy.....	48	52	59	41
Goyaz.....	57	43	55	35	Natal.....	49	60	109	—
São Luiz.....	51	49	54	46	Porto Alegre.....	50	50	53	47
Cuyabá.....	57	43	61	39	Florianopolis.....	56	44	40	60
Bello Horizonte.....	47	53	40	60	São Paulo.....	55	45	58	42
Belém.....	50	50	50	50	Araucária.....	45	55	50	50

No sexo feminino, excluidos os Estados do Ceará e Espirito Santo, encontram-se as maiores porcentagens de cegos na Parahyba e no Rio Grande do Norte (49 %) e as menores em Matto Grosso e Santa Catharina (39 %).

Das 20 capitães existentes no Brazil, em cerca de metade (9) é relativamente mais avultado o numero de cegos no sexo feminino, variando as porcentagens entre os extremos de 75 % mulheres cegas, na cidade de Victoria, e 43 %, nas cidades de Goyaz e Cuyabá. No sexo masculino, depois dessas duas capitães, onde se verificam as maiores porcentagens da cegueira (57 % H contra 43 % M), seguem-se, em ordem decrescente dos numeros relativos: Curityba, Florianopolis e Therezina (56 % H e 44 % M), São Paulo (55 % H e 45 % M), Recife (54 % H e 46 % M), Manãos e S. Luiz (51 % H e 49 % M), Belém e Porto Alegre (50 % H e 50 % M), Macció 49 % H e 51 % M), Nictheroy (48 % H e 52 % M), Bello Horizonte (47 % H e 53 % M),

Aracajú (45 % H e 55 % M), Parahyba (41 % H e 59 % M), São Salvador e Natal (40 % H e 60 % M), Fortaleza (39 % H e 61 % M) e, finalmente, Victoria (25 % H e 75 % M).

— A' semelhança do que ocorre com a cegueira, revelam também os algarismos do recenseamento de 1920 relativa predominancia da surdo-mudez, no Brazil, entre os individuos do sexo masculino, encontrando-se em 100 surdos-mudos 55 homens e 45 mulheres, proporção para mais ou para menos verificada em todos os Estados, excluido o Rio Grande do Norte, onde a porcentagem é maior no sexo feminino do que no sexo masculino (49 homens contra 51 mulheres, em 100 surdos-mudos).

Nos Estados, os numeros relativos dos surdos-mudos variam, nos dous sexos, entre as porcentagens, maxima e minima, verificadas no Estado do Amazonas (64 homens contra 36 mulheres).

No sexo masculino, as maiores relações porcentuaes se verificam nos Estados do Amazonas (64 %), registrando-se as menores nos Estados do Rio Grande do Norte (49 %) e de Pernambuco (52 %).

No sexo feminino, são também os 5 alludidos Estados que apresentam as maiores e menores porcentagens: Rio Grande do Norte, 51 %; Pernambuco, 48 %; Bahia e Piauhy (40 %) e Amazonas (36 %).

Nas capitães, não é tão regular, como nos Estados, a maior porcentagem da surdo-mudez no sexo masculino, encontrando-se em 7 daquellas circumscrições urbanas (Maceió, São Salvador, Fortaleza, Victoria, Bello Horizonte, Recife e Florianopolis) coefficiente mais avultado no sexo feminino. Segundo os numeros relativos constantes do quadro supra, excluida a capital do Rio Grande do Norte, onde é nulla a porcentagem das mulheres, registra a cidade de Therezina a maior proporção de surdos-mudos no sexo masculino (64 H contra 36 M, em 100 surdos-mudos), verificando-se nas cidades de Fortaleza e Bello Horizonte as menores taxas entre os homens (40 H contra 60 M, em 100 surdos-mudos).

No sexo feminino registra a cidade de Recife a maior porcentagem (35 H contra 65 M), verificando-se na cidade de Therezina a menor quantidade relativa (64 H contra 36 M, em 100 surdos-mudos).

Cegos e surdos-mudos, nacionaes e estrangeiros, segundo o sexo e a idade

Sob o ponto de vista da nacionalidade, são proporcionalmente os cegos mais numerosos entre os estrangeiros do que entre os nacionaes (9,74 em 10.000 brasileiros e 9,91 em 10.000 estrangeiros), observando-se o contrario no tocante á surdo-mudez (8,80 em 10.000 brasileiros contra 4,02 em 10.000 estrangeiros).

Coefficientes dos cegos e surdos-mudos, nacionaes e estrangeiros, segundo o sexo e a idade, em 1920

	SEXO	Total			Cegos			Surdos-Mudos		
		0 a 14 annos	15 e + annos	Total	0 a 14 annos	15 e + annos	Total	0 a 14 annos	15 e + annos	Total
Brazileiros.....	Homens.....	6.567.381 10.000	7.939.298 10.000	14.506.679 10.000	2.026 3,08	13.146 16,50	15.172 10,46	4.521 0,88	9.609 12,10	14.130 9,74
	Mulheres.....	6.384.220 10.000	8.154.325 10.000	14.538.545 10.000	1.296 2,03	11.830 14,51	13.126 9,01	3.348 5,24	8.096 9,91	11.444 7,97
	TOTAL.....	12.951.601 10.000	16.093.626 10.000	29.045.227 10.000	3.322 2,50	24.976 15,54	28.298 9,74	7.869 0,18	17.705 11,00	25.574 8,80
Estrangeiros (1)...	Homens.....	66.236 10.000	870.903 10.000	937.139 10.000	15 2,26	926 10,63	941 10,04	43 6,49	352 4,04	395 4,21
	Mulheres.....	60.486 10.000	592.753 10.000	653.239 10.000	14 2,31	621 10,48	635 9,72	25 4,13	220 3,71	245 3,75
	TOTAL.....	126.722 10.000	1.463.656 10.000	1.590.378 10.000	29 2,29	1.547 10,57	1.576 9,91	68 5,37	572 3,94	640 4,02
Habitués.....	Homens.....	6.633.617 10.000	8.810.201 10.000	15.443.818 10.000	2.041 3,08	14.072 15,97	16.113 10,43	4.564 6,88	9.961 11,31	14.525 9,41
	Mulheres.....	6.444.706 10.000	8.747.021 10.000	15.191.727 10.000	1.310 2,03	12.451 14,23	13.761 9,00	3.373 5,23	3.316 9,51	11.689 7,69
	TOTAL.....	13.078.323 10.000	17.557.222 17,074	30.635.545 10.000	3.351 2,56	26.523 15,11	29.874 9,75	7.937 6,30	18.277 10,41	26.214 8,46

(1) Inclusive os de nacionalidade ignorada.

O confronto da nacionalidade com a sexualidade revela que a quantidade relativa dos cegos é mais notavel no sexo masculino entre os nacionaes do que entre os estrangeiros (10,46 contra 10,04, respectivamente, em 10.000 brasileiros e em 10.000 estrangeiros), dando-se o inverso quanto ao sexo feminino (9,03 contra 9,72, respectivamente, em 10.000 mulheres brasileiras e em 10.000 mulheres estrangeiras).

Relativamente aos surdos-mudos, o numero proporcional dos nacionaes é maior que o dos estrangeiros, tanto no sexo masculino, como no sexo feminino (9,74 H e 7,87 M contra 4,21 H e 3,75 M, respectivamente, em 10.000 brasileiros e em 10.000 estrangeiros de cada sexo).

Emfim, tendo-se em vista a idade, demonstra a comparação dos Algarismos da Nacionalidade, referentes aos dous sexos, que a cegueira e a surdo-mudez são relativamente mais apreciaveis nos brasileiros do que nos estrangeiros, quer nas idades comprehendidas entre 0 a 14 annos, quer nas idades de 15 e mais annos, constituindo apenas uma excepção as cegas estrangeiras de 0 a 14 annos, proporcionalmente mais numerosas que as cegas brasileiras do mesmo grupo de idades (2,31 contra 2,03, respectivamente, em 10.000 mulheres estrangeiras e em 10.000 mulheres brasileiras).

No que diz respeito aos cegos, os coefficients dos brasileiros e estrangeiros são mais ou menos equivalentes no grupo de idades de 0 a 14 annos, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino, quer quanto á totalidade das duas populações consideradas (3,03 H, 2,03 M e 2,56 brasileiros, em 10.000 nacionaes de cada especie, contra 2,26 H, 2,31 M e 2,29 estrangeiros em 10.000 de cada especie). O mesmo não succede, porém, no grupo de idades de 15 e mais annos, onde os

numeros relativos dos nacionaes são mais elevados que o dos estrangeiros, quer nos dois sexos quer quanto á totalidade das duas populações consideradas (16,56 H, 14,51 M e 15,52 brazileiros, em 10.000 individuos de cada especie, — contra 10,63 H, 10,48 M e 10,57 estrangeiros, em 10.000 individuos de cada especie).

Em relação aos surdos-mudos, o confronto dos numeros proporcionaes revela o mesmo facto já assignalado quanto á cegueira, isto é, a approximação dos coefficients da surdo-mudez entre brazileiros e estrangeiros, no grupo de idades de 0 a 14 annos, e 'a menor quantidade relativa dos surdos-mudos entre os estrangeiros comparativamente com os nacionaes, no grupo de idades de 15 e mais annos, conforme demonstram os seguintes algarismos:

	Brazileiros			Estrangeiros		
	H	M	T	H	M	T
0 a 14 annos.....	6,88	5,24	6,08	6,49	4,13	5,37
15 e mais annos...	12,10	9,93	11,00	4,04	3,71	3,91

Em relação ao numero total de brazileiros e estrangeiros, a proporcionalidade dos cegos e surdos-mudos é tambem maior no sexo masculino do que no sexo feminino, tanto nas idades comprehendidas entre 0 a 14 annos, como nas de 15 e mais annos, registrando o segundo grupo de idades coefficients muito mais notaveis que os do primeiro. Assim, em 10.000 individuos de 0 a 14 annos, os cegos attingem, proporcionalmente, a 3,08 no sexo masculino, 2,03, no sexo feminino e 2,56 quanto á sua totalidade nos dous sexos, elevando-se a 15,97, 14,23 e 15,11, por 10.000 homens, 10.000 mulheres e 10.000 habitantes, no grupo de idades de 15 e mais annos; do mesmo modo, em 10.000 individuos de 0 a 14 annos, registram proporcionalmente os surdos-mudos as seguintes relações: 6,88 no sexo masculino, 5,23 no sexo feminino e 6,07 quanto a totalidade nos dous sexos; 11,31, 9,51 e 10,41, por 10.000 homens, 10.000 mulheres e 10.000 habitantes, respectivamente, no grupo de idades de 15 e mais annos.

Emfim, quanto ao numero total de habitantes do Brazil e conforme já foi mencionado, os cegos e surdos-mudos, mais numerosos no sexo masculino, attingem, proporcionalmente, as relações seguintes:

Cegos — 10,43 H, 9,06 M e 9,75 H e M, em 10.000 habitantes.

Surdos-mudos — 9,41 H; 7,69 M e 8,56 H e M, em 10.000 habitantes.

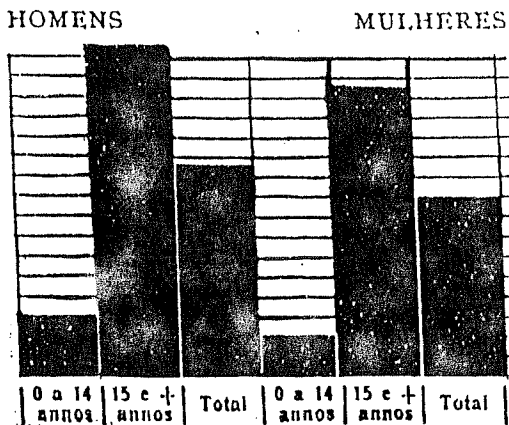
Para concluir a analyse do recenseamento de 1920 no tocante á idade dos habitantes affectados de cegueira e surdo-mudez, resta o confronto dos algarismos referentes aos cegos e surdos-mudos, nos Estados e nas Capitaes, relativamente aos dous grupos de idades de 0 a 14 annos e de 15 e mais annos.

Em todos os Estados, como em todo territorio nacional, — incluindo o Districto Federal e excluido o Territorio do Acre, — são os cegos e surdos-mudos, proporcionalmente, mais numerosos nas idades de 15 e mais annos do que nas de 0 a 14 annos, predominando em geral os dous defeitos physicos nos individuos do sexo masculino.

Coefficientes da população nacional e estrangeira em 1920 por sexo e idade segundo os defeitos phisicos

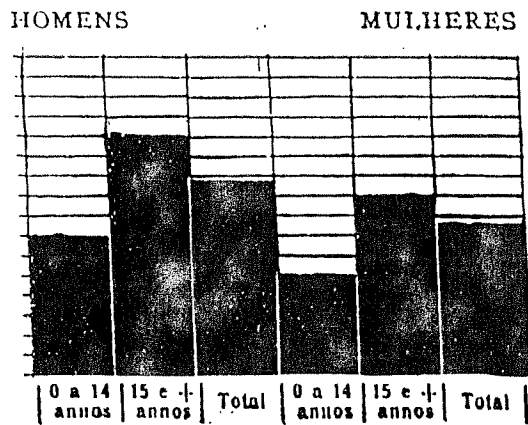
CEGOS

Em 10.000 habitantes

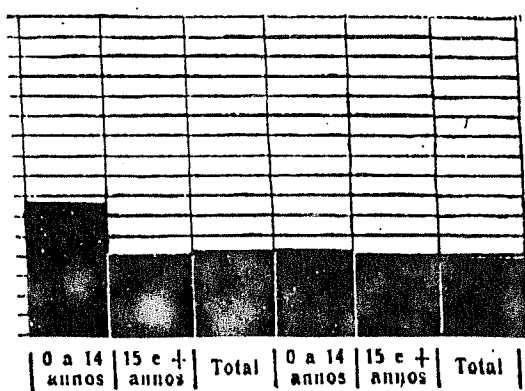
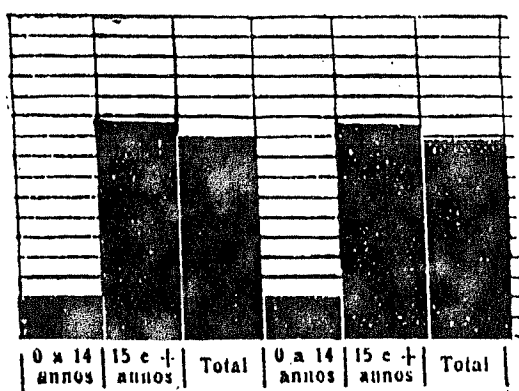


SURDOS-MUDOS

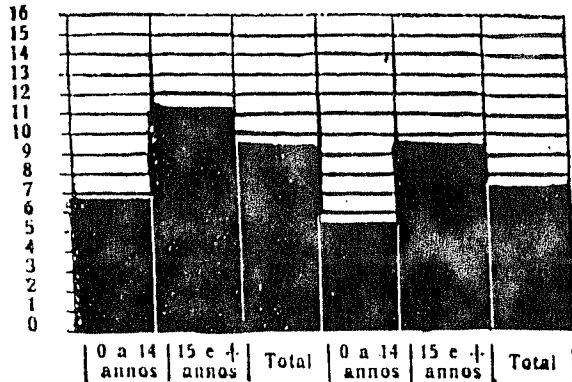
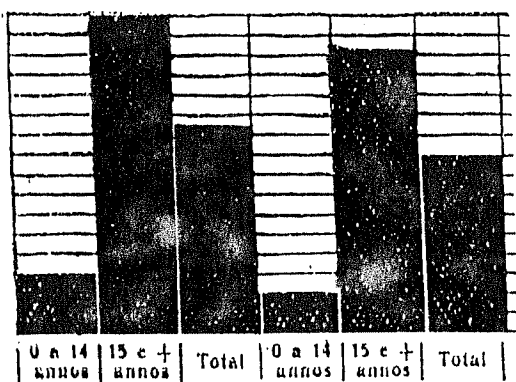
Em 10.000 habitantes



BRAZILEIROS



ESTRANGEIROS



POPULAÇÃO TOTAL

Nas idades compreendidas entre 0 e 14 annos, o coefficiente da cegueira attinge em todo o Brazil a proporção de 3,08 e 2,03, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, contra as relações de 15,97 cegos e 14,23 cegas de 15 e mais annos, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres.

Nos Estados, os coefficientes (maximo e minimo) da cegueira assim se representam:

No sexo masculino, em 10.000 homens de 0 a 14 annos, — 5,76 cegos, em Sergipe, e 1,94, no Espirito Santo; em 10.000 homens de 15 e mais annos, — 27,86 cegos, no Maranhão, e 8,43 ainda no Estado do Espirito Santo.

No sexo feminino, em 10.000 mulheres de 0 a 14 annos, — 3,36 cegas, no Estado de Matto Grosso, e 0,96 no Estado do Amazonas; em 10.000 mulheres de 15 e mais annos, — 23,79, no Estado do Maranhão, e 7,49, no Estado do Rio Grande do Sul.

O recenseamento dos surdos-mudos nos Estados registra as seguintes variações maximas e minimas:

No sexo masculino, em 10.000 homens de 0 a 14 annos, — 42,78, no Estado de Goyaz, e 2,09, no Estado de Pernambuco; em 10.000 homens de 15 e mais annos, — 68,04, e 3,12, respectivamente, nos mesmos Estados.

No sexo feminino, em 10.000 mulheres de 0 a 14 annos, — 35,09 e 1,68, respectivamente, nos Estados de Goyaz e Pernambuco; em 10.000 mulheres de 15 e mais annos, — 62,96, ainda no Estado de Goyaz, e 2,77, no Estado do Amazonas.

No Districto Federal, as relações proporcionaes, nos dous grupos de idades, registram os seguintes algarismos:

Quanto aos cegos — 4,84 e 3,46, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres de 0 a 14 annos; 14,02 e 13,67, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres de 15 e mais annos.

Quanto aos surdos-mudos, 6,45 e 3,56, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres de 0 a 14 annos; 13,97 e 12,77, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres de 15 e mais annos.

Sómente tres Estados (Amazonas, Espirito Santo e Pará) registram, nas idades de 15 e mais annos, maior quantidade relativa de cegos no sexo feminino (12,46 cegos contra 13,34 cegas, no primeiro; 8,43 cegos contra 9,63 cegas, no segundo; e 15,15 cegos contra 15,29 cegas, no terceiro, — em 10.000 homens e em 10.000 mulheres).

Igualmente, apenas tres Estados (Matto Grosso, Rio Grande do Norte e Santa Catharina) assignalam maiores coefficientes de surdos-mudos no sexo feminino, os dous primeiros nas idades de 15 e mais annos e o ultimo no grupo de idades de 0 a 14 annos, conforme indicam os algarismos seguintes:

Matto Grosso — 23,07 surdos-mudos contra 26,54 surdas-mudas de 15 e mais annos, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres;

Rio Grande do Norte — 6,18 surdos-mudos contra 6,25 surdas-mudas de 15 e mais annos, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres;

Santa Catharina — 7,23 surdos-mudos contra 7,65 surdas-mudas de 0 a 14 annos, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres.

No Territorio do Acre são mais notaveis as divergencias. No que concerne aos cegos, o numero relativo de homens é menor que o de mulheres, quer no grupo de idades de 0 a 14 annos, quer no grupo de idades de 15 e mais annos (0,60 contra 0,62, respectivamente, em 10.000 H e em 10.000 M, no primeiro grupo, e 1,92 contra 0,52, respectivamente em 10.000 H e em 10.000 M, no segundo). Quanto aos surdos-mudos, é maior a proporção delles, no sexo masculino, no grupo de idades de 0 a 14 annos do que no grupo de idades de 15 e mais annos (3,58 contra 0,96, em 10.000 homens de cada grupo de idade) e menor o numero relativo de homens que o de mulheres no grupo de 15 e mais annos (0,96 contra 2,24, respectivamente, em 10.000 H e em 10.000 M).

Nas idades comprehendidas entre 0 a 14 annos o coefficiente da cegueira attinge em todo o Brazil a proporção de 3,08 e 2,03, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, contra as relações de 15,97 cegos e 14,23 cegas de 15 e mais annos, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres.

Coefficientes dos cegos e surdos-mudos, nos Estados do Brazil, segundo o sexo e a idade

ESTADOS DISTRICTO FEDERAL E TERRITORIO	EM 10.000 HOMENS E EM 10.000 MULHERES, DE CADA UM DOS GRUPOS DE IDADES, QUANTOS							
	Cegos				Surdos-Mudos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	0 a 14 annos	15 e + annos	0 a 14 annos	15 e + annos	0 a 14 annos	15 e + annos	0 a 14 annos	15 e + annos
Alagoas.....	4,50	21,49	3,06	17,38	3,56	4,85	2,28	3,75
Amazonas.....	2,80	12,46	0,96	13,34	3,46	4,79	3,00	2,77
Bahia.....	3,42	21,78	2,46	19,02	4,34	6,19	2,86	4,01
Ceará.....	3,36	25,85	2,23	23,07	3,22	5,91	2,38	4,23
Districto Federal.....	4,84	14,02	3,46	13,67	6,45	13,97	3,56	12,77
Espirito Santo.....	1,94	8,43	1,28	9,63	3,88	4,55	2,85	4,23
Goyaz.....	4,75	21,58	3,15	18,49	42,78	68,04	35,09	62,96
Maranhão.....	4,62	27,86	2,93	23,79	5,55	7,65	4,00	5,26
Matto Grosso.....	3,46	17,03	3,36	13,19	23,03	23,07	16,22	26,54
Minas Geraes.....	2,80	15,10	2,04	12,61	11,34	22,68	8,93	19,97
Pará.....	2,76	15,15	1,38	15,29	3,30	4,12	2,55	3,37
Parahyba do Norte.....	4,42	24,80	3,03	22,73	4,94	6,28	4,04	5,13
Paraná.....	3,90	12,11	2,48	8,95	15,01	21,73	11,88	17,78
Pernambuco.....	3,34	15,59	2,42	14,02	2,09	3,12	1,68	2,89
Piahy.....	3,79	27,24	2,14	22,84	5,01	8,57	3,32	3,58
Rio de Janeiro.....	2,10	11,65	1,79	10,04	2,85	4,55	2,09	3,38
Rio Grande do Norte.....	2,29	24,31	1,77	21,70	4,41	6,18	3,97	6,25
Rio Grande do Sul.....	2,11	9,04	1,02	7,49	6,81	10,38	5,24	8,01
Santa Catharina.....	3,71	15,57	2,46	10,40	7,23	9,23	7,65	7,83
São Paulo.....	2,15	9,95	1,29	8,68	4,62	7,55	3,36	6,88
Sergipe.....	5,76	21,09	2,59	17,62	3,70	6,42	2,07	4,52
Territorio do Acre.....	0,60	1,92	0,62	9,52	3,53	0,95	1,85	2,24
BRAZIL.....	3,08	15,97	2,03	14,23	6,88	11,31	5,23	9,51

O predomínio da cegueira nas idades de 15 e mais annos, em confronto com o que se observa nos individuos de 0 a 14 annos, encontra natural explicação na concomitante perda da visão á medida que

avança a idade. O mesmo, porém, não parece razoavel no tocante á surdo-mudez, sendo esta, em geral, um defeito congenito, isto é, uma anormalidade organica. Ao imperfeito registro dos dados censitarios deve-se attribuir, em grande parte, o resultado apurado numericamente no inquerito de 1920, contribuindo para isso, provavelmente, a inclusão entre os surdos-mudos de nascença de individuos simplesmente affectados da surdez adquirida. O que se verifica no Brazil, no ultimo censo, não é, entretanto, um facto singular, pois em 1921 registra o recenseamento da Dinamarca numeros relativos de surdos-mudos assás semelhantes aos colligidos no Brazil, em 1920, nas idades de 0 a 14 annos comparativamente ás de 15 e mais annos (Brazil — 6,07 e 10,41 surdos-mudos, respectivamente, de 0 a 14 annos e de 15 e mais annos, por 10.000 habitantes; Dinamarca — 3,40 e 6,52 surdos-mudos, respectivamente, de 0 a 14 annos e de 15 e mais annos, por 10.000 habitantes, tendo sido de 8,56 por 10.000 habitantes o coefficiente total dos surdos-mudos, no Brazil, contra 5,55 por 10.000 habitantes, na Dinamarca).

Nas 20 capitales do Brazil os numeros relativos da cegueira e da surdo-mudez, correspondentes ás idades de 0 a 14 annos e de 15 e mais annos, não offerecem, como nos respectivos Estados, a regularidade em geral observada, quer quanto á distribuição proporcional pelos dous grupos de idades, quer quanto á proporção encontrada para os dous sexos.

No primeiro grupo de idades, de 0 a 14 annos, 5 capitales (Victoria, Cuyabá, Therezina, Nictheroy e Aracajú) registram em 1920, nos dous sexos, maior quantidade relativa de cegos do que a verificada em todo o territorio estadual, encontrando-se em 2 (Bello Horizonte e Natal) mais elevado coefficiente no sexo feminino e apenas em 1 (Recife) maior proporção no sexo masculino, variando as relações maxima e minima por 10.000 H e 10.000 M entre os extremos de 8,89 cegos e 4,51 cegas, na cidade de Cuyabá, e 1,96 cegos e 1,91 cegas, na cidade de Natal.

No sexo masculino, é a capital de Matto Grosso que apresenta maior numero relativo de cegos e a de Alagôas o menor coefficiente da cegueira masculina (0,89, em 10.000 homens). No sexo feminino é ainda a capital do Estado de Matto Grosso que assignala mais elevada quantidade proporcional, seguindo-se, na ordem decrescente, a capital do Estado de Sergipe (6,86, em 10.000 H de 0 a 14 annos, contra 3,29, em 10.000 M de 0 a 14 annos) e figurando negativamente nos ultimos lugares as capitales dos Estados de Goyaz, Maranhão e Rio Grande do Sul, onde é nulla a taxa de mulheres cegas de 0 a 14 annos.

O confronto das relações concernentes aos dous sexos revela em 4 capitales (Maceió, São Salvador, Fortaleza e Bello Horizonte) o predominio de cegos de 0 a 14 annos no sexo feminino, oscillando os coefficientes por 10.000 homens e por 10.000 mulheres entre os extremos de 2,01 cegos e 3,95 cegas, em Bello Horizonte, e 0,89 cegos e 1,71 cegas, em Maceió. Na capital do Estado de Santa Catharina são identicos nos sexos, masculino e feminino, os coefficientes da cegueira nos individuos de 0 a 14 annos (1,39 cegos contra 1,39 cegas, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres).

Comparativamente com o grupo de idades de 15 e mais annos, sómente a capital do Espirito Santo registra, no sexo masculino, em 1920, maior numero relativo entre os cegos de 0 a 14 annos (5,12 contra 4,40, respectivamente, em 10.000 homens de 0 a 14 annos e 10.000 homens de 15 e mais annos), não se observando o mesmo facto em relação ao sexo feminino em nenhuma das capitães do Brazil.

No segundo grupo de idades, de 15 e mais annos, 3 capitães (Manáos, Cuyabá e Curitiba) consignam em 1920, nos dous sexos, numero relativo de cegos maior que o arrolado em todo o territorio estadual, verificando-se em 8 (Manáos, Victoria, Cuyabá, Parahyba, Curitiba, Nitheroy, Natal e Aracajú) mais elevado coefficiente no sexo feminino e apenas em 1 (Macció) mais notavel proporção no sexo masculino; variando as relações maxima e minima, por 10.000 H e 10.000 M, entre os extremos de 42,30 cegos contra 30,22 cegas, na cidade de Cuyabá, e 5,63 cegos e 6,05 cegas, na cidade de Porto Alegre.

No sexo masculino, encontra-se a mais elevada taxa de cegos de 15 e mais annos na capital do Estado de Matto Grosso e o menor coefficiente na capital do Estado do Espirito Santo (4,40, em 10.000 H, contra 19,89, em 10.000 M).

No sexo feminino, é ainda a capital de Matto Grosso que registra maior quantidade relativa de mulheres cegas, seguindo-se, na ordem decrescente, a capital do Estado do Rio Grande do Norte (23,12 contra 26,45, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres de 15 e mais annos) e figurando nos ultimos logares as capitães do Rio Grande do Sul e de São Paulo (5,63 contra 6,05 e 7,55 contra 6,98, por 10.000 homens e por 10.000 mulheres, respectivamente, nas cidades de Porto Alegre e São Paulo).

Ao contrario do que geralmente se observa em quasi todos os Estados, registram 9 capitães, (Manáos, São Salvador, Fortaleza, Victoria, Belém, Parahyba, Nitheroy, Natal e Porto Alegre) maior coefficiente de cegos de 15 e mais annos no sexo feminino, variando os numeros relativos, por 10.000 homens e por 10.000 mulheres entre os extremos de 23,12 e 26,45, em Natal, e 5,63 e 6,05, em Porto Alegre.

— Quanto aos surdos-mudos, demonstra o confronto dos algarismos censitarios que no primeiro grupo de idades, de 0 a 14 annos, sómente 2 capitães (Victoria e Cuyabá) registram, em 1920, nos dous sexos, maior quantidade relativa de surdos-mudos do que a verificada em todo o territorio dos respectivos Estados, apresentando 6 (Victoria, Goyaz, São Luiz, Cuyabá, São Paulo e Aracajú) maior coefficiente no sexo masculino e 4 (Macció, Manáos, Victoria e Cuyabá) mais elevada proporção no sexo feminino; variando as relações maxima e minima, por 10.000 H e por 10.000 M, entre os extremos de 52,13 surdos-mudos e 32,73 surdas-mudas, na cidade de Goyaz, e 0,00 e 0,73, na cidade de Fortaleza.

No sexo masculino, são as capitães de Goyaz e Matto Grosso que assignalam maior numero relativo de surdos-mudos (mais de 50, em 10.000 homens) e as do Ceará e Santa Catharina as menores relações da surdo-mudez masculina (0,00, em 10.000 H de 0 a 14 annos).

No sexo feminino, são ainda as capitães de Goyaz e Matto Grosso que registram maior quantidade relativa (mais de 30, em 10.000

mulheres), occupando os ultimos lugares, na ordem decrescente, a capital do Rio Grande do Norte, onde é nullo o coefficiente da surdo-mudez feminina nos individuos de 0 a 14 annos, e a capital do Ceará, onde não attinge á unidade a quantidade relativa das mulheres de 0 a 14 annos affectadas de surdo-mudez (0,73 surdas-mudas, em 10.000 mulheres).

A comparação dos algarismos relativos, correspondentes aos dous sexos, revela que os surdos-mudos de 0 a 14 annos são mais numerosos em Goyaz e Cuyabá do que nas demais capitães brasileiras, quer no sexo masculino quer no sexo feminino, attingindo nessas duas cidades ás elevadas taxas de 52,13 e 32,73, na primeira, e 50,39 e 31,59, na segunda, respectivamente, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres. Revela ainda o confronto dos numeros relativos que em 6 Hcapitães (Maceió, Manáos, Fortaleza, Belém, Parahyba e Florianopolis) predominam os surdos-mudos de 0 a 14 annos no sexo feminino, variando os coefficientes por 10.000 homens e 10.000 mulheres entre os extremos de 0,74 surdos-mudos e 4,94 surdas-mudas, em Manáos, e 0,00 surdos-mudos e 0,73 surdas-mudas, em Fortaleza.

Coefficientes dos cegos e surdos-mudos nas Capitães dos Estados, segundo o sexo e a idade

ESTADOS	Capitães	EM 10.000 HOMENS E EM 10.000 MULHERES, DE CADA GRUPO DE IDADE, QUANTOS							
		Cegos				Surdos-Mudos			
		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
		0 a 14 annos	15 e + annos	0 a 14 annos	15 e + annos	0 a 14 annos	15 e + annos	0 a 14 annos	15 e + annos
Alagoas.....	Maceió.....	0,29	22,86	1,71	11,76	2,66	3,14	4,28	2,42
Amazonas.....	Manáos.....	2,21	12,82	0,71	15,25	0,74	5,23	4,94	3,15
Bahia.....	São Salvador.....	1,40	11,74	1,50	14,83	3,51	2,57	2,94	3,98
Ceará.....	Fortaleza.....	1,51	20,77	2,19	22,33	---	1,89	0,73	1,65
Espirito Santo.....	Victoria.....	5,12	4,40	2,44	19,89	7,67	5,86	4,29	8,53
Goyaz.....	---	---	20,72	---	15,50	52,13	86,67	32,73	74,41
Marnhão.....	São Luiz.....	1,26	13,34	---	10,96	6,32	1,21	1,18	2,49
Matto Grosso.....	Cuyabá.....	8,09	42,20	4,51	30,22	50,39	77,78	31,59	47,21
Minas Geraes.....	Bello Horizonte.....	2,01	9,36	3,95	8,71	5,62	5,26	2,96	9,70
Pará.....	Belém.....	1,19	9,11	0,48	9,44	1,91	1,56	1,93	1,57
Parahyba do Norte.....	Parahyba.....	3,18	18,74	1,08	23,08	2,12	2,58	3,25	1,05
Paraná.....	Curityba.....	1,27	17,14	0,67	15,05	2,55	9,96	7,01	6,02
Pernambuco.....	Recife.....	5,47	10,79	0,52	9,80	1,77	0,70	1,30	1,71
Piahy.....	Therézina.....	6,76	26,73	2,46	20,30	3,38	3,18	2,86	1,13
Rio de Janeiro.....	Nicttheroy.....	3,57	7,34	1,44	10,37	2,85	2,87	1,44	2,59
Rio Grande do Norte.....	Natal.....	1,96	23,12	1,91	25,45	1,96	2,31	---	---
Rio Grande do Sul.....	Porto Alegre.....	1,36	5,63	---	6,05	3,39	3,26	2,00	3,27
Santa Catharina.....	Florianopolis.....	1,39	15,45	1,39	10,20	---	4,88	3,79	4,76
São Paulo.....	São Paulo.....	1,47	7,55	0,49	6,98	5,29	4,01	2,65	3,45
Sergipe.....	Aracajú.....	6,86	19,41	3,29	18,75	5,15	0,94	1,65	2,61

Comparativamente com o grupo de idades de 15 e mais annos, 9 capitães (São Salvador, Victoria, São Luiz, Belém, Curityba, Therézina, Porto Alegre, São Paulo e Aracajú) registram no sexo masculino, em 1920, maior numero relativo de surdos-mudos de 0 a 14 annos,

encontrando-se o mais elevado coefficiente do mesmo grupo de idades na capital do Estado do Espirito Santo (7,67 contra 5,86, respectivamente, em 10.000 H e em 10.000 M de 0 a 14 annos e de mais annos).

No sexo feminino, 5 capitães (Maceió, Manaós, Belém, Natal e Therezina) assignalam maior relação proporcional de surdos-mudos nas idades de 0 a 14 annos em confronto com os individuos de 15 e mais annos, oscillando os coefficientes entre o maximo de 4,28 contra 2,42, em Maceió, e o minimo de 1,93 contra 1,57, em Belém, respectivamente, em 10.000 mulheres de 0 a 14 annos e em 10.000 mulheres de 15 e mais annos. Na ultima cidade é quasi equivalente o numero proporcional de surdos-mudos nos dous grupos de idades (1,56 contra 1,57, respectivamente, em 10.000 mulheres de 0 a 14 annos e em 10.000 mulheres de 15 e mais annos). Na capital do Rio Grande do Norte é nulla, no sexo feminino, a quantidade relativa de mulheres surdas-mudas, quer nas idades comprehendidas entre 0 a 14 annos, quer nas de 15 e mais annos.

No segundo grupo de idades, de 15 e mais annos, 4 capitães (Manaós, Victoria, Goyaz e Cuyabá) registram nos dous sexos, em 1920, maior numero relativo de surdos-mudos do que o verificado em todo o territorio estadual, sendo nas demais menor a relação proporcional, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino, e variando os coefficientes por 10.000 H e por 10.000 M entre os extremos de 36,07 surdos-mudos e 74,41 surdas-mudas, em Goyaz, e de 5,83 surdos-mudos e 3,15 surdas-mudas, em Manaós.

No sexo masculino encontra-se a mais elevada taxa de surdos-mudos de 15 e mais annos na capital de Goyaz e o menor coefficiente na capital de Pernambuco (0,79, em 10.000 homens, contra 1,71, em 10.000 mulheres).

No sexo feminino, é ainda a capital de Goyaz que apresenta a maior quantidade relativa de mulheres surdas-mudas, seguindo-se na ordem decrescente a capital de Matto Grosso (77,38 contra 47,21, respectivamente, em 10.000 H e em 10.000 M de 15 e mais annos) e figurando nos ultimos lugares a capital do Rio Grande do Norte, onde é nulla a taxa das mulheres surdas-mudas de 15 e mais annos, e a capital da Parahyba do Norte, onde correspondem as relações proporcionaes, nos dous sexos, a 1,06 contra 2,58, respectivamente, em 10.000 mulheres e em 10.000 homens de 15 e mais annos.

Contrariamente ao que em geral se observa nos Estados, consignam 6 capitães (São Salvador, Victoria, São Luiz, Bello Horizonte, Recife e Porto Alegre) maior quantidade proporcional de surdos-mudos de 15 e mais annos no sexo feminino, variando os numeros relativos, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, entre os extremos de 5,26 e 9,79, na cidade de Bello Horizonte, e 0,79 e 1,71, na cidade de Recife.

Cegos e surdos-mudos do Brazil em confronto com os de outros paizes

Finalmente, a comparação dos algarismos apurados no Brazil, em 1920, com os verificados em outros paizes, nos censos mais recentes, mostra que os coefficientes da cegueira e da surdo-mudez não são muito dessemelhantes nas diversas partes do mundo abaixo confrontadas.

Coefficientes dos cegos e surdos-mudos do Brazil em confronto com os de outros paizes, segundo o sexo e a idade

PAÍZES	Anno	Idade	EM 10.000 HOMENS, EM 10.000 MULHERES E EM 10.000 HABITANTES							
			Cegos			Surdos-mudos				
			Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total		
America	Argentina.....	1914	Em todas as idades	8,47	8,95	8,63	10,51	9,17	9,80	
	BRAZIL.....	1920	De 0 a 14 an.	3,08	2,03	2,56	6,89	5,23	6,07	
			De 15 e + an.	15,97	14,23	15,11	11,31	9,51	10,41	
			Em todas as idades	10,43	9,66	9,75	9,41	7,50	8,56	
	Chile.....	1920	"	—	—	7,75	—	—	9,92	
	Estados Unidos.....	1910	"	6,85	5,56	6,23	—	—	—	
	Mexico.....	1910	"	9,48	6,20	7,82	6,19	4,09	5,13	
	Uruguay.....	1908	"	7,81	8,32	8,08	7,48	5,72	6,62	
	Europa...	Allemanha.....	1900	"	6,41	5,76	6,08	9,48	7,78	8,62
		Austria.....	1910	"	7,05	6,43	6,74	15,33	12,79	14,04
Belgica.....		1920	"	3,95	2,91	3,43	5,88	4,80	5,33	
Dinamarca.....		1921	De 0 a 14 an.	2,36	1,61	1,99	3,61	3,17	3,40	
			De 15 e + an.	5,97	5,54	5,75	7,34	5,76	6,52	
			Em todas as idades	4,81	4,36	4,58	6,14	4,98	5,55	
França.....		1901	"	7,60	6,10	6,83	5,55	4,36	4,94	
Hollanda.....		1920	"	5,72	5,42	5,57	6,88	5,62	6,35	
Hungria.....		1920	"	—	—	7,25	—	—	11,32	
Inglaterra.....		1911	"	7,60	7,02	7,30	4,68	3,73	4,19	
Italia.....	1911	"	9,66	6,75	8,18	9,05	6,91	7,99		
Noruega.....	1920	"	10,62	9,69	10,14	7,81	6,82	7,30		
Portugal.....	1920	"	11,71	10,62	11,13	9,83	6,44	8,09		
Suecia.....	1920	"	5,97	4,52	5,23	9,29	7,53	8,40		

Na America, demonstra o confronto que o numero relativo de cegos é pouco maior no Brazil do que nos 5 paizes com elle comparados, variando o coefficiente da cegueira entre o maximo de 9,75 por 10.000 habitantes, no Brazil, e o minimo de 6,23 por 10.000 habitantes, nos Estados Unidos. O mesmo não succede, porém, com a surdo-mudez, figurando neste particular o Brazil no terceiro lugar, abaixo do Chile e da Republica Argentina (8,56 surdos-mudos por 10.000 habitantes, no Brazil, contra 9,92 e 9,89, por 10.000 habitantes, respectivamente, no Chile e na Argentina; convindo salientar que tanto o coefficiente da cegueira como o da surdo-mudez correspondem, no Brazil, ao anno de 1920, ao passo que os coefficientes dos mesmos defeitos physicos, em 4 dos paizes confrontados, referem-se a inqueritos censitarios realizados em datas anteriores (censo de 1914, na Argentina, censos de 1910, nos Estados Unidos e no Mexico, e censo de 1908, no Uruguay).

A comparação do numero relativo de cegos em 12 paizes da Europa com analogia relação no Brazil demonstra que a cegueira e a surdo-mudez não attingem entre os brasileiros os mais elevados coefficientes, occupando Portugal e a Noruega os dous primeiros lugares, quanto á cegueira, e a Austria, a Hungria e a Allemanha os tres primeiros lugares, quanto á surdo-mudez, conforme revelam os seguintes algarismos:

CEGUEIRA

Portugal.....	(1920)	11,13	} cegos por 10.000 habitantes
Noruega.....	(1920)	10,14	
Brazil.....	(1920)	9,75	

SURDO-MUDEZ

Austria.....	(1910)	14,04	} surdos-mudos por 10.000 habitantes
Hungria.....	(1920)	11,32	
Allemanha.....	(1900)	8,62	
Brazil.....	(1920)	8,56	

No ponto de vista da sexualidade, os coefficients da cegueira e da surdo-mudez, em 10.000 homens e em 10.000 mulheres, variam na America, entre o maximo de 10,43 cegos e 9,06 cegas, no Brazil, e o minimo de 6,85 cegos e 5,56 cegas, nos Estados Unidos; seguindo-se na ordem decrescente, no sexo masculino, o Mexico (9,48 em 10.000 homens) e, no sexo feminino, a Argentina (8,95 em 10.000 mulheres).

No que diz respeito á surdo-mudez, registra a Argentina os maiores coefficients, quer no sexo masculino quer no sexo feminino (10,51 surdos-mudos e 9,17 surdas-mudas, em 10.000 H e em 10.000 M), figurando em segundo lugar o Brazil (9,41 surdos-mudos e 7,69 surdas-mudas, em 10.000 H e em 10.000 M) e no ultimo lugar o Mexico (6,19 surdos-mudos e 4,09 surdas-mudas, em 10.000 H e em 10.000 M).

O confronto com os paizes europeus, relativamente á sexualidade dos cegos e surdos-mudos, assignala os maiores coefficients da cegueira masculina e feminina em Portugal, na Noruega e no Brazil (11,71 cegos e 10,62 cegas; 10,62 e 9,69 e 10,43 e 9,06, respectivamente, em 10.000 H e em 10.000 M); seguindo-se, na ordem decrescente, a Italia no sexo masculino (9,66 cegos em 10.000 H) e, no sexo feminino, a Inglaterra (7,02 cegas em 10.000 M).

No tocante á surdo-mudez, figura em primeiro lugar a Austria, quer no sexo masculino quer no sexo feminino (15,33 surdos-mudos e 12,79 surdas-mudas, em 10.000 H e em 10.000 M), seguindo-se na ordem decrescente dos coefficients: em 10.000 homens, Portugal (9,83 surdos-mudos), a Allemanha (9,48), o Brazil (9,41), a Suecia (9,29), a Italia (9,05) e no ultimo lugar a Inglaterra (4,68); em 10.000 mulheres, a Allemanha (7,78 surdas-mudas), o Brazil (7,69), a Suecia (7,53), a Italia (6,91), a Noruega (6,81), Portugal (6,44) e no ultimo lugar da escala a Inglaterra (3,73).

Alienados e outras especies de nevropathas

A falta de estatisticas, systematica e convenientemente organizadas em todos os estabelecimentos hospitalares, difficulta o esclarecimento do problema eugenico no Brazil, mediante a avaliação numerica dos individuos physicamente anormaes.

A proposito da estatística dos tarados, são muito interessantes as seguintes considerações, feitas por Mayo Smith, notavel sociologo e economista, professor da Universidade da Colombia (1).

«As principais difficuldades deste ramo da estatística social são as de classificação e observação. Quando os anormaes se acham reunidos em instituições de assistência, a estatística é muito mais perfeita do que quando se encontram esparsos, vivendo com suas familias. Mas, exactamente por essa razão, a comparação internacional não é expressiva, porquanto ha nações que não são prodigas em materia de estatística e, onde, todavia, ha o maior cuidado na internação desses infelizes em instituições convenientemente aparelhadas para mantel-os. E' tambem evidente que sempre que se tiver de estudar a distribuição geographica dos anormaes, devemos dividil-a segundo as differentes partes do paiz de que originariamente provieram. O esquecimento dessa regra tão simples obrigou a Commissão do Censo da Escossia a explicar que o grande numero de cegos em certos Condados justificava-se pela existencia de institutos de cegos nessas circumscripções. Nos casos em que os defeitos physicos são apenas parciaes, torna-se preciso inqueril-os de per si. Na Irlanda, por exemplo, encontrou-se, em 1891, a principio, 6.663 individuos recenseados como cegos, mas, noutro inquerito que se fez depois, verificou-se que 1.322 desses individuos eram apenas parcialmente cegos. Em Breslau, num total de 200 pessoas dadas como cegas, 34 não o eram de todo. E' quasi impossivel determinar a idade em que sobreveiu a cegueira e a sua causa, porque as victimas desse mal são em geral tão pobres e pouco intelligentes que se esquecem do primeiro factó e têm uma noção muito vaga do segundo:

«As mesmas difficuldades surgem em relação a outras especies de imperfeição organica, talvez mesmo em maior escala. A observação, minuciosa e scientifica, dos casos reunidos em massa nos asylos e instituições especiaes, produzirá resultados muito mais fidedignos para a estatística medica e social do que os arrolamentos geraes, feitos por occasião dos censos.» Nem sempre, porém, convém accrescentar, essa estatística indicará, como affirma Levasseur, uma medida exacta da alienação mental. Segundo aquelle grande estatístico da França, aos asylos de alienados compete o inquerito sobre as varias especies de demencia, por serem muito mais precisas as informações desses estabelecimentos de assistência no que diz respeito aos individuos anormaes e imperfeitos, mas observa que nem sempre os resultados obtidos representam a verdadeira medida da alienação mental.

«E' uma questão interessante, diz Mayo Smith, saber se a loucura está augmentando. E' corrente a versão de que entre os selvagens ha poucos loucos. Além disso, acredita-se que a actividade nervosa superexcitada entre os homens civilizados conduz á loucura. A controversia não póde ser resolvida definitivamente, devido á imperfeição das estatísticas antigas. Conforme já se declarou, a progressiva tendencia para tratar os dementes em instituições especiaes suggere uma impressão de augmento, que não tem base real. Aventou-se tambem que essa crescente tendencia para tratar dos loucos, internados em reco-

(1) Mayo Smith — "Statistics and Sociology" — New-York, 1910.

lhimentos, prolonga-lhes a vida, de modo que o numero desses enfermos existentes, em uma dada época, torna-se cada vez maior. Podia-se ainda admittir como certo que a maior parte recupere a razão, graças aos cuidados da sciencia, mas, pelo facto mesmo de terem recebido o tratamento, o numero fica augmentado. Obvio se torna, pois, que só poderemos chegar a qualquer conclusão positiva, sob esse ponto de vista, depois que conseguirmos praticamente a internação de todos os loucos em asylas e tivermos feito registros que revelem o numero de entrados, fallecidos, sahidos e curados. Sómente após a verificação dessas circumstancias, poderá ser satisfactoria a nossa estatistica por idades, especie de enfermidade, causa provavel, duração, effeitos physicos e moraes. Se ficar apurado que a intensidade da vida moderna augmenta a loucura, então evidente se tornará que ha motivos para se modificar o nosso systema educacional e o dispendio de energia que exige a actividade mental da collectividade.

«Emquanto isso, é auspicioso signal de progresso o facto de augmentar o numero de cegos, surdos-mudos e mendigos em proporção menor que a verificada quanto ao incremento da população, o que é devido, como se espera, não sómente ao aperfeiçoamento do tratamento medico, mas tambem á melhor situação economica, demonstrando que na moderna comunidade o desenvolvimento da riqueza vem se fazendo sentir em beneficio de todos.»

Sob o aspecto economico, são tambem assás judiciosas as observações de Mayo Smith, quando salienta a importancia e o interesse da estatistica dos anormaes em relação á comunidade.

«A presença desses individuos é, antes de tudo, uma carga economica para o Estado, visto que elles não se podem manter á propria custa e não raro são sustentados inteiramente pela comunidade. Só na Grã Bretanha e Irlanda a despesa directa, em dinheiro, para alivio desses pobres, attingiu approximadamente a 11.000.000 de libras sterlingas. Se accrescentarmos a essa importancia o custo da manutenção dos loucos, cegos e surdos-mudos asylados e o quanto vencem as pessoas validas que traballiam entre esses infelizes, poderemos ter uma idéa da carga economica dahi resultante. Em muitos outros casos tambem a invalidez por defeito physico do chefe da familia acarreta a penuria dos que d'elle dependem, ou, pelo menos, o estado de privação, mesmo quando não os obriga a appellar para o «allivio dos pobres.»

«Muito mais importante do que o lado economico é a tristeza que causam á comunidade o soffrimento e a miseria dos anormaes. Um auctor calculou que ha mais de 500.000 pessoas mentalmente desequilibradas só na população da Europa e da America do Norte. Quanto soffrimento para ellas e para outras que se interessam pela sua sorte! E' com o objectivo de descobrir remedios para tão penosa doença que a sciencia estatistica procura verificar o numero de victimas. O que diz respeito ao sexo, entre as differentes fórmãs de imperfeição physica e as condições sociaes e economicas da comunidade, é onde a sciencia estatistica encontra principalmente um vasto campo de observação. Se pudermos provar que o cretinismo e a surdo-mudez resultam da alimentação deficiente, da habitação insalubre e de outras causas, é evidente que ha nessa ordem de pesquisas um campo aberto aos esforços

em prol de uma reforma social. Se conseguirmos mostrar que a reunião desses infelizes, em asylos e instituições publicas, é não só o melhor meio de tratá-los, como também a solução mais compatível com os instinctos humanitarios da collectividade, é esse um argumento em favor da maior actividade social nesse sentido.»

Outros argumentos semelhantes poderiam ser adduzidos, não só no ponto de vista demographico, como também sob o aspecto economico. Os auctorizados conceitos acima transcriptos bastam, porém, para ajuizar quanto é difficil a organização das estatísticas dos anormais e ao mesmo tempo demonstrar a sua importancia, em relação á collectividade, como meio de favorece-la, amparando a má sorte de alguns individuos que della fazem parte.

No que diz respeito ás affecções mentaes, os algarismos registrados nos censos de 1872, 1890 e 1900 não se prestam a um estudo comparativo. Conforme mostra o quadro estatístico (n. 1) adiante apresentado, em 1872 foram recenseados separadamente os alienados e os dementes, considerando-se na segunda rubrica todos os debeis mentaes; em 1890 foram divulgados apenas os resultados do inquerito concernente aos idiotas arrolados no Districto Federal; em 1900, ao contrario, referem-se os dados estatísticos ao numero de idiotas recenseados nos varios Estados, com exclusão dos existentes no Districto Federal, por ter sido cancellada a parte do inquerito relativa á Capital da Republica.

Não tendo havido nos tres inqueritos a necessaria uniformidade no modo de reunir as informações e não sendo estas perfeitamente definidas quanto á classificação das especies incluídas numa mesma rubrica, torna-se difficil estabelecer o confronto, e, portanto, impossivel qualquer conclusão fundada nos numeros comparados. (Quadro n. 1).

Na falta de elementos censitarios ou algarismos apurados em inqueritos especiaes, sómente as estatísticas de assistencia poderão auxiliar, como meio indirecto, o calculo conjectural do numero de individuos psychicamente anormais. Infelizmente, a deficiencia das estatísticas hospitalares não permite uma medida mais ou menos exacta das varias especies de psychoses, deficiencia devida em grande parte ao facto de não existirem em muitas localidades estabelecimentos apropriados para internação dos nevropathas.

No que diz respeito propriamente aos alienados ou dementes, poder-se-ia até certo ponto aceitar os numeros indices da estatística representativa como fundamento da avaliação numerica que se procura obter, attendendo a que na sua maior parte estão os loucos em geral internados em hospícios e outros estabelecimentos congeneres. O mesmo, porém, não succede com os demais tarados, victimas da epilepsia, da toxicomania e de outras causas de igual natureza, doentes assás numerosos e ordinariamente domiciliados na propria residencia das suas familias.

Precaria, seria, portanto, qualquer conclusão fundamentada nas estatísticas de assistencia a desequilibrados mentaes, em geral incompletas ou deficientes, quer quanto ao numero de observações quer quanto á desejada uniformidade no modo de classificar as diversas psychopathias.

Segundo os algarismos registrados nas estatísticas hospitalares em 1912, 1920 e 1927, assim se distribuíam os psychopathas nos estabelecimentos de assistência a alienados da Capital e dos Estados:

Assistencia a alienados

Estados e Districto Federal	NUMERO DE DOENTES EXISTENTES EM									
	1912 *			1920 *			1927			
	Sexo masculino	Sexo feminino	TOTAL	Sexo masculino	Sexo feminino	TOTAL	ADULTOS			TOTAL
							Sexo masculino	Sexo feminino	Crianças	
Alagoas	27	39	66	13	17	30	41	61	—	102
Amazonas	17	16	33	30	32	62	45	32	—	77
Bahia	78	68	146	161	143	304	222	215	—	437
Ceará	51	84	135	47	96	143	47	96	—	143
Districto Federal	979	766	1.745	1.007	1.103	2.110	1.353	1.190	65	2.608
Maranhão	6	13	19	8	13	21	7	8	—	15
Minas Geraes	235	139	364	366	223	589	583	399	—	982
Pará	74	99	173	118	127	245	89	128	16	233
Parahyba do Norte	12	16	28	4	28	32	4	19	—	23
Paraná	115	84	199	161	122	283	196	155	—	351
Pernambuco	206	218	424	174	172	346	250	250	27	527
Piauhý	—	—	—	13	11	24	35	19	2	56
Rio de Janeiro	150	149	299	—	—	—	202	229	9	440
Rio Grande do Norte	11	21	32	38	34	72	47	47	—	94
Rio Grande do Sul	286	231	517	341	388	729	454	562	—	1.016
Santa Catharina	18	18	36	33	40	73	60	50	2	112
São Paulo	1.019	408	1.427	1.349	587	1.936	1.674	588	—	2.262
Total	3.274	2.369	5.643	3.863	3.136	6.999	5.309	4.048	121	9.478

Nota — Não foi possível discriminar por idade nos annos de 1912 e 1920.

A analyse dos algarismos constantes do quadro estatístico demonstra que os coefficients correspondentes ao movimento dos doentes em 1912, 1920 e 1927 são mais notaveis, quanto ao accrescimento arithmetico, do que os numeros relativos verificados no augmento da população nos alludidos annos, -- o que poderia suggerir o argumento inadmissivel de pouco progresso no tratamento dos doentes e, consequentemente, modificação desfavoravel na composição eugénica da população do Brazil.

São estes os augmentos relativos do numero de doentes e de habitantes no periodo de 1912 a 1927:

Anno	TOTAL	ACCRESCIMO	
		Absoluto	Relativo ‰
POPULAÇÃO			
1912.....	24.448.350		
1920.....	30.934.731	6.486.381	33,16
1927.....	37.970.329	7.035.598	32,49
ALIENADOS			
1912.....	5.943		
1920.....	6.699	1.356	30,04
1927.....	9.478	2.479	50,60

Não é razoavel, porém, estabelecer sobre base tão aleatoria uma conclusão definitiva, uma vez que o augmento relativo dos desequilibrados mentaes, internados em estabelecimentos apropriados, póde justificar-se pela melhor collecta das informações a elles referentes, á medida que vão sendo aperfeiçoadas as estatísticas dos institutos hospitalares.

De facto, é o que se verifica pelos algarismos abaixo comparados, levando em conta o numero de estabelecimentos a que se referem as informações constantes da estatística hospitalar.

ANNO	População	N. de alienados		N. de estabelecimentos	ALIENADOS POR ESTABELECIMENTO			
		Absoluto	Relativo ‰		N.º		Accrescimo	
					Abs.	Rel. ‰	Abs.	Rel. ‰
1912..	24.448.350	5.643	0,231	33	171	0,0070		
1920..	30.934.731	6.999	0,226	29	241	0,0078	70	51,17
1927..	37.970.329	9.478	0,250	26	263	0,0069	22	13,04

Ao contrario do accrescimo arithmetico, apurado no movimento total de doentes no periodo de 1912 a 1927, observa-se, pelo confronto das informações segundo o numero de estabelecimentos informantes, notavel redução no coefficiente correspondente ao ultimo periodo annual (51,17 ‰, em 1920, contra 13,04 ‰, em 1927).

De um modo geral, é tambem essa a opinião de Mayo Smith (1) quando se refere ao apparente augmento da loucura nos paizes civilizados:

«Essa affirmação, diz elle, é muitas vezes contestada e o apparente augmento explica-se pela razão de se generalizar cada vez mais o costume de tratar esses infelizes em asylos e instituições publicas, onde recebem melhor assistencia scientifica. Este facto evidencia, sem duvida, a probabilidade de ser parte do augmento simplesmente devida á maior perfeição das estatísticas. E' esse o argumento do Sr. Noel Humphreys relativamente ao supposto augmento da loucura na Inglaterra.»

(1) Richmond Mayo Smith — "Statistics and Sociology"—New York, 1910 — Pags. 219 - 221.

«Nos Estados Unidos, por exemplo, o numero total de individuos loucos, tratados nas instituições, quer publicas quer privadas, durante o anno de 1880, era de 97.535, ao passo que, durante o anno de 1881, havia em tratamento 56.205, o que dá um augmento, em nove annos, de 41.330, ou 73,53 %. Essa porcentagem de augmento não indica um incremento na proporção de pessoas loucas relativamente á população, mas antes um grande augmento nas accomodações hospitalares destinadas a essa especie de enfermos e maior disposição por parte do publico em fazer pleno uso das facilidades assim offerecidas. O numero total de loucos, por milhão de habitantes, attingia em 1890 a 1697 e em 1880 elevava-se a 1883.»

Em todo caso, seria temerario avançar qualquer affirmação tomando por base algarismos insufficientemente expressivos, não só por falta de methodo na sua organização, como ainda por não representarem rigorosamente a apuração dos factos observados no immenso territorio brasileiro.

Não querendo assumir a responsabilidade de orientar mal, limito-me a apresentar os quadros numericos, organizados pela Directoria Geral de Estatistica, deixando aos illustres membros do Congresso, auctoridades na materia, julgarem do valor das mesmas estatisticas.

Estatistica dos vagabundos

Finalmente, a proposito da estatistica concernente aos vagabundos, não possuindo a repartição que tenho a honra de dirigir os elementos necessarios para o esclarecimento do assumpto, restringir-me-ei tambem a reproduzir alguns dados numericos, extrahidos do ultimo relatório do Chefe de Policia, Dr. Coriolano de Araujo Góes, publicação onde se encontram minuciosas informações sobre a vadiagem e o vicio dos toxicos na cidade do Rio de Janeiro, (vide quadro n. 8).

Como remate do trabalho que me foi confiado e que aceitei unicamente para corresponder á gentileza do convite, — embora onerado no momento por multiplos encargos, — alvitarei, para supprir a ausencia de conclusões positivas sobre o assumpto da these, algumas providencias no sentido de facilitar, com o auxilio de inqueritos especiaes, o conhecimento da situação do paiz sobre o ponto de vista eugenico.

Conclusões

1.ª — O Congresso Brasileiro de Eugenia, desejando facilitar o estudo de questões que interessam o bem estar da collectividade, lembra a conveniencia de aproveitar o levantamento dos censos demographicos para colligir, em inqueritos complementares, informações sobre as principaes especies de imperfeição organica, incluindo nos questionarios não só os quesitos referentes aos defeitos physicos da cegueira e surdo-mudez, como tambem sobre outras enfermidades apparentes, taes como a loucura, o cretinismo, e a idiotia.

2.^a — Suggere ainda a necessidade do aperfeiçoamento e organização systematica das estatisticas hospitalares concernentes ás affecções mentaes, concitando as directorias dos estabelecimentos de assistencia a preencherem com regularidade e exactidão os questionarios destinados á collecta das informações.

3.^a — Proclama, finalmente, a vantagem da instituição nos varios Estados, de hospícios e asylos que facilitem a internação e o tratamento dos anormaes, favorecendo assim a esses infelizes com proveito para a collectividade.

Rio, 15 de Junho de 1929.

QUADROS ESTATISTICOS

Directoria Geral de Estatistica - Inqueritos censitarios de 1872 a 1900 - Informações referentes aos defeitos phisicos
Quadro n. 1

Estados e Districto Federal	1872									1900 (*)		
	ALEIJADOS			DEMENTES			ALIENADOS			IDIOTAS		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Alagoas	529	289	818	75	76	151	63	67	130	327	277	604
Amazonas ..	87	38	125	6	4	10	3	1	4	91	46	137
Bahia	2.242	1.337	3.579	522	450	972	406	398	804	1.038	752	1.790
Ceará	2.705	999	3.704	336	274	610	430	242	672	678	467	1.145
D. Federal..	627	179	806	94	64	158	291	140	431	—	—	(**)
Esp. Santo..	360	130	490	33	19	52	27	17	44	170	136	306
Goyaz.....	864	340	1.204	239	140	379	104	50	154	748	642	1.390
Maranhão...	1.248	532	1.780	113	92	205	130	95	225	117	164	281
Mat.-Grosso	264	128	392	59	21	80	31	24	55	517	447	964
Min. Geraes	6.915	3.708	10.623	1.986	1.422	3.408	549	377	926	6.318	5.438	11.756
Pará.....	1.121	342	1.463	70	58	128	75	49	124	184	116	300
Parahyba Nte	1.034	458	1.492	109	100	209	199	94	293	72	57	129
Paraná.....	408	130	538	83	31	114	65	28	93	341	206	547
Pernambuco	1.102	688	1.790	226	198	424	226	186	412	612	465	1.077
Piauhy.....	495	172	667	35	26	61	65	39	104	3	—	3
R. de Janeiro	1.706	772	2.478	301	208	509	118	102	220	336	305	641
R.G. do Norte	471	209	680	68	58	126	70	45	115	92	114	206
R.G. do Sul.	1.481	415	1.896	233	151	384	138	82	220	832	569	1.401
Sta. Catharina	754	260	1.014	124	82	206	48	42	90	213	149	362
S. Paulo.....	3.245	1.399	4.644	706	487	1.193	397	228	625	1.229	727	1.956
Sergipe.....	463	223	686	60	44	104	51	34	85	166	170	336
BRAZIL.....	28.121	12.748	40.869	5.478	4.005	9.483	3.486	2.340	5.826	14.084	11.247	25.331

(*) Do recenseamento de 1890, não foram publicados os algarismos referentes aos Estados. Segundo o mesmo recenseamento, havia, nesse anno, na cidade do Rio de Janeiro, 427 idiotas (239 homens e 138 mulheres) e 2.753 aleijados (2.186, homens e 547 mulheres). (**) Do recenseamento de 1900, foi cancellada a parte do Districto Federal.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA — Assistencia a Alienados

Movimento geral de doentes, por sexo em 1912

Quadro n. 2

NUMERO DE DOENTES

Estados e Distrito Federal	Vindos do anno precedente						Entrados						Durante o anno						Sahidos			Fallecidos			Passados para o anno seguinte		
	Sexo masculino		Sexo feminino		Total	Sexo masculino		Sexo feminino		Total	Sexo masculino		Sexo feminino		Total	Sexo masculino		Sexo feminino		Total	Sexo masculino		Sexo feminino		Total		
Alagoas.....	20	42	62	44	26	70	29	20	49	9	171	27	39	66													
Amazonas.....	16	14	30	34	37	71	26	30	56	7	12	17	16	33													
Bahia.....	57	52	109	43	22	65	65	1	10	13	18	78	68	146													
Ceará.....	80	80	132	45	60	103	35	46	81	9	19	51	84	135													
Distrito Federal (*).....	1.066	783	1.849	1.065	707	1.773	943	535	1.476	212	403	979	766	1.745													
Maranhão.....	8	14	22	14	21	35	8	16	24	8	19	83	139	364													
Minas Geraes.....	218	110	328	131	81	212	79	67	146	40	151	12	16	28													
Pará.....	71	95	166	122	95	217	26	29	55	5	10	15	84	199													
Parahyba do Norte.....	11	16	27	32	39	71	27	16	43	10	206	115	218	424													
Paraná.....	96	83	179	56	27	83	186	109	295	22	258	206	149	299													
Pernambuco.....	212	216	428	321	228	549	150	25	95	25	11	11	21	32													
Rio de Janeiro.....	154	137	291	91	59	150	70	12	30	4	7	54	231	517													
Rio Grande do Norte.....	7	7	14	26	33	59	18	32	81	37	17	18	36														
Rio Grande do Sul.....	256	213	469	216	67	283	49	3	3	1	176	1,019	408	1,427													
Santa Catharina.....	15	13	28	7	5	12	3	93	254	113	63																
São Paulo.....	948	398	1.346	345	166	511	161																				
TOTAL.....	3.207	2.273	5.480	2.493	1.673	4.166	1.729	1.062	2.791	697	515	1.212	3.274	5.045													

(*) Como não se tenha obtido das Casas de Saude Doutor Eiras e São Sebastião noticia das admissões e das eliminações havidas em 1912, completou-se o respectivo movimento com algarismos approximativos, para cuja avaliação serviram os dados do periodo precedente.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA — Assistencia a Alienados

Movimento geral de doentes, por idade em 1912

Quadro n. 3

Estados e Distrito Federal	NUMERO DE DOENTES																							
	Vindos do anno precedente						Entrados DURANTE O ANNO						Fallecidos						Passados para o anno seguinte					
	Adultos		Crenças		De idade ignorada		Total		Adultos		Crenças		De idade ignorada		Total		Adultos		Crenças		De idade ignorada		Total	
Alagoas.....				62	62	79	70					49	49			17	17					66	66	
Amazonas.....				30	30	71	71					56	56			12	12					33	33	
Bahia.....				109	109	65	65					10	10			18	18					146	146	
Ceará.....				132	132	103	103					81	81			19	19					137	136	
Distrito Federal (*)	1.711	60	781	849	1.677	23	751	775	1.404	21	51	1.476	381	10	12	405	1.603	52				90	1.745	
Maranhão.....				22	22	35	35					24	24			14	14					36	36	
Minas Geraes.....				328	328	212	212					93	93			83	83					36	36	
Pará.....	148	18		166	199	18	217	217	131	15	55	146	59	5	64	157	16					173	28	
Parahyba do Norte.....				27	27	71	71					43	43			15	15					28	28	
Paraná.....				179	179	85	85					43	43			20	20					199	199	
Pernambuco.....				428	428	549	549					295	295			258	258					42	42	
Rio de Janeiro.....				291	291	150	150					95	95			47	47					299	299	
Rio Grande do Norte.....				14	14	59	59					30	30			11	11					32	32	
Rio Grande do Sul.....				469	469	183	183					81	81			54	54					517	517	
Santa Catharina.....	17			11	28	2	12	3				77	77			7	7					12	36	
São Paulo.....	1.228	82	36	1.346	391	36	511	511	166	11	25	163	163			176	1.288	100				39	1.427	
TOTAL.....	3.104	160	2.216	5.480	2.277	771	812	4.166	1.704	47	1.040	2.791	603	22	585	1.212	3.072	168				2.403	5.643	

(*) Como não se tenha obtido das Casas de Saude Doutor Eiras e São Sebastião noticias das admissões e das eliminações havidas em 1912, completouse o respectivo movimento com algarismos approximativos, para cuja avaliação serviram os dados do periodo precedente.

Quadro n. 4

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA — Assistencia a Alienados
Movimento geral de doentes, por nacionalidade em 1912
NUMERO DE DOENTES

	DURANTE O ANNO															
	Vindos do anno precedente			Entrados			Sahidos			Fallecidos			Passados para o anno seguinte			
	Brasileiros	Estrangeiros	Ignorada	Total	Brasileiros	Estrangeiros	Ignorada	Total	Brasileiros	Estrangeiros	Ignorada	Total	Brasileiros	Estrangeiros	Ignorada	Total
Estado e Districto Federal																
Alagoas	—	—	62	62	—	—	70	70	49	—	—	17	17	—	—	66
Amazonas	28	—	30	58	—	—	71	71	56	—	—	12	12	—	—	33
Bahia	—	—	109	109	—	—	65	65	10	—	—	18	18	—	—	146
Ceará	—	—	132	132	—	—	103	103	81	—	—	19	19	—	—	135
Distrito Federal (2)	961	246	642	1.849	1.038	364	553	1.775	866	311	—	71	112	403	910	2.145
Maranhão	—	—	22	22	—	—	35	35	24	—	—	14	14	—	—	19
Minas Geraes (3)	151	15	328	528	197	15	—	212	93	—	—	83	83	—	—	364
Paraná	—	—	27	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parahyba do Norte	—	—	179	179	—	—	83	83	55	—	—	15	15	—	—	28
Pernambuco	—	—	428	428	—	—	549	549	295	—	—	258	258	—	—	199
Rio de Janeiro	—	—	291	291	—	—	150	150	95	—	—	47	47	—	—	199
Rio Grande do Norte	—	—	14	14	—	—	59	59	30	—	—	11	11	—	—	424
Rio Grande do Sul (4)	451	18	—	469	—	—	183	183	81	—	—	54	54	—	—	299
Santa Catharina	17	—	11	28	—	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	299
São Paulo	841	469	361	1.671	274	153	84	511	77	55	4	176	176	886	502	2.999
TOTAL	2.449	750	2.281	5.480	1.733	555	1.878	4.166	2.791	1.203	65	1.212	1.212	1.979	730	2.934

(1) Dos doentes do Hospicio Eduardo Ribeiro, de Manãos, só tiveram discriminada a nacionalidade os vindos do anno de 1911. (2) Como não se tenha obtido noticia dos doentes das Casas de Saude Doutor Eiras e São Sebastião, para cuja avaliação serviram os dados do periodo precedente. Restringiu-se aos totaes a estimativa, razão por que, quanto ao segundo estabelecimento, só se fez a discriminação por nacionalidade dos doentes vindos do anno de 1911. (3) Relativamente ao Asylo Central de Assistencia a Alienados de Barbacena, só se obteve a discriminação pela nacionalidade dos doentes entrados durante o anno. (4) As informações do Hospicio S. Pedro de Porto Alegre só classificaram por nacionalidade os doentes vindos de 1911.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA — Assistencia a Alienados
Classificação dos doentes segundo o diagnostico em 1912

Quadro n. 5

ESPECIFICAÇÃO DAS DOENÇAS	NUMERO DE DOENTES									
	Vindos do anno precedente		Entradas durante o anno				SOMMA			
	Sexo mascul.	Sexo feminino	Total	Sexo mascul.	Sexo feminino	Total	Sexo mascul.	Sexo feminino	Total	
Psychoses infectuosas.....	25	14	39	38	23	61	63	37	100	
Psychoses auto-toxicas.....	24	13	37	18	5	23	42	18	60	
Psychoses hetero-toxicas.....	289	49	338	463	37	550	752	136	888	
alcoollismo, etc.....	1	—	1	2	3	5	3	3	6	
morphinomania, etc.....	498	150	558	77	38	115	483	138	673	
Demencia precoce.....	145	86	229	42	30	72	185	116	301	
Demencia paranoide e delirio chronico.....	53	24	82	5	4	9	63	28	91	
Paranoia.....	165	142	307	68	47	115	233	189	422	
mania predominante.....	106	62	168	16	12	28	122	74	196	
depressiva predominante.....	70	62	132	86	111	197	150	173	329	
mixta.....	23	60	83	36	53	89	59	113	172	
Psychose manico-depressiva (psychose periodica).....	37	26	63	15	12	27	34	25	97	
Psychose de involução.....	76	17	93	30	17	47	106	34	140	
Psychose per lesões cerebraes e demencias terminaes.....	121	12	133	87	16	103	208	28	236	
Paralysis geral.....	230	86	316	139	59	198	369	145	514	
Psychose epileptica.....	3	98	101	1	33	34	3	131	134	
histeria.....	8	—	8	—	3	3	9	5	14	
neurasthenia.....	1	—	1	51	7	58	32	7	39	
psychasthenia.....	2	—	2	—	2	2	2	—	4	
choréa.....	116	32	148	61	36	97	177	68	245	
Outras psychopathias constitucionaes (estados atypicos de degeneração).....	219	92	311	50	33	83	269	125	394	
Imbecillidade e idiotia.....	34	15	49	27	23	50	61	38	99	
Doenças de outra natureza.....	88	56	144	55	58	113	143	114	257	
Em observação.....	2,247	1,096	3,343	1,347	721	2,068	3,594	1,817	5,411	
Total.....										

Nota.—Do Asylo Central de Assistencia a Alienados de Barbacena—Minas Geraes, constam somente os passados de 1909 para 1910, por falta de dados mais completos e recentes. Pelo motivo acima, quanto á Colonia de Alienados do Distrito Federal, foi tomado o movimento de 1910; quanto ao Hospicio de Alienados de Juquery — S. Paulo, o de 1911 e quanto ao Hospicio Barão da Serra Negra, em Piracicaba, tambem em S. Paulo, o de 1909.

Quadro n. 6

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA — Assistencia a Alienados em 1920

SÉDE	Estabelecimentos (1)	DOENTES — DURANTE O ANNO												
		Doentes vindos do ano precedente		Entrados		Saídos		Fallecidos		Doentes passados para o anno seguinte		Total		
		masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino	masculino	feminino			
Alagoas	Asylo Santa Leopoldina	20	13	33	42	40	82	30	17	47	19	38	13	30
Alagoas	Hospicio Edmundo Ribeiro	41	29	70	18	22	40	19	15	34	10	44	30	62
Amazonas	Hospicio S. João de Deus	140	136	276	98	57	155	32	28	60	45	67	161	304
Bahia	Asyl. Alien. S. Vicente de Paulo	28	50	78	50	77	127	26	18	44	5	18	47	143
Centro	Col. de Alien. do I. Governador	237	—	237	80	—	80	71	87	71	10	10	236	286
Distrito Federal	Col. de Alien. do Eng. de Dentre	—	435	435	—	159	159	—	87	87	—	—	—	500
	Hospital Nacional de Alienados	688	562	1.250	2.188	1.406	3.654	1.951	1.276	3.227	229	161	390	591
	Sanatorio S. Sebastião	27	14	41	27	13	40	23	13	36	6	2	8	21
Maranhão	Asyl. de Alien. da Santa Casa (2)	12	14	26	5	8	13	6	5	11	3	4	7	13
Minas Geraes	Assist. a Alien. de Min. Geraes	305	141	446	116	126	242	25	21	46	30	23	366	589
	Hospicio de Alienados (2)	126	130	256	78	91	169	60	75	133	26	19	45	127
Paraná	Asylo de Alien. de S. Anna (2)	12	37	49	21	19	40	27	17	44	2	11	4	28
Paraná	Hospicio N. S. de Luz	157	116	273	82	65	147	59	43	102	14	16	35	122
Pernambuco	Hospicio de Alienados	219	244	463	323	256	579	230	226	456	138	102	240	346
Piahy	Asylo de Alienados	27	11	38	11	17	28	19	10	29	6	—	13	24
Rio Grande do Norte	Hospicio de Isolam. da Piedade	38	35	76	60	40	100	41	29	70	19	15	34	72
R. G. do Sul	Colonia de Alienados de Jacuhy	63	—	63	13	—	13	15	—	15	—	—	61	61
	Hospicio S. Pedro	261	317	578	220	134	354	108	43	151	93	55	148	353
S. Catharina	Sanatorio Santa Elizabeth	—	40	40	—	—	120	—	123	125	—	—	—	633
	Asylo de Alienados de Azambuja	18	31	49	7	2	11	2	2	4	2	2	4	31
	Hospicio de Alienados	16	15	31	—	—	—	3	3	6	1	3	4	21
Juquery	Colonia e Hosp. de Juquery (2)	1.114	304	1.418	300	36	336	76	14	90	85	26	111	360
Piracicaba	Hospicio Barão de Serra Negra	6	8	14	7	3	10	4	4	8	3	—	3	7
Ribeirão Preto	Casa de Saude Dr. Philippe Aché	3	2	5	5	2	7	4	2	6	—	—	4	6
Rio Claro	Sanatorio Rio Claro	2	2	4	17	12	29	14	12	26	1	—	1	9
	C. de Saude Dr. Homem de Azevedo	19	24	43	55	37	92	57	31	88	3	2	14	28
São Paulo	Instituto Paulista	24	24	48	79	57	136	75	56	131	6	1	22	46
	Recolhimento de Alienados	101	134	235	115	131	246	172	64	236	20	37	57	188
	Manicomio Dr. Vergueiro	22	—	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22
Total		5.776	2.931	8.707	4.017	2.992	7.009	3.149	2.236	5.385	781	551	1.332	3.863
														6.999

(1) Fallam as informações das Casas de Saude Dr. Abilio e Dr. Eiras—Distrito Federal, da Colonia Agricola de Alienados de Vazem Alegre—Barra do Pirahy, Estado do Rio de Janeiro, do Asylo de São Vicente de Paulo—Itapetininga, Estado de São Paulo e do Manicomio de Jaboticabal do mesmo Estado.

(2) Não tendo sido recebidas as informações do anno de 1920, foram tomadas as relativas ao anno precedente.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA
Movimento geral de Psychopathas em 1927

Quadro n. 7

NUMERO DE DOENTES

Estados e Distrito Federal	DURANTE O ANNO												Fallecidos			Passados para o anno seguinte		
	Visados do anno precedente			Entradas			Saídas			Total			Adultos			Crianças		
	Adultos			Adultos			Adultos			Total			Adultos			Crianças		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Alagoas	48	57	105	29	42	71	17	22	39	19	16	35	41	61	102			
Amazonas	41	25	66	36	28	64	20	16	36	12	8	20	45	32	77			
Bahia	255	219	474	243	157	400	169	80	249	107	81	188	222	215	437			
Ceará	47	96	143	50	77	127	45	64	109	5	13	18	47	36	83			
Distrito Federal	1.169	1.063	2.232	2.319	2.338	4.638	2.798	1.956	4.754	2.377	255	26	3.353	1.199	2.153			
Maranhão	7	8	15	5	4	9	5	4	9	0	0	0	7	8	15			
Paraná	419	248	667	309	290	599	110	118	228	35	21	56	585	309	894			
Pernambuco	86	132	218	95	123	218	83	116	199	12	11	23	89	128	217			
Piauí	4	19	23	2	16	18	1	15	16	1	3	4	4	19	23			
Rio de Janeiro	196	155	351	131	95	226	104	86	194	27	9	36	196	155	351			
Rio Grande do Norte	174	209	383	394	433	827	339	299	638	135	93	232	250	250	500			
Santa Catharina	17	17	34	21	15	36	1	9	10	2	4	6	33	19	52			
São Paulo	192	215	407	261	178	439	169	109	278	52	55	107	292	229	521			
Total	44	50	94	75	53	128	53	43	96	19	13	32	47	47	94			
	454	562	1.016	367	244	611	282	185	467	85	59	144	454	562	1.016			
	55	46	101	23	14	37	13	9	22	5	1	6	60	50	110			
	1.676	533	2.209	800	677	1.477	620	473	1.093	152	149	201	1.674	588	2.262			
Total	4.984	3.657	8.641	6.216	4.734	11.131	4.829	3.602	8.431	515	952	791	31.178	5.309	40.487			

Estatísticas extrahidas do relatório do Chefe de Polícia, publicado em 20 de Fevereiro de 1929

Toxicomanos internados para tratamento durante o anno de 1928

Destino dos toxicomanos	NATUREZA DOS TOXICOMANOS											
	Alcoolismo		Opomania		Cocainomania		Etiomania		Luminal		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Hospital Nacional de Alienados	346	48	14	1	5	2	—	1	1	—	366	52
Colônia do Eugênio de Dentre	—	2	—	1	—	4	—	—	—	—	—	7
Sanatório Botafogo	—	—	2	—	1	2	—	—	—	—	3	2
Casa de Saúde Oliveira Motta	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1
Somma	346	50	17	3	6	8	—	1	1	—	370	62

Pessoas alcoolizadas detidas durante o anno de 1928

MEZES	H	M	Total
Janeiro	120	10	130
Fevereiro	89	20	109
Março	96	14	110
Abril	92	12	104
Maió	109	19	128
Junho	87	12	99
Julho	76	16	92
Agosto	75	9	84
Setembro	69	15	84
Outubro	96	16	112
Novembro	105	16	121
Dezembro	115	21	136
Somma	1.129	180	1.309

Repressão á vadiagem — Processos instaurados pela 4ª delegacia auxiliar, durante o anno de 1928

Pretorias	Artigos de Lei				Total
	377	377 e 399	391	391	
1.ª	12	4	1	160	177
2.ª	19	1	1	144	165
3.ª	30	3	—	142	174
4.ª	2	—	2	36	40
5.ª	22	6	—	111	139
6.ª	1	—	1	41	16
7.ª	—	—	—	8	8
8.ª	—	—	—	—	—
Som.	86	14	5	615	720

Nota — O total de processos pela contravenção da vadiagem instaurados pela 4ª Delegacia Auxiliar chegou a 720, adicionados aos processos feitos pelas demais Delegacias Auxiliares e Districtaes, attingiu a somma total de 1334, durante o anno de 1928.

